

Aníbal Cavaco Silva

ROTEIROS

..... IV



2009 | 2010

IMPRESA NACIONAL - CASA DA MOEDA

Aníbal Cavaco Silva

ROTEIROS

..... IV

Índice

- 11 **Prefácio**

- 21 **I. Portugal Inteiro**

- 25 **Sessão Solene Comemorativa do XXXV Aniversário do 25 de Abril**
Assembleia da República, 25 de Abril de 2009
- 31 **Mensagem Dirigida às Comunidades Portuguesas por Ocasão do Dia de Portugal**
Santarém, 9 de Junho de 2009
- 33 **Cerimónias Militares das Comemorações do Dia 10 de Junho**
Santarém, 10 de Junho de 2009
- 37 **Sessão Solene das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas**
Santarém, 10 de Junho de 2009
- 43 **Sessão Solene Comemorativa dos 900 Anos do Nascimento do Rei D. Afonso Henriques**
Guimarães, 24 de Junho de 2009
- 47 **Sessão Solene Comemorativa dos 160 Anos do Tribunal de Contas**
Lisboa, 13 de Julho de 2009
- 51 **Cerimónia Evocativa dos 99 Anos da Proclamação da República**
Palácio de Belém, 5 de Outubro de 2009
- 53 **Cerimónia de Tomada de Posse do XVIII Governo Constitucional**
Palácio da Ajuda, 26 de Outubro de 2009
- 59 **Mensagem de Ano Novo**
Palácio de Belém, 1 de Janeiro de 2010
- 65 **Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial**
Supremo Tribunal de Justiça, 27 de Janeiro de 2010
- 71 **Cerimónia de Abertura das Comemorações do Centenário da República**
Porto, 31 de Janeiro de 2010

75 II. Economia e Crescimento Sustentável

- 79 Sessão de Abertura do IV Congresso da Associação Cristã de Empresários e Gestores
Lisboa, 17 de Abril de 2009
- 85 Cerimónia de Atribuição do Prémio «Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa»
Lisboa, 8 de Junho de 2009
- 89 Cerimónia de Inauguração do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia
Braga, 17 de Julho de 2009
- 91 V Encontro COTEC Europa
Madrid, 28 de Outubro de 2009
- 95 Sessão de Encerramento do V Fórum Empresarial Ibero-Americano
Lisboa, 29 de Novembro de 2009
- 99 Sessão de Encerramento do III Encontro da Rede PME Inovação
Estoril, 9 de Dezembro de 2009

103 III. Desenvolvimento e Coesão Social

- 107 Cerimónia de Entrega do Prémio de Visão da Fundação Champalimaud
Mosteiro dos Jerónimos, 4 de Setembro de 2009
- 111 Cerimónia de Entrega do Prémio Nuno Viegas Nascimento
Coimbra, 26 de Novembro de 2009
- 115 Cerimónia de Abertura do V Fórum Cívico Ibero-Americano
Lisboa, 27 de Novembro de 2009
- 119 Sessão Solene Comemorativa dos 50 Anos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Arruda dos Vinhos
Arruda dos Vinhos, 18 de Dezembro de 2009
- 123 Sessão de Abertura do XII Congresso da Associação Nacional de Freguesias
Lisboa, 22 de Janeiro de 2010
- 127 Mensagem por Ocasão do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social
Lisboa, 6 de Fevereiro de 2010

129 IV. Saúde, Educação, Ciência e Cultura

- 133 Cerimónia Comemorativa do Bicentenário da Reconquista de Chaves
Chaves, 25 de Março de 2009
- 135 Cerimónia de Atribuição do Prémio Leya
Lisboa, 6 de Abril de 2009
- 139 Sessão de Encerramento da Conferência Internacional do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodpendência
Lisboa, 8 de Maio de 2009

- 145 Visita à Academia Portuguesa da História
Lisboa, 25 de Maio de 2009

- 149 Cerimónia de Atribuição do Prémio SECIL Arquitectura 2008
Lisboa, 27 de Maio de 2009

- 153 Sessão Solene Comemorativa dos 250 Anos da Cidade de Aveiro
Aveiro, 29 de Maio de 2009

- 157 Sessão Solene de Boas-Vindas por Ocasão das Comemorações do Dia de Portugal
Câmara Municipal de Santarém, 9 de Junho de 2009

- 161 Cerimónia de Homenagem ao Professor Adriano Moreira
Bragança, 17 de Junho de 2009

- 165 Sessão Solene Comemorativa do Centenário do Liceu Camões
Lisboa, 16 de Outubro de 2009

- 169 Cerimónia de Lançamento das Comemorações do Bicentenário das Linhas de Torres
Torres Vedras, 11 de Novembro de 2009

173 V. Portugal na Europa e no Mundo

- 177 Banquete Oficial em Honra do Presidente da República de Angola
Palácio da Ajuda, 10 de Março de 2009

- 183 Cerimónia de Atribuição do Prémio Norte-Sul 2009 do Conselho da Europa
Assembleia da República, 16 de Março de 2009

- 187 Banquete Oficial em Honra de Suas Majestades os Reis da Jordânia
Palácio da Ajuda, 16 de Março de 2009

- 191 Banquete Oficial em Honra do Emir do Qatar
Palácio da Ajuda, 20 de Abril de 2009

- 195 Sessão Solene da Grande Assembleia Nacional Turca
Ankara, 12 de Maio de 2009

- 203 Banquete Oferecido pelo Presidente da República da Turquia
Ankara, 12 de Maio de 2009

- 207 Inauguração da Exposição «Lisboa, Memórias de Outra Cidade»
Istambul, 13 de Maio de 2009

- 209 Seminário Económico e Encontros Empresariais Portugal-Turquia
Istambul, 14 de Maio de 2009

- 213 Conferência «Portugal e a Integração Europeia: Uma Experiência de Sucesso»
Universidade do Bósforo, 14 de Maio de 2009

- 221 Cerimónia de Agradecimento do Prémio da Fundação Mediterrâneo «Istituzione 2009»
Nápoles, 12 de Junho de 2009

- 223 Cerimónia de Boas-Vindas por Ocasão da Visita Oficial à Áustria
Câmara Municipal de Viena, 24 de Julho de 2009

- 225 Banquete Oferecido pelo Presidente da República da Áustria
Salisburgo, 24 de Julho de 2009

- 229 **Jantar Oferecido aos Membros do Comité Militar da Aliança Atlântica**
Lisboa, 18 de Setembro de 2009
- 233 **Acto Inaugural da XIX Cimeira Ibero-Americana**
Lisboa, 29 de Novembro de 2009
- 237 **Sessão de Abertura da XIX Cimeira Ibero-Americana**
Estoril, 30 de Novembro de 2009
- 239 **Celebração da Entrada em Vigor do Tratado de Lisboa**
Torre de Belém, 1 de Dezembro de 2009
- 241 **Banquete Oficial em Honra da Presidente da República do Chile**
Palácio de Queluz, 1 de Dezembro de 2009
- 245 **Sessão Solene Evocativa do X Aniversário da Transferência da Administração Portuguesa de Macau**
Lisboa, 19 de Dezembro de 2009
- 249 **Cerimónia de Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático**
Palácio de Queluz, 12 de Janeiro de 2010
- 255 **Banquete Oficial em Honra do Presidente da República da Guiné-Bissau**
Palácio da Ajuda, 17 de Fevereiro de 2010
- 259 **Jantar Oferecido pelo Presidente da Generalitat da Catalunya**
Barcelona, 4 de Março de 2010
- 261 **Sessão Inaugural do Fórum Ibérico de Barcelona**
Barcelona, 5 de Março de 2010
- 267 **Visita à Câmara Municipal de Andorra la Vella**
Andorra la Vella, 6 de Março de 2010
- 269 **Encontro com a Comunidade Portuguesa Residente em Andorra**
Andorra la Vella, 6 de Março de 2010
- 273 **Anexos**
- 275 **Mensagem por ocasião da Canonização de Nuno Álvares Pereira**
Palácio de Belém, 26 de Abril de 2009
- 277 **Mensagem à Assembleia da República a propósito da não promulgação do diploma que aprova a Lei do pluralismo e da não concentração dos meios de comunicação social**
20 de Maio de 2009
- 281 **Mensagem ao País por ocasião das Eleições para o Parlamento Europeu**
Palácio de Belém, 6 de Junho de 2009
- 285 **Mensagem à Assembleia da República a propósito da não promulgação do diploma que altera a Lei do financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais**
9 de Junho de 2009
- 291 **Cerimónia de Doutoramento *Honoris Causa* pela Universidade Heriot-Watt**
Edimburgo, 23 de Junho de 2009
- 293 **Declaração relativa à data das Eleições para a Assembleia da República**
Palácio de Belém, 27 de Junho de 2009

- 295 **Mensagem à Assembleia da República a propósito da não promulgação do diploma que altera a Lei do segredo de Estado**
5 de Julho de 2009
- 301 **Mensagem à Assembleia da República a propósito da não promulgação do diploma que altera a Lei sobre as uniões de facto**
24 de Agosto de 2009
- 305 **Mensagem ao País por ocasião das Eleições para a Assembleia da República**
Palácio de Belém, 26 de Setembro de 2009
- 307 **Declaração à Comunicação Social**
Palácio de Belém, 29 de Setembro de 2009
- 311 **Mensagem ao País por ocasião das Eleições Autárquicas**
Palácio de Belém, 10 de Outubro de 2009
- 313 **Mensagem por ocasião da Semana Global do Empreendedorismo 2009**
Palácio de Belém, 16 de Novembro de 2009
- 315 **Mensagem por ocasião do Encontro «Planet Earth Lisbon Event 2009»**
Palácio de Belém, 20 de Novembro de 2009
- 317 **Mensagem à Assembleia da República a propósito da não promulgação do diploma que revoga normas relativas às taxas moderadoras**
23 de Dezembro de 2009
- 321 **Passos da Agenda**



Prefácio

O Desafio da Recuperação Económica

Portugal tem enfrentado, nos últimos anos, importantes desafios económicos e sociais, com efeitos notórios na actividade das empresas e na vida dos cidadãos. Fenómenos como a crescente globalização financeira e comercial, a adesão ao euro, a emergência de economias como a China e a Índia, o alargamento da União Europeia a 27 países e, mais recentemente, a crise financeira global colocaram a economia portuguesa sob forte pressão, exigindo transformações a nível da administração pública, do tecido empresarial, dos recursos humanos e, até, dos hábitos económicos.

Esta pressão constitui uma oportunidade muito clara para Portugal se modernizar e desenvolver. Como já afirmei em várias ocasiões, trata-se de um desafio estrutural que os Portugueses têm plenas condições de vencer, com a determinação, a energia e a vontade que caracterizam o nosso Povo e que tenho testemunhado, de forma permanente, durante os meus quatro anos como Presidente da República.

O processo de transformação estrutural de uma economia produz, frequentemente, algumas consequências negativas, por vezes severas, na vida das pessoas. É, pois, essencial que as políticas públicas combinem a trajectória de modernização e de desenvolvimento do País com um acompanhamento cuidadoso dos seus efeitos sobre o bem-estar e os direitos essenciais dos cidadãos, especialmente os mais desprotegidos e os mais afectados.

Face à realidade económica, social, cultural e política em que vivemos, arriscado seria ignorar ou retardar as mudanças que permitirão a Portugal afirmar-se como uma sociedade desenvolvida. Contudo, só com uma mobilização inequívoca de todos os agentes, num ambiente de justiça, de equilíbrio social e de coesão nacional, poderemos, verdadeiramente, avançar. É ilusório pensar que Portugal pode desenvolver-se enquanto sociedade

dual, num processo a dois tempos, discriminatório para vastas camadas de cidadãos ou para algumas regiões.

Entendo que, também neste contexto, o Presidente da República tem um papel relevante a desempenhar.

Em primeiro lugar, o Presidente da República deve contribuir para um diagnóstico correcto e aprofundado das dificuldades e das oportunidades que a economia e a sociedade portuguesas enfrentam. Tenho procurado fazê-lo, falando verdade sobre a situação económica e social do País, alertando para os desafios com que Portugal se defronta e, muito em especial, mobilizando os Portugueses para a recuperação da economia, através da palavra, da influência política, da promoção de iniciativas conducentes a uma melhoria das condições de vida dos cidadãos e da divulgação dos bons exemplos que abundam entre nós. Como já tive ocasião de afirmar, considero que a verdade gera confiança, enquanto a ilusão é fonte de descrença.

Em segundo lugar, cabe ao Presidente da República pugnar pelo equilíbrio social e económico do País. Tenho colocado especial ênfase na necessidade de garantir o bom funcionamento das instituições: a defesa plena dos valores fundamentais da democracia é determinante para o futuro do País. Tenho procurado, também, dar voz aos mais desprotegidos e aos que estão, tradicionalmente, mais longe do pensamento do poder político, chamando a atenção para os riscos associados a fenómenos como o desemprego, a pobreza, a exclusão, as desigualdades sociais e as assimetrias regionais. Estou consciente de que só num ambiente de estabilidade política, económica, social e institucional poderemos esperar que Portugal progrida para patamares de desenvolvimento e de bem-estar mais consistentes com a nossa ambição e com a posição vantajosa de que desfrutamos como Estado-Membro da União Europeia.

Em terceiro lugar, o Presidente da República deve contribuir para a criação de um ambiente propício à implementação das reformas estruturais de que Portugal precisa para responder ao desafio do desenvolvimento. Conheço as dificuldades associadas às mudanças estruturais e a resistência natural que tendem a produzir. Sei, igualmente, que as reformas acarretam riscos

importantes se não forem feitas de forma adequada: mudar por mudar não é uma opção aceitável. É com esta perspectiva que tenho procurado intervir, estimulando o diálogo e a concertação, apontando caminhos e evidenciando oportunidades, chamando a atenção para a necessidade de criar condições para a modernização do País, e alertando, também, para os riscos associados às opções que vão sendo tomadas.

A minha crença nos Portugueses, na sua capacidade de superar adversidades e de compreender os desafios em causa tem constituído motivação suficiente para prosseguir esta via, plenamente convicto de que, se unirmos esforços, seremos bem-sucedidos.

A participação de Portugal na União Económica e Monetária trouxe benefícios importantes à nossa economia: um enquadramento macroeconómico genericamente mais estável, maior facilidade de acesso ao mercado europeu de bens e serviços, e condições mais favoráveis de financiamento dos agentes económicos.

Em contraponto, a adesão à moeda única implicou a perda de instrumentos importantes de ajustamento, nomeadamente no domínio da política monetária e cambial. A resposta a choques internos e externos passou a depender de mecanismos diferentes dos habituais, porventura mais complexos e exigentes.

O significado desta nova realidade tornou-se ainda mais relevante com o subsequente alargamento da União Europeia e a emergência económica de países como a China e a Índia, concorrentes directos de Portugal no mercado de comércio global. O alargamento europeu e a rápida internacionalização das novas economias emergentes vieram fragilizar o tecido industrial português e pôr em causa o nosso modelo tradicional de crescimento económico.

Apesar dos progressos verificados em algumas áreas, o ajustamento da economia portuguesa a este novo enquadramento tem sido lento e difícil. Acresce que a recente crise financeira e económica mundial veio acentuar os problemas conjunturais e as debilidades estruturais da nossa economia, tornando ainda mais evidentes os desafios que Portugal enfrenta e a urgência de uma resposta positiva a esses desafios.

Nos últimos anos, a economia portuguesa tem divergido sistematicamente da média europeia. Para que a situação não se agrave, é necessário que haja uma recuperação da taxa de crescimento potencial da nossa economia. O tecido empresarial português, que apresenta um elevado risco de obsolescência, revela dificuldade em criar emprego com o ritmo e a qualidade desejáveis. A taxa de desemprego atingiu, entretanto, patamares historicamente muito elevados, afectando de forma transversal os vários segmentos da população, incluindo jovens e cidadãos com formação superior. As situações de pobreza e de exclusão social, as desigualdades territoriais e os casos de despovoamento do território têm vindo a aumentar, pondo em causa os direitos das pessoas e a coesão nacional.

Temos observado, em paralelo, que a posição financeira da economia portuguesa é claramente desequilibrada, quer em termos do sector público quer em termos das relações com o exterior. Para além do agravamento da dívida pública e do endividamento das famílias, Portugal tem apresentado uma trajectória preocupante de aumento do endividamento externo, que acentua o défice da balança de rendimentos com o exterior e ameaça seriamente o rendimento disponível e o bem-estar futuro dos Portugueses.

Esta evolução reflecte, no fundo, o insuficiente crescimento da produtividade e as dificuldades competitivas da economia portuguesa.

Verifica-se, de facto, uma assimetria na estrutura produtiva nacional, com muitas das maiores empresas acantonadas em sectores relativamente protegidos pelo Estado ou em sectores de bens e serviços não transaccionáveis, onde a concorrência é menos intensa do que no mercado global.

Estamos perante uma situação indesejável e insustentável. A história económica recente demonstra que não é possível, para Portugal, suportar um modelo de desenvolvimento económico baseado no crescimento da procura interna e dos sectores de bens e serviços não transaccionáveis, e na ausência de um ambiente plenamente concorrencial.

Perante esta realidade difícil, importa abordar o futuro com determinação acrescida. É essencial preparar o País para a recuperação económica, adoptando um caminho de crescimento sustentável, que tire partido das lições aprendidas com a actual crise e que potencie devidamente os nossos recursos.

A gravidade da situação actual exige acção imediata. Estou consciente desta necessidade e é por isso que tenho chamado a atenção para a importância de inverter, já em 2010, a situação em que o País se encontra. No curto prazo, é fundamental restabelecer a confiança dos agentes económicos e criar condições para que aumente a produção e a atractividade da nossa economia, propiciando a retoma do investimento, doméstico e estrangeiro.

Isto comporta, nomeadamente, apresentar um plano claro e credível de redução do défice e da dívida pública até 2013; manter medidas de apoio social aos desempregados e mais desprotegidos, assegurando critérios justos, rigorosos e eficientes de atribuição desse apoio; libertar recursos para o sector privado, de forma a não condicionar as opções e oportunidades de desenvolvimento das empresas, sobretudo das pequenas e médias empresas; definir e avaliar com rigor as políticas públicas em função do seu contributo para o aumento da competitividade externa da nossa economia; e desenvolver e consolidar os processos de regulação e supervisão, nomeadamente na área financeira.

É crucial, além disso, que se encare o desafio da recuperação económica também com uma perspectiva estrutural, que permita a convergência da economia nacional com os países mais desenvolvidos da União Europeia, o aumento do nível de vida dos Portugueses, a criação de emprego sustentável e de qualidade, e o combate às desigualdades territoriais e de rendimento.

Importa ter presente que Portugal é um país com um mercado interno de pequena dimensão e que depende muito das relações económicas com o exterior, não só em termos do comércio de bens, mas também no domínio do turismo, do investimento estrangeiro e das próprias fontes de financiamento. É essencial, por isso, conjugar o reforço da nossa capacidade competitiva com uma marca de credibilidade, de modernidade e de futuro que mantenha Portugal numa posição favorável no Mundo globalizado em que vivemos.

Tenho insistido em sublinhar que só poderemos conseguir uma recuperação económica sustentável com uma aposta determinada na inovação, no reforço da competitividade e na conquista de novos mercados. É nestas vertentes que reside, de facto, o futuro económico de Portugal.

A concretização destes objectivos é uma tarefa que responsabiliza, em primeiro lugar, os agentes políticos. É essencial aprofundar as reformas estruturais que propiciem a eficiência na utilização dos recursos e a emergência e o desenvolvimento de uma iniciativa privada com vontade de produzir, investir e criar emprego. Trata-se, por exemplo, de reforçar a credibilidade das nossas instituições, nomeadamente do sistema de justiça e da administração pública; de conter os desequilíbrios macroeconómicos; de modernizar o Estado; de investir no conhecimento e na investigação; e de requalificar empresas e capital humano.

Entendo, porém, que o desafio da recuperação económica é uma responsabilidade colectiva. Como tal, deve ser assumido plenamente pela sociedade civil, incluindo a iniciativa empresarial privada, as comunidades locais e as autarquias.

É minha convicção que o Presidente da República, no actual contexto, deve ser um agente mobilizador e instigador de condições e iniciativas favoráveis ao desenvolvimento, quer através da sua acção política quer através dos seus contactos com entidades estrangeiras e com a vida económica e social do País. É isto que tenho procurado fazer, sobretudo no âmbito da iniciativa dos «Roteiros», a qual me leva a percorrer o País de Norte a Sul.

Tenho procurado incentivar os vários agentes – políticos, económicos, sociais e outros – a agirem como actores de mudança, procurando soluções inovadoras para os problemas nacionais e locais. Tenho procurado contribuir para a difusão dos bons exemplos de inovação existentes no País e estimular a cooperação entre agentes e comunidades. Tenho procurado dar visibilidade a iniciativas que, pela sua capacidade inovadora nos domínios económico, empresarial, social, cultural ou ambiental, contribuem para a valorização dos recursos próprios e para a melhoria das condições de vida das populações.

Na conjuntura actual, reconhecer os bons exemplos e as boas práticas é ajudar a encontrar um rumo de futuro que estimule a confiança dos Portugueses na sua capacidade para resolver os problemas do País. A divulgação de iniciativas de sucesso contribui para que os cidadãos acreditem na pos-

sibilidade de replicar projectos análogos e para que se reforce a motivação para agir.

Os problemas do País não se resolvem só com grandes projectos e com a actividade desenvolvida nas grandes cidades e nas grandes empresas. Não podemos dispensar a acção das pequenas e médias empresas, que representam cerca de 98 por cento do nosso tecido produtivo e são a principal fonte de criação de emprego. Tal como não podemos dispensar a produção que pode ser realizada nos municípios e centros urbanos de média e pequena dimensão e no próprio espaço rural.

O «Roteiro das Comunidades Locais Inovadoras» – que lancei em Novembro de 2009 – inspirou-se, precisamente, na convicção de que, tirando partido do efeito de proximidade, estas comunidades podem dar um contributo decisivo para a recuperação económica sustentável, através da resolução de problemas sociais; de acções solidárias e cooperativas de apoio aos mais vulneráveis; do aproveitamento e valorização dos seus recursos – naturais, humanos, patrimoniais e culturais; da criação de novas oportunidades de emprego local; e do fortalecimento da capacidade produtiva das autarquias e de pequenas e médias empresas competitivas.

A diversificação sectorial e regional é, aliás, um factor importante para o futuro do País. Esta dupla diversificação contribui, por um lado, para minorar o impacto dos choques económicos negativos sobre a vida das pessoas e das regiões e, por outro, para desbravar caminho para a descoberta de novas áreas de vantagem comparativa, tornando-nos mais fortes no mercado internacional.

Acresce que a diversificação regional, baseada no aproveitamento dos recursos locais e produtos tradicionais, pode contribuir para restabelecer os equilíbrios territoriais e fortalecer a coesão nacional.

O impacto de cada iniciativa local inovadora pode não ter uma dimensão marcante à escala nacional. Mas a multiplicidade de iniciativas locais poderá ter um efeito agregado muito significativo. Por isso, creio que é necessário intensificar, qualificar e disseminar no território estes impulsos de desenvolvimento, mobilizando os recursos locais que, de outro modo, seriam ignorados ou até delapidados.

O poder autárquico pode, naturalmente, ter um papel importante nesta dinamização das energias e capacidades locais. Desde logo, favorecendo a iniciativa empresarial e o empreendedorismo dos jovens, facilitando a cooperação e a partilha de informação entre os agentes económicos locais e promovendo o desenvolvimento de parcerias e redes de contacto. Mas, também, estimulando as microempresas a ganharem dimensão, a reforçarem a qualificação dos seus recursos humanos, a melhorarem as práticas de gestão e a penetrarem nos mercados externos.

As autarquias podem, em suma, empenhar-se na difusão de uma cultura de inovação e criatividade, para que nas actividades económicas, sociais, ambientais ou culturais, independentemente da escala, se faça diferente, se faça novo, se faça, sobretudo, com mais qualidade e eficiência. Estou convencido de que as autarquias são, cada vez mais, agentes de desenvolvimento que o País não pode dispensar.

Desde o início do meu mandato como Presidente da República que tenho salientado a importância da responsabilidade social das empresas. Esta referência tornou-se especialmente pertinente nos últimos dois anos. De facto, na origem da actual crise financeira e económica global pesaram muito a violação de normas éticas e a adopção de comportamentos de risco que não tiveram em devida conta o possível impacto negativo sobre o bem-estar das populações.

Se a ausência de princípios e de valores éticos nos mercados, nas políticas e nas práticas empresariais terá sido a grande causadora da crise financeira internacional, também é certo que a responsabilidade social das empresas muito poderá fazer pela recuperação económica: aproveitando devidamente as oportunidades existentes, utilizando e partilhando de forma justa os recursos disponíveis, gerando condições favoráveis à criação e à manutenção de empregos, procurando justiça na remuneração dos altos dirigentes face aos salários médios dos trabalhadores e credibilizando a imagem das empresas perante os cidadãos. Estes são elementos essenciais à coesão social e à confiança dos agentes económicos, sem as quais é difícil uma retoma sustentada.

Neste contexto, devo salientar que, no decurso dos meus «Roteiros» encontrei nos empresários com quem contactei um forte sentido de pertença e

de responsabilidade relativamente às comunidades locais em que se integram. Uma atitude que se expressa, para dar um exemplo, na manutenção das unidades de produção em localidades do interior, acreditando nos recursos locais e procurando soluções inovadoras para preservar a competitividade.

As recessões, muito embora penosas, podem funcionar como fenómenos potenciadores da capacidade de reinvenção das economias. Por isso, é essencial olharmos para além da actual crise. Evitando, como já disse, a repetição dos erros cometidos no passado, unindo esforços, mobilizando vontades e preparando, desde já, o aproveitamento pleno das oportunidades que certamente irão surgindo no período pós-recessivo.

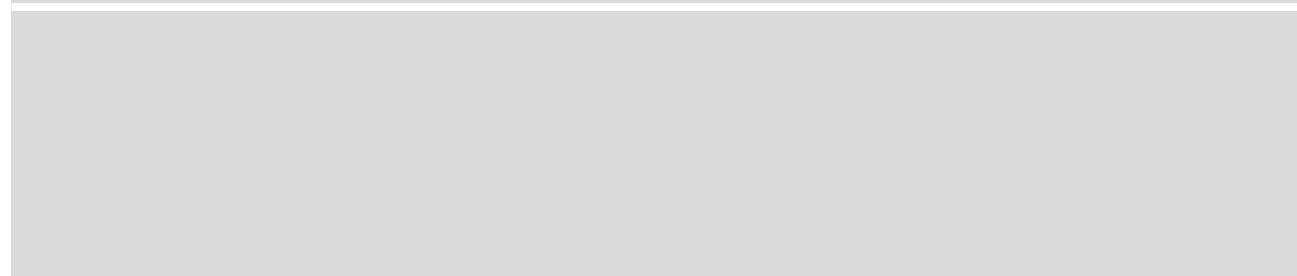
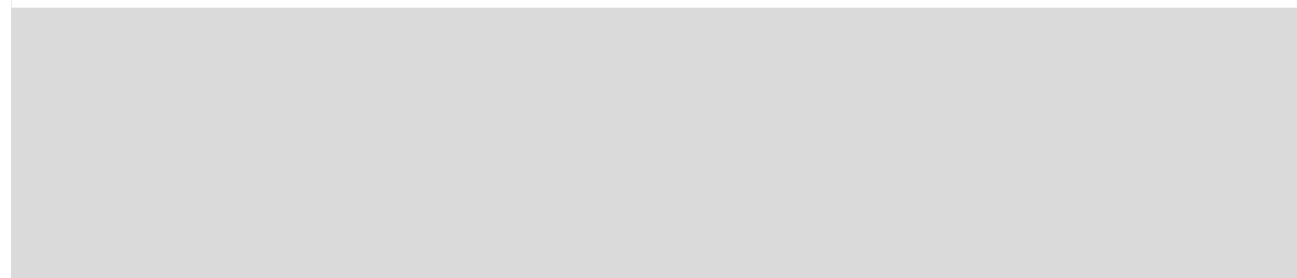
A nossa capacidade de resposta ao desafio da recuperação económica determinará o nosso futuro colectivo.

Este é o momento de combater fragilidades, prosseguir com determinação as mudanças necessárias e estimular a iniciativa dos cidadãos e das comunidades, sem descurar o apoio aos grupos mais vulneráveis da nossa sociedade. É neste sentido que venho apelando a que as forças políticas aprofundem uma cultura de diálogo e de responsabilidade e a que as empresas, as autarquias e a sociedade civil, em geral, desenvolvam uma cultura que ajude a mobilizar os Portugueses para a mudança. Uma cultura de fazer melhor, uma cultura que busque o mérito, a inovação e a excelência.

Aníbal Cavaco Silva

Março, 2010

Portugal Inteiro **I**





Sessão Solene Comemorativa do XXXV Aniversário do 25 de Abril

Assembleia da República, 25 de Abril de 2009

Reunimo-nos de novo para celebrar o aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, este ano num hemiciclo que foi recentemente objecto de obras de renovação, pelas quais felicito a Assembleia da República. Os Senhores Deputados dispõem agora de melhores condições para poderem exercer condignamente o mandato que o Povo português lhes conferiu.

Esta Sessão Solene tem lugar num momento muito particular da vida nacional. Vivemos tempos difíceis, muito difíceis. A palavra «crise», que até há uns meses estava afastada do discurso político, é agora um dado adquirido e assumido.

A crise que vivemos não pode ser iludida e, num dia como o de hoje, haverá com certeza muitos portugueses que se interrogam sobre se foi este o País com que sonhámos em Abril de 1974.

É certo que não nos devemos esquecer do muito que foi conseguido neste caminho de 35 anos. Vivemos em liberdade, estamos integrados numa Europa unida, são inegáveis os progressos registados na educação, na saúde, no bem-estar dos cidadãos. Mas, apesar dos esforços para combater a crise, Portugal encontra-se hoje dominado pelas notícias de encerramento de fábricas e de empresas. Centenas de trabalhadores são lançados no desemprego, pessoas que, até há pouco tempo, viviam com algum desafogo pertencem agora ao grupo dos novos pobres, há famílias que não conseguem suportar os encargos com as prestações das suas casas ou a educação dos seus filhos.

As previsões económicas divulgadas por organizações nacionais e internacionais estão à vista de todos e não é possível negá-las.

São muitos os Portugueses que sentem que viveram na ilusão de que poderiam usufruir padrões de consumo idênticos aos dos países mais ricos da União Europeia, sustentados num continuado endividamento.

Devemos, por isso, compreender que esta crise leve muitos Portugueses a interrogarem-se sobre aquilo que o futuro nos reserva.

São interrogações tanto mais pertinentes quanto a crise que vivemos tornou mais nítidas as vulnerabilidades estruturais que o País ainda manifesta. Não há, assim, a certeza de que este seja um momento meramente transitório de recessão da actividade económica, a que se seguirão melhores dias num prazo mais ou menos próximo.

Senhoras e Senhores Deputados

Os líderes dos países mais industrializados e das maiores economias emergentes reuniram-se em Londres, no princípio deste mês, para encontrar uma resposta global para a crise. Todos desejamos que as decisões aí tomadas contribuam para a estabilidade financeira internacional e para restaurar o clima de confiança e o crescimento económico.

No entanto, importa não esquecer que a ausência de valores e princípios éticos nos mercados financeiros constituiu uma das principais causas da crise económica que o Mundo atravessa.

Gestores financeiros imprudentes ou incompetentes, e outros pouco escrupulosos ou dominados pela avidez do lucro a curto prazo, abusaram da liberdade do mercado e da confiança dos cidadãos, com gravíssimas consequências para as condições de vida de milhões de pessoas. Só poderemos estar seguros de que uma tal situação não se repetirá se a dimensão ética e a responsabilidade social ocuparem um lugar central no desenho das novas regras de controlo e supervisão das instituições e dos mercados financeiros.

Seria condenável e imoral que os países mais pobres fossem obrigados a suportar os custos de uma crise para a qual em nada contribuíram. Se é certo que a estabilidade financeira internacional é um bem público global, cuja defesa a todos compete, no caso da presente crise não restam dúvidas sobre quem foram os que se aproveitaram das poupanças alheias e provocaram o colapso do sistema.

Senhoras e Senhores Deputados

O ano em que se comemora o 35º aniversário do 25 de Abril é também um ano em que os Portugueses irão ser chamados às urnas, em três actos eleitorais.

O exercício do sufrágio é, sem dúvida, a melhor homenagem que poderemos

prestar à liberdade conquistada há 35 anos. É essencial que os Portugueses, sobretudo os mais jovens, percebam o quanto custou ganhar o direito que agora têm de escolher os seus representantes, através de eleições livres e transparentes.

Foi justamente a pensar nos jovens que, há precisamente um ano, trouxe ao conhecimento dos Senhores Deputados um estudo sobre a juventude e a participação política, elaborado a meu pedido. Na sequência desse trabalho, promovi um Encontro, para o qual convidei representantes de muitas organizações de juventude, com quem debati o problema do distanciamento dos jovens em relação à política, e tenho incluído o tema da participação cívica nos «Roteiros para a Juventude».

Procurei, pela minha parte, dar um contributo para combater o abstencionismo, nomeadamente entre os mais jovens.

Neste dia, faço um especial apelo aos cidadãos para que participem activamente nas três eleições que irão realizar-se este ano. A abstenção não é solução. Aqueles que se absterem de votar abdicam do direito de contribuir para a construção de um Portugal melhor.

As campanhas eleitorais devem ser informativas e esclarecedoras. Todos têm um papel muito importante a desempenhar.

Os meios de comunicação social devem informar objectiva e imparcialmente os cidadãos sobre os conteúdos das propostas das diversas forças políticas. Essas propostas, por seu turno, devem ser claras, para que, uma vez apresentadas ao eleitorado, este assumam, também, as suas responsabilidades.

Votar é um dever cívico e um acto de responsabilidade. Quem vota num programa eleitoral cujas propostas, nos mais diversos domínios, sejam feitas em termos transparentes, deve saber que está a dar o seu apoio a essas propostas. Aqueles que votarem numa dada força partidária devem ter consciência de que estão a sufragar um programa de acção nas mais variadas áreas, da economia à justiça ou à segurança, passando por outras questões que atravessam e dividem a nossa sociedade.

Da parte dos agentes políticos, designadamente da parte das forças partidárias, exige-se uma atitude e um comportamento que mobilizem os cidadãos para a necessidade de votar. A ocorrência de níveis muito elevados de abstenção

eleitoral será um indício de que a nossa República pode enfrentar um sério problema de legitimação democrática.

Considero essencial que os próximos actos eleitorais tenham como horizonte Portugal inteiro. As campanhas devem decorrer com serenidade e elevação e os Portugueses esperam que, num tempo de dificuldades, os agentes políticos saibam dar o exemplo.

Que sejam discutidos os problemas reais das pessoas e do País. Que não se perca tempo com questões artificiais, que haja sobriedade nas despesas, que não se gaste o dinheiro dos contribuintes em acções de propaganda demasiado dispendiosas para o momento que atravessamos.

Uma campanha em que os adversários políticos se respeitem, sem linguagem excessiva nem crispações, será um contributo para a dignificação da nossa democracia e abrirá espaço para o aprofundamento do diálogo interpartidário que tão necessário é para a resolução dos problemas nacionais. As forças políticas devem ter presente que sobre elas recai a grande responsabilidade de encontrar soluções de governo, e que essa responsabilidade é particularmente acentuada nos tempos difíceis que o País atravessa.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

É importante que o debate eleitoral se concentre na resolução dos grandes problemas que o País enfrenta, com os olhos postos no futuro, sem perder tempo nem energias em recriminações sobre o passado.

Políticas que foram adoptadas anteriormente podem ter sido correctas na conjuntura em que então se vivia, mas não o serem nos dias de hoje, do mesmo modo que, actualmente, haverá porventura que tomar medidas que não seriam adequadas no passado.

Basta ter presente que a política económica adequada para um país depende de múltiplos factores que variam no tempo, como sejam as prioridades definidas face ao diagnóstico da situação, os instrumentos disponíveis e a sua eficiência, as restrições que os decisores enfrentam, a incerteza quanto ao futuro, a envolvente externa, o grau de integração com outras economias.

Por outro lado, nas propostas que os diversos partidos irão apresentar ao eleitorado, deve existir realismo e autenticidade. Aquilo que se promete deverá ter em conta a realidade que vivemos no presente e em que iremos viver no futuro. Dizer que essa realidade será fácil será faltar à verdade aos Portugueses. Quem prometer aquilo que objectivamente não poderá cumprir estará a iludir os cidadãos.

É natural que os partidos apresentem ao eleitorado as suas propostas e as suas soluções para os problemas do País.

Mas este não é, seguramente, o tempo das propostas ilusórias. Este não é o tempo de promessas fáceis, que depois se deixarão por cumprir. A crise cria a obrigação acrescida de prometer apenas aquilo que se pode fazer, com os recursos que temos e no País que somos e iremos ser.

Não deveremos, sobretudo nesta fase, alimentar um discurso de crítica sistemática à classe política, nem ceder aos populismos fáceis de contestação do sistema sem apresentação de alternativas consistentes. Quem critica, deve participar. É cómodo ficar de fora e culpabilizar os agentes políticos ou os agentes económicos. Difícil é fazer um esforço de empenhamento activo na vida cívica, contribuindo para o esclarecimento e para o debate e procurando avaliar com discernimento as diferentes propostas de governação.

Os governos são avaliados pelos cidadãos, pelas suas atitudes, por aquilo que fizeram ou deixaram de fazer. É essa a lógica natural da democracia. É isso que distingue o regime em que vivemos daquele que caiu em 1974.

Para tanto, é essencial que as campanhas esclareçam os eleitores, em lugar de se converterem em momentos de mera confrontação verbal em torno de questões acessórias que pouco ou nada dizem àqueles que procuram assegurar os seus empregos, que pretendem viver em segurança, que querem ter acesso mais rápido aos cuidados de saúde, que desejam uma justiça mais rápida e eficaz, que querem que os seus filhos tenham uma educação de qualidade.

São estes os reais problemas dos cidadãos. É para a resolução desses problemas que têm de ser convocadas as escolhas dos eleitores.

O emprego, a segurança, a justiça, a saúde, a educação, a protecção social, o combate à corrupção são questões básicas que devem marcar a agenda política e em torno das quais deve ser possível estabelecer consensos entre os partidos estruturantes da nossa democracia.

Os Portugueses estão cansados de querelas político-partidárias que em nada resolvem as dificuldades que têm de enfrentar no seu dia-a-dia. Impõe-se, sobretudo nesta etapa da vida nacional, uma concentração de esforços na resolução dos problemas reais das pessoas.

Este é um ano de grandes opções. Há 35 anos, vivíamos também tempos de crise e soubemos fazer a opção certa. Por isso nos reunimos aqui, hoje, neste hemisfério renovado, para celebrar a opção que fizemos pela democracia e pela liberdade. São esses os valores que me levam a acreditar que os Portugueses não se acomodam, não se abstêm, não se conformam.

A pior forma de lidar com o presente seria perder a esperança no futuro. Eu não perdi a esperança no futuro. Acredito que, se todos nos mobilizarmos, se forem tomadas as decisões certas, a crise será vencida. Então, seremos dignos daqueles que, há mais de três décadas, tiveram a coragem de se levantar porque acreditaram num País novo e num Futuro melhor.

Mensagem Dirigida às Comunidades Portuguesas por Ocasão do Dia de Portugal

Santarém, 9 de Junho de 2009

Neste Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, saúdo os Portugueses que vivem ou trabalham fora do seu País, bem como os luso-descendentes que, nas sete partidas do mundo, mantêm acesa a chama da portugalidade.

«*Quanto mais longe vou, mais perto fico*», foram palavras que Miguel Torga nos legou, num inesquecível poema. Torga conheceu e viveu a realidade da diáspora, sabia do que falava.

É essencial sabermos do que falamos, quando falamos da diáspora portuguesa. Por isso me tenho esforçado para contactar de perto as comunidades portuguesas dispersas pelo Mundo.

Sempre que me desloco em visitas oficiais ao estrangeiro – como sucedeu este ano, na viagem que fiz à Alemanha –, procuro que o programa oficial inclua momentos de diálogo directo com as comunidades da diáspora.

É fundamental conhecermos a realidade concreta dos Portugueses que emigraram. Só assim estaremos a par dos seus anseios, das suas necessidades, do seu amor à Pátria, do seu profundo e comovente desejo de preservar os laços que os unem a Portugal.

Mas estes laços têm de ser materializados em acções concretas. Não bastam meras palavras de apreço nem simples discursos de ocasião. Não é possível construir uma relação autêntica com as comunidades tendo por base apenas proclamações retóricas sobre os afectos ou os sentimentos.

Deve garantir-se que os Portugueses da diáspora mantenham laços efectivos com o Portugal de onde partiram. Entre eles, avulta, naturalmente, o vínculo da cidadania. Por isso, defendi, através de actos concretos, que o exercício dos direitos cívicos pelos emigrantes fosse assegurado de forma plena.

Não esqueçamos que, como disse o escritor Mia Couto, a identidade dos emigrantes é uma «*identidade fugidia*».

É imprescindível que a identidade dos nossos emigrantes não seja fugidia e que, com o passar dos anos, não se percam os elementos essenciais que ligam as comunidades da diáspora à terra de onde vieram. Porque essa terra tem um nome: Portugal.

E, como Portugueses que todos somos, temos um dever colectivo e patriótico: tornar real o que pode ser fugidio, construir uma identidade própria, capaz de superar as distâncias e as saudades.

No século XXI, em que as distâncias diminuem num Mundo global, as questões relacionadas com a diáspora não podem continuar a ser tratadas através do tradicional discurso saudosista e passadista, em que se enaltecem os afectos mas se esquecem as realizações concretas.

Não por acaso, ainda ontem tive o gosto de distinguir com o Prémio «Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa» um jovem que, na Holanda, criou uma empresa de aplicações de *software* para telemóveis que factura dois milhões de euros por ano e tem 70 milhões de utilizadores, e um português, residente na Califórnia, presidente de uma empresa agro-alimentar, a maior produtora mundial de batata-doce biológica, que factura 36 milhões de euros por ano e emprega 700 pessoas.

Orgulho-me de ter contribuído para que a política da diáspora esteja mais atenta à necessidade imperiosa de manter intocados os direitos cívicos dos emigrantes.

Orgulho-me de Portugal e de ser Português. E, neste dia 10 de Junho, quero dizer muito vincadamente: orgulho-me de todos os que querem continuar a ser Portugueses.

Cerimónias Militares das Comemorações do Dia 10 de Junho

Santarém, 10 de Junho de 2009

A data que hoje celebramos, nesta histórica cidade de Santarém, convida-nos a visitar um passado cujo património nos enobrece e a reflectir sobre os pilares estruturantes da identidade nacional e os valores que moldaram a alma e o sentir português.

Um sonho de expansão marítima, em que conjugámos de forma admirável o amor pátrio com o fascínio pelo mar, o sítio da geografia com a vocação universalista, a cultura europeia com a criação de um património comum de valores da maior relevância para o entendimento entre as nações. Um desígnio colectivo que ainda hoje determina as prioridades do nosso relacionamento externo, na Europa, nas Américas e em África.

Nesta ocasião, e neste local, é imperativo reconhecer o valioso contributo da Instituição Militar para a edificação de Portugal, desde a sua génese até aos nossos dias.

Portugal é obra de todos os Portugueses. Temos a obrigação de honrar o seu legado e de o saber projectar para o futuro.

Em situações de grande dificuldade, em que o curso normal da vida nacional perigou, os militares souberam sempre interpretar o sentir profundo e as aspirações do Povo, garantindo com sucesso a independência e a defesa de Portugal. Construámos um país coeso, com fronteiras consolidadas e das mais antigas do Mundo, de fácil relacionamento com outros povos e culturas, respeitado pela comunidade internacional como defensor dos direitos humanos e do primado da Lei e activamente empenhado na segurança e na paz mundial.

Também em Santarém se fez Portugal. Local frequente de reunião das Cortes, até ao século XV, a cidade esteve envolvida em diversas acções de defesa da nacionalidade, tendo sido das últimas a ceder à invasão estrangeira, após a crise de 1580, e das primeiras a aclamar D. João IV.

A nossa memória longínqua leva-nos também ao grande navegador Pedro Álvares Cabral, sepultado nesta cidade e que ao descobrir o Brasil se imortalizou.

Sá da Bandeira e Passos Manuel são, ainda, dois exemplos de notáveis militares e estadistas liberais com forte ligação a Santarém.

Mais recentemente, vem-nos à memória a Escola Prática de Cavalaria e o seu contributo para a instauração e consolidação da democracia em Portugal. Daqui saiu a coluna militar, comandada pelo jovem capitão Salgueiro Maia, a quem acabo de homenagear e que em Abril de 1974 marchou para Lisboa em nome dos ideais da liberdade e da democracia.

Militares

Quis, desde o início do meu mandato, associar as Forças Armadas às cerimónias de celebração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. É nesta ocasião que a elas me dirijo especialmente e procuro dar particular visibilidade e público testemunho das suas capacidades, bem como da excelência do seu desempenho no cumprimento das missões ao serviço de Portugal e dos Portugueses.

Uma palavra de reconhecimento é devida aos antigos combatentes, alguns deles aqui presentes, portugueses que deram o melhor de si por Portugal. Nenhuma pátria que se respeite pode esquecer os cidadãos que, por ela, a tudo se dispuseram.

Como Comandante Supremo das Forças Armadas, tenho acompanhado com particular atenção os assuntos referentes à Defesa Nacional, procurando incentivar o processo de reestruturação e o desenvolvimento do trabalho e das capacidades conjuntas e combinadas das nossas Forças Armadas.

No âmbito legislativo, foram recentemente aprovados pelo Parlamento dois importantes diplomas sobre a reorganização da estrutura superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas – a Lei de Defesa Nacional e a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas.

Da aplicação das novas leis espera-se que resulte uma maior ligação e complementaridade entre os Ramos e a criação de estruturas de comando mais ágeis e flexíveis, evitando duplicações e buscando eficácia, racionalidade e economia de meios.

Militares

A ideia de uma nova ordem mundial sem guerras e em que o desenvolvimento e os direitos humanos pudessem constituir as bases de um novo paradigma das relações internacionais permanece, ainda, uma realidade distante.

Para promover a segurança e salvaguardar o desenvolvimento das populações, os Estados estabelecem sistemas colectivos de segurança e defesa para os quais cada país disponibiliza as suas forças, na perspectiva de, em conjunto, diminuir as suas vulnerabilidades, contribuindo para a defesa de uma fronteira de segurança comum, frequentemente distante dos seus próprios territórios.

É neste enquadramento que Portugal apoia e participa em operações das Nações Unidas, da NATO e da União Europeia. Devemos, para a salvaguarda dos nossos próprios interesses, continuar a honrar os compromissos com estas organizações e garantir as condições adequadas para que as nossas Forças Armadas possam ombrear com as demais no cumprimento das missões internacionais.

No ano que passou, as nossas forças participaram em operações no Líbano, nos Balcãs, no Afeganistão, no Chade e nos mares do Mediterrâneo e da Somália. Desenvolveram, igualmente, acções de cooperação técnico-militar, em especial nos países africanos de língua oficial portuguesa e em Timor-Leste.

Em todas estas missões, a actuação dos militares portugueses tem merecido, reiteradamente, rasgados elogios por parte dos nossos aliados, dos países e das populações que os acolhem. É motivo de orgulho para todos nós.

Não quero, ainda, deixar de expressar, em nome de todos os Portugueses, um público reconhecimento às Forças Armadas pelas missões de apoio directo às populações, salvando vidas e haveres. É um imperativo nacional e, além disso, um acto de bom aproveitamento das capacidades e dos recursos disponíveis nas Forças Armadas.

Militares

Em todos os processos de transformação das Forças Armadas, mais do que a actualização tecnológica dos recursos materiais, sobressai a qualidade dos recursos humanos como o mais valioso activo da Instituição Militar. Daí a prioridade que deve ser dada ao apuramento da sua formação.

Está em curso uma reforma do Ensino Superior Militar com vista à reorganização dos cursos de acordo com as orientações da Declaração de Bolonha. O ensino militar não poderá deixar de compreender uma sólida formação ética e comportamental dos jovens militares, marca impressiva e positivamente diferenciadora das grandes instituições.

A capacidade e o treino físico são condições indispensáveis para o exercício da profissão militar. A percentagem de candidatos à admissão nas escolas militares que é eliminada nas provas físicas chega a atingir, nalguns casos, os 40 por cento. Será, talvez, uma característica das sociedades modernas, mas é com certeza preocupante. Importa melhorar a condição física dos nossos jovens, não só numa perspectiva de Defesa Nacional mas também por razões de saúde pública e bem-estar da população.

Os militares são portugueses que juraram defender a Pátria, mesmo com o risco da própria vida, e que aceitam, para tal, limitações ao exercício dos seus direitos de cidadania. Os elevados padrões de disciplina e de coesão que o País deve exigir às Forças Armadas impõem um especial cuidado na salvaguarda da condição militar dos homens e mulheres que as integram, bem como uma preocupação acrescida de justiça na definição das suas condições socioprofissionais.

Por outro lado, e face aos objectivos que se pretendem atingir com as Forças Armadas, importa assegurar a disponibilização de meios adequados à existência de um sistema militar coerente, capaz de operar eficientemente dentro dos limites orçamentais impostos.

Militares

Tenho consciência de que há muito por fazer. Reconheço o esforço que tem sido realizado por todos vós, nos mais diversos postos e nas mais variadas funções.

Os Portugueses confiam e revêem-se nas suas Forças Armadas como factor de afirmação de identidade e garante da independência nacional. Como instrumento privilegiado de prestígio da acção externa do Estado. Como instituição orgulhosa da sua história e do legado que as sucessivas gerações lhe deixaram.

Como vosso Comandante Supremo, sei bem que o lema que seguís é apenas um e o mais nobre – servir Portugal.

Sessão Solene das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

Santarém, 10 de Junho de 2009

Hoje é o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, o dia em que evocamos os nossos maiores e prestamos homenagem àqueles que continuam a sua obra e se distinguem por feitos notáveis em prol da Nação.

Neste dia tão cheio de significado para os Portugueses, estamos aqui, em Santarém, para celebrar a nossa identidade como povo e os laços que desde há séculos nos unem, seja onde for que tenhamos rumado, em busca de um futuro melhor.

Estamos aqui, além disso, para honrar a obrigação que temos para com aqueles que nos antecederam e legaram um País soberano, manifestando a nossa vontade de deixar esse mesmo legado, se possível engrandecido, àqueles que nos irão suceder.

Gostaria, neste momento, de evocar a memória de João Bénard da Costa, que, nos últimos dez anos, desempenhou de forma notável as funções de Presidente da Comissão Organizadora destas Comemorações.

As comemorações do 10 de Junho representam, antes de mais, uma manifestação de fé e confiança nas capacidades do Povo português, tantas vezes demonstradas ao longo dos tempos.

Capacidade para resistir em momentos adversos e defender a integridade do território e a independência nacional, como a que demonstrou, por exemplo, Nuno Álvares Pereira, que a Igreja Católica ainda recentemente canonizou.

Capacidade para planificar com rigor e executar com determinação as ideias mais arrojadas, como a que demonstrou o Almirante Gago Coutinho, nascido há precisamente 140 anos, que realizou com Sacadura Cabral essa proeza extraordinária que foi a primeira travessia aérea do Atlântico Sul.

Capacidade, ainda, para ir à aventura, arriscar e descobrir novas terras e novos mundos onde vencer, como a que podemos ver ainda hoje em tantos dos nossos emigrantes.

O exemplo destes e de tantos outros homens e mulheres, nossos compatriotas, sejam eles famosos ou simples anónimos, é um justificado motivo de orgulho.

Mas deve igualmente constituir um estímulo, uma prova de que somos capazes de vencer, mesmo perante os maiores desafios ou as piores adversidades.

Numa passagem de *Viagens na Minha Terra*, esse livro magnífico onde se retrata com tanta sensibilidade a região de Santarém, Almeida Garrett contempla o rio Tejo, lê alguns versos d’*Os Lusíadas*, e exclama com entusiasmo: «sonhei que era português, que Portugal era outra vez Portugal!».

Neste Dia de Camões, mais do que sonhar, temos de acreditar que Portugal será outra vez Portugal, um Portugal melhor, o mesmo Portugal que tantas vezes se afirmou no decorrer da sua história.

Os exemplos que nos vêm do passado constituem, em primeiro lugar, uma responsabilidade para todos e para cada um de nós. Responsabilidade na solução dos problemas que temos pela frente. Responsabilidade na criação de um país melhor para os nossos filhos e para os nossos netos.

Não se trata de uma responsabilidade em abstracto. Trata-se de uma responsabilidade concreta, que se traduz, desde logo, na obrigação que temos de participar na vida pública. Em tempos reconhecidamente difíceis como aqueles em que vivemos, não é aceitável que existam Portugueses que se considerem dispensados de dar o seu contributo, por mais pequeno que seja.

O alheamento não é uma forma adequada – nem, certamente, eficaz – de enfrentar os desafios e resolver as dificuldades. Pelo contrário, níveis de abstenção como aquele que se verificou nas eleições de domingo passado são um sintoma de desistência, de resignação, que só empobrecem a democracia.

Quando estão em causa questões que a todos dizem respeito, nenhum de nós se pode eximir das suas obrigações, sob pena de a gestão da coisa pública ficar sem esse escrutínio indispensável que é o voto popular.

A abstenção deve, além disso, fazer reflectir os agentes políticos. A confiança dos cidadãos nas instituições democráticas depende, em boa parte, da forma como aqueles que são eleitos actuam no desempenho das suas funções.

Se não tivermos órgãos de representação prestigiados, será difícil aumentar a participação dos eleitores e demonstrar-lhes que o seu voto é importante e útil para a formação das decisões de interesse geral.

A credibilidade dos agentes políticos é tanto mais necessária quanto a situação económica e financeira actual representa um desafio, sem precedentes nas últi-

mas décadas, à qualidade das instituições democráticas, à competência e visão de futuro dos decisores, e ao empenhamento responsável e solidário de cada um dos cidadãos. Da minha parte, asseguro aos Portugueses que, nas boas como nas más horas, estarei aqui.

Senhoras e Senhores

Neste dia em que se celebra Portugal e a memória de uma nação com mais de oito séculos, devemos interrogar-nos sobre aquilo que podemos e queremos fazer para que essa caminhada prossiga, e para que os nossos descendentes possam vir também a sentir-se orgulhosos das nossas realizações e das opções que tomámos.

Não podemos invocar as glórias do passado sem olhar às dificuldades do presente e à responsabilidade que a todos cabe na procura de soluções para o futuro.

É correcto, e certamente justo, que tenhamos confiança nas nossas energias e recursos enquanto nação. Mas é necessário ter também a coragem de encarar a verdade dos factos e proceder às mudanças que sejam necessárias, na política como na sociedade em geral, na esfera pública como na actuação de cada um em particular.

Conforme já tenho dito, «a verdade gera confiança, a ilusão é fonte de descrença». Só uma informação correcta permite às pessoas fazerem as escolhas mais adequadas para acautelarem o seu futuro e o das suas famílias.

Temos, antes de mais, de saber extrair da actual situação as lições que se impõem. De pouco adiantarão os diagnósticos e, ainda menos, as lamentações ou recriminações, se nada mudar, entretanto, nas atitudes e nos comportamentos.

Face às dificuldades e aos desafios que temos pela frente, é imperativo promover uma cultura de valores, uma cultura que contemple a dignidade das pessoas, incentive o esforço e o mérito e favoreça a coesão social.

É preciso valorizar os laços familiares, que são o mais sólido alicerce de qualquer sociedade e a melhor forma de assegurar a responsabilidade intergeracional.

É preciso reavivar nas pessoas um espírito de sobriedade e uma consciência solidária; combater o esbanjamento e o desperdício e rever hábitos de consumismo; compreender que também somos responsáveis pela sorte dos outros, principalmente daqueles que são mais carenciados e que vivem e sofrem perto de nós, na nossa cidade ou aldeia, no nosso bairro ou na nossa empresa.

Mais do que simples regras formais, terá de haver, sobretudo, uma clara presença de princípios éticos nas instituições, no mundo dos negócios e no mundo do trabalho. A justiça, a equidade e a responsabilidade social não podem ser letra-morta, simples palavras de que só nos lembramos em momentos de apuros.

Tanto no Estado como na sociedade civil é preciso adoptar uma cultura de transparência e de prestação de contas.

Não esqueçamos que, na origem de alguns dos principais problemas que o mundo actualmente enfrenta, esteve a ausência de escrúpulos e de princípios por parte daqueles que abusaram da confiança neles depositada, prejudicando milhões de pessoas e acabando por comprometer o bem-estar de muitos mais. Se há um ensinamento claro a retirar da conjuntura actual é o de que o desenvolvimento económico não pode processar-se à margem da responsabilidade social e do respeito por normativos éticos, que vinculam tanto os governos e os políticos, como os mercados, os empresários e os gestores.

Senhoras e Senhores

Tal como sempre aconteceu no passado, para triunfar das dificuldades é indispensável ter confiança. Portugal, pese o realismo que os indicadores impõem, tem razões para confiar. Portugal não é «*o País possível*», nem «*o País de desistentes*», de que noutro tempo falou o poeta Ruy Belo, em versos inspirados mas de profundo desalento. Portugal pode e tem de confiar em si próprio.

No Mundo globalizado em que vivemos, Portugal possui recursos estratégicos importantes, recursos que estão de há muito identificados e que são conhecidos de todos. Somos, desde há séculos, um Estado com fronteiras definidas e uma nação coesa, que fala a mesma língua e que tem uma origem e uma história comuns.

A rede de instituições de solidariedade social, disseminada por todo o território, com uma já longa tradição de prestação de inestimáveis serviços à comunidade, representa um activo da maior relevância nos tempos que correm, constituindo uma prova irrefutável das reservas morais que soubemos preservar.

Estamos, além disso, integrados no espaço europeu e na zona euro, um espaço dotado de grande dinamismo económico, que tem vindo, no último meio século, a dar um contributo inestimável para a melhoria das condições de vida dos cidadãos e para a solidariedade entre os povos.

No plano internacional, temos um relacionamento privilegiado com um conjunto importante de países, em todos os continentes, fruto da nossa aventura marítima, da nossa já secular diáspora, da dimensão universal da língua portuguesa e do prestígio que conhecem as comunidades de emigrantes.

Em virtude da nossa situação geográfica, somos detentores de uma das maiores zonas económicas exclusivas da Europa, de um património oceânico que é único, e de recursos geológicos, biotecnológicos e energéticos muito relevantes.

Temos uma riqueza florestal de grande valor, se a soubermos proteger dos incêndios.

As condições climatéricas e de segurança, somadas a um rico e diversificado património natural e cultural, fazem de Portugal um país reconhecidamente vocacionado para o desenvolvimento do turismo.

Há que saber mobilizar o esforço e o talento dos Portugueses para aproveitar todos estes recursos, quer para melhorar o desempenho da nossa economia, quer para sustentar a tendência para o endividamento crescente do País – famílias, empresas, sector público.

É certo que a situação económica e financeira internacional, ao mesmo tempo que tornou claro até que ponto os países estão hoje interdependentes, veio também evidenciar algumas vulnerabilidades específicas de Portugal.

Não basta, por isso, que nos limitemos a tentar sobreviver. É necessário ver mais além; antecipar, desde já, a situação em que queremos estar quando for finalmente ultrapassada a conjuntura actual; e criar as condições para tirarmos partido da fase de recuperação.

É necessário, em suma, ter uma visão estratégica de médio e longo prazo, uma visão alheia a calendários imediatos, que poderiam comprometer o futuro e tornar inúteis os sacrifícios que a hora exige.

A história demonstra que, dos tempos de profundas dificuldades, sempre emergiram vencedores: os que souberam agir com determinação, sentido estratégico e capacidade de mobilizar esforços e vontades. Portugal pode ser um dos vencedores.

Sabemos bem quais são os grandes desígnios nacionais. Resta sabermos colocar o País no rumo certo, introduzir as mudanças necessárias, reajustar os comportamentos e expectativas individuais, apostar no que é, de facto, essencial para o aumento da nossa capacidade competitiva.

Ninguém ignora a urgência de uma melhoria do sistema educativo, de forma a inculcar nos jovens o valor do conhecimento, da inovação, da criatividade e do empreendedorismo. A educação não é só um problema da escola. A sociedade, no seu conjunto, tem de incorporar no seu dia-a-dia a importância da aprendizagem, como factor de realização pessoal e de progresso social.

Não podemos esquecer o mundo rural, cujo desenvolvimento é decisivo, tanto na perspectiva da produção agrícola e de actividades complementares, como na perspectiva do ordenamento territorial, do combate ao despovoamento do interior e da coesão do todo nacional.

Temos de ambicionar uma sociedade civil verdadeiramente emancipada do Estado, afirmando-se, autonomamente, pela sua criatividade, organização, trabalho e capacidade inovadora; uma Administração Pública que preste serviços de qualidade e tenha assegurada a sua independência face a interesses partidários ou outros; um sistema judicial com credibilidade e prestígio, eficiente no seu funcionamento e que inspire confiança à comunidade.

Portugueses

Não podemos deixar-nos abater pelo desalento.

Portugal soube sempre encontrar a forma de vencer as dificuldades que conheceu ao longo da sua história.

Estou certo de que saberemos, uma vez mais, estar à altura dos nossos antepassados.

Tenho mantido contactos frequentes com os mais diversos sectores da nossa sociedade. Por tudo quanto vi e ouvi, tenho a certeza de que podemos fazer deste tempo de prova um tempo de esperança.

Existem, felizmente, muitos exemplos, em particular entre os mais jovens, de cientistas, empresários, artistas e outros profissionais portugueses que têm triunfado, tanto cá dentro como no estrangeiro, e que não se conformam com os atrasos que persistem em muitos sectores da vida nacional.

O seu inconformismo deve ser o nosso lema. O seu trabalho deve ser o exemplo e o seu triunfo a meta que ambicionamos para o País inteiro.

Esperança é a palavra.

Sessão Solene Comemorativa dos 900 Anos do Nascimento do Rei D. Afonso Henriques

Guimarães, 24 de Junho de 2009

Recebi com profunda emoção, das mãos deste pequeno Afonso, esta Medalha de Ouro que a cidade de Guimarães dedica ao Rei D. Afonso Henriques. Serei, enquanto Chefe do Estado Português, o seu fiel e dedicado depositário.

A figura de D. Afonso Henriques ergue-se, perante aqueles que lhe sucederam, como o primeiro elo de uma longa corrente que nos liga, a nós que vivemos no presente, aos actos fundacionais. Essa corrente, a que o Fundador deu começo, entendemo-la como uma âncora que nos firma ao que somos. Uma âncora que não nos prende ao passado, mas que assegura que o passado está vivo em nós. Sabemos que, quanto mais profunda é a raiz, mais alto alcançam os ramos que dela se nutrem. E que é condição de uma vida autêntica manter tão presentes o ponto de partida e o caminho percorrido como os projectos futuros.

A tradição ancorada na memória viva de um povo diz-nos que esta é a Cidade-Berço. Por isso, neste dia que a cidade recolheu como seu, o dia da Batalha de São Mamede, encontramos-nos em Guimarães para manter vivos em nós os actos fundacionais. Temos o dever de o fazer, seguros de que, sem o estribo do passado, o presente não seria mais do que uma circunstância.

Justamente por isso, nesta comemoração não nos deve perturbar o debate de certas circunstâncias, como o local e a data de nascimento do Infante D. Afonso. Às dúvidas dos historiadores, respondemos o que basta: viu a primeira luz em terra que tornou Portugal e, afortunadamente, nasceu quando foi necessário.

A sua existência oferece-nos o exemplo feliz de um homem que, no seu tempo e junto dos seus contemporâneos, encontrou e pôde cumprir um desígnio histórico.

Pelo sortilégio do homem que lidera, D. Afonso Henriques ficou para sempre como o rosto visível do momento primordial. Foi o primeiro, contudo não foi o único.

A sua glória duradoura provém – e não é pouco – da coragem de começar.

Era tudo tão incerto, o desfecho do que se começava tão imprevisível e o risco de tal forma elevado. Não obstante, criou uma hoste de homens que aceitaram

partilhar o mesmo objectivo e o mesmo destino. Foi, seguramente, um chefe de excepção.

Num determinado momento, quebrou o silêncio formulando a vontade de criar Portugal. Infelizmente, o tempo não preservou as suas exactas palavras. Não sabemos como terá transformado o seu sonho em discurso. Resta-nos a imaginação para reconstituir o modo como persuadiu os seus a escolher segui-lo. Foram proferidas, decerto, palavras de esperança, palavras de crença, promessas. Foi gerada a confiança que justifica a adesão aos seus propósitos. Estabeleceram-se, adivinhamo-lo, compromissos.

Assim se ilustra uma constante da vida colectiva dos homens: quem pensa e actua como se estivesse sozinho, ficará só; quem convoca a pluralidade dos homens, será seguido.

O certo é que, juntos, D. Afonso e os seus seguidores começaram algo de novo. Passaram então das palavras aos actos.

O cronista atesta que D. Afonso foi «*valente na guerra*». Nos momentos mais decisivos, arriscava tudo em cada lance. Como chefe, deu sempre o exemplo. Mas terão bastado os feitos guerreiros para tornar o nome de D. Afonso Henriques digno de memória e o seu exemplo merecedor de imitação pelos vindouros?

A pior fraqueza dos fortes é a de só acreditar na força. O Rei D. Afonso I acreditou, como diplomata consumado, na subtilidade da negociação. Foi, vinca o cronista, «*mui prudente nas suas acções, de inteligência esclarecida*». Teve aí a suprema qualidade do estadista: soube esperar. Por muito tempo esperou, sempre munido das mesmas convicções, servindo a mesma estratégia, nunca mudando o rumo.

Aguardou décadas para, já perto do fim do seu longo reinado, em 1179, através da bula *Manifestis Probatum Est*, obter a consagração inequívoca de um facto já consumado: foi reconhecido como rei idóneo, prudente e justo de um reino independente, que seria transmitido aos seus descendentes.

D. Afonso Henriques foi um político no sentido mais nobre: juntou os homens para fazer obra comum, num esforço cooperativo que fez nascer uma comunidade duradoura.

Foi aceite como chefe pelos seus soldados e como rei pelos seus súbditos.

Usou o mando, não para subordinar os outros aos seus fins particulares, mas para expressar a sua própria sujeição ao fim por que todos trabalhavam.

Não lhe devemos o Portugal que somos. Esse é uma obra comum, lentamente entretecida ao longo dos séculos por todos nós, Portugueses de ontem e de hoje. Mas devemos-lhe o facto de sermos Portugal. Devemos-lhe a possibilidade de construir uma Pátria, ou seja, um sítio e uma ideia que entendemos como nossos e nos quais nos sentimos em casa.

A nossa casa nunca será uma construção acabada. Cada geração de Portugueses continua a obra, fazendo-lhe um acrescento, que é uma renovação. Cada novo elo da corrente será diferente dos que o antecedem, mas nem por isso renega os actos primordiais.

Dizia o grande pensador romano Cícero que «*Não há actividade alguma na qual a virtude humana se aproxime mais da divina do que a de fundar novas cidades ou preservar as já existentes*». Colocava, assim, o acto de preservar comunidades ao mesmo nível simbólico supremo que atribuía ao acto da fundação.

D. Afonso Henriques tornou possível Portugal. Aqui, em Guimarães, convictos da nossa responsabilidade histórica, inspirados pelos feitos do Fundador e pelo espírito incomum que perpassa por estas pedras, é com determinação que afirmamos a continuação de Portugal.

Sessão Solene Comemorativa dos 160 Anos do Tribunal de Contas

Lisboa, 13 de Julho de 2009

Começo por saudar calorosamente o Tribunal de Contas, na pessoa do seu Presidente e dos seus Juízes Conselheiros. Quando uma instituição perfaz 160 anos de existência, e de uma existência que sempre se caracterizou por um profundo espírito de serviço a Portugal, não podemos deixar de nos congratular. É bem conhecida a importância de instituições como o Tribunal de Contas para o fortalecimento e a transparência de uma sociedade democrática, aberta e justa. Contudo, o seu papel enquanto garante do próprio desenvolvimento económico só mais recentemente tem sido assumido.

Nos nossos dias, existe um claro reconhecimento de que os mecanismos de mercado – eles próprios, instituições que importa preservar e desenvolver –, só conseguem contribuir eficazmente para o progresso económico e social se existirem instituições públicas de qualidade que defendam e delimitem o seu funcionamento.

Neste sentido, tem-se concluído que o progresso de um país depende não só da qualidade intrínseca das instituições, mas também da capacidade de as adequar à realidade política, económica e social.

É talvez por isso que as prescrições genéricas de política económica têm vindo a ser ajustadas face ao reconhecimento de que a especificidade dos países e das suas instituições é crucial para a definição de políticas adequadas e para um desenvolvimento sustentado e harmonioso.

Mais ainda, tem vindo a concluir-se que, ao contrário do que frequentemente se pensava, o crescimento económico não representa uma condição suficiente para o aparecimento de instituições de qualidade. Antes pelo contrário, exige, para a sua sustentabilidade, o bom funcionamento das instituições.

A delimitação apropriada de poderes, a credibilidade dos agentes políticos, a defesa dos cidadãos na sua relação com o Estado, a protecção da propriedade privada, a existência de um sistema judicial célere, a promoção da estabilidade

económica e a liberdade de expressão são amplamente aceites como pilares essenciais de uma democracia madura e desenvolvida.

No entanto, apesar deste reconhecimento consensual, nem sempre é fácil encontrar o caminho mais adequado para a melhoria das instituições de um país, no sentido de assegurar a existência e o bom funcionamento desses pilares de uma democracia de qualidade.

É no âmbito destas reflexões que a importância de instituições sólidas e seculares como o Tribunal de Contas se torna particularmente notória. Desde logo, porque constitui um exemplo claro de uma entidade pública operativa e eficaz, que presta relevantes serviços ao País. Mas, também, porque a sua longevidade é garantia de uma identidade e de uma lógica comum, transversal aos ciclos económicos, sociais e políticos que Portugal tem conhecido.

É justo, pois, valorizar o papel do Tribunal de Contas e enaltecer a forma como tem sabido adaptar-se às novas exigências de um Mundo cada vez mais complexo.

É justo, também, celebrar a forma como as restantes instituições, e os Portugueses em geral, têm convivido com o Tribunal de Contas e reconhecido o seu papel, para o que muito contribui o trabalho aqui desenvolvido.

Instituições como o Tribunal de Contas contribuem de forma relevante para o desempenho de funções de elevada importância na nossa sociedade, como a salvaguarda do cumprimento da lei, a apreciação da validade das contas do Estado, a ponderação da razoabilidade e do rigor no uso dos dinheiros públicos.

É a crescente importância destas funções na nossa sociedade que justifica a existência do Tribunal de Contas e que redobra a sua responsabilidade.

Entre nós, existe ainda a percepção, porventura exagerada, de menor transparência ou de facilitismo nalgumas acções do Estado. A actividade do Tribunal de Contas tem contribuído, muito justamente, para conter esta percepção e para diminuir, em última análise, os riscos de corrupção na nossa sociedade.

A qualidade e a visibilidade do trabalho do Tribunal de Contas podem ser, objectivamente, decisivas. Não apenas para reduzir os riscos de uso abusivo ou pouco transparente dos dinheiros públicos, mas também para reforçar a confiança que os cidadãos depositam no funcionamento do Estado como um todo e no próprio desenvolvimento do País.

Em boa medida, instituições como o Tribunal de Contas cimentam nos cidadãos a confiança no seu país e em si próprios. Muito para além do trabalho concreto aqui produzido, este efeito imaterial da acção do Tribunal de Contas tem de ser salientado e louvado.

Nos últimos anos, temas como a boa gestão das finanças públicas e a contenção do défice orçamental adquiriram um espaço de particular relevância, quase de centralidade, no debate sobre política económica portuguesa. De igual modo, ganharam relevo acrescido questões como a sustentabilidade das finanças públicas e o uso adequado dos recursos orçamentais, não apenas numa perspectiva de curto prazo mas também numa perspectiva intergeracional.

Apesar dos esforços dos governos, Portugal enfrenta há vários anos um problema grave nas suas finanças públicas, cuja responsabilidade se encontra mais do lado da despesa do que da receita. A sua resolução deve ser partilhada pelo conjunto das entidades responsáveis pela aprovação, execução e controlo da despesa.

Torna-se, pois, essencial a existência de progressos neste domínio. A defesa dos direitos dos contribuintes deixou de se reportar apenas à mera definição da equidade fiscal, passando a exigir também uma avaliação rigorosa sobre a forma como o seu dinheiro é gerido e repartido, ou seja, sobre a transparência, os benefícios, a justiça e a equidade dos gastos do Estado.

A missão centenária do Tribunal de Contas ganha, neste contexto, relevância acrescida e redobrada responsabilidade. Estou certo de que, ao fim de 160 anos, o Tribunal de Contas já adquiriu a experiência e a sabedoria necessárias para lidar com estes novos desafios.

Este aniversário, que hoje celebramos, representa o melhor testemunho da capacidade que o Tribunal de Contas tem de responder aos desafios dos tempos. E é a pensar no futuro que saúdo esta Instituição e todos os que a serviram ao longo de 160 anos de existência.

Muito obrigado.

Cerimónia Evocativa dos 99 Anos da Proclamação da República

Palácio de Belém, 5 de Outubro de 2009

Assinalam-se hoje 99 anos sobre a data da implantação da República. As cerimónias comemorativas obedecem este ano a um formato diferente do habitual, tendo em conta a proximidade da realização das eleições autárquicas.

À semelhança do que ocorreu noutras situações do passado, em que decorriam campanhas eleitorais para as Autarquias, foi concertado com a Câmara Municipal de Lisboa que não teria lugar a tradicional cerimónia na Praça do Município com a presença do Presidente da República.

Não quis, no entanto, deixar de assinalar esta efeméride, fazendo-o a partir do Palácio de Belém, o qual se encontra aberto a todos os que o queiram visitar.

Existe, aliás, uma razão acrescida para visitar o Palácio de Belém nestes dias: o Museu da Presidência da República perfaz o seu quinto aniversário e foram lançadas diversas iniciativas culturais a que todos os cidadãos têm acesso.

Em 2010, a República fará 100 anos de existência. Actuando na dependência do Governo, uma Comissão presidida pelo Dr. Artur Santos Silva encontra-se a preparar as Comemorações do Centenário da República.

Essa data deve ser uma ocasião de festa, mas também um momento de reflexão. Acima de tudo, deve representar um traço de união de todos os Portugueses. Devemos unir-nos em torno dos grandes ideais republicanos. Ideais que exigem, da parte dos agentes políticos, um esforço acrescido para a concretização da ética republicana e para a transparência na vida pública. Ideais que exigem, da parte dos cidadãos, uma atitude cívica mais empenhada e mais activa na defesa de uma República onde todos se revejam.

A República desconhece privilégios de nascimento, porque premeia o mérito e a vontade de alcançar uma vida melhor. É um regime de inclusão, que tem de conceder oportunidades iguais para a realização pessoal, familiar e profissional das pessoas.

Numa República, não podem existir barreiras artificiais entre o poder e o povo. Os governantes têm de conhecer a realidade do País. E os cidadãos, por seu turno, têm o dever de participar na vida cívica, ao invés de se queixarem sistematicamente do Estado ou da classe política.

Temos de vencer a tendência para nos lamentarmos de tudo e de todos, e de pouco fazermos para melhorar tudo o que é de todos.

É esta a República que comemoramos este ano e cujo centenário irá ser comemorado em 2010. Comemoramos uma República de cidadãos livres e iguais, que merecem o respeito dos governantes. Uma República de pessoas, com aspirações e problemas concretos. Pessoas cujas preocupações e anseios têm de ser escutados, sobretudo nos momentos mais difíceis.

Ao fim de 100 anos de República, é tempo de sabermos o que queremos para o nosso futuro, o caminho que queremos trilhar.

Saúdo os Portugueses e apelo a que todos sintam que a República não é uma palavra vã. Portugal é a nossa terra, aqui vivemos e aqui temos as nossas raízes.

Em nome de Portugal, façam o que está ao vosso alcance para que os nossos filhos vivam numa República melhor, num país mais próspero, mais justo e solidário.

Cerimónia de Tomada de Posse do XVIII Governo Constitucional

Palácio da Ajuda, 26 de Outubro de 2009

O Governo que hoje toma posse, formado em resultado das eleições de 27 de Setembro, tem plena legitimidade constitucional para governar. Conquistou essa legitimidade nas urnas e, após os partidos com representação parlamentar terem sido ouvidos pelo Presidente da República, é agora empossado.

O XVIII Governo Constitucional inicia funções num momento particularmente difícil da vida nacional. Pelo que ouvi dos líderes partidários, pela minha formação académica, pelos contactos que tenho mantido com especialistas qualificados, pelo que me dizem os diversos agentes económicos e os parceiros sociais, pelo conhecimento directo que possuo da realidade do País, feito através de uma relação franca e aberta com as populações, sei que nos encontramos perante uma situação económica e social preocupante.

De entre os problemas que Portugal enfrenta, dois merecem particular atenção: o desemprego e o endividamento externo.

O desemprego, pelo que significa de quebra de coesão social e de privação, de angústia e de incerteza quanto ao futuro dos que se encontram nessa situação. O endividamento externo, pelos constrangimentos que pode impor ao desenvolvimento do País.

Tanto um como outro exigem um aumento da produção nacional de bens transaccionáveis e um reforço da capacidade competitiva da economia portuguesa, condição para que voltemos a convergir com os países europeus mais desenvolvidos.

Daí a importância dos investimentos que aumentem a produtividade e a competitividade das empresas. Sem o aumento da produção competitiva a nível internacional, não será possível criar empregos sustentáveis e conter as necessidades de recurso ao financiamento externo.

Para mais, como é sabido, existe uma relação entre o défice externo e o desequilíbrio das contas públicas, os chamados défices gémeos.

O esforço que se exige ao País para enfrentar este desafio é ainda acrescido pela difícil situação económica e financeira internacional, apesar de ultimamente terem vindo a ser revelados indicadores positivos de crescimento à escala global. A queda da procura verificada em mercados particularmente importantes para a economia portuguesa exige dos nossos empresários um grande esforço de melhoria dos factores de competitividade, de modo a enfrentar com sucesso a concorrência da produção estrangeira.

O Governo que agora toma posse inicia a sua acção num quadro político complexo, mas não inédito. Ao longo de mais de 30 anos de democracia, já tivemos, por diversas vezes, governos minoritários. Sei, por experiência própria, o que significa liderar um governo minoritário.

É claro para todos que, neste quadro político, o diálogo e a concertação na procura dos consensos possíveis ganham uma relevância acrescida.

É necessário encontrar compromissos com as outras forças políticas, ouvir os agentes sociais e as organizações da sociedade civil, estar particularmente atento aos problemas reais que as famílias enfrentam no seu dia-a-dia. O diálogo deve igualmente estar ao serviço da promoção da confiança e do bom entendimento entre o poder central e as regiões autónomas, no respeito pelos princípios constitucionais da integridade da soberania do Estado e da autonomia dos Açores e da Madeira.

A uma cultura de negociação deve corresponder uma cultura de responsabilidade por parte das diversas forças políticas e dos agentes económicos e sociais. O nosso futuro colectivo é uma responsabilidade de todos e há com certeza vários domínios em que é possível ultrapassar diferenças e fazer obra em comum.

A construção de um futuro melhor para Portugal exige uma participação activa no processo de integração europeia e o empenho de todos na promoção da excelência no ensino, da inovação, da investigação e do desenvolvimento tecnológico. Tal como exige um esforço claro na credibilidade e eficiência do sistema de justiça, no reforço da segurança dos cidadãos, na defesa da qualidade ambiental, no aproveitamento das potencialidades económicas e do valor estratégico do mar. Nos tempos difíceis que o País atravessa, exige-se uma política social activa e um esforço acrescido de todos no apoio aos nossos concidadãos mais expostos à adversidade e ao infortúnio e às camadas mais vulneráveis da nossa sociedade.

Com o nível de desemprego que o País conhece, os Portugueses compreenderiam mal que os agentes políticos não concentratessem a sua atenção na resolução dos problemas concretos das pessoas.

Senhor Primeiro-Ministro

Senhoras e Senhores Ministros

A ausência de um apoio maioritário no Parlamento não é, por si só, um elemento perturbador da governabilidade. A ausência de maioria não implica o adiamento das medidas que a situação do País reclama. Para qualquer Governo, o horizonte temporal de acção deve ser sempre a legislatura.

Perante a gravidade da situação económica do País e a complexidade do actual quadro político, todos somos chamados a actuar com um grande sentido de responsabilidade e de lealdade institucional.

O Presidente da República visa, em permanência, garantir a unidade do Estado, o regular funcionamento das instituições, o equilíbrio do sistema político e o pluralismo democrático.

Nunca faltei à palavra dada e aos compromissos que assumi, em público ou em privado. É exactamente essa a atitude que terei perante o Governo que agora toma posse. Não me afastarei um milímetro do compromisso que assumi perante os Portugueses e, por isso, este Governo pode contar com a cooperação do Presidente da República.

Porque conheço as dificuldades que tem de enfrentar um governo minoritário, porque conheço bem as dificuldades que um Presidente da República pode colocar a um governo, serei sempre um referencial de estabilidade.

Mas, para além disso, na minha tomada de posse assumi o compromisso, que sempre manterei, não só de cooperação institucional, mas também de cooperação estratégica com os outros órgãos de soberania, no respeito pelos limites constitucionais da separação e interdependência de poderes. E tive depois a ocasião de especificar que essa cooperação estratégica se traduzia no empenho do Presidente na realização de objectivos nacionais de amplo consenso, de que me permito destacar a construção de uma sociedade mais justa e solidária, a defesa de uma cultura cívica de responsabilidade, a projecção internacional da língua e da cultura portuguesas, o aprofundamento das relações privilegiadas

com os países da lusofonia, a promoção de uma efectiva igualdade de oportunidades, a dignificação e o prestígio das Forças Armadas e o fomento da inovação e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Tenho mantido, ao longo do meu mandato, uma rigorosa imparcialidade perante as diversas forças políticas. Como afirmei na minha tomada de posse, sou e serei o Presidente de Portugal inteiro. Enquanto Presidente da República, sou um observador atento da realidade e tenho, perante todos os Portugueses, o dever de dizer o que penso nos momentos que considerar oportunos.

Não me movo por cálculos políticos. É a consciência que me interpela todos os dias no exercício das minhas funções. Os cargos públicos são efémeros, mas o carácter dos homens é duradouro. Não são os cargos que definem a nossa personalidade, mas aquilo que somos em tudo aquilo que fazemos.

Nunca escondi dos Portugueses as dificuldades que o País atravessa, do mesmo modo que sempre procurei mostrar exemplos de sucesso e de boas práticas para estimular o que de melhor existe no nosso País, apoiar as iniciativas meritórias da sociedade civil ou ir junto das vozes que não são ouvidas.

Em todos os sectores da vida nacional, existem inúmeros exemplos de sucesso: empresários capazes de inovar e correr riscos, jovens que se dedicam a acções em favor dos que mais precisam, mulheres e homens de ciência que produzem trabalho de alta qualidade, professores exigentes que se dedicam de alma e coração à sua escola, instituições que se distinguem pelas actividades que desenvolvem em prol da comunidade.

Esses exemplos são preciosos na actual conjuntura. Eles mostram-nos que, com esforço, dedicação, criatividade e vontade de vencer, é possível construir um Portugal melhor. Temos de concretizar uma recuperação económica rápida e dinâmica. De Norte a Sul do País, há muitas sementes de esperança que devemos acarinhar.

Senhor Primeiro-Ministro

Senhoras e Senhores Ministros

É difícil a tarefa que o XVIII Governo Constitucional tem pela frente. Além de procurar entendimentos que permitam a governação do País, além de vencer adversidades que são comuns e naturais em muitos governos minoritários das

democracias consolidadas da Europa, o novo Executivo tem de enfrentar problemas económicos e sociais complexos.

O País precisa de reformas, sem dúvida. Mas, mais do que de reformas, o País precisa de um rumo de futuro. Traçar uma linha de rumo que una os Portugueses, que vença o desânimo e a descrença, que estimule a confiança e faça com que os cidadãos acreditem em Portugal é algo que está muito para além de querelas partidárias, é um desafio que interpela todos os órgãos de soberania e todos os agentes políticos.

Neste domínio, pode contar Vossa Excelência, Senhor Primeiro-Ministro, com o empenhamento do Presidente da República.

Darei, como sempre dei, o meu contributo para que os Portugueses acreditem em si próprios e não baixem os braços nesta hora decisiva. Continuarei a percorrer o País, de Norte a Sul, a apelar à união de esforços, a levar uma palavra de esperança e a mostrar os bons exemplos de resposta à crise.

Sigamos o exemplo dos jovens. É admirável o trabalho que têm feito em acções de voluntariado e de apoio social. É notável o esforço dos nossos jovens investigadores e artistas que, em Portugal e no estrangeiro, nos orgulham do País em que nascemos.

A juventude deve ser a nossa grande aposta. A juventude mostra-nos que não está dependente do Estado para trilhar o seu caminho. Os jovens acreditam em si próprios e devemos fazer todos os possíveis para que não tenham de ir para o estrangeiro para encontrarem quem valorize as suas capacidades.

Senhor Primeiro-Ministro

Senhoras e Senhores Ministros

É grande a responsabilidade de todos no momento actual. É grande, sem dúvida, a responsabilidade do novo Governo, mas também das diversas forças políticas e dos agentes económicos e sociais.

A Vossa Excelência, Senhor Primeiro-Ministro, e a todos os membros do seu Governo, formulo votos dos maiores sucessos nas funções em que hoje são empossados.

Mensagem de Ano Novo

Palácio de Belém, 1 de Janeiro de 2010

No início deste novo ano, saúdo todos os Portugueses, onde quer que se encontrem, e desejo-lhes as maiores felicidades para 2010.

Há precisamente um ano, quando falei ao País, referi que 2009 iria ser um ano muito difícil. Acrescentei, na altura, que receava o agravamento do desemprego e o aumento do risco de pobreza e exclusão social. E disse também que Portugal gastava em cada ano muito mais do que aquilo que produzia.

Quando proferi estas palavras, não o fiz com um propósito político. Enquanto Presidente da República, estou acima do combate político e partidário. Falo aos Portugueses quando entendo que o interesse do País o justifica e faço-o sempre com um imperativo: nunca vender ilusões nem esconder a realidade do País.

Em nome da verdade, tenho a obrigação de alertar os Portugueses para a situação difícil em que o País se encontra e para os desafios que colectivamente enfrentamos.

Ao longo do último ano, o desemprego subiu acentuadamente, atingindo, no terceiro trimestre, 548 mil pessoas. Quase 20 por cento dos jovens estavam desempregados.

A todos aqueles que, no último ano, perderam o seu emprego ou não conseguiram retomar uma actividade profissional, quero deixar uma palavra de conforto, mas também de esperança. Não percam a coragem.

Mas o desemprego não é o único motivo de preocupação.

A dívida do Estado tem vindo a crescer a ritmo acentuado e aproxima-se de um nível perigoso. O endividamento do País ao estrangeiro tem vindo a aumentar de forma muito rápida, atingindo já níveis preocupantes. Acresce que o tempo das taxas de juro baixas não demorará muito a chegar ao fim.

Se o desequilíbrio das nossas contas externas continuar ao ritmo dos últimos anos, o nosso futuro, o futuro dos nossos filhos, ficará seriamente hipotecado.

Quando gastamos mais do que produzimos, há sempre um momento em que alguém tem de pagar a factura.

Com este aumento da dívida externa e do desemprego, a que se junta o desequilíbrio das contas públicas, podemos caminhar para uma situação explosiva.

Portugal tem de juntar todas as suas forças para inverter esta situação.

Não podemos continuar a ser ultrapassados, em termos de nível de desenvolvimento, por outros países da União Europeia. De acordo com os indicadores mais recentes, Portugal já baixou para a 19ª posição, estando apenas à frente de oito países da Europa de Leste que aderiram há poucos anos à União.

Tempos difíceis são tempos de maior exigência e de elevada responsabilidade. Para todos, é certo, mas ainda de maior exigência e responsabilidade para os detentores de cargos públicos.

O exemplo deve vir de cima.

O País real, que quer trabalhar, que quer uma vida melhor, espera que os agentes políticos deixem de lado as querelas artificiais, que em nada resolvem os verdadeiros problemas das pessoas.

É tempo de nos concentrarmos naquilo que é essencial, com destaque para o combate ao desemprego. Não é tempo de inventarmos desculpas para deixarmos de fazer o que deve ser feito.

Estamos perante uma das encruzilhadas mais decisivas da nossa história recente. É por isso que, em consciência, não posso ficar calado.

Em face da gravidade da situação, é preciso fazer escolhas, temos de estabelecer com clareza as nossas prioridades.

Os dinheiros públicos não chegam para tudo e não nos podemos dar ao luxo de os desperdiçar.

Recordo o que tenho vindo insistentemente a defender. Nas circunstâncias actuais, considero que o caminho do nosso futuro tem de assentar em duas prioridades fundamentais. Por um lado, o reforço da competitividade externa das nossas empresas e o aumento da produção de bens e serviços que concorrem com a produção estrangeira. Por outro lado, o apoio social aos mais vulneráveis e desprotegidos e às vítimas da crise.

É uma ficção pensar que é possível conseguir uma melhoria duradoura do nível de vida dos Portugueses sem o aumento da produtividade e da competitividade da nossa economia.

O reforço da competitividade depende, desde logo, da confiança e da credibilidade das nossas instituições, nomeadamente do sistema de justiça e da Administração Pública. Devemos apostar, por outro lado, em políticas públicas que promovam uma educação exigente e uma formação profissional de qualidade, que fomentem a inovação, que incentivem os investimentos das empresas no sector dos bens e serviços que concorrem com a produção externa.

Cerca de 95 por cento das nossas empresas têm menos de 20 trabalhadores. Sendo esta a estrutura do nosso tecido produtivo, o contributo das pequenas e médias empresas é decisivo para a redução do desemprego e para o desenvolvimento do País.

Às instituições financeiras, por seu lado, exige-se que apoiem de forma adequada o fortalecimento da capacidade das pequenas e médias empresas para enfrentarem a concorrência externa. Se o Estado tem a responsabilidade de garantir a estabilidade do sistema financeiro em períodos de turbulência, os bancos têm a responsabilidade social de garantir que o crédito chega às empresas.

Nos últimos tempos, temos ouvido muitos apelos para que o Presidente da República intervenha activamente na vida política. No entanto, na lógica do nosso sistema constitucional, não compete ao Presidente da República intervir naquilo que é o domínio exclusivo do Governo ou naquilo que é a actividade própria da oposição. Portugal dispõe de um Governo com todas as condições de legitimidade para governar, um Governo assente numa maioria relativa conquistada em eleições ainda há pouco realizadas.

O novo quadro parlamentar, aliado à grave situação económica e social que o País vive, exige especial capacidade para promover entendimentos da parte de quem governa, a que deve corresponder, por parte da oposição, uma atitude de diálogo e uma cultura de responsabilidade. Os Portugueses compreenderiam mal que os diversos líderes políticos não se concentrassem na resolução dos problemas das pessoas e que não empenhassem o máximo do seu esforço na realização de entendimentos interpartidários.

Neste contexto, a difícil situação das nossas contas públicas lança um desafio de regime aos partidos representados no Parlamento. Os custos da correcção de um desequilíbrio das finanças públicas podem ser dramáticos, como o demonstram os exemplos de outros países da União Europeia.

Importa ter presente que Portugal tem já um nível de despesa pública e de impostos que é desproporcionado face ao seu nível de desenvolvimento. Assim, seria absolutamente desejável que os partidos políticos desenvolvessem uma negociação séria e chegassem a um entendimento sobre um plano credível para o médio prazo, de modo a colocar o défice do sector público e a dívida pública numa trajetória de sustentabilidade. O Orçamento do Estado para 2010 é o momento adequado para essa concertação política, que, com sentido de responsabilidade de todas as partes, sirva o interesse nacional.

Não devemos esperar que sejam os outros a impor a resolução dos nossos problemas.

Portugueses

Neste ano de 2010, iremos celebrar o Centenário da República.

Vamos fazê-lo numa conjuntura que é de grandes dificuldades. Mas, precisamente por isso, temos de perceber que a nossa crise não é apenas económica.

É, também, uma crise de valores.

Há que recuperar o valor da família. O esbatimento dos laços familiares tem sido um dos factores que mais contribuem para agravar as dificuldades que muitos atravessam.

Devemos também valorizar a prática do valor da ética republicana. A ética nos negócios, nos mercados e na vida empresarial, mas também na vida pública, tem de ser um princípio de conduta para todos.

Temos também de restaurar o valor da confiança nas instituições e na justiça. Os Portugueses têm de acreditar que existe justiça no seu País, que ninguém está acima da Lei.

Sei que a grande maioria dos magistrados se empenha, séria e discretamente, em fazer bem o seu trabalho.

Neste primeiro dia do ano, importa reafirmar o valor da esperança. Repito aos Portugueses o que lhes disse há precisamente um ano: não tenham medo. Possuímos uma longa História de que nos orgulhamos, porque no passado não tivemos medo. E aqui estamos hoje, um Estado democrático que faz parte de uma Europa Unida. Aqui estamos hoje, em 2010, porque acreditámos em nós próprios e num destino chamado futuro.

Em nome desse futuro, temos de continuar a lutar. O combate que travamos por Portugal é feito em nosso nome e em nome dos nossos filhos.

Eu acredito em Portugal. Por isso, continuarei a lutar pelo futuro desta nossa terra.

No meio de tantas incertezas, os Portugueses podem ter uma certeza: pela minha parte, não desistirei e nunca me afastarei dos meus deveres e dos meus compromissos.

A todos, um Bom Ano de 2010.

Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial

Supremo Tribunal de Justiça, 27 de Janeiro de 2010

A abertura do Ano Judicial é uma ocasião privilegiada para proceder a uma reflexão sobre o estado da Justiça em Portugal. Uma reflexão que se quer serena e desapassionada, livre de condicionamentos e de preconceitos corporativos, desde logo porque a Justiça, em Portugal, atravessa um momento delicado, feito de grandes exigências.

Diversos inquéritos e estudos de opinião mostram que a Justiça portuguesa enfrenta um sério desafio de credibilidade. Trata-se de um desafio que não se dirige apenas aos operadores judiciais, mas que interpela igualmente os agentes políticos e, muito em especial, os responsáveis pela actividade legislativa.

O problema da qualidade das leis é uma questão que, como sabem, tem estado no centro das minhas preocupações. A ele me referi, nesta mesma Sala, por ocasião da abertura do Ano Judicial, em 2009.

Considero, de facto, que a ausência de qualidade legislativa é um elemento altamente perturbador do salutar funcionamento do nosso sistema de justiça. Não me refiro apenas, como é evidente, a deficiências técnico-jurídicas nos actos legislativos ou à falta de soluções normativas claras e objectivas. Se fosse só este o problema, o trabalho interpretativo e correctivo dos tribunais permitiria, em boa medida, ultrapassá-lo.

No entanto, a questão da qualidade das leis engloba outras vertentes, as quais não são passíveis de ser resolvidas pelo poder judicial, acabando este, em última linha, por ser vítima de uma situação a que é alheio.

Verifica-se, desde logo, que muitas das leis produzidas entre nós não têm adequação à realidade portuguesa. Correspondem a impulsos do legislador, muitas vezes ditados por puros motivos de índole política ou ideológica, mas não vão ao encontro das necessidades reais do País, nem permitem que os Portugueses se revejam no ordenamento jurídico nacional.

É necessário legislar com mais rigor, mas sobretudo com mais ponderação e prudência e com maior sentido de adequação à realidade. A pretensão de

mudar a realidade da vida pela força da lei raramente produziu bons resultados.

Em alguns casos, as leis produzem, até, efeitos contrários às pretensões dos legisladores. A lei do divórcio foi aprovada para diminuir a litigiosidade, mas, após ter entrado em vigor, os litígios nos tribunais de Família e Menores terão aumentado substancialmente.

Este exemplo, entre muitos outros, evidencia a necessidade de legislar em estreita articulação com os aplicadores do Direito, pois estes conhecem a realidade, possuem um saber de experiência feito, um saber que deve ser ponderado por aqueles que fazem as leis.

Por outro lado, é essencial que exista um acompanhamento rigoroso e uma monitorização permanente da forma como são aplicadas as leis estruturantes do nosso sistema jurídico.

É fundamental verificar a que resultados práticos conduzem ou podem conduzir soluções normativas que são adoptadas em domínios vitais para a segurança dos cidadãos ou para a confiança dos agentes económicos. Quando se legisla deve ser feito um esforço sério para antecipar as consequências potenciais das soluções normativas adoptadas.

Não é difícil encontrar exemplos do que falo. No domínio do regime jurídico do divórcio, como é sabido de todos, chamei a atenção, no devido momento, para os problemas que poderiam surgir. Fi-lo em duas mensagens que dirigi à Assembleia da República, em 20 de Agosto e em 21 de Outubro de 2008, em que alertei para as dificuldades que a aplicação da lei poderia suscitar e para a possibilidade de aumento significativo da litigiosidade, tendo mesmo sugerido, aquando da promulgação, a adopção de mecanismos de acompanhamento do novo regime do divórcio.

Actualmente, os problemas suscitados pelo regime jurídico do divórcio são reconhecidos pela generalidade dos actores do sistema judicial e regozijo-me pelo facto de, a nível político, também já ser considerado que é necessário proceder a ajustamentos que são impostos pela própria realidade da vida.

Noutro domínio, o da responsabilidade civil extracontratual do Estado, tive igualmente oportunidade, em mensagem dirigida à Assembleia da República, em 24 de Agosto de 2007, de alertar para algumas disfunções que o novo regime con-

tinha. Também aí começam a surgir alertas relativamente aos resultados práticos a que pode conduzir a aplicação do regime em vigor e à necessidade de se realizar uma ponderação profunda sobre o equilíbrio interno dessa lei, até pelas desigualdades que a mesma potencia entre os diversos agentes do Estado.

No campo das leis processuais, com especial destaque para o Código de Processo Penal, é igualmente necessário realizar uma séria avaliação das soluções normativas adoptadas e dos resultados que produziram. Medidas acolhidas quanto à detenção fora de flagrante delito, quanto à prisão preventiva ou quanto ao prazo de conclusão de inquéritos de maior complexidade, apenas para dar alguns exemplos, conduziram a resultados que têm implicações muito sérias para a segurança dos cidadãos e para a prevenção, a investigação e o combate à criminalidade, em especial a criminalidade organizada e altamente violenta.

Finalmente, no quadro do combate à corrupção, têm sido avançadas soluções normativas avulsas. No entanto, somos forçados a concluir que também aqui a legislação não se mostra ajustada à realidade, o que leva a que este tema regresse ciclicamente à agenda política, mas sem que daí tenham surgido resultados concretos considerados eficazes para a melhoria da transparência da nossa vida pública.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Existe um longo e difícil caminho a percorrer no âmbito da simplificação e celeridade processuais. Mas temos de actuar com rapidez, firmeza e determinação. Creio que é possível gerar consensos para encontrar soluções, pois ninguém se revê no actual estado de coisas.

Não podemos tolerar situações como a que ocorre, há já alguns anos, no domínio da acção executiva. Um país que tem, nos seus tribunais, cerca de um milhão de execuções pendentes é um país que enfrenta um sério problema de credibilidade como Estado de direito. De nada vale proclamarmos na Constituição que Portugal se rege pelo primado da lei, quando essa lei não chega em tempo útil à vida dos cidadãos.

A competitividade e a atracção do investimento não se compadecem com uma situação que fatalmente gera falta de confiança por parte dos agentes económicos.

Os atrasos na Justiça e o congestionamento dos nossos tribunais alcançaram níveis preocupantes para a imagem de Portugal, seja aos olhos dos Portugueses, seja aos olhos dos nossos parceiros da União.

A Justiça é também chamada a desempenhar o seu papel no combate à crise em que vivemos. Os investidores, os accionistas, os depositantes nas instituições bancárias, os empresários e os trabalhadores necessitam de uma Justiça célere, capaz de ressarcir os lesados e punir as práticas fraudulentas, sempre que estas ocorram.

Não é compreensível, por outro lado, que, no quadro actual das contas públicas, o Estado enfrente grandes dificuldades na cobrança de custas judiciais, justamente em razão dos atrasos verificados na acção executiva. De igual modo, não é compreensível, nem prestigiante, que o Estado português seja objecto de condenações nas instâncias internacionais por atrasos no funcionamento do sistema de justiça.

Ainda a este respeito, é de registar, com preocupação, a situação de pendência de processos nos tribunais tributários de 1ª instância, com um agravamento contínuo nos últimos cinco anos das pendências globais, atingindo, em 30 de Junho de 2009, mais de 39 mil processos. A justiça tributária está, assim, confrontada com uma situação delicada a exigir medidas urgentes, de forma a prevenir os efeitos perversos em termos de prescrição de processos, com grave prejuízo para o erário público.

Minhas Senhoras e meus Senhores

No ano que terminou, estive de novo em debate uma questão recorrente no funcionamento do nosso sistema judicial. Refiro-me ao problema do segredo de justiça e do relacionamento entre os agentes judiciais e os meios de comunicação social.

É essencial que exista uma relação transparente, disciplinada e serena entre a justiça e a comunicação social, pois é dessa relação que depende, em boa medida, a imagem que o aparelho judicial possui junto da opinião pública.

Não compete ao Presidente da República propor soluções normativas, sob pena de estar a interferir na esfera de acção própria de outros órgãos de soberania. Creio, aliás, que o problema das violações do segredo de justiça não é apenas

um problema jurídico, mas também uma questão de cultura cívica e de responsabilidade.

É necessário que os operadores judiciais respeitem o segredo de justiça, como é imprescindível que os órgãos de comunicação social compreendam que não podem pactuar com uma situação que afecta princípios essenciais do Estado de direito, como o princípio da presunção de inocência.

A investigação criminal não deve ser perturbada por fugas de informação ou interferências externas. A investigação criminal tem de prosseguir o seu caminho até ao fim, com eficácia e tranquilidade. As entidades de controlo e disciplina têm, neste domínio, que exercer uma acção mais atenta e vigilante, uma fiscalização mais rigorosa, a que se deve seguir a aplicação das devidas sanções sempre que se verifique que a lei não foi respeitada.

Sei que o cumprimento da lei é preocupação permanente dos magistrados. Sei que os magistrados portugueses actuam séria, honesta e discretamente e que, com independência, querem fazer bem o seu trabalho, como tive ocasião de frisar na Mensagem de Ano Novo que dirigi aos Portugueses. Agora, ao dirigir-me a todos os operadores judiciais, manifesto confiança e apreço pelo seu trabalho. Não duvido do seu empenho nem do seu esforço quotidiano, na difícil tarefa de lidar com leis complexas e muitos milhares de processos.

Portugal orgulha-se de ser um Estado de direito, uma República democrática de cidadãos livres e iguais, onde ninguém está acima da lei.

Quero expressar, como Presidente da República, o meu respeito mais profundo pelos magistrados portugueses. E a todos desejo um ano judicial feito de trabalho e dedicação a uma causa comum, a causa da Justiça, a causa de Portugal.

Obrigado.

Cerimónia de Abertura das Comemorações do Centenário da República

Porto, 31 de Janeiro de 2010

Saúdo, calorosamente, a cidade do Porto e as suas gentes, de quem Miguel Torga dizia: «*Quem morre pela liberdade todos os séculos, é capaz dos mais espontâneos entusiasmos cívicos.*»

Na madrugada de 31 de Janeiro de 1891, os portuenses ergueram-se, percorrendo com entusiasmo patriótico estas ruas e estas praças dispostos a todos os sacrifícios por um ideal cívico.

Acontecimentos internacionais recentes tinham revelado as fragilidades do Portugal da altura. Um republicano ilustre, João Chagas, afirmou a propósito: «*... fez-se, de súbito, a verdade sobre as coisas do Estado.*»

Animados pelo ideal da razão, aqueles homens generosos buscavam uma resposta para os impasses de que Portugal sofria. A revolta fracassou então, mas deixou sementes que frutificariam duas décadas mais tarde, com a instauração da República, em Outubro de 1910. A República cujo centenário começamos hoje mesmo a comemorar.

É tempo de recordar. Decorridos 100 anos, sumidas as exaltações, passados os antagonismos, eis o momento oportuno para exercer a arte da memória.

Podemos agora ser justos para sopesar as esperanças e as realizações. Graças à distância de um século, conseguimos agora avaliar com objectividade os feitos e os defeitos que a Primeira República, como qualquer regime, ostentou.

A Primeira República nasceu na esperança, mas a sua existência, uma curta vida de 15 anos e alguns meses, foi conturbada.

Os tribunos republicanos souberam difundir o seu sonho, do mesmo modo que o grande pedagogo João de Deus quis que os Portugueses aprendessem a ler – através de «*palavras que se digam, que se ouçam, que se entendam, que se expliquem*».

Palavras de esperança foram proclamadas em diversas ocasiões ao longo da nossa História. Palavras como Liberdade, Democracia, República.

Quem invoca aquelas palavras, quem exerce funções em nome delas, é superiormente responsável perante o povo pelo que faz ou deixa de fazer.

Vivemos de novo em democracia. Mais do que dobrámos o tempo de vida do regime iniciado em 1910.

São dias preciosos, aqueles em que se consegue fazer renascer a esperança.

Estas Comemorações têm um importante papel a cumprir. Trata-se de inserir os acontecimentos do passado no conjunto da vida de um povo e de os compreender. De falar, ouvir, entender e explicar.

Só assim, obedecendo ao distanciamento que é devido e rejeitando versões oficiais da História, admitindo uma multiplicidade de leituras e de interpretações, poderemos formular juízos e extrair lições.

Uma coisa tenho como certa: a necessidade que sentimos de comemorar a República demonstra que o passado continua em nós, como memória que se quer viva e mobilizadora. Está em nós a capacidade de mudar, de começar de novo todos os dias, podendo ser sempre um pouco melhores, sem pôr tudo em causa. Aprendendo, afinal, com a História.

Na pessoa do seu Presidente, Dr. Artur Santos Silva, felicito a Comissão Organizadora destas Comemorações. Têm sabido interpretar, com dedicação e sentido patriótico, os grandes objectivos que devem nortear a sua realização.

As Comemorações do Centenário poderão ser a semente de um novo espírito de cidadania. As centenas de iniciativas que irão ser lançadas em todo o País, e que se prolongarão para além de 2010, representam a oportunidade ideal para visitar os valores que unem aqueles que identificam republicanismo com dedicação à *coisa pública*: o amor à Pátria, a ética na vida pública.

Faço votos para que estas Comemorações constituam um factor de mobilização nacional, capaz de incutir nos Portugueses do século XXI o mesmo espírito que moveu os revoltosos do 31 de Janeiro: um espírito feito de inconformismo e de esperança, alicerçado no desejo de um Portugal melhor, mais fraterno e mais solidário.

Escolas, autarquias, instituições privadas serão chamadas a tomar parte em múltiplas actividades. Esta é uma festa dos cidadãos. De todos, sem excepção.

A virtude da política democrática reside sobremaneira na sua aptidão para, partindo da divergência, mobilizar e criar unidade. Unidade entre passado e futuro,

unidade no presente. Só assim poderemos promover a convergência entre os valores de sempre e as exigências de adaptação a novos tempos.

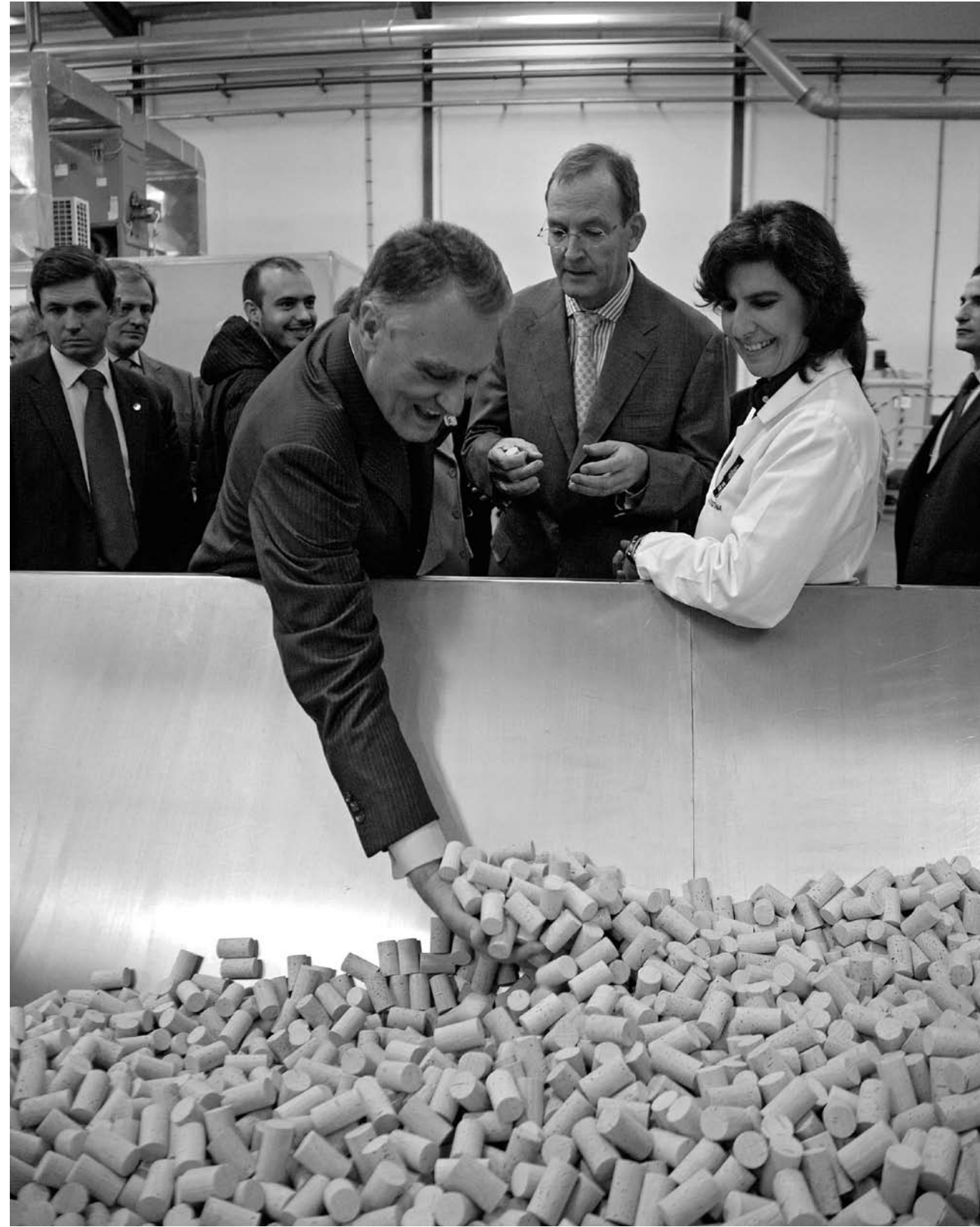
Bem o entendeu um dos primeiros republicanos, Guerra Junqueiro, quando definiu como projecto «*não uma república doutrinária, mas uma larga, franca, nacional, onde caibam todos*».

Um belo ideal que, estou seguro, estas Comemorações ajudarão a cumprir, num momento em que, como em poucas ocasiões na nossa História, tanto precisamos de estar unidos.

Em nome desta esperança colectiva que se chama Portugal, declaro oficialmente abertas as Comemorações do Centenário da República.

Economia e Crescimento Sustentável **II**





Sessão de Abertura do IV Congresso da Associação Cristã de Empresários e Gestores

Lisboa, 17 de Abril de 2009

A responsabilidade ética e social das empresas, dos empresários e dos gestores é uma questão que tem vindo a adquirir uma relevância crescente, devendo ser reconhecida e tratada como um dos elementos centrais de qualquer processo de desenvolvimento. É justo, por isso, elogiar a oportunidade deste IV Congresso Nacional da Associação Cristã de Empresários e Gestores, bem como o trabalho que a ACEGE tem vindo a desenvolver. A promoção e a adopção de elevados padrões éticos na condução das empresas são de crucial importância para o progresso económico e social do nosso País.

É hoje seguro afirmar que, na génese da crise financeira e económica que o Mundo enfrenta, muito pesaram a violação de normas éticas e a adopção de comportamentos de risco cujo impacto sobre o sistema financeiro e o bem-estar das populações não foi devidamente ponderado.

Para além da imprudência e, mesmo, da incompetência reveladas na avaliação e tomada de riscos, muitos foram os gestores financeiros que, simplesmente, perderam o sentido da decência, como afirmou recentemente o Presidente da República da Alemanha.

A assunção de riscos desproporcionados e a falta de transparência do sistema financeiro acabaram por ser estimuladas por uma regulação insuficiente, por uma supervisão deficiente e por uma visão imediatista do sucesso económico e empresarial e do desempenho individual.

Criou-se, assim, um ambiente de exuberância objectivamente desligado da realidade e incapaz de antecipar os custos sociais de um eventual colapso do sistema. Por detrás das estatísticas e dos gráficos que identificam a crise estão trabalhadores que perderam o emprego e investidores que perderam as poupanças de uma vida e cujos projectos e ambições foram destruídos num ápice.

Quando os benefícios são exclusivos de alguns mas a contrapartida é uma provável socialização das perdas, exige-se que sejam impostas condições muito

rigorosas à tomada de riscos e que se adopte uma vigilância determinada sobre a gestão desses riscos – por parte dos reguladores, mas, também, por parte das próprias instituições financeiras. Creio que faltou vontade política e económica para questionar o caminho que estava a ser seguido e que há muito suscitava reservas.

É legítimo, por isso, dizer que a ausência de valores nos mercados, na política e nas instituições financeiras terá sido uma das razões de fundo explicativas desta crise. Este diagnóstico implica, desde logo, que a repartição dos custos da actual situação económica deve colocar em primeiro plano a dimensão ética. Só assim estaremos a responsabilizar o passado e a salvaguardar o futuro. Trata-se, de resto, de uma exigência permanente na actuação dos decisores políticos. Mas ganha ainda maior relevância na actual conjuntura: os valores de justiça, de equidade, de responsabilidade social e de coesão devem estar bem presentes nas soluções de natureza financeira ou económica que venham a ser adoptadas.

Seria um erro muito grave, verdadeiramente intolerável, que, na ânsia de obter estatísticas económicas mais favoráveis e ocultar a realidade, se optasse por estratégias de combate à crise que ajudassem a perpetuar os desequilíbrios sociais já existentes ou que hipotecassem as possibilidades de desenvolvimento futuro e os direitos das gerações mais jovens.

Este é um risco efectivo. Muitos dos agentes que beneficiaram do *status quo* – e que tiveram um papel activo nesta crise financeira – continuam a ser capazes de condicionar as políticas públicas, quer pela sua dimensão económica quer pela sua proximidade ao poder político.

Acresce que, num cenário de dificuldades, e sob a pressão da necessidade urgente de agir, as decisões nem sempre são ponderadas devidamente, acabando por abrir espaço para o desperdício de recursos públicos ou para a concentração desses recursos nas mãos de uns poucos, precisamente aqueles que detêm já maior influência junto dos decisores. É crucial, para o equilíbrio das relações sociais e para o futuro do sistema de economia de mercado, evitar que isto aconteça.

Seria um erro, no entanto, pensar que a obrigação de acautelar os princípios de justiça, de equidade e de coesão recai apenas sobre os decisores políticos. É nas empresas e no diálogo entre elas e dentro delas que começa esta responsabilidade.

Nos últimos anos, assistiu-se, em muitos países desenvolvidos, a uma crescente fragilização do tecido social, resultado de uma enorme complacência face às desigualdades de rendimentos e de direitos e aos ganhos desproporcionados auferidos por altos dirigentes de empresas. Este é um quadro insustentável e que urge alterar. Seria política e socialmente perigoso e eticamente condenável que a crise fosse aproveitada para acentuar esta fragilidade, repercutindo os custos da actual situação económica sobre os mais desprotegidos.

Pelo contrário, este momento deve ser assumido como um ponto de viragem. Mudaram a percepção e o juízo que os cidadãos fazem daqueles que comandam a política, a economia e a finança. Sem uma liderança clara na projecção e defesa de um sistema de valores, muito dificilmente será recuperada a confiança necessária para vencer a crise.

É preciso ter coragem de, em vários domínios, começar de novo.

É urgente que os decisores reajustem as prioridades e corrijam as injustiças e os erros que a crise desmascarou. Devem fazê-lo com sentido de humildade.

É urgente colocar no topo da agenda, ao lado da liberdade, a responsabilidade, a solidariedade e a coesão sociais, e compreender a importância que a verdade, a transparência e os princípios éticos têm no bom funcionamento de uma economia e no desenvolvimento de uma sociedade.

Valores como o humanismo, a justiça, a generosidade e o espírito público fundamentaram o pensamento económico pioneiro de Adam Smith. Neste momento, é crucial que os empresários e gestores, primeiros beneficiários deste pensamento, não esqueçam a sua lição.

Senhores Empresários

Senhoras e Senhores

Todos sabemos que a economia portuguesa enfrenta desafios conjunturais e estruturais muito sérios.

No curto prazo, é essencial estabilizar e restaurar a confiança no sector financeiro, de preferência no contexto de uma maior cooperação no espaço da União Europeia e da zona euro. Mas é essencial, também, que este processo seja acompanhado pela defesa do emprego e por uma resposta pronta e eficaz aos problemas de natureza social. Não se trata de governar para os números, nem para as

estatísticas. Estão em causa problemas concretos de natureza social, que geram situações de desespero e afectam com especial gravidade os mais desprotegidos. Problemas cuja resolução é uma responsabilidade política e, mais do que isso, uma condição necessária para a estabilidade da nossa democracia.

A par do agravamento do desemprego e do endividamento excessivo, aumentam as situações de carência alimentar, de famílias que não conseguem suportar os encargos de educação dos filhos, de instituições de solidariedade às quais escasseiam os recursos para responder aos novos casos de emergência social que lhes batem à porta.

Só quem não conhece o que se passa no terreno, quem não contacta com as consequências da crise, não se apercebe do alastramento dos novos riscos de pobreza e não compreende a dimensão do custo social para o País das políticas que favorecem o enfraquecimento dos laços familiares.

Este é um período em que se pede ao Estado um maior activismo. No entanto, esta não é altura para intervencionismos populistas ou voluntarismos sem sentido.

Os recursos do País são escassos e é muito o que há ainda por fazer. É preciso garantir o máximo de transparência na utilização dos dinheiros públicos. Desde logo, por uma questão de respeito para com os contribuintes. Não podemos desperdiçar recursos em respostas que mais não fazem do que deixar tudo na mesma ou tornar ainda mais apertado o caminho do nosso desenvolvimento futuro. Pelo contrário, é crucial que a intervenção pública seja ponderada e rigorosa, visando claramente a resolução de problemas concretos e a preparação dos desafios futuros.

Este é também um tempo em que às empresas portuguesas se exige rigor económico, visão estratégica e, igualmente, clarividência social. É importante que a responsabilidade das empresas não se esgote na sua área específica de negócio e inclua a promoção da justiça, da equidade e da valorização humana.

Há que aproveitar as potencialidades do diálogo no interior da empresa, entre gestores e trabalhadores, no sentido de promover respostas articuladas à crise e de aproveitar ao máximo os recursos humanos disponíveis.

Esta mensagem é particularmente adequada para as empresas com vocação exportadora. As vantagens adquiridas por estas empresas no mercado externo dificilmente serão recuperáveis caso se percam agora. Entendo, por isso, que a

responsabilidade destas empresas é ainda maior, pelo que todo o esforço deve ser feito no sentido de enfrentar de forma coesa os desafios actuais, preparando, desde já, o período pós-recessão.

Seria também inaceitável que as respostas à crise levassem ao agravamento dos problemas estruturais que Portugal enfrenta: excessivo endividamento externo, finanças públicas deficitárias, baixa produtividade, debilidade face à concorrência externa e divergência persistente face à média europeia.

O caminho passa por acudir àqueles que mais sofrem com a crise, mas também pela preparação do Portugal que queremos para o futuro.

Há que actuar sobre os factores que são críticos para o nosso crescimento futuro e preparar o País para estar na primeira linha da recuperação da economia mundial. Isto exige políticas públicas adequadas, mas também uma atitude responsável e competente por parte das empresas.

As recessões, muito embora difíceis e penosas, não constituem uma ameaça à sobrevivência da economia. É fundamental, no entanto, saber gerir com rigor nos períodos recessivos, preparando com ponderação as oportunidades que irão surgir à medida que as perspectivas económicas melhorarem.

O pior que nos poderia acontecer era a crise acentuar a tendência, bem nociva para o País, de algumas empresas procurarem a protecção ou o favor do Estado para a realização dos seus negócios.

Empresários e gestores submissos em relação ao poder político não são, geralmente, empresários e gestores com fibra competitiva e com espírito inovador. Preferem acantonar-se em áreas de negócio protegidas da concorrência, com resultado garantido. É crucial que os empresários e gestores percebam que a sua autonomia em relação ao poder político é, a médio prazo, decisiva para o seu sucesso e garantam que as suas empresas sejam inovadoras à escala global e não apenas aproveitadoras das oportunidades existentes no mercado português.

Tenho confiança nas capacidades da grande maioria dos empresários e gestores nacionais. Tenho plena confiança nos Portugueses. Mas não nos enganemos a nós próprios: os meses que aí vêm serão difíceis e o ano de 2010 não será fácil. Não ignoro que Portugal pode vir a enfrentar um período de contracção ou estagnação económica e de aumento do desemprego mais prolongado do que muitos pensariam no início da crise. Esta é uma possibilidade para a qual devemos

estar preparados e que exige uma atenção por parte dos empresários, gestores e responsáveis públicos que deve ir muito além do mero desempenho empresarial ou pessoal. Trata-se, sobretudo, de um desafio de natureza ética, agora com exigência acrescida.

A responsabilidade social das empresas não pode ser um conceito vazio ou uma estratégia de conveniência. É pela interiorização e aplicação desta ideia, de par com o reforço dos valores na vida pública, que passa a resposta aos desafios do presente e a construção do futuro de Portugal.

Muito obrigado.

Cerimónia de Atribuição do Prémio «Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa»

Lisboa, 8 de Junho de 2009

Desde o início do meu mandato, tenho tido a preocupação de realçar o mérito dos Portugueses que vivem e trabalham no estrangeiro e, em especial, o importante papel que desempenham na afirmação de Portugal no Mundo, papel esse que tive a oportunidade de testemunhar em múltiplas ocasiões.

Tenho celebrado os aniversários da minha tomada de posse como Presidente da República Portuguesa na companhia dos Portugueses residentes no estrangeiro. Foi assim nos dois primeiros anos, no Luxemburgo e no Brasil, e, já este ano, celebrei o terceiro aniversário com os Portugueses da Alemanha.

Por isso me regozijo especialmente ao dar as boas-vindas a um tão destacado grupo de portugueses, a propósito da entrega do Prémio «Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa». O gesto de se deslocarem ao vosso país de origem, de estarem hoje aqui e de aceitarem o meu convite para participar nas cerimónias oficiais do 10 de Junho reveste-se de um especial significado.

A propósito dos tempos incertos que vivemos, a história mostra-nos que Portugal é feito de uma sucessão de períodos de depressão e de recuperação económica.

Toca-nos, é certo, a actualidade da *Mensagem* de Pessoa: «*tudo é incerto e derra-deiro, tudo é disperso, nada é inteiro. Ó Portugal, hoje és nevoeiro*». Mas é também sabido que, quando este nevoeiro se abate sobre Portugal, os Portugueses procuram e atingem novas soluções.

Para muitos destes portugueses, a realização destas soluções só foi possível pela saída do seu país natal. É o reconhecimento do valor desses portugueses e da sua ligação com Portugal o motivo que hoje nos reúne aqui.

Diáspora, na etimologia da palavra, significa semear ou dispersar sementes. Os nomeados, representativos de muitos outros casos de sucesso no exterior, são exemplos de boas sementes que frutificaram nas suas sociedades de acolhimento. Portugueses e luso-descendentes que, originários do Algarve à ilha do

Corvo, se afirmam nas sociedades onde residem e aí se destacam nos mais variados domínios, desde a actividade empresarial ao mundo académico, da investigação científica à cultura, das profissões liberais à participação cívica e política.

Não é de hoje a capacidade dos Portugueses para inovar e para empreender.

Portugal nasceu sobre o signo da descoberta e da invenção. A descoberta, a criação do nosso País, numa península feita de diversidade, é a primeira marca da capacidade inventiva dos Portugueses.

Como questionava Agostinho da Silva, trata-se de saber se os Portugueses, ao longo da História, inventaram aquilo que iam descobrindo, ou meramente descobriram aquilo que outros inventavam.

É também com este espírito que as obras dos Portugueses nomeados para este Prémio merecem ser conhecidas e reconhecidas. Nas mais variadas partes do Mundo, tiveram a capacidade de imaginar e de inventar e realizar novas histórias do Futuro.

São homens e mulheres desta fibra que, tocados pela cultura lusitana, têm alargado a grandeza do nome de Portugal por toda a parte, como prova a diversidade de origens daqueles que estão hoje, aqui, a participar neste Encontro.

Este Prémio, cujos vencedores foram agora conhecidos e que calorosamente felicito, foi instituído pela COTEC Portugal sob o meu patrocínio. Pretendi, com este gesto, assinalar o respeito e a admiração que me merecem os Portugueses e os luso-descendentes que vivem no exterior.

Portugueses que saíram de Portugal e conquistaram posições de relevância nos países de acolhimento, mas que nunca esqueceram a sua origem, o seu berço, e o orgulho de terem nascido em Portugal.

Os Portugueses dispersos no exterior e as suas contribuições tiveram, ao longo da História, e continuam a ter um papel essencial na construção da nossa identidade e da nossa cultura.

As vossas obras, para além da influência na sociedade de acolhimento, revestem-se de grande importância para o desenvolvimento e afirmação da imagem de Portugal, perante si próprio e perante o Mundo. A todos vós, nomeados, exortovos a prosseguirem o vosso esforço, e a nele incluir a língua portuguesa.

Quero, hoje de novo, apelar ao que tenho designado por *espírito de portugalidade* – de que este prémio comunga –, esse espírito que nos une e que nos

acompanha, para lá das fronteiras do nosso País, até ao mais recôndito lugar onde resida um português. Esse espírito que se mantém vivo na nossa língua e na nossa cultura.

Pretendo, ainda, que este Prémio possa contribuir para sublinhar perante todos os nossos compatriotas a importância do contributo dos Portugueses que vivem no estrangeiro para aquilo que nos define como Povo. Todos os nomeados, e não apenas os vencedores, constituem um estímulo e motivo de orgulho para todos os Portugueses.

Como já o fiz em outras ocasiões, peço-vos que não percam jamais a ligação à vossa terra de origem, à terra dos vossos pais e avós, e que continuem a cultivar o uso da língua de Camões e a rever-se nas realizações da cultura portuguesa, de que todos nos orgulhamos.

Contamos com a vossa acção para projectar o nosso País e para promover a nossa terra como um destino de excelência. Contamos, ainda, com o investimento de todos quantos sintam que o podem fazer.

É bem sabido que o contributo dos nossos emigrantes sempre foi muito importante para a vida económica portuguesa. Neste momento difícil, ele assume uma importância determinante. O futuro de Portugal a todos nós diz respeito e sei que Portugal pode contar convosco.

Mas, e como já afirmei, um Portugal que se sente legitimado para pedir o apoio dos Portugueses que vivem e trabalham no estrangeiro tem que estar à altura de responder às necessidades desses mesmos Portugueses e de tudo fazer para promover a sua ligação ao seu país. É meu firme propósito continuar a contribuir para que os Portugueses residentes no estrangeiro e os luso-descendentes possam aumentar a sua participação cívica e política e reforçar os laços que os unem a Portugal.

As diásporas são, muitas vezes, a «guarda avançada» dos países no Mundo, contribuindo decisivamente para a sua projecção.

Portugal necessita, hoje mais do que nunca, da ajuda da sua diáspora. Mas uma diáspora representa bem mais do que uma mera população de expatriados. Requer, na verdade, que os membros das comunidades tenham um sentido de pertença e que se sintam identificados com o seu país natal, requer que se cultivem as ligações – familiares, culturais, políticas e económicas – entre essas comunidades e o seu país de origem.

Importa, por isso, estreitar as relações harmoniosas de Portugal à sua diáspora. Trata-se, como sublinhei anteriormente, de «mobilizar os recursos da diáspora» para o desenvolvimento de Portugal.

Espero e desejo que o encontro de empreendedores da diáspora com os que vivem em Portugal possa contribuir para a criação de novas e frutuosas relações e para uma maior afirmação de Portugal no plano internacional.

Diz-se que cada país se inventa a si mesmo e que cada povo é a invenção de cada país. Se, no passado, Portugal imaginou e inventou o *Quinto Império*, Pessoa encontrou-o na História do passado e o Padre António Vieira na História do futuro. No espaço da intemporalidade, juntou-se Camões.

A questão que hoje temos pela frente, mais do que filosófica, é de índole prática: teremos que interpretar, como povo, se hoje está dentro de nós, nas nossas capacidades, não apenas imaginar, mas inventar e pôr em prática um novo futuro. «*É a Hora!*», como proclamou Pessoa.

Empreender é realizar a História do futuro. Só um grande país, feito de mulheres e homens de grande alma e coração, pode sonhar os sonhos que lhe são maiores.

É por tudo isto que, com grato prazer, vos dou as boas-vindas a Portugal e felicito calorosamente os premiados.

Cerimónia de Inauguração do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia

Braga, 17 de Julho de 2009

É com particular satisfação que acolhemos, em Braga, Sua Majestade o Rei D. Juan Carlos e o Presidente do Governo de Espanha na inauguração do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, sem dúvida um momento alto de cooperação entre Portugal e Espanha.

O caminho percorrido pelos dois países, nos últimos 25 anos, em matéria de diálogo, concertação de posições e defesa de interesses comuns é verdadeiramente notável. Não só na intensidade dos contactos políticos e económicos, na dinâmica das trocas comerciais e da circulação de pessoas, mas também no fortalecimento dos laços culturais e científicos.

Há muito que Portugueses e Espanhóis sabem que o conhecimento não tem fronteiras, que o conhecimento circula porque os homens têm a necessidade e o desejo de avançar sempre mais nas suas investigações e nas suas descobertas. Portugal, ao longo da História, mostrou que os caminhos da descoberta ignoram barreiras físicas e limites fronteiriços.

Se o passado nos ensinou a vantagem de estabelecer laços de cooperação com os outros países no caminho do progresso e do desenvolvimento científico, o presente mostra-nos que o Mundo é global, não apenas em termos comerciais ou financeiros, mas também, e acima de tudo, quanto à universalização do conhecimento.

Para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea e da economia global, é essencial que dois países tão próximos como Espanha e Portugal criem redes transfronteiriças de conhecimento. Este projecto que temos pela frente é um dos exemplos mais expressivos e louváveis da cooperação científica luso-espanhola. A criação de um Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia permitirá que nos posicionemos estrategicamente na vanguarda de um dos sectores de investigação de ponta a nível mundial.

A oportunidade e o mérito desta iniciativa conjunta dos dois Governos são inquestionáveis. Por um lado, a vastíssima gama de potenciais aplicações da

nanotecnologia faz dela uma das mais promissoras áreas da ciência aplicada. Por outro lado, o alto nível de excelência e as exigências de massa crítica que se colocam numa área de investigação tão avançada como a das nanotecnologias fazem com que o benefício da acção conjunta dos dois países seja potencialmente elevado.

Estou certo de que a presente parceria pode proporcionar, num futuro próximo, não só um aumento significativo de competências e realizações no âmbito das nanociências e das nanotecnologias, mas também um maior envolvimento da sociedade, em geral, e da comunidade empresarial, em particular, em programas de cooperação que visem debater, potenciar e regular as implicações de natureza social, ética, ambiental e económica que lhes estão associadas.

Em várias ocasiões, tenho expressado a minha convicção de que, num Mundo globalizado e perante um projecto de integração tão exigente quanto a União Europeia, os nossos dois países só têm a ganhar se explorarem as sinergias que resultam de projectos comuns. Este Laboratório é um bom exemplo.

Majestade

Senhoras e Senhores

Abre-se hoje um caminho que teremos de caminhar, para usar palavras do poeta espanhol Antonio Machado. Um caminho que iremos trilhar em conjunto.

É algo que nos espanta e maravilha pensarmos que um caminho tão grande e tão promissor se inicia com uma assinatura infinitamente minúscula, inscrita numa placa de dois centímetros, colocada numa rocha de xisto com mais de 500 milhões de anos, extraída das pedreiras de Vila Nova de Foz Côa. Os nossos olhos, obviamente, não conseguem ler a assinatura gravada nessa placa, mas estou certo de que todos iremos trabalhar para que, muito em breve, se comecem a ver os resultados deste projecto comum.

A todos os que acompanharam e estão envolvidos nesta iniciativa, o meu mais profundo agradecimento.

V Encontro COTEC Europa

Madrid, 28 de Outubro de 2009

É com especial satisfação que regresso a Madrid para participar neste V Encontro da COTEC Europa. Agradeço o caloroso acolhimento de Sua Majestade o Rei D. Juan Carlos e saúdo com amizade o Presidente Giorgio Napolitano, que mais uma vez nos acompanha.

O distinto grupo de empresários e gestores que participam neste Encontro é um sinal inequívoco da importância do tema da inovação na agenda da competitividade empresarial.

Este V Encontro COTEC Europa realiza-se num momento em que surgem sinais de recuperação da economia mundial da crise que tão intensamente a abalou nos dois últimos anos, embora subsistam, ainda, algumas incertezas quanto ao ritmo e à abrangência dessa recuperação.

A crise que vivemos nestes últimos anos é uma fonte de lições que não devem ser esquecidas. A avaliação ponderada dos riscos, a transparência nos negócios, e a eficiência na regulação e na supervisão dos sistemas financeiros são, vimo-lo claramente, essenciais ao bom funcionamento das economias e ao próprio desenvolvimento das sociedades.

A capacidade revelada na resposta à crise, e, desde logo, às vulnerabilidades do sistema financeiro internacional, determinará as condições para novas etapas de crescimento económico. Daí que o tempo de combate à crise seja o momento de corrigir erros do passado, combater fragilidades e prosseguir com determinação as reformas estruturais necessárias.

Senhoras e Senhores

A gestão da presente crise não nos deve fazer esquecer os desafios que uma economia global fortemente concorrencial coloca à afirmação e ao crescimento das nossas empresas, especialmente às de pequena e média dimensão.

Reforçar o conteúdo tecnológico e a cultura de inovação dos nossos tecidos produtivos, que mantêm ainda fragilidades preocupantes, continua a ser um desígnio estratégico comum a Espanha, Itália e Portugal.

Apraz-me, por isso, sublinhar o esforço da COTEC Europa para encorajar as empresas de pequena e média dimensão a ousarem participar em programas transnacionais de investigação e desenvolvimento. Estou certo de que a discussão deste tema no presente Encontro abriu novas perspectivas para a participação de empresas dos nossos países em *clusters* de inovação e programas-quadro europeus.

Quero, de resto, assinalar o esforço da Comissão Europeia na promoção de políticas de inovação alinhadas com as necessidades dos tecidos produtivos dos diferentes Estados-membros, de que é exemplo o programa-quadro para a competitividade e inovação, especialmente dirigido às pequenas e médias empresas.

Mas penso ser igualmente de recordar, neste contexto, o compromisso assumido pela Comissão Europeia, no âmbito do chamado «*Small Business Act*», no sentido de assegurar que as empresas de pequena e média dimensão venham a estar em condições de igualdade com as restantes para tirar partido das oportunidades do mercado único europeu.

A este respeito, considero que a defesa dos valores de acessibilidade, transparência e concorrência justa para as nossas empresas deverá constituir uma das prioridades de actuação da COTEC Europa junto dos poderes públicos europeus.

Senhoras e Senhores

É inegável o progresso que se tem verificado nos nossos três países em factores determinantes para o potencial de criação de conhecimento e tecnologia. Refiro-me, especificamente, à qualificação dos recursos humanos e ao investimento em investigação.

Os nossos países registaram, há que reconhecê-lo, das maiores taxas de crescimento da despesa em investigação científica, vincadamente superiores à média global da União Europeia. Este progresso não evita, no entanto, que estejamos ainda longe dos níveis de investimento verificados nos Estados-membros com melhor desempenho.

A construção do Espaço Europeu de Investigação, com a livre circulação de investigadores, de conhecimento e de tecnologia, será imprescindível para acelerar o crescimento da capacidade dos nossos sistemas científicos e a convergência com a dinâmica europeia. Quero assinalar, a este propósito, o arranque dos trabalhos de instalação do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, que tive o prazer de, em conjunto com Sua Majestade o Rei de Espanha, inaugurar recentemente em Braga. Trata-se de um bom exemplo do espírito de cooperação que desejamos fortalecer e ver multiplicado noutras áreas científicas de vanguarda.

A inovação é, cada vez mais, um sistema aberto. Constitui um processo que se desenvolve a partir de redes de conhecimento e competências, muitas delas situadas no exterior das próprias empresas. O efectivo impacto económico da inovação empresarial depende da capacidade de aceder e aplicar esse conhecimento, materializando-o em novos produtos e serviços, em menores custos operativos, em maior criação de emprego em sectores de elevada intensidade tecnológica. E é justamente essa capacidade, vital para o futuro das nossas economias, que queremos ver desenvolvida e ampliada.

A coordenação de esforços, a partilha de ideias e a troca de experiências que emergem dos trabalhos deste V Encontro das Organizações COTEC de Espanha, Itália e Portugal fazem-me crer que, mesmo em tempos conturbados e de renovados desafios, é possível manter o rumo e aguçar o engenho.

Como nota final, quero anunciar que a COTEC Portugal aceitou a minha sugestão de realizar o Encontro da COTEC Europa do próximo ano na cidade do Porto.

Muito obrigado aos organizadores e a todos os participantes.

Sessão de Encerramento do V Fórum Empresarial Ibero-Americano

Lisboa, 29 de Novembro de 2009

Quero, antes de mais, felicitar os organizadores desta edição do Fórum Empresarial Ibero-Americano pelo excelente programa que prepararam e saudar todos os participantes que, com a sua presença, quiseram dar o seu contributo para a reflexão sobre alguns dos principais temas que, a partir de amanhã, estarão em debate na Cimeira Ibero-Americana do Estoril.

Registo, com satisfação, que todos reconhecem a importância da inovação empresarial nos nossos dias, e, mais ainda, do seu papel no quadro de uma estratégia de desenvolvimento capaz de sustentar ciclos prolongados de crescimento económico e prosperidade social.

A gestão da presente crise económica e financeira não nos deve fazer esquecer, bem pelo contrário, os desafios que uma economia global coloca à afirmação e ao crescimento das nossas empresas, especialmente às de pequena e média dimensão.

É sabido que a situação conjuntural das economias, assim como a retracção do comércio internacional, fruto de uma crise que alastrou a todo o Mundo, tendem a condicionar os níveis de investimento em inovação. Mas é igualmente conhecido que a melhor forma de suavizar o impacto de flutuações conjunturais passa por uma aposta forte na resolução das debilidades estruturais das empresas. Esta aposta tem de assentar na inovação.

A inovação é, cada vez mais, um sistema aberto, que coloca as empresas no centro de um processo de transformação do conhecimento em novos factores de competitividade. Um processo que se desenvolve a partir de redes de conhecimento e de competências, muitas delas situadas no exterior das próprias empresas, e onde os investimentos são frequentemente partilhados com organizações concorrentes.

O sucesso das empresas depende, por conseguinte, da capacidade de aceder e aplicar esse conhecimento, dando-lhe expressão material através de novos

produtos e serviços, menores custos operativos, melhores práticas de relacionamento com os clientes e maior criação de emprego em sectores de elevada intensidade tecnológica. E é justamente essa capacidade, vital para o futuro das nossas economias, que queremos ver robustecida e ampliada.

Um dos grandes desafios que julgo ser comum à generalidade das economias da Comunidade Ibero-Americana será o de incorporar nas actuais estruturas produtivas uma acrescida intensidade de conhecimento. Este é um desafio que interpela não apenas os sectores de maior coeficiente tecnológico, mas também, e talvez especialmente, os sectores ditos tradicionais. A inovação apresenta-se, de facto, como um desígnio central a todas as actividades económicas.

Nesta perspectiva, chamaria a atenção para três aspectos que me parecem fundamentais.

O primeiro diz respeito ao aprofundamento das interligações. Isto significa que as empresas têm que conhecer melhor quais são, e onde estão as competências dos distintos agentes dedicados a gerar conhecimento e tecnologia. Daí a necessidade – e o interesse – de termos as empresas a participar, cada vez mais, em processos de aprendizagem e de interacção, potenciando o papel e a utilidade das universidades e aproveitando a sua oferta de conhecimento.

É por isso que vejo no aprofundamento do espaço de inovação das nações ibero-americanas uma oportunidade ímpar para reforçarmos a produtividade e a competitividade das nossas empresas. É possível e desejável intensificar a cooperação entre os actores dos diferentes sistemas de inovação dos nossos países, nomeadamente entre as empresas e as universidades.

O que me traz a um segundo sublinhado: há que incentivar as empresas a assumirem mais decididamente um papel central no sistema de inovação. Não restam dúvidas de que o interesse na procura de novas soluções tecnológicas por parte das empresas constituirá, sempre, o mais eficiente propulsor de qualquer sistema de inovação.

O terceiro e último aspecto refere-se ao carácter multifacetado e abrangente da inovação empresarial. As empresas, mesmo as menos capazes de inovar tecnologicamente, podem ser, de igual modo, veículos de inovação nas suas actividades organizativas, comerciais, de *marketing* e, até, nas suas relações com a comunidade em que se inserem. Acresce que o sucesso das empresas depende não

só das suas competências no processo de criação de valor, mas também, e de forma cada vez mais relevante, da capacidade de fazer chegar os seus produtos e serviços a mercados globais.

Minhas Senhoras e meus Senhores

O advento global da sociedade do conhecimento está a esbater as fronteiras físicas, culturais e políticas que tradicionalmente separavam as empresas, os centros de saber e as instituições do Estado.

Assiste-se ao surgimento de novos Espaços de Conhecimento, nos quais se configuram as relações do futuro.

Faço votos de que a geografia das nações ibero-americanas possa constituir um desses novos Espaços de Conhecimento, e que as empresas inovadoras dos nossos países assumam um papel activo e frutuoso no seu aprofundamento e consolidação.

Muito obrigado.

Sessão de Encerramento do III Encontro da Rede PME Inovação

Estoril, 9 de Dezembro de 2009

Novamente me associo ao Encontro COTEC PME Inovação, este ano dedicado aos temas das redes de inovação empresarial e da gestão colaborativa da inovação.

Saúdo todos os empresários e gestores aqui presentes. A vossa participação neste Encontro é um sinal de empenhamento numa área fulcral para o nosso futuro colectivo.

Vivemos, ainda, os efeitos de uma crise financeira e económica que acentuou ainda mais as tendências negativas da economia portuguesa e as dificuldades de muitas das nossas empresas, com especial incidência nas de menor dimensão. É bem sabido que, numa economia como a nossa, só pelo reforço da capacidade exportadora das empresas poderemos atingir níveis de crescimento económico compatíveis com as expectativas de melhoria de qualidade de vida e de participação social dos nossos cidadãos. Ao longo dos últimos anos, temos assistido a um enfraquecimento do nível de investimento orientado para a produção de bens e serviços que concorrem com a produção internacional e a uma preocupante perda de competitividade em vários sectores produtivos, com reflexos bem visíveis na erosão da capacidade exportadora e na perda de quotas de mercado. É urgente e vital encontrar um novo caminho para o aumento da produtividade e para o reforço da competitividade da nossa economia.

Não vejo melhor alternativa para ultrapassarmos a baixa produtividade do que aquela que assenta na utilização de uma maior intensidade de conhecimento e na aposta permanente na inovação.

Precisamos, por isso, de acelerar o passo da mudança e da modernização do nosso tecido produtivo, dotando-o de mais empresas inovadoras e de empresas tecnologicamente mais avançadas.

Só por via da conquista de uma maior competitividade relativamente aos nossos concorrentes poderemos mitigar os constrangimentos estruturais da economia

portuguesa, que a presente crise veio agudizar, nomeadamente ao nível do défice das contas públicas, do desequilíbrio das contas externas e do endividamento ao exterior.

As debilidades das nossas relações comerciais só poderão ser atenuadas se as empresas melhorarem a sua capacidade concorrencial face à produção estrangeira. Esta é a verdadeira medida de competitividade económica e o espelho da própria eficiência dos investimentos nos sistemas de inovação.

É durante a fase recessiva de um ciclo económico que mais claramente emergem as necessidades e os desafios aos quais a inovação pode responder. Surge aí um estímulo para a concretização de novas ideias, que irão florescer na fase pós-recessão.

A questão que deveremos colocar é, pois, a seguinte: estarão as nossas empresas, sobretudo as de mais pequena dimensão, devidamente preparadas para corresponder a esse estímulo?

Compreendo que muitos dos nossos empresários e gestores pensem que um clima económico desfavorável não é o melhor momento para acolher investimentos em inovação. Mas, se há lição que podemos retirar do passado, é a de que os ciclos económicos funcionam como motores que potenciam a capacidade de reinvenção das economias.

Em períodos de crise, nem por isso escasseiam as oportunidades, e as empresas que saibam aproveitá-las são as que mais podem vir a beneficiar.

Importa olhar para além da presente crise e saber ultrapassar os naturais sentimentos de receio com confiança em nós próprios, nos nossos méritos e nas nossas capacidades.

Senhores Empresários e Gestores

Renovo o apelo, que há três anos lancei, para que os associados da COTEC liderem, nas suas empresas, o aprofundamento de uma cultura que ajude a mobilizar os Portugueses para a mudança.

Uma cultura de fazer melhor e fazer diferente, uma cultura que busque o mérito e a excelência. Uma cultura que seja fruto de uma atitude de quem não perde tempo com queixumes nem lamentos, de quem não vive na dependência de subsídios nem na subserviência ao poder político. Esta é a cultura que torna

possível a inovação de sucesso e que já vem sendo patente em muitas das nossas empresas.

É a essas empresas, maioritariamente de pequena e média dimensão, e aos seus líderes, que dirijo uma palavra de reconhecimento e de incentivo pelo esforço que têm vindo a desenvolver para resistirem aos efeitos da crise e à tentação do imobilismo.

Tenho visitado algumas destas empresas e sei que, não obstante a limitação de recursos, os constrangimentos de financiamento e a retracção da procura externa, têm sido capazes de gerar factores de distinção e oportunidades de crescimento, afirmando-se no plano internacional e, mesmo, no mercado global.

Numa economia cada vez mais baseada no conhecimento, a dimensão das empresas, tal como a dos países, não é, em si mesma, determinante. São-no, isso sim, a abertura à inovação e ao Mundo, a vontade de empreender, a capacidade de integrar conhecimento e de o traduzir em novos negócios ou em novos métodos de trabalho.

Há um ponto que quero enfatizar: será das pequenas e médias empresas e das comunidades locais que virá o suplemento de que Portugal precisa para regressar a uma trajetória de desenvolvimento económico e social sustentável.

Daí a razão do «Roteiro das Comunidades Locais Inovadoras», que lancei recentemente com o objectivo de promover uma frente activa de recuperação económica, através do incentivo ao fortalecimento da base produtiva dos municípios e da capacidade competitiva das pequenas e médias empresas para actuarem nos mercados externos. Na definição e execução da política económica, nunca devemos perder de vista que 94 por cento das empresas portuguesas têm menos de 20 trabalhadores.

A empresa *We Do*, hoje distinguida através do Prémio PME Inovação, dá-nos um bom exemplo de uma cultura que importa disseminar. Da sua actividade tem resultado emprego qualificado, forte incorporação tecnológica, competitividade e crescimento sustentado em mercados globais de intensa concorrência. Esta empresa possui ainda o enorme mérito de ter mobilizado os recursos e os talentos necessários para atingir, em apenas uma década, o reconhecimento internacional. Por tudo isto, os meus sinceros parabéns.

Senhores Empresários e Gestores

Num Mundo fortemente concorrencial, mas que é, em simultâneo, um Mundo de acrescidas complementaridades e interdependências, tornam-se imperativos a cultura de inovação, a cooperação e a partilha de informação entre os empresários e o desenvolvimento de parcerias e de redes de contacto, tanto à escala nacional como à escala internacional.

A actividade da COTEC, cuja Direcção felicito, inscreve-se, cada vez mais, nessa realidade.

Saúdo o crescimento continuado da Rede PME Inovação da COTEC. Mas a economia portuguesa precisa ainda de muitas mais empresas verdadeiramente inovadoras. Sublinho, por isso, a importância do programa da COTEC que visa sensibilizar mais de 500 empresas de pequena e média dimensão para a aplicação de instrumentos de gestão interna da inovação.

A este propósito, quero relembrar a oportunidade que representa, para o nosso País e para as nossas empresas, a participação no Espaço Europeu de Conhecimento e Inovação. A COTEC poderá desempenhar, também neste domínio, um papel decisivo, facilitando o acesso das empresas nacionais aos instrumentos disponíveis para fomento das transferências de tecnologia e conhecimento.

Trata-se, de facto, de uma oportunidade do maior interesse para que a economia portuguesa se aproxime da primeira linha da dinâmica de inovação europeia.

A COTEC sabe que pode continuar a contar com todo o meu apoio no desenvolvimento da sua missão.

A todos os presentes, muito obrigado.



futuro



ROTEIRO

DAS COMUNIDADES
LOCAIS INOVADORAS

MURTOSA



Cerimónia de Entrega do Prémio de Visão da Fundação Champalimaud

Mosteiro dos Jerónimos, 4 de Setembro de 2009

É com grande prazer que, mais uma vez, me associo à entrega do Prémio Champalimaud de Visão.

A Fundação Champalimaud, quando instituiu este Prémio, decidiu que o mesmo seria atribuído todos os anos, alternando entre aqueles que se destacam na intervenção social sobre os problemas da visão e os que se notabilizam pela investigação nesta área. Este ano, tal como em 2007, aquando da sua primeira edição, o Prémio António Champalimaud distingue o campo da intervenção social. A premiada de 2009 é uma instituição internacional que tem o nome de uma personalidade notável, uma figura que constituirá para todo o sempre um exemplo de capacidade de luta, de recusa de cedência à adversidade extrema e de grande espírito empreendedor – Helen Keller.

A Helen Keller International é uma das mais antigas organizações não governamentais que se têm dedicado aos problemas da visão. Existe há mais de 90 anos, tendo tido vários nomes antes de decidir, em 1977, adoptar o de Helen Keller para a sua designação. Importa referir que o seu fundador, George Kessler, foi ele próprio um sobrevivente, bafejado pela sorte, de uma tragédia que marcou a história do século XX. A fundação que criou é agora premiada em Lisboa e este prémio será também uma homenagem à memória dos que se encontravam no navio em que George Kessler viajava, o *Lusitania*.

Não posso deixar de pensar que da sorte de Kessler, no trágico dia 7 de Maio de 1915, em que o *Lusitania* foi torpedeado, acabou por resultar a felicidade de todos quantos têm beneficiado das acções da *Helen Keller International*. Do horror da guerra e da experiência pessoal de pessoas afectadas pela tragédia, surgiu um projecto que é hoje um dos mais conseguidos no que respeita à recuperação da visão e à prevenção da cegueira.

A Helen Keller International é uma organização benemérita, presente em todos os continentes, e com actividades que se têm focado, em particular na África e

na Ásia, na prevenção da cegueira da malnutrição, resultante do défice crónico de vitamina A. Neste campo, não posso aliás deixar de sublinhar a notável actividade da *Helen Keller International* em Moçambique, país que Portugal guarda em grande estima. Assume para mim um significado especial poder associar-me a esta cerimónia também pelo que ela representa quanto à cooperação com um país amigo como Moçambique.

Como já tive ocasião de referir em anos anteriores, muito do que é hoje a Fundação António Champalimaud deve-se ao espírito incansável e à competência da Dr^a Leonor Beza, a quem dirijo uma palavra afectuosa de admiração e respeito.

Minhas Senhoras e meus Senhores

As questões de saúde têm uma importância crescente no Mundo em que vivemos. Não é só de gripe que se fazem as pandemias. Temos problemas endémicos de que não nos podemos alhear. Na política de saúde, o equilíbrio entre um estado de prontidão permanente, que permita reagir bem, com celeridade e eficácia, às ameaças inesperadas, e o zelo que é preciso manter na protecção regular e contínua da saúde cria um desafio adicional para quem decide.

Independentemente da dimensão das ameaças à saúde, que ganham maior visibilidade em determinados momentos históricos, é no civismo e na vontade de, em conjunto, contribuirmos para o bem comum que muito reside a força das sociedades para proteger os cidadãos das doenças. Nesta perspectiva, o próprio exemplo cívico de organizações não governamentais ligadas à saúde pode ser extremamente útil. São estas organizações, em muitos casos, que inspiram povos e países para a união de esforços na ajuda aos mais fracos e desfavorecidos e para a promoção da saúde a nível mundial.

Homenagear uma organização que tem mais de 90 anos de actividade constitui um momento de reflexão inspiradora e impõe-nos o compromisso de nunca esmorecer na senda das boas causas.

Também por isso, estar aqui pelo terceiro ano consecutivo é o reafirmar do meu testemunho de confiança na obra da Fundação Champalimaud e na sua capacidade de contribuir para a melhoria da saúde das populações.

Aguardamos com natural expectativa o desenvolvimento do projecto que a Fundação pretende realizar no domínio do combate ao cancro, a começar pelo Centro de Investigação que está a construir bem perto deste magnífico local onde nos encontramos.

Entre nós, os meios e as pessoas existem e vêm aumentando. Temos agora a obrigação de não parar, temos o dever de continuar a apostar na capacidade dos cientistas portugueses e de tudo fazer para nos mantermos no grupo da frente da investigação biomédica.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Ao instituir esta Fundação, António Champalimaud deu um exemplo notável. Os que puseram em marcha este projecto souberam estar à altura desse exemplo. A Fundação Champalimaud é já hoje uma realidade consolidada, com ambiciosos projectos em desenvolvimento.

A todos os que, como a Instituição este ano distinguida, não se resignam e lutam por um Mundo melhor, o meu muito obrigado.

Cerimónia de Entrega do Prémio Nuno Viegas Nascimento

Coimbra, 26 de Novembro de 2009

É com muito gosto que me associo a esta cerimónia de entrega do Prémio Nuno Viegas Nascimento, prémio constituído por ocasião do cinquentenário da Fundação Bissaya Barreto. Simbolicamente, realiza-se no dia em que a Fundação celebra mais um aniversário.

O Prémio em si e a instituição hoje premiada, a *Associação Criança*, já seriam razões mais do que suficientes para justificar a relevância desta cerimónia e o interesse do Presidente da República.

Mas acresce que esta é também uma boa oportunidade para dar público testemunho do apreço e da admiração pela obra que esta Fundação tem desenvolvido. Oportunidade, igualmente, para relevar a figura do patrono do Prémio, o Engenheiro Nuno Viegas Nascimento, que tive a felicidade de conhecer bem.

A Fundação Bissaya Barreto é uma instituição, a muitos títulos, exemplar. Trata-se de uma iniciativa privada dedicada a suprir carências e dificuldades, a contribuir para a melhoria das condições sociais, em particular dos segmentos mais vulneráveis, como as crianças e os idosos. A sua missão tem sido desempenhada de modo a complementar a acção do Estado, onde ela se revelou insuficiente ou omissa.

Na génese da Fundação há, sem dúvida, o espírito altruísta do fundador, o Professor Bissaya Barreto. Mas há também o gosto pela iniciativa empreendedora. Iniciativa que não esperou pelo Estado. Ao contrário, foi ela própria um estímulo, uma pressão acrescida para que o Estado respondesse pelas suas responsabilidades. Beneficiou, ao longo destes 50 anos, muitas pessoas carenciadas, em particular na região centro.

A atenção à criança, às suas carências, às suas dificuldades, às suas exigências específicas, está no registo genético da Fundação e aí também se revelou o espírito generoso e visionário do Professor Bissaya Barreto.

O futuro das nossas comunidades locais, das nossas regiões, do nosso País depende da qualidade que soubermos garantir à formação e às condições sociais das crianças.

A Fundação tem sido, também, inovadora. Não se limitou a oferecer assistência, serviço, apoio. Procurou fomentar a inovação social: para aumentar a eficácia da acção social; e para poder beneficiar segmentos populacionais excluídos. Vários são os exemplos de iniciativas inovadoras, algumas a gerarem um estimulante efeito-demonstração. É o caso do Instituto dos Surdos de Bencata, é o caso da iniciativa *SOS-Mulher*, para protecção da mulher sujeita a violência doméstica. O *Portugal dos Pequenitos* foi precursor de exposições temáticas permanentes dedicadas a promover a cultura e os valores da identidade nacional.

Essa capacidade de empreender e de inovar de que a Fundação tem dado provas é um exemplo para a sociedade civil e um alerta para o Estado. Exemplo para novas iniciativas privadas que podem inspirar-se na acção da Fundação. Alerta para que o Estado saiba agir como parceiro, aliado e apoiante das iniciativas da sociedade civil que visam melhorar a qualidade de vida dos Portugueses.

Tendo permanecido fiel aos princípios e à missão que estão nas suas raízes, a Fundação tem sabido agir sempre de acordo com o seu tempo, isto é, atenta à evolução da sociedade que procura servir e à mutação dos desafios a que tem de responder.

É neste contexto que quero relevar publicamente o contributo do Engenheiro Nuno Viegas Nascimento, que, durante quase três décadas, até meados do ano passado, liderou a Fundação Bissaya Barreto.

Em diversas circunstâncias e ocasiões pude testemunhar as qualidades humanas do Engenheiro Nuno Viegas Nascimento. Desde logo, pela integridade do carácter, pela lisura do trato, pela transparência na acção, pela fidelidade aos valores, a todos os valores que distinguem quem é credor do respeito público. Infelizmente abandonou-nos cedo demais, mas deixou uma obra notável e um não menos notável testemunho de vida e de acção.

A criação do Colégio Bissaya Barreto, em meados dos anos 90, foi um dos marcos da sua obra, adoptando, no ensino básico, um modelo inovador de atenção e dedicação não apenas aos alunos, mas também às suas famílias. Inovador, igualmente, como escola inclusiva.

A constituição do Instituto Superior Bissaya Barreto, outra iniciativa de referência do Engenheiro Viegas Nascimento, deu à Fundação a possibilidade de passar a contribuir directamente para a formação a nível universitário, para o estudo e para a pesquisa científica, nomeadamente nas áreas da saúde infantil, da violência doméstica e da gerontologia social. O Centro de Formação Jurídica Ferrer Correia, dedicado à formação pós-licenciatura, complementou o edifício universitário da Fundação Bissaya Barreto.

O Prémio hoje atribuído à *Associação Criança*, uma entidade que, reconhecidamente, tem contribuído para a melhoria da educação infantil, preenche bem um triplo objectivo: prestigiar esta Fundação, honrar o nome do Engenheiro Viegas Nascimento e incentivar a iniciativa e a acção da sociedade civil nas áreas e temas que correspondem à missão da Fundação Bissaya Barreto.

Iniciei há dias, como é sabido, um novo «Roteiro», dedicado às comunidades locais inovadoras. As iniciativas locais, em particular as que inovam, nos domínios económico, social ou cultural, devem ser valorizadas e estimuladas. Há aí um grande potencial por explorar ao serviço do desenvolvimento económico e social das nossas populações. Quer a Fundação Bissaya Barreto, quer a *Associação Criança* se inserem nesta perspectiva, que entendo deve ser encorajada pelo Estado.

Felicito, pois, vivamente, a *Associação Criança* e, naturalmente, a sua Direcção, liderada pelo Prof. Doutor João Formosinho, bem como toda a equipa que trabalhou o «Projecto Infância» hoje aqui celebrado com o Prémio Nuno Viegas Nascimento. Que este Prémio seja mais um estímulo para continuarem a trabalhar na defesa de uma escola cada vez mais qualificada e apetrechada para formar as crianças do nosso tempo.

Uma palavra final que quero dirigir à Fundação Bissaya Barreto, na pessoa da sua Presidente, Dr^a Patrícia Viegas Nascimento: persistam na vossa missão, mantenham vivo o espírito de servir, de inovar e de empreender, fortaleçam os laços com as comunidades que vos são próximas.

Porque o vosso contributo é uma mais-valia para a sociedade inclusiva que desejamos para Portugal.

Muito obrigado.

Cerimónia de Abertura do V Fórum Cívico Ibero-Americano

Lisboa, 27 de Novembro de 2009

Foi com o maior gosto que acedi ao convite que me foi dirigido pela organização do Fórum Cívico para me associar ao início dos vossos trabalhos. Considero que a afirmação da Comunidade Ibero-Americana jamais se fará sem a mobilização da sociedade civil, porque é dela que nos vêm as preocupações e os anseios que devem reger a nossa reflexão política. Desejo-vos, por isso, o maior sucesso, e aguardo, com expectativa, o vosso contributo para a Cimeira que amanhã terá início.

O tema escolhido para esta XIX Cimeira Ibero-Americana, «Inovação e Conhecimento», dificilmente poderia ser mais oportuno e mais estimulante, se atendermos ao contexto da crise económica e social que se manifesta à escala global.

Os efeitos da crise financeira sobre as estruturas produtivas, o comércio internacional e a coesão social estão longe de estar superados. Prevê-se, de resto, que a recuperação projectada para os próximos anos não tenha efeitos imediatos sobre a criação de emprego e o bem-estar das populações atingidas.

Neste contexto, torna-se urgente olharmos com atenção redobrada para os grupos sociais mais vulneráveis, aqueles que, atingidos pelo desemprego ou pela falta de oferta de trabalho, pela quebra dos rendimentos e pelas dificuldades crescentes das organizações de solidariedade, vêem a sua precária subsistência ameaçada.

Penso naqueles que, pela idade avançada, enfrentam maiores dificuldades de reinserção profissional. Penso nos jovens em busca do primeiro emprego. Penso nas pessoas com deficiência, e em tantos outros que, durante o último ano, passaram a viver situações de pobreza e de exclusão social.

A situação é tanto mais grave quanto os Estados estão hoje confrontados com limitações financeiras impostas pelos elevados défices e pelo excessivo endividamento, que os inibem de ir muito mais além nas tradicionais políticas sociais redistributivas do rendimento.

Se a crise internacional revelou novos problemas, é tempo de encontrarmos novas respostas. Por isso entendo que é urgente fazer um apelo a todos os contributos e soluções. Não nos poderemos confinar às medidas macroeconómicas e à exclusividade das políticas públicas, cuja margem de eficácia é cada vez mais reduzida.

Uma mobilização geral contra o desemprego, a nova pobreza e a exclusão social passa por uma nova consciência cívica e por uma maior mobilização e responsabilidade social dos cidadãos, das empresas e das comunidades locais, na prossecução de objectivos comuns de carácter solidário.

Benjamin Franklin, um dos pais fundadores da democracia americana, não se cansava de incentivar as pequenas comunidades locais a promoverem iniciativas inovadoras que visassem o bem-estar e o seu desenvolvimento social. Poderiam ser pequenas medidas, pequenas soluções, centradas nos problemas do dia-a-dia, mas a sua propagação poderia transformá-las num vasto movimento de mudança, com efeitos significativos a um nível muito mais alargado.

O movimento mundial do microcrédito, dos bancos alimentares contra a fome ou do ensino à distância são exemplos bem-sucedidos de iniciativas criativas que hoje designamos por inovação social. Têm em comum o facto de terem nascido da mobilização das comunidades locais para a resolução dos seus próprios problemas, da concretização dos valores do altruísmo e da solidariedade, e da aplicação de princípios simples de organização e de partilha de recursos próprios. Ao longo deste meu mandato, tenho procurado dar o meu contributo para que se valorize a inovação social como instrumento de mudança das mentalidades, de melhor afectação dos recursos disponíveis e, principalmente, como forma de criar oportunidades para superar a pobreza e a exclusão social. Entendo que todos têm direito a uma oportunidade de contribuir para a criação de riqueza, e que isso é possível utilizando melhor os recursos disponíveis, quer humanos quer materiais.

Através do «Roteiro para a Inclusão Social» que promovi, apercebi-me da importância das boas práticas como exemplos a serem replicados e difundidos por todo o País. É o caso dos Bancos Alimentares Contra a Fome, que durante a actual crise têm vindo a desempenhar um papel relevante no apoio às comunidades locais e às famílias.

O mesmo poderemos dizer das instituições de solidariedade social que apostam cada vez mais na formação profissional das pessoas com deficiência e contribuem directamente para a produção de riqueza, aumentando assim as suas receitas próprias.

É ainda o caso de organizações de voluntários, que se dedicam a desenvolver novas competências de gestão nas instituições particulares de solidariedade social ou a promover redes de entreaajuda e cooperação com vista a partilhar bens doados.

Uma boa ideia pode produzir uma boa oportunidade; mas, se ela puder ser replicada em redes sociais organizadas, pode ter um efeito multiplicador extraordinário. A inovação social não está no acto isolado, ainda que voluntarioso, mas antes na capacidade de, em conjunto e de forma organizada, conseguirmos mobilizar recursos, muitas vezes esquecidos, para a resolução dos problemas.

E qual deve ser o papel do Estado no desenvolvimento destas redes cooperativas de inovação social?

Em primeiro lugar, que não veja no movimento dos cidadãos um concorrente ou um adversário. Pelo contrário, o Estado deve ser um facilitador da iniciativa organizada dos cidadãos, porque eles conseguem chegar aonde e a quem nem sempre o Estado chega.

Em segundo lugar, o Estado deverá promover a melhor afectação dos recursos públicos, para que parte deles não se perca pelos corredores da burocracia e antes possa reverter em benefício de mais pessoas carenciadas.

Por último, é responsabilidade do Estado dotar as comunidades locais dos instrumentos e das oportunidades necessárias ao seu próprio desenvolvimento. O potencial de inovação das comunidades locais pode ser inestimável, se houver uma boa combinação de incentivos públicos, responsabilidade social e espírito solidário.

Esta é a verdadeira alavanca da inovação social: homens e mulheres, instituições e comunidades solidariamente mobilizados e organizados para construir uma sociedade melhor, mais justa e mais coesa.

Hoje, posso afirmar que há, um pouco por todo o Mundo, uma nova geração de respostas sociais que rompem com as formas tradicionais de intervenção.

Em cada um dos nossos países há, decerto, exemplos de inovação social que podem ser invocados, mas o mais importante é que eles possam ser identificados, conhecidos e difundidos por esta vasta Comunidade Ibero-Americana, de forma a poderem beneficiar mais os nossos compatriotas que enfrentam o desemprego, a pobreza e a exclusão social.

Deixo-vos um desafio: que se crie uma plataforma para difusão de experiências inovadoras no domínio da inclusão social, no contexto ibero-americano. E que o Fórum Cívico possa, na Cimeira de Mar del Plata, em 2010, avaliar do seu impacto na vida das nossas comunidades. Julgo que teremos boas e agradáveis surpresas.

Muito obrigado.

Sessão Solene Comemorativa dos 50 Anos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Arruda dos Vinhos

Arruda dos Vinhos, 18 de Dezembro de 2009

Arruda dos Vinhos é um dos concelhos mais antigos do País. Esta é uma região duplamente afortunada: está tão perto de Lisboa e tão longe do bulício da capital. Beneficia da proximidade de um grande centro, mas continua a ser a terra dos moinhos de vento, a terra que preserva o ambiente e a sua história. E a beleza dos montes e vales da Estremadura.

O motivo que me trouxe hoje a Arruda dos Vinhos foi o de me querer associar a uma obra comum a que alguns homens cheios de boa vontade deram origem. Uma obra longa, que já vai nos 50 anos, e que continuará jovem, renovando-se todos os anos.

Cumpre-me felicitar os titulares dos órgãos dirigentes da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Arruda dos Vinhos, os seus funcionários e, evidentemente, as muitas centenas de associados que justificam a existência e o trabalho desta Instituição.

E, sobretudo, felicitar aqueles que, há 50 anos, resolveram associar-se para criar uma instituição nova. Uma instituição que, unindo esforços de muitos, permitiu o progresso e o desenvolvimento da agricultura local.

Esta capacidade de unir esforços para resolver problemas é própria desta terra, a terra de um médico que imortalizou a figura do João Semana. O médico que abandona de noite o conforto do lar para responder à chamada do dever, que caminha por montes e vales para acudir ao necessitado.

Os fundadores da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo também foram capazes de responder à chamada do dever e de dar algo de seu pelo desenvolvimento da terra. Os seus nomes foram gravados numa placa que há pouco tive o prazer de descerrar, porque merecem ser recordados.

Saúdo, em particular, o fundador que se encontra entre nós, o Senhor Asdrúbal Duarte Cunha. O seu exemplo suscita o reconhecimento de todos. Saúdo, igual-

mente, a primeira funcionária da Caixa, a Senhora D. Maria Manuela Neves, que também nos dá o prazer de estar presente.

Estou informado da solidez da vossa Caixa e dos seus resultados. Sei que tem sido gerida com prudência e boas práticas, e que tem atravessado, com tranquilidade e com sucesso, o período perturbado que abalou todo o sistema financeiro.

Tenho, desde há muito, um particular apreço pelo Crédito Agrícola Mútuo. Reconheço a importância da sua contribuição para o desenvolvimento da nossa economia, em especial das zonas rurais; aprecio a sua organização e desempenho e, sobretudo, as relações de proximidade que tem desenvolvido com as comunidades locais.

A já longa história do Crédito Agrícola Mútuo regista, como é natural, períodos de expansão entrecortados com outros de estagnação e de dificuldade. O que é importante é que o Crédito Agrícola chegou aos nossos dias com pujança, com objectivos de futuro e com resultados de que se podem orgulhar os seus dirigentes e associados.

Apesar da sua notável evolução, as Caixas de Crédito Agrícola alargaram a sua actividade mas não se afastaram da sua missão original de apoio à agricultura, onde maioritariamente recrutam os seus associados, nem das áreas essencialmente rurais, onde se situa a maioria dos seus balcões.

Sublinho que, em 250 das nossas povoações, o único estabelecimento bancário aí existente pertence ao Crédito Agrícola.

A agricultura e as zonas rurais bem precisam do apoio do Crédito Agrícola.

À semelhança do que se passa em outras regiões do nosso País, também aqui, em Arruda dos Vinhos, a agricultura vive momentos difíceis, decorrentes de uma acumulação de circunstâncias, algumas históricas e outras recentes, que importa enfrentar com determinação, com rigor e com a solidariedade do País e da União Europeia.

Iniciou-se agora um debate europeu que conduzirá a mais um processo de reforma da Política Agrícola Comum e de Desenvolvimento Rural da União, a ter lugar após 2013.

É essencial que Portugal se mobilize para participar neste debate, de modo a defender com eficácia os interesses nacionais e os das suas zonas rurais, cujo desenvolvimento julgo essencial como objectivo indispensável à nossa coesão nacional.

Para terminar, meus caros amigos, quero desejar à Caixa de Crédito Agrícola, aos seus dirigentes e associados, as maiores felicidades para o futuro e que possam festejar mais aniversários por muitos e muitos anos. A vossa já longa história é uma das melhores garantias para o vosso futuro.

Em Arruda dos Vinhos, na terra de Irene Lisboa, recordo uma pedagoga de mérito e escritora injustamente esquecida. A sua obra distinguiu-se por uma linguagem directa e sincera, e pelo amor às coisas simples que dão sentido à vida. A mais humana dos nossos escritores, chamou-lhe João Gaspar Simões.

Um dos deliciosos livros de Irene Lisboa para leitores infantis tinha como título *Uma Mão Cheia de Nada, Outra de Coisa Nenhuma*. Permitam-me que vos diga: quem vem a Arruda dos Vinhos sai de cá com as duas mãos cheias de tanta coisa. Cheias de exemplos de dedicação à sua terra e de exemplos de dedicação ao bem público.

Exemplos prestados por autarcas, por cidadãos, por pequenos produtores agrícolas, por empresas e ainda por instituições como a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo. Coisas simples, talvez, mas aquelas que maior valor têm.

Muito obrigado.

Sessão de Abertura do XII Congresso da Associação Nacional de Freguesias

Lisboa, 22 de Janeiro de 2010

Aceitei, com muito gosto, estar hoje presente nesta Sessão Solene de Abertura do XII Congresso da ANAFRE, a associação que representa as freguesias do nosso País.

As freguesias são, como todos sabemos, as autarquias que mais perto estão do cidadão. Significa isto que, para vós, a realidade não se resume a estatísticas. Para vós, o sofrimento tem um rosto e a esperança tem um olhar.

Para quantos dos presentes o nascimento de uma criança na freguesia é uma alegria pessoalmente sentida? Estou convencido, até, de que alguns conhecerão todos os eleitores pelo nome.

Quantos milhares de portugueses não terão encontrado no Presidente da Junta de Freguesia a mão amiga e solidária de que precisaram em momentos difíceis da vida?

Podemos então dizer que a democracia começa na freguesia, no contacto quotidiano e directo do autarca com o cidadão, contacto que encontra a sua raiz histórica numa original associação de proximidade entre vizinhos.

Por isso, a freguesia é uma excelente escola de cidadania. Aí, quase não se nota a tendência que adivinhamos na nossa sociedade para distinguir entre «nós», os cidadãos, e «eles», os políticos. O autarca de freguesia é um de «nós», cidadãos. Como sabeis melhor que ninguém, os autarcas de freguesia são, para muitos, o rosto visível da Administração. E são também aqueles a quem, em primeiro lugar, se bate à porta e se pede contas. Mas aqueles que encontram no trabalho autárquico um modo de servir o outro retiram da sua dedicação à causa pública a alegria de poder resolver problemas concretos de pessoas reais.

Ser autarca de freguesia é um bom tirocínio para todo o jovem português que encara a vida pública como um serviço. Não se julgue, porém, que o trabalho na autarquia que corresponde à menor divisão administrativa do território é menos complexo ou pouco exigente.

A nossa experiência do poder local em democracia tem sido muito frutuosa. As freguesias, em particular, têm assumido funções cada vez mais amplas, quer por consagração legal, quer por delegação do município, quer, ainda, por contratualização. E, inclusivamente, por simples exigência dos cidadãos.

De entre os Portugueses que nunca desempenharam funções autárquicas, poucos serão aqueles, principalmente nos grandes centros urbanos, que têm uma noção precisa das funções que as freguesias têm desempenhado.

Considero que as freguesias devem ser encaradas como agentes privilegiados do desenvolvimento social, da requalificação urbanística, da defesa do ambiente e dos recursos naturais. A sua proximidade em relação às pessoas permite-lhes promover a coesão social de um modo muito especial: estão presentes, sobretudo, nas fases de maior fragilidade, fazendo parte da vida diária de tantas crianças e de tantos idosos, em creches e jardins-de-infância, em lares e centros de dia.

As freguesias têm sabido, além do mais, corresponder a novos desafios: por exemplo, integrando preocupações como a gestão da qualidade aplicada à administração autárquica, participando, à sua dimensão, no planeamento territorial, ou contribuindo para a aproximação dos cidadãos às novas tecnologias de informação.

Estando na presença das mulheres e dos homens que assim contribuem para mudar o País e para tornar melhor a vida dos Portugueses, quero louvar, com justiça, a dedicação e o empenho com que se entregam a uma verdadeira missão, tantas vezes em prejuízo das suas actividades profissionais e, mesmo, da sua vida familiar.

As competências das autarquias são uma sempiterna questão. Sabemos da consagração, aliás constitucional, do princípio da subsidiariedade. Defendemos que aquilo que um ente menor pode fazer não deve ser atribuição de um ente maior. Sendo que aquele a quem é entregue a competência deve dispor dos meios para a exercer. Está pois estabelecido, no plano dos princípios, que a cada nível da administração pública deve caber aquilo que aí se pode realizar com mais eficiência. Mais árdua é a questão de apurar, em concreto, da aplicação do princípio.

Por isso, saúdo com especial ênfase a iniciativa da ANAFRE de avaliar a qualidade dos serviços que os seus associados prestam a cidadãos, empresas e instituições, através de um estudo de que já pude tomar conhecimento.

No nosso País, discutimos com frequência a atribuição de competências e os financiamentos que lhes devem ser associados. Quantas vezes o fazemos, porém, sem antes proceder a uma análise cuidada, designadamente da relação custo/benefício que deve informar qualquer medida de fundo.

As decisões têm de ser pensadas. As mudanças legislativas devem ser maduramente ponderadas. E quando se reflecte, quando se estuda cientificamente e, por fim, se apresentam resultados credíveis, estes não deverão ser ignorados.

Sobretudo no momento histórico que vivemos, espera-se dos responsáveis do poder político um especial cuidado na utilização dos meios e recursos de que dispomos. Teremos de ir ao ponto de perguntar: um euro aplicado neste nível de administração quanto rende? E quanto renderá aplicado além?

Não será esse, por certo, o critério exclusivo a ter conta quando se toma uma decisão. Mas aquelas perguntas terão de ser formuladas. E devidamente respondidas.

O cometimento legal de novas competências, de modo uniforme, a todas as freguesias é, porém, questão que necessita de um aprofundamento específico.

Verificamos, desde logo, que a realidade é muitíssimo variada.

Temos freguesias urbanas, semi-urbanas e rurais. Temos grandes freguesias rurais, maiores do que alguns concelhos. E pequeníssimas freguesias urbanas. As características sociais e económicas de cada unidade territorial são profundamente díspares. Temos, por exemplo, graves problemas de despovoamento, quer nas zonas rurais quer no centro de grandes cidades. Mas também encontramos, sobretudo no litoral, freguesias muito densamente povoadas.

Há freguesias com poucas dezenas de habitantes mas já a maior, no concelho de Sintra, tem mais de 100 mil pessoas. Não estaremos, seguramente, a falar de realidades comparáveis.

Perante tal diversidade, terá de se avaliar com cuidado qual o caminho mais favorável para realizar o interesse nacional e local: se o da consagração legal de novas competências, se o de continuar a permitir que essa avaliação seja feita e negociada localmente.

Uma coisa é certa: às freguesias tem sido facultado o exercício de um número acrescido de funções por via da delegação e da contratualização. Essa situação decerto que se fica a dever ao facto de se ter concluído, ao nível local, que a

freguesia é o patamar mais adequado, ou seja, mais rentável para o desempenho dessas funções, assim se comprovando a existência de uma capacidade de parceria com os municípios para melhor servir a comunidade.

Estou seguro de que, quando se discutir uma reforma do sistema de repartição de competências entre os diversos níveis da Administração Pública, as freguesias não deixarão de ser ouvidas e, por elas, a voz abalizada da ANAFRE.

Senhoras e Senhores

As associações existem para associar, isto é, para agregar múltiplas vontades numa única força. Quanto mais unidos fordes, mais fortes sereis.

Não posso deixar de acrescentar que a vossa voz será escutada ainda com maior atenção por todo o País e junto de todas as entidades se, daqui mesmo, desta sala e destes delegados, partir a iniciativa de uma reflexão séria sobre a questão da dimensão das freguesias e, porventura, sobre a conveniência do seu redimensionamento e da sua reorganização territorial. Ao que acrescentaria, ainda, uma reflexão fundamentada sobre o papel e a conveniência das associações de freguesias.

Felicito a ANAFRE pelo seu XII Congresso, revelador da vitalidade do movimento autárquico e do poder local em Portugal, o que é bem vincado pela presença, em tão grande número, de representantes das freguesias, vindos de todo o País. Formulo votos de que os vossos trabalhos tenham o desejado e merecido sucesso. São ainda recentes as últimas eleições autárquicas, em que os Portugueses, livremente, expressaram a sua confiança em cada um de vós. Estou certo de que o vosso desempenho é da maior importância para o bem-estar das pessoas de cada uma das vossas freguesias.

No início deste ano de 2010, desejo a cada um de vós e às populações que representais as maiores felicidades.

Muito obrigado.

Mensagem por Ocasão do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social

Lisboa, 6 de Fevereiro de 2010

O combate à pobreza e à exclusão social assume uma importância decisiva na construção de uma Europa socialmente mais justa e solidária. A recente crise económica mundial veio recolocar, de forma muito intensa e ainda mais premente, o problema da pobreza na agenda política dos Estados e das instituições internacionais.

O desemprego e as novas situações de pobreza e de exclusão constituem realidades que têm de ser enfrentadas pelos responsáveis políticos e pelos agentes económicos da União, em estreita articulação com a sociedade civil.

Desde o início do meu mandato como Presidente da República, elegi como uma prioridade a inclusão social. Numa sociedade moderna e num regime democrático nascido sob ideais de liberdade e de justiça, a persistência de situações intoleráveis de pobreza e exclusão é algo que não podemos admitir. Temos de juntar esforços para que Portugal seja um país mais solidário e inclusivo.

Lancei, neste contexto, a iniciativa dos «Roteiros para a Inclusão». Por todo o País encontrei exemplos de boas práticas que devem servir de modelo e de estímulo. De Norte a Sul, estive com jovens que se dedicam ao voluntariado, organizações não-governamentais que lutam por maior justiça social, instituições públicas e privadas que se empenham num combate que é de todos.

Estou consciente de que há ainda um longo caminho a percorrer. Sei que a luta pela justiça social e pela igualdade de oportunidades não se vence num dia, nem sequer em alguns anos. Trata-se de um esforço permanente, de uma tarefa sempre inacabada.

Mas nem por isso é utópico o ideal por que nos batemos. Não é irrealista pensar que Portugal pode criar mais riqueza e pode distribuí-la de forma mais equitativa, com transparência e equilíbrio.

Além da erradicação das situações extremas e mais evidentes de privação material, é necessário favorecer a inclusão. Tal pressupõe que se conceda às pessoas

Saúde, Educação, Ciência e Cultura **IV**

nessas situações a oportunidade de contribuir activamente para um Portugal melhor.

O combate à exclusão é um combate de igualdade, mas também, e acima de tudo, um combate de dignidade. É urgente quebrar laços de dependência que não dignificam os mais desfavorecidos. É fundamental que estes possam conquistar a sua autonomia e assumir a sua responsabilidade como cidadãos de pleno direito.

Em boa hora a União Europeia escolheu 2010 como o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social. No ano em que se comemora o Centenário da Implantação da República, este é um combate que merece ser travado. Um combate feito em nome da dignidade de todos, enquanto homens livres e cidadãos responsáveis de um Portugal inclusivo e de uma Europa solidária.





Cerimónia Comemorativa do Bicentenário da Reconquista de Chaves

Chaves, 25 de Março de 2009

Ao comemorarmos os 200 anos da reconquista de Chaves, evocamos um feito militar que é, ao mesmo tempo, um acto patriótico e um gesto de sacrifício pela liberdade.

Os grandes acontecimentos da História Militar são comemorados porque representam momentos de mobilização colectiva, em que às Forças Armadas se junta o apoio dos cidadãos, na defesa da integridade do território ou dos valores que sedimentam a comunidade nacional. No caso da reconquista de Chaves, a união de esforços entre militares e populares foi decisiva para a vitória, constituindo um valioso contributo para o insucesso dos exércitos invasores.

Não é exagero dizer-se que 25 de Março de 1809 foi o prenúncio da derrota das tropas francesas. À coragem dos Transmontanos e ao patriotismo das nossas Forças Armadas se deve um feito que, dois séculos volvidos, deve ser comemorado.

Como tenho dito em diversas ocasiões, só faz sentido exaltar o passado se nele for possível descobrir um sentido de futuro. No caso do bicentenário da reconquista de Chaves, este sentido de futuro é uma evidência.

Lideradas por um grande transmontano, o General Francisco da Silveira, as nossas forças souberam honrar Portugal, enfrentando com grande valentia e coragem os poderosos exércitos napoleónicos. Como tantas vezes sucedeu ao longo da nossa História, o sucesso não estava garantido à partida. Pelo contrário, a máquina de guerra comandada pelo Marechal Soult constituía um inimigo temível que, se acaso a confrontação tivesse sido directa e frontal, possivelmente teria ganho. O engenho dos nossos militares residiu precisamente na opção por uma conduta militar marcada pela argúcia e pela inteligência: observar e flagelar o invasor aquém-fronteira; acompanhar, em pressão continuada, a sua marcha pela Várzea de Chaves; permitir que a invasão progredisse em direcção a Braga/Porto e, enfim, reconquistar Chaves, a base de ligação francesa à Galiza, e cortar a linha de comunicações.

A arte militar que permitiu este feito de armas enobreceu os «Fronteiros de Chaves», à época o Regimento de Infantaria 12, do qual o Regimento de Infantaria 19 é legítimo herdeiro e cujo patriotismo está bem vincado na sua divisa «Sempre Excelentes e Valorosos». Esta foi também a divisa de todos os flavienses que lutaram pela liberdade da sua terra. Há 200 anos, os que aqui enfrentaram o invasor estrangeiro foram «*Sempre Excelentes e Valorosos*».

Tenho a certeza que esses valores não se perderam e, como há dois séculos atrás, os cidadãos de Chaves serão *sempre excelentes e valorosos*. Os nossos antepassados mostraram-nos como é possível vencer as adversidades e conquistar a vitória em momentos difíceis. Temos de ser dignos do seu exemplo. Temos de estar à altura do seu espírito de sacrifício e da sua vontade de vencer. Temos de honrar o seu amor à Pátria.

Há precisamente 200 anos, reconquistávamos o Forte de São Francisco. Não esqueçamos que essa reconquista foi feita, em larga medida, com o apoio do Povo, uma vez que o General Silveira dispunha de apenas algumas centenas de tropas regulares. Não tinha milhares de soldados nem possuía as armas modernas do adversário. Mas trazia consigo algo de muito superior: o amor à Pátria que fez unir o Povo e as Forças Armadas, que fez com que todos sentissem que aquela era a hora de apoiar os militares em combate.

Comemoramos, pois, o reconhecimento que todos devemos às nossas Forças Armadas. Comemoramos a inteligência e o engenho daqueles que foram capazes de derrotar um inimigo aparentemente mais forte. Comemoramos a tenacidade e a coragem demonstradas pelos transmontanos que, há 200 anos, lutaram pela liberdade e independência de Portugal.

A vitória de Chaves foi uma lição de patriotismo e de portugalidade. Com a minha presença, no dia de hoje, pretendo justamente dizer a todos que temos de estar à altura dos nossos antepassados.

Em nome de Portugal, em nome daqueles que nos precederam e em nome das gerações vindouras, o nosso tempo também é um tempo de exigência e de luta. Do mesmo modo como vencemos há 200 anos, também hoje seremos capazes de vencer.

Cerimónia de Atribuição do Prémio Leya

Lisboa, 6 de Abril de 2009

As minhas primeiras palavras são para felicitar o escritor Murilo Carvalho, vencedor do Prémio Leya para o melhor romance inédito em língua portuguesa.

Um livro que se distingue num universo tão vasto e tão diversificado, como é o universo da lusofonia, é sem dúvida uma obra merecedora da nossa maior admiração e do nosso aplauso. Tanto mais que este Prémio foi atribuído por um júri que contou com nomes prestigiados de vários países lusófonos e teve como presidente o poeta Manuel Alegre, ilustre representante do caleidoscópico de literaturas que faz hoje a riqueza da nossa língua.

Julgo, por isso, interpretar o sentimento de todos quantos falam o português, ao apresentar, pessoalmente, os meus sinceros parabéns ao autor premiado e desejar-lhe o maior sucesso na sua carreira, quer como jornalista, quer como escritor.

Quero também felicitar o Grupo Leya por ter instituído este Prémio, criando assim um incentivo e uma oportunidade para a revelação de novos valores nas diversas literaturas que se exprimem em português.

Para que a lusofonia seja uma realidade, e não apenas um eco do passado, é preciso que no seu espaço se criem e desenvolvam projectos económicos e culturais dinâmicos. É preciso haver homens e empresas que saibam traduzir em iniciativas concretas todo o potencial que reside no facto de partilharmos com tantas nações uma língua comum. Só assim o português poderá de facto ser o alicerce de uma verdadeira comunidade de Estados independentes e um activo ao serviço do desenvolvimento e da prosperidade de cada um deles.

No Mundo em que hoje vivemos, a riqueza das nações não depende unicamente dos seus recursos naturais e da sua capacidade produtiva. Existem outros factores, tanto ou mais importantes, como sejam a história, a cultura e a língua, que podem contribuir, e muito, para alargar os seus horizontes e a sua margem de actuação no plano internacional. Aquilo a que hoje em dia se chama o «património imaterial» constitui não só um factor de coesão dos povos, como também um factor estratégico decisivo nas relações entre os Estados.

Herdámos uma língua que se autonomizou há mais de 700 anos, uma língua onde convivem há séculos duas grandes literaturas e onde, nas últimas décadas, emergiram outras que apesar de ainda recentes já possuem, no entanto, várias obras e autores internacionalmente reconhecidos.

A língua de Camões e Vieira, de Machado de Assis e Guimarães Rosa, é agora também a língua de Agualusa e Mia Couto, para referir apenas os nomes de dois dos escritores que actualmente vêm sendo traduzidos com mais frequência, em dezenas de outras línguas.

Não podemos desperdiçar esse capital, que é sem dúvida um motivo de orgulho para os 240 milhões de falantes do português, mas que pode e deve ser também encarado como uma vantagem competitiva, a rentabilizar com vista ao progresso dos nossos oito países.

O simples facto de tantos milhões de pessoas comunicarem em português, seja como língua materna, como língua oficial, ou como segunda língua, torna imperativo encontrarmos os meios adequados para o promover internacionalmente.

O português tem de afirmar-se como uma «língua global», uma língua que se pode ouvir nos quatro cantos do mundo e que, por isso mesmo, justifica que outros se sintam motivados a aprendê-la como língua estrangeira. Por essa razão, assumimos a promoção da língua portuguesa como o tema prioritário do programa da Presidência Portuguesa da CPLP. Os interesses comuns aos Estados-membros da CPLP impõem um trabalho conjunto com vista à crescente afirmação internacional da língua portuguesa, em particular no quadro das Nações Unidas, onde o português de há muito justifica o estatuto de língua oficial. Mas a importância das línguas não se mede apenas pelo número de falantes. Mede-se também pelo relevo da cultura que em cada uma delas se exprime, das ideias que nela se discutem, dos livros que nela se escrevem e publicam, dos meios em que ela circula e está acessível a quem a queira ler ou escutar.

Para que o português alcance o estatuto a que tem direito no plano internacional, é importante que a lusofonia, sem perder a diversidade – que é a principal razão da sua importância no Mundo –, seja um espaço aberto em que se produz e circula conhecimento, um espaço no interior do qual a língua atenua as distâncias e torna mais fácil o relacionamento entre pessoas e entre países. Considero, por isso, da maior utilidade e extremamente louvável que se promovam iniciativas

como a presente. Iniciativas que ultrapassam as naturais diferenças que nos separam e tiram partido daquilo que nos une. Iniciativas em que se cruzam as fronteiras geográficas de cada um dos oito Estados lusófonos, para se pensar e agir no horizonte de uma pátria feita de muitas pátrias, a pátria de todos quantos falam português.

Minhas Senhoras e meus Senhores

A entrega deste prémio representa uma homenagem ao escritor Murilo de Carvalho e ao notável romance que escreveu, inspirado na história do seu país. Mas é também uma forma de celebrarmos a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e o inestimável património cultural e histórico em que essa Comunidade está fundada.

O aparecimento de obras com qualidade, em qualquer uma das literaturas que entretanto se formaram na língua que todos partilhamos, é a melhor forma de demonstrar a vitalidade do português e o papel singular que lhe cabe no concerto das nações.

Tenho dito.

Sessão de Encerramento da Conferência Internacional do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência

Lisboa, 8 de Maio de 2009

É com o maior gosto que participo nesta Conferência, que se realiza no ano em que o Observatório Europeu da Droga e Toxicodependência perfaz 15 anos de trabalho. Recordo as negociações em que participei e que permitiram que este Observatório ficasse com sede em Portugal, e, à distância de 15 anos, concluo com alegria que valeu a pena o esforço que fizemos.

Esta agência da União Europeia, que Portugal acolheu, tem produzido trabalho de grande qualidade para a monitorização do fenómeno da droga e da toxicodependência na Europa, bem expresso, de resto, no Relatório Anual que o Observatório apresenta. Quero, publicamente, felicitar a Direcção e todos os seus colaboradores pela forma como o Observatório tem desempenhado a sua missão. A Conferência que agora se encerra, e que visa identificar as necessidades de informação na Europa para uma política eficaz de combate às drogas, foi, seguramente, mais um passo para aprofundar a cooperação que esse combate tanto exige.

É essencial recolher e sistematizar mais e melhor informação sobre os estupefacientes, sobre quem os vende e quem os consome. Só podemos combater com eficácia as drogas se conhecermos bem o fenómeno. Conhecer as causas, as pessoas atingidas, os padrões de consumo, as substâncias envolvidas, as redes de produção e distribuição, as componentes internacionais e as condicionantes locais.

Para tudo isto, o Observatório tem sabido recolher, coligir e analisar informação fundamental, como ficou patente na Conferência que agora se conclui. Espero que os instrumentos de acção, as propostas concretas e as soluções aqui discutidas possam ser aplicadas com a devida urgência. Por cada minuto que se perde no combate à droga, existe mais um jovem a ser atraído para a consumir ou mais uma vida destruída pela toxicodependência. Com essa vida, outras são

arrastadas para o abismo. Mais do que consumidores, temos pessoas a quem a droga consome. A elas, às suas famílias, aos seus amigos.

Minhas Senhoras e meus Senhores

O combate às drogas e aos fenómenos a elas ligados exige cooperação internacional e estratégias concertadas. Este ano de 2009 é, nessa perspectiva, um ano especial, porque corresponde ao lançamento de Plano de Acção da União Europeia contra as Drogas para o período 2009-2012, através do qual a União irá aperfeiçoar a sua estratégia de prevenção e combate.

O problema das drogas assume, como é sabido, uma dimensão planetária. É um problema que assenta em complexos equilíbrios económicos e, mesmo, geostratégicos, envolvendo países ou regiões instáveis e populações cuja pobreza as torna reféns de senhores da guerra que se financiam com a produção e o tráfico e de redes criminosas que actuam à escala transnacional.

A toxicod dependência é uma doença. Como tal, temos de a prevenir e de a tratar. A dependência do uso de drogas não é, como nenhuma doença será, uma questão meramente individual. Constitui o resultado de uma conjugação infeliz de predisposição e vulnerabilidade, a que se associa o contexto de oferta e oportunidade. É um produto das pessoas, dos lugares e dos momentos. Por isso o combate à droga é um exemplo claro da necessidade de conjugar esforços para actuar, em simultâneo, em várias frentes.

Há que saber prevenir o início do uso de drogas, encorajar e tratar aqueles que as querem abandonar e acudir às sequelas físicas, mentais e sociais.

No final do ano passado, numa jornada que dediquei, como várias outras, à inclusão social, dei especial atenção a iniciativas que envolviam o tratamento, a recuperação e a reinserção de toxicod dependentes. São cidadãos da nossa Europa, a quem não podemos voltar as costas. É também por eles que aqui estamos hoje reunidos. Nunca é tarde de mais para voltar a viver bem consigo e com os outros. O tratamento, o abandono do consumo e a reinserção são possíveis. O caminho é difícil, o processo muito doloroso, mas há sempre razões de esperança. Quero aproveitar esta oportunidade para louvar todos aqueles que conseguiram vencer a dependência, que se dispõem a falar dela, a dissuadir novos consumidores e a regressar a uma vida plena e produtiva.

Minhas Senhoras e meus Senhores

O fenómeno da droga, como disse, gera vítimas para lá dos indivíduos toxicod dependentes. Destrói famílias, corrói o interior das sociedades, contribui para a insegurança colectiva, leva a que largos recursos tenham de ser gastos em detrimento de outras finalidades também prementes. O impacto das drogas nas sociedades acaba por implicar a mobilização de uma multiplicidade de meios: da defesa à segurança, da justiça à saúde e à assistência social. Os números que este Observatório apresenta são impressionantes e não nos podem deixar indiferentes.

Sem descurar o combate sem tréguas à produção e ao tráfico, necessitamos de políticas que diminuam os focos de pobreza no Mundo, ponham fim a conflitos regionais e aumentem a segurança a nível internacional. Mas, na Europa e em cada um dos nossos países, precisamos também de cidadãos mais conhecedores, mais bem informados, mais críticos nas suas escolhas. Precisamos de políticas de família e de uma atenção crescente aos nossos jovens. Precisamos de cidades saudáveis, onde os mais novos encontrem um ambiente que os afaste das tentações do consumo e da fuga a uma realidade que pressentem, muitas vezes com razão, como hostil.

Temos de prosseguir o nosso caminho de combate às drogas. Os dados deste Observatório Europeu dão-nos sinais de que a vitória é possível. Também aqui é preciso, estou convencido, mais integração europeia, pois este combate não pode ser levado a cabo com sucesso apenas com políticas nacionais, decididas e aplicadas por cada Estado. Este desafio, premente e urgente, exige uma resposta verdadeiramente europeia.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Esta é uma feliz oportunidade para recordar que amanhã mesmo se assinala mais um aniversário da Declaração Schuman que, precisamente no dia 9 de Maio de 1950, lançou o movimento de integração europeia, a iniciativa mais marcante da Europa no século XX. A construção europeia é, indiscutivelmente, um exemplo de sucesso da nossa História comum. Nos tempos que vivemos, é oportuno evocar o que foi a resposta europeia à destruição humana, social, económica e moral provocada pela maior e mais trágica guerra mundial. A res-

posta, desenhada por um notável grupo de líderes europeus, unidos pelos valores, pelos princípios, pela determinação e por um visionário sentido estratégico, foi a integração.

Essa Europa, que foi necessária para superar o rasto devastador da guerra, continua a ser indispensável para enfrentar os desafios dos nossos dias, sejam eles a crise económica e financeira, a segurança dos Estados e dos cidadãos, a protecção do ambiente, a exclusão social, a defesa dos consumidores ou a saúde pública.

Fizemos um longo caminho para chegar à União Europeia de hoje. Uma União que não foi apenas forjada pela integração económica, mas soube aprofundar-se em múltiplas vertentes que lhe dão uma dimensão política de grande projecção. Uma União que contribuiu decisivamente para o fim do confronto Leste-Oeste e da Guerra Fria, simbolizado na queda do Muro de Berlim, que este ano comemora já 20 anos. Uma União que se projectou dos seis Estados fundadores para os actuais 27, e que tem em curso negociações para novos membros.

Um longo e bem-sucedido caminho está feito. Mas há ainda muito caminho por percorrer. A dinâmica de aprofundamento não pode parar. Consistentemente, tem de continuar a contribuir para superar os problemas que os Europeus enfrentam.

Por vezes, parece-nos que a solidariedade está menos forte, que a visão estratégica perdeu alcance, que existe mesmo um fenómeno de erosão ou de «fadiga da integração». É certo que os impasses nas decisões, as querelas secundárias, o autismo burocrático, os egoísmos nacionais com que a Europa, aqui e além, se confronta têm contribuído para uma maior descrença dos cidadãos no projecto de integração europeia. São sinais que seria imprudente ignorar. São sinais que reclamam a atenção dos líderes europeus e que devem estimular a acção dirigida para a resolução dos problemas e anseios dos cidadãos da Europa.

Dentro de algumas semanas, vão realizar-se as eleições para o Parlamento Europeu. É uma ocasião para debater os problemas que os Europeus enfrentam. Não é a mera retórica europeia que deve ser o centro do debate, mas antes as alternativas para fazer face a problemas concretos.

Mau grado as dificuldades vividas, a integração é o maior trunfo de que a Europa dispõe para garantir a paz, o progresso económico e a protecção social que os

europeus legitimamente reclamam. É também a integração europeia o maior trunfo para garantir à Europa um lugar de relevo no novo Mundo multipolar que vai ser redesenhado no século XXI. Os líderes europeus de hoje serão julgados pela capacidade que revelarem para tirar partido da integração europeia em benefício dos cidadãos.

Termino saudando de novo os participantes desta Conferência, que aqui deram mais um contributo para fazer avançar a construção europeia na direcção certa, que é a do interesse comum que a todos nos une.

Visita à Academia Portuguesa da História

Lisboa, 25 de Maio de 2009

Por decreto de 8 de Dezembro de 1720, fundou o Rei D. João V a Academia Real da História Portuguesa, determinando que seria «(...) *uma Academia em que se escreve a História Eclesiástica destes Reinos e depois tudo o que pertencer a toda a História deles e de suas Conquistas*».

Aqui, na douda Academia Portuguesa da História restaurada em 1936, seguindo a prescrição régia e a determinação legal, escreve-se história. Escreve-se história de Portugal, de forma a reconstituir a verdade para a perpétua lembrança das coisas, seguindo a máxima latina. Por isso se escreve história, porque a palavra escrita – conservando, como anunciavam os estatutos originais, «*as acções dignas de memória*» – impede o olvido a que o tempo as condenaria.

Programa ambicioso, como é devido e se espera de uma casa habitada por tão eminentes membros, dedicados por vocação e por dever estatutário à reconstituição documental e crítica do passado.

Uma academia é uma sociedade de ideias. Uma agremiação entregue por inteiro a um único objectivo: o conhecimento das coisas e dos homens. Sublime servidão académica que, para ser autêntica, deve ser cumprida sob três condições de liberdade: a liberdade de recrutamento dos académicos; a liberdade de fixar as regras de funcionamento da instituição; e a liberdade de escolher os temas de investigação. De entre as três, destacarei a liberdade de recrutamento dos membros, condição primeira de legitimidade do saber académico. Académico não é qualquer um. Apenas aquele que se submete ao mais elevado dos princípios da selecção académica – o do reconhecimento pelos pares.

Nos tempos que vivemos, a Academia não é a instância única de acreditação do saber histórico. Muito menos seria aceitável que fosse o prolongamento institucional de uma historiografia oficial. Pelo contrário, a Academia Portuguesa da História só tem a ganhar por ser uma casa de liberdade para o investigador, uma casa na qual a autoridade é o fruto devido do saber e do trabalho.

A história, nas palavras imortais de Cícero, é «*testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira do passado*». No entanto, o facto histórico, tal como o podemos conhecer cientificamente, é mais frágil do que prometia o grande orador romano. A história, como disciplina científica, é um encontro permanente entre os feitos dos homens de antanho e o presente dos homens que hoje a interrogam. Neste domínio, uma nova explicação pode impor-se porque suporta melhor o olhar do seu tempo. Por outras palavras, pode impor-se porque melhor responde à pergunta que cada historiador, em cada época, entende colocar ao seu passado.

Servidor de uma disciplina científica que deseja ser testemunha dos tempos, compete a cada historiador e, por maioria de razão, mas com especial intensidade, também ao académico, fazer o seu juízo sobre o passado.

Ora, a história é mais do que relato dos acontecimentos, é mais do que memória do passado. A história – a história vivida dos homens, não a sua disciplina científica – é livre, não é escrita pelo historiador. Acontece lá fora, para além destas paredes. Mas a interpretação que vós, historiadores, dela fazeis é indispensável para que o juízo do cidadão – que é, também ele, um facto histórico – possa ser justo.

O juízo do historiador contribui então, e tanto mais decisivamente quanto maior for a autoridade de quem o emite, para a formação consciente das convicções de cada um. Eis, numa sociedade democrática, a grande responsabilidade do historiador. Grande responsabilidade, com efeito. Porque o juízo dos cidadãos sobre o passado é precário, decerto, reversível, seguramente, mas esse é o juízo que conta.

O cidadão português avalia. Avalia, sempre. Tem o superior direito de avaliar. Avalia o que foi feito. Avalia o que deveria ter sido feito. Os homens públicos sabem-no: em democracia, por natureza, os cidadãos são os derradeiros árbitros da verdade.

Como Portugueses, mudámos e mudaremos. Mas, absorvendo as mudanças, continuamos. Continuamos algo que D. Afonso Henriques começou, um elo que os Portugueses de todos os tempos abraçaram e que conduziu àquilo que hoje somos. Um elo que nos distingue de outros povos e de outras nações. Uma existência comum quase milenar, destinada a continuar.

Para continuarmos, porém, teremos de ser sempre capazes de fazer juízos sobre o que aconteceu. A disposição para interrogar o passado e para nele buscar novas respostas é, mesmo, a primeira condição para edificarmos um futuro comum, como bem podemos concluir da erudita intervenção sobre a identidade que nos une que a Professora Maria Helena da Cruz Coelho acabou de proferir.

A Academia Portuguesa da História está, ela também, destinada a continuar. Honrando os académicos de sempre, estou certo de que vós, os académicos de hoje, sereis testemunhas dos tempos e mensageiros do passado, abraçando o elo que, sempre com a mesma autenticidade, vos conduzirá até aos académicos vindouros e até ao juízo que amanhã se fará sobre o nosso tempo.

Recebi, nesta Sessão Solene, as insígnias académicas conferidas, por inerência, ao Presidente da República. Fico bem ciente de que, nos termos dos Estatutos desta Academia, o Presidente de Honra se encontra equiparado, «*no que respeita a direitos e deveres, aos académicos de número*». É uma subida honra. É, também, uma forte responsabilidade.

Investido nesse cargo em virtude do exercício da Suprema Magistratura da Nação, quero dizer-vos que a coincidência não é por mim sentida, de modo algum, como artificial. Talvez porque sempre me senti vinculado ao dever de autenticidade que também obriga o historiador, e procurei, em todos os momentos e acima de tudo, cumpri-lo.

Como Presidente de Honra, asseguro-vos, Senhora Presidente da Academia Portuguesa da História e Ilustres Académicos, que farei o que estiver ao meu alcance para que esta Academia continue a sua insigne missão como testemunha dos tempos e mensageira do passado.

Cerimónia de Atribuição do Prémio SECIL Arquitectura 2008

Lisboa, 27 de Maio de 2009

Ao longo do meu mandato enquanto Presidente da República, tenho tido a oportunidade de confirmar a relevância que a arquitectura e os arquitectos portugueses têm no Mundo.

Recentemente, o Arquitecto Siza Vieira, autor deste belíssimo edifício onde nos encontramos hoje, recebeu das mãos da Rainha de Inglaterra o mais importante galardão de Arquitectura do Reino Unido. O vencedor do Prémio Pessoa no ano passado foi também um arquitecto, João Luís Carrilho da Graça. E ainda na semana passada tomei conhecimento de que um *atelier* de arquitectura do Porto, o *Impromptu*, venceu um concurso internacional organizado pelo *Royal Institute of British Architects*.

Na minha Visita de Estado à Alemanha, inaugurei, em Berlim, uma exposição de arquitectura portuguesa edificada no mundo inteiro. Esta exposição, organizada pela Ordem dos Arquitectos, mostrava exactamente alguns dos projectos realizados por arquitectos portugueses e espalhados por locais tão distantes como a Mongólia. É motivo de orgulho para Portugal perceber que é possível encontrar, em todos os continentes, obras com assinatura portuguesa.

A arquitectura portuguesa goza hoje de uma extraordinária reputação mundial. Em Portugal e no estrangeiro, os arquitectos portugueses têm sabido aliar o seu talento e a sua criatividade, contribuindo para consolidar uma identidade própria no seu trabalho.

É, pois, com particular satisfação que me associo, uma vez mais, ao Prémio SECIL.

Começo por felicitar os universitários que aqui hoje viram reconhecido o seu talento. Estes prémios constituirão certamente um estímulo na carreira destes jovens. É, de resto, de louvar que o Prémio SECIL preste particular atenção ao trabalho de jovens arquitectos e engenheiros no início das suas carreiras, permitindo-lhes aferir a sua real capacidade de adequação às exigências do

mercado. Uma boa formação universitária pressupõe sempre uma ligação eficaz ao mundo exterior às universidades. Iniciativas como o Prémio SECIL Universidades constroem pontes entre a Universidade e o mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional dos recém-licenciados.

Minhas Senhoras e meus Senhores

O Arquitecto Nuno Brandão Costa, cuja obra tem sido reconhecida em Portugal e no estrangeiro, recebe hoje o Prémio SECIL Arquitectura 2008, pelo seu projecto do Edifício Administrativo e *Showroom* «Móveis Viriato», em Paredes. Ao vencer este galardão, vê reconhecido o seu mérito neste trabalho concreto, mas vê, de igual forma, a sua carreira impulsionada pelo mais importante prémio de arquitectura em Portugal.

Felicito o Arquitecto Nuno Brandão Costa por mais este prémio que, com toda a justiça, conquistou. Permitam-me referir que se dá a feliz coincidência de o Arquitecto Nuno Brandão Costa ser também o autor do projecto do futuro Museu Sidónio Pais, em Caminha, um projecto da Câmara Municipal de Caminha, em parceria com o Museu da Presidência da República. Estou seguro de que será mais uma obra de grande interesse arquitectónico.

Uma palavra, também, para o dono da obra. A arquitectura não é um capricho. Saber escolher arquitectos e aprovar os seus projectos é contribuir de uma forma significativa para a mudança ou a renovação das paisagens. Daí que seja de louvar também todos os que, ao longo dos anos, se têm apercebido que os edifícios e as construções devem saber adequar-se às necessidades das populações e ao local em que se inserem. E que permitem aos arquitectos, jovens ou consagrados, desenvolver o seu trabalho de uma forma livre e responsável e afirmar a qualidade.

Quero ainda felicitar todos os outros concorrentes. Os projectos que tive a oportunidade de conhecer na exposição que visitei há momentos são sinónimo da extraordinária criatividade e maturidade que fazem com que a arquitectura portuguesa seja reconhecida no mundo inteiro.

Saúdo igualmente a SECIL, a Ordem dos Arquitectos e a Ordem dos Engenheiros por esta iniciativa que, ao longo dos últimos 15 anos, tem sabido reco-

nhecer a importância da arquitectura e da engenharia bem como dos seus profissionais, destacando os exemplos mais significativos de arte, talento e criatividade.

Aos premiados, renovo os meus parabéns.

Sessão Solene Comemorativa dos 250 Anos da Cidade de Aveiro

Aveiro, 29 de Maio de 2009

Esta é uma ocasião feliz. Comemoramos os 1050 anos da primeira referência escrita a Aveiro e os 250 anos da sua elevação a cidade. Em 959, a Condessa Mumadona nomeava no seu testamento as terras de sal de *Alavario*. Em 1759, por alvará de 11 de Abril, o Rei D. José «*houve por bem elevar a dita vila de Aveiro à dignificante categoria de cidade*».

São efemérides, ou seja, datas simbólicas que resgatam do esquecimento os factos e as pessoas que marcaram a vida comum. Celebremos, pois Aveiro bem o merece. Mas há mais razões para festejar. Neste mesmo ano de 2009, os Aveirenses receberam uma excelente notícia: a consagração cultural e económica de um dos produtos mais característicos da sua gastronomia. Os ovos moles de Aveiro foram incluídos na lista de produtos agrícolas e alimentares com a denominação de Indicação Geográfica Protegida. É o primeiro produto português de pastelaria que atinge esse estatuto.

Este doce tão afamado terá de se submeter a processos de controlo e certificação que garantem a qualidade de um produto de excelência. No passado, Aveirenses ilustres serviram a ideia de excelência. Recordo o grande orador do século XIX, José Estêvão, um político de envergadura nacional que nunca esqueceu a sua terra. Sabe-se do seu empenho na construção das instalações do Liceu de Aveiro, estabelecimento escolar com tradições na excelência educativa. Em Janeiro de 1860, ultimava-se então a edificação, escreveu na seguinte carta, dirigida a Francisco José de Oliveira Queiroz, reitor do Liceu de Aveiro: «*Queiroz, é indispensável que quanto antes (...) requises pelo Ministério do Reino as estantes e mais mobília necessária. Não peçam muito para a mobília miúda – trezentos mil réis será demais – e cuidado em os utilizar com juízo.*»

E foi assim, com impulso do representante local, empenho central e entusiasmo de todos os Aveirenses, que se construiu e equipou o edifício liceal que, 15 anos depois, ainda era considerado o primeiro de Portugal. Aveiro demonstrou então,

como agora, que sendo elevados na ambição e cuidadosos na despesa, muito podemos fazer. Por exemplo, pode-se conseguir, como aconteceu com a doçaria tradicional, a consagração comunitária. Louve-se, neste particular, o papel da Associação de Produtores de Ovos Moles de Aveiro. Doravante este doce só pode ser produzido em Aveiro. E deve ser confeccionado com matéria-prima local e de acordo com a receita tradicional. O cumprimento destas condições é o único modo de defender a reputação e a imagem dos ovos moles junto do consumidor.

Diz-nos o Caderno de Especificações e Obrigações dos Ovos Moles de Aveiro que os ingredientes são a água, os ovos e o açúcar. Mas atenção! Têm de ser combinados cuidadosamente, de acordo com uma receita tradicional, sendo a qualidade controlada nos laboratórios das doceiras. Concluímos, portanto, que a melhor maneira de respeitar a tradição é estar na vanguarda da tecnologia.

Eis o Mundo em que vivemos. Mundo que, para ser compreendido, tem de ser interpretado cientificamente, o que me conduz à Universidade de Aveiro, ao seu esplêndido *campus*, ao seu corpo docente de eleição e ao seu magnífico contributo para o desenvolvimento regional e nacional.

Nos laboratórios das doceiras procede-se, então, ao arrefecimento e repouso da massa dos ovos moles e ao seu acondicionamento em hóstias ou em barricas. As hóstias que acolhem a massa dos ovos moles devem ser recortadas a direito, «*não sendo permitido o corte de zig-zag*». Mais um belo conselho.

As barricas de porcelana, com os seus motivos brancos e azuis, evocam os tradicionais e famosos azulejos aveirenses. Azulejos em que, desde há séculos, se retratam motivos locais. As figuras típicas – o marnoto, a tricana, a varina – e outros símbolos locais, como o moliceiro. Expressão de um antigo modo de vida, aliança anfíbia do homem com a natureza, o moliceiro é, ainda, um símbolo cultural. As suas proas espatuladas e erguidas ostentam pinturas ora irreverentes, ora reverentes, irónicas e esperançosas, poéticas e saudosas. Em suma, a voz do Povo.

Não deixeis desaparecer o moliceiro, porque nele está a alma aveirense. Preservar a identidade atrai os visitantes. E cria os alicerces em cima dos quais se constrói o futuro. O moliceiro também surge pintado nas barricas de madeira dos ovos moles, tal como as salinas, os palheiros, o farol da Barra.

A Barra! A Barra de Aveiro, condição primeira para o progresso da região. O progresso sente-se no ar, lê-se na face dos Aveirenses, constata-se no crescimento da cidade e no progresso das suas instituições, festeja-se nas ocasiões felizes. Mas, numa história milenar, é inevitável que tenha havido, ao lado de momentos bons, outros menos agradáveis. A história desta cidade demonstra que Aveiro soube sempre ultrapassar as crises que a poderiam ter mortificado.

Recordo o período crítico do encerramento natural da Barra, ocorrido em meados do século XVIII, que fechou a comunicação entre a laguna e o mar. O Homem teve de intervir na evolução da Ria, com vista a estabilizar a ligação com o mar. Sei que no ano passado se celebrou condignamente o bicentenário desse acontecimento, a abertura da Barra, decisivo para Aveiro. Nessa ocasião foram recordadas palavras luminosas do Capitão do Porto de Aveiro, proferidas em Maio de 1923: «*Durante 121 anos (...) foi despendido um avultado capital fornecido pelas forças locais sem o menor lucro directo; o balanço das vantagens económicas adquiridas durante um século demonstra-nos porém que apenas devemos lamentar os esmorecimentos, as interrupções, que não permitiram todas as que a contemplação do passado nos autoriza a considerar realizáveis.*»

Não sei o que mais deve merecer a nossa admiração: se o facto de se tratar de um esforço da sociedade, se o carácter multigeracional do investimento realizado no Porto de Aveiro, se a capacidade inusitada para aguardar pelo devido retorno. Foi, tão-só, mais um exemplo do carácter tenaz e empreendedor dos Aveirenses.

Nestes tempos de dificuldades, não haverá, estou seguro, esmorecimentos nem interrupções. Aveiro nunca baixou os braços na sua opção pela liberdade. É uma longa tradição que honra a cidade e responsabiliza os seus cidadãos.

Temos hoje o dever de evocar a memória daqueles Aveirenses que, evidenciando coragem e espírito cívico, combateram em nome da liberdade. Neste mês de Maio, relembramos os heróis do 16 de Maio de 1828, que se levantaram contra o absolutismo. E relembramos ainda todos aqueles que, mais perto de nós no tempo, em Maio de 1969, aqui participaram no II Congresso Republicano.

Neste 40º aniversário, recordo, em particular, a memória do Dr. Mário Sacramento, o principal organizador e o grande inspirador dos Congressos Republicanos de Aveiro. Não lhe foi concedido ver a concretização dos seus anseios.

Na sua despedida literária e política, Mário Sacramento concluía com as seguintes palavras: «*Façam um Mundo melhor, ouviram? Não me obriguem a voltar cá!*» Em Aveiro, terra de ovos moles mas de gente rija, constrói-se um Mundo melhor todos os dias. Mas é preciso tentar, sempre, fazer um pouco mais. Muito obrigado.

Sessão Solene de Boas-Vindas por Ocasião das Comemorações do Dia de Portugal

Câmara Municipal de Santarém, 9 de Junho de 2009

Portugal reúne-se de novo em Santarém.

É tempo de celebrar.

Toque o sino da Torre das Cabaças, como era tradição no século XV, convocando a assembleia dos cidadãos Escalabitanos.

Portugal vem a Santarém e a capital do Ribatejo acolhe-nos no momento em que completa 830 anos o seu primeiro foral, dado por D. Afonso Henriques à terra onde encontrou o seu «*paraíso deleitoso*».

Agradeço a Santarém, agradeço a todos os seus habitantes a hospitalidade com que, hoje como sempre, Portugal é recebido em Santarém.

Bem-haja a Câmara Municipal de Santarém. O seu empenho e o seu entusiasmo deixarão marcas indeléveis nestas comemorações.

Vir a esta cidade é cumprir um encontro marcado com a História. As origens de *Scallabis* perdem-se no tempo e descobrem-se na lenda. Cidade com passado, Santarém assistiu a nascimentos e casamentos de reis, a aclamações e coroações, a suplícios de condenados e à assinatura de tratados. Aqui choraram os invasores derrotados, pela vontade de um povo.

A conquista de Santarém pelo Fundador, na noite de 15 de Março de 1147, possibilitando o avanço até Lisboa e, depois, até ao Sul, tornou Portugal num reino que podia durar.

Santarém deixou então de ser fronteira, «*a última cidade do Ocidente*», nas palavras de um santareno ilustríssimo, o grande poeta Ibn Bassam. Tornou-se eixo de ligação, traço de união entre o Norte e o Sul deste País.

A monumentalidade de Santarém – onde cada rua é um museu vivo – atesta uma grandeza que as marcas do tempo não apagam.

Quando Almeida Garrett, o mestre de todos os viajantes, parte Tejo-arriba em busca de Portugal – em busca de um país, no seu dizer, «*habitável por todos*» –, encontrou em Santarém «*(...) um livro de pedra em que a mais interessante e poé-*

*tica parte das nossas crónicas está escrita». Igrejas, conventos, paços e palácios, recintos amuralhados, ruas antiquíssimas. Um vasto livro de pedra que conta a história pátria – assim faz Santarém jus ao título de *Capital do Gótico*.*

A estas terras aportou também Alexandre Herculano, intentando aplicar «*um sistema ilustrado de agricultar*». Procurava criar um novo monumento que encarnasse a regeneração de Portugal, um monumento edificado com «*o aspecto do solo, o viço dos campos, a abundância substituída à escassez na morada do homem laborioso*».

Os nossos maiores deram-nos o sinal. A montante do rio da história, encontraram um passado glorioso. Mas não retornaram a Santarém para celebrar esse passado, menos ainda para carpir o presente. Buscaram aqui um novo sentido para, a jusante, iluminar os dias futuros.

Um sentido inspirado não só por aquilo que fomos, mas também por aquilo que poderemos ser. Eis o Ribatejo debruçado para diante, ocupado com actividades inovadoras, apostado numa agricultura que adopta as melhores práticas.

Saúdo, em particular, todos os que, ao longo de tantos anos, contribuíram para fazer da Feira Nacional de Agricultura o grande certame que hoje podemos visitar.

Este é o espírito do nosso reencontro, hoje, em Santarém.

Cidade-Miradouro, do alto das suas colinas contemplamos meio Portugal.

Defronte, o Tejo que trovadores e jograis, amantes e poetas cantaram.

Por aqui desterrado, pleno de «*lembranças tristes*», Camões amaciava a sua dor junto ao «*puro, suave e brando Tejo*». Mais além, «*alegres campos, verdes arvoredos*» que lhe apaziguavam as saudades.

Ao longe, a emoldurar o horizonte, as serras das Beiras e da Estremadura, as luzes de Lisboa e a planície e o montado alentejanos.

Cidade da Festa Brava e de gente corajosa. Aqui, recusou-se o jugo com que por vezes nos quisera submeter. Com destemor perante a superior força adversa, a cidade tomou partido pelo Mestre de Aviz e por D. João IV. Aqui foi aclamado

D. António, Prior do Crato. Destas colinas partiu o Capitão Salgueiro Maia, seguro de que interpretava fielmente o sentir de um povo.

Neste dia em que celebramos o Portugal de todos os Portugueses, gostaria de resgatar do esquecimento outro escalabitano, um anónimo habitante de Alfange.

O cronista não lhe guardou o nome, preferindo tão só descrever, para os vindouros, o que a Rainha D. Leonor transformou em acto exemplar.

Naquele ano de 1491 – reinava em Portugal D. João II –, um humilde pescador do Tejo deparou com o corpo inanimado do infeliz Príncipe D. Afonso. O herdeiro do trono acabara de cair enquanto cavalgava junto ao rio. Condoído, o pescador envolveu-o na rede do seu camaroeiro e assim o transportou até sua casa. Aí o encontraram os desesperados pais. D. Leonor, profundamente tocada pelo gesto fraterno, encontrou naquela rede o seu sinal particular. Pouco depois, o camaroeiro seria escolhido como o símbolo do espírito caridoso que ainda hoje Misericórdias de todo o País ostentam, em silenciosa homenagem ao pescador de Santarém.

Em dia festivo, recordamos e enaltecemos o contributo de Santarém para a cultura, para a arte, para a liberdade e para a solidariedade. Em suma, celebramos o contributo de Santarém para Portugal.

Celebre-se o que se fez. Celebre-se, sobretudo, o que se pretende realmente fazer.

Na terra em que viveu Frei Gil de Santarém, temos a obrigação de celebrar. Enquanto físico, Frei Gil tinha no seu receituário um remédio que prometia sarar a «*névoa dos olhos*».

Afastando a névoa das coisas, buscando a claridade, seremos justos quanto ao que somos e realistas quanto ao que podemos e queremos ser. Então, aproveitando do passado os actos exemplares e buscando sentidos novos, cumpriremos o desígnio de continuar aquilo que D. Afonso Henriques encontrou quando tomou esta cidade – garantir um futuro a Portugal.

Toque então a rebate, em sinal de público regozijo, o sino da Torre das Cabaças!

Cerimónia de Homenagem ao Professor Adriano Moreira

Bragança, 17 de Junho de 2009

É sempre com grande prazer que regresso a Bragança.

Bragança, cidade que tem tido um papel liderante no processo de desenvolvimento do Nordeste, promovendo uma mudança que melhora a qualidade de vida de todos, sem romper o equilíbrio do ambiente natural e dos traços históricos e culturais da região.

Bragança, cidade com mais de cinco séculos, povoação de fronteira que, desde D. Afonso Henriques, sempre persistiu em ser portuguesa.

Saúdo a Fundação Rei Afonso Henriques. Trata-se de uma instituição privada com participação pública que, aprofundando as relações entre os lados da fronteira que o Fundador criou, contribui para o desenvolvimento económico, social e cultural do Vale do Douro. Eis aquilo de que Bragança e esta região mais necessitam: formas inovadoras de valorização do seu património e de dinamização das suas capacidades, consistentes com uma acrescida centralidade no contexto ibérico e uma maior proximidade ao Centro da Europa.

Bragança é a cidade da *Domus Municipalis*, símbolo do municipalismo português. A casa dos cidadãos Bragançanos, onde sempre se manifestou o espírito altivo e livre dos transmontanos.

Homenageamos hoje um desses transmontanos, um português ilustre – o Professor Adriano Moreira –, português de Trás-os-Montes que reencontra nas suas origens, em Grijó de Vale-Benfeito, e usando as suas palavras, «*a Pátria pequenina que é a aldeia de cada um*».

A *Pátria pequenina* que é Trás-os-Montes da vida austera, que produz homens de porte agreste e alma sensível. Aqui nasceram, ao longo dos séculos, Portugueses que interpretaram, como poucos, o sentido do dever e da honra. O dever e a honra que obrigam à frontalidade e à inteireza.

Na Universidade, onde foi mestre da lucidez, o Professor Adriano Moreira construiu escola em torno da «*convergência dos saberes*». A convergência que, só ela,

permitirá conduzir à compreensão de uma sociedade inexorável e crescentemente complexa. Anunciador de uma *idade da convergência* e da convivência das civilizações, o Professor Adriano Moreira nunca foi daqueles que procuram agradar a todos.

Na vida pública, pertenceu à estirpe dos que permanecem fiéis à sua palavra e ao seu trajecto.

Foi testemunha da mudança dos tempos e da mudança das vontades. Imitou, então, aqueles penedos graníticos transmontanos que contemplam, serenos, as volubilidades da vida e dos homens.

Nunca foi, no entanto, um dos silenciosos. Sempre foi capaz de dizer o que tinha de ser dito. Disse o essencial, nem mais, nem menos do que o essencial. Dizendo, iluminou. É daqueles homens do pensamento e da reflexão que nos fazem compreender melhor o Mundo em que vivemos.

Transformou as ideias em palavras e as palavras em acção. Como homem que agiu, sabe o valor do tempo. Sabe, sobretudo, que não se pode perder tempo.

Nas suas avisadas palavras, *«é absolutamente inadmissível que alguém, sobretudo quando é responsável pela coisa pública, perca o tempo dos outros, porque o tempo dos outros é o futuro de todos»*.

Sempre soube que as instituições duram mais que os homens. Por isso, para servir os fins dos homens, defendeu ser imperativo reforçar as instituições.

São suas, ainda, estas palavras:

«Quando um homem consegue dar uma palavra de conselho, acrescentar uma ideia, remediar um mal, elucidar uma dúvida, preservar um valor, inovar uma solução, deve agradecer em silêncio a graça de um dia ter vivido, em plenitude, o espírito do seu povo.»

Nós, Portugueses, temos o dever de agradecer publicamente, por palavras e por actos de reconhecimento como este a que hoje assistimos, ao Professor Adriano Moreira.

Agradecer a quem sempre alimentou a esperança de fazer convergir os valores da História com as exigências do futuro.

Agradecer a quem tanto se ocupou, acima de tudo, da questão de como podemos continuar a ser Portugueses.

Agradecer a quem nos fez sentir que o património que legámos ao Mundo, mais do que pedras edificadas, pode ser uma verdadeira força moral.

Agradecer, por último, esta prova de devoção à terra dos seus antepassados, a doação da sua biblioteca, um contributo para a preparação dos transmontanos de amanhã. Quem ama os livros sabe o que custa separar-se deles. Só um profundo afecto à sua terra e à sua gente pode sustentar tão generosa decisão.

Sessão Solene Comemorativa do Centenário do Liceu Camões

Lisboa, 16 de Outubro de 2009

É com imenso gosto que presido a esta Sessão Comemorativa do centenário do edifício do Liceu Camões, uma das nossas escolas de maior prestígio e referência para muitas gerações de alunos e professores.

Pudemos hoje aqui assistir ao lançamento do livro que recorda a vida deste Liceu, através do testemunho de muitos dos que o frequentaram. Traço comum, o orgulho e afecto com que referem «Fui aluno do Liceu Camões!».

Recordo que, até há cerca de meio século, entrar no liceu era adquirir um estatuto de distinção, era integrar o grupo dos privilegiados que tinham conquistado o direito a prosseguir os estudos com vista à entrada na Universidade.

O liceu marcava a primeira grande selecção social: os que ficavam apenas com a 4ª classe, os que eram encaminhados para as escolas comerciais e industriais, como foi o meu caso, e os que tinham condições materiais para voos mais altos.

Nessa altura, contava-se pelos dedos da mão o número de liceus existentes no País, o que obrigava a que muitos jovens que viviam longe das capitais tivessem que se deslocar e ficar hospedados em pensões ou em casa de familiares. Esta circunstância tornava o prosseguimento dos estudos uma opção criteriosamente ponderada pelas famílias, muitas vezes forçadas a escolher o filho que teria mais capacidades de obter êxito. *Ter um filho a estudar* era apresentado como um luxo de que os pais de origem mais modesta muito se orgulhavam.

Havia, além disso, um conceito social propício ao trabalho precoce, que facilmente legitimava que os menos dotados ou aqueles que, embora tendo capacidades, exigiriam à família um esforço financeiro inabarcável, integrassem o mercado de trabalho logo que concluído o ensino primário obrigatório.

Isto, naturalmente, para não falar da visão ancestral que ainda perdurava relativamente ao papel das mulheres na sociedade, e que conferia às raparigas uma claríssima desvantagem no acesso aos estudos liceais.

Assim se desperdiçavam muitos talentos e assim se viveram muitas revoltas pessoais, por querer e não poder. Quantas e quantas histórias de vida são relatadas na nossa literatura em que o primeiro grande obstáculo que um jovem ambicioso tinha que vencer era precisamente o de ganhar o direito a prosseguir estudos no liceu!

Talvez por isso, por essa selecção e essa exigência, era muito mal aceite a falta de sucesso escolar. Era considerado um dever absoluto dos alunos estudar afinadamente, esforçar-se, ter boas notas e passar nos exames. E era encarado como natural que aqueles que sentissem dificuldades e perdessem o ano acabassem por abandonar os estudos.

Trabalho, rigor e disciplina eram as condições indispensáveis ao sucesso e os professores dispunham de uma autoridade incontestável, que devia ser capaz de produzir os melhores resultados e garantir que o investimento dos pais iria dar os seus frutos.

Havia o quadro de honra, onde os melhores viam, com orgulho, o seu nome inscrito. Servia de exemplo, mas era também um forte compromisso de expectativas, pois tão honroso era entrar no quadro como humilhante deixar de lá constar.

Podemos dizer, e com orgulho, que muito se evoluiu desde esses tempos e que a escolaridade para todos passou a ser uma questão central nas políticas nacionais, europeias e internacionais.

Hoje, ir à escola é um direito elementar de todas as crianças e o ensino obrigatório abrange já os 12 anos de escolaridade.

Hoje, é um dever dos pais enviar os seus filhos à escola, dar-lhes condições para estudar ou obter junto do Estado o apoio necessário, condição indispensável para uma efectiva igualdade de oportunidades.

Hoje, completar o ensino secundário e avançar o mais possível nos estudos é, desde logo, uma questão de justiça social, além de um investimento altamente compensador, não só para os próprios como para a sociedade como um todo.

Passou-se de uma escola selectiva para uma escola inclusiva. Uma escola inclusiva tem que ter lugar para os melhores, que devem poder expandir as suas capacidades, mas tem igualmente que saber acolher, apoiar e desenvolver todos os que aí chegam com menos potencial, seja por razões de natureza individual, seja por condições sociais ou familiares desfavoráveis.

É no campo do conhecimento e das qualificações que Portugal tem ainda uma significativa desvantagem em relação aos outros países da Europa. Se, por um lado, fizemos nas últimas décadas progressos notáveis na generalização do ensino obrigatório, na redução do abandono escolar e nos níveis de frequência das universidades, falta-nos, por outro lado, ir muito mais longe na qualidade e na competitividade dos nossos sistemas de educação e formação, tendo em conta os padrões europeus com os quais nos comparamos.

É na escola que se adquirem as bases de todo o conhecimento e competências. Mais ainda, é na escola que se adquirem muitas das regras, das atitudes e dos valores fundamentais que servirão de referência ao longo da vida, sobretudo quando o papel das famílias se vê cada vez mais condicionado pela vertigem da vida moderna e pela crescente desagregação dos laços familiares ou da ligação intergeracional.

As características e o modo de funcionamento dos mercados de trabalho têm conhecido, por sua vez, uma mudança acelerada.

Os jovens terão que sair da escola munidos não apenas de um conjunto de conhecimentos e competências específicos mas também de competências genéricas que lhes confirmam capacidade de adaptação, criatividade e gosto pela aprendizagem ao longo da vida.

Já não há empregos para a vida, e a mobilidade, incluindo entre diferentes países, é uma realidade exigente. Também isso implica novas maneiras de ensinar e de aprender, a que a escola tem que dar resposta.

Os professores, que foram os agentes da escola de rigor e de selecção de outrora, são hoje os agentes cruciais para o sucesso desta evolução que a sociedade moderna e global exige. Cabe-lhes fazer a ligação entre o mundo exterior e a preparação das crianças e jovens que se sentam na sua sala de aula para aprender e descobrir.

Hoje, como há 100 anos, a escola tem um papel marcante na vida dos jovens, mas a sua função tornou-se tão complexa e tão extensa que exige concertação de políticas nacionais e europeias, assim como a definição de padrões de qualidade que orientem e estimulem um aperfeiçoamento constante.

Mas hoje, tal como há 100 anos, uma boa escola e bons professores constituem uma referência que permanece ao longo da vida de cada aluno, como uma

mente que frutifica e que dará novos frutos, tal como o testemunham os alunos que passaram pelos bancos do Liceu Camões e que aqui lhe renderam justa homenagem.

O Liceu Camões, com o seu edifício projectado de raiz pelo Arquitecto Ventura Terra, amplo e austero, foi logo de início um símbolo de exigência e de qualidade educativa, numa concepção moderna de uma escola de formação integral, física e intelectual.

Decorridos 100 anos sobre a inauguração destas instalações, podemos dizer que elas são um símbolo do que pode e deve ser uma Escola. Um espaço de desenvolvimento pleno das capacidades dos jovens, um campo de convívio e de competição, mas também um centro de cultura e de formação que deixe nos jovens uma marca indelével de carácter, de abertura ao Mundo e à diversidade, o gosto pelo saber e a coragem de ir mais além.

Esse espírito está bem demonstrado pela extensa galeria de alunos famosos nos mais diversos campos de actividade, desde a literatura, à política, à medicina ou à música, entre muitos outros.

Felicito o Liceu Camões e todos os que nele estudam e trabalham, desenhando, ainda e sempre, novos caminhos do futuro.

Saúdo os membros dos órgãos de gestão, os professores e funcionários que já se retiraram da vida activa mas que são, ainda hoje, uma presença viva na escola e nos afectos dos antigos alunos.

Saúdo a memória dos que, não estando já entre nós, souberam imprimir, ao longo deste século, tão grande carisma a esta instituição.

Faço votos de que os próximos 100 anos possam confirmar e honrar tudo o que aqui se fez e se continua a fazer, no dia-a-dia, com dedicação, com devoção e com muito trabalho, a bem das novas gerações.

Muito obrigado.

Cerimónia de Lançamento das Comemorações do Bicentenário das Linhas de Torres

Torres Vedras, 11 de Novembro de 2009

Assinala-se hoje o lançamento das Comemorações do Bicentenário das Linhas de Torres Vedras, uma obra ímpar de organização militar do terreno. Para nós, Portugueses, estas Linhas são sobretudo o símbolo da vontade de resistir de um povo. Prestamos, nesta ocasião, homenagem a esses nossos antepassados heróicos que aqui lutaram em defesa da Pátria.

No início do século XIX, a máquina de guerra napoleónica estendeu as suas forças até ao extremo ocidental do continente europeu. Provido do Centro da Europa, que então dominava, a sua longa marcha quedou-se aqui, nestas terras, apenas a uma jornada de atingir o seu objectivo final.

Que mistério foi este? Como conseguiu um pequeno país fazer parar o melhor dos exércitos quando este se encontrava a dois passos da vitória?

Os exércitos napoleónicos não conquistavam territórios, destruíam as forças oponentes. Estavam sempre em movimento até encontrar o momento e o local azados. Aí, e só aí, atacavam ferozmente, com a máxima concentração de homens e de poder de fogo.

Ora, em 1810, o invasor tornara claro que tinha um único objectivo: atingir Lisboa. Esta revelação permitiu ao comando do Exército português e do Exército inglês antecipar os movimentos do adversário e adequar a sua estratégia defensiva. Pela primeira vez, o Exército francês enfrentava forças que, parecendo recusar o combate, afinal o atraíam ao ponto em que os defensores o queriam colocar.

Chegado às Linhas de Torres, o espanto do comando francês foi a prova de que a sua construção fora feita no mais absoluto segredo.

Milhares de homens e mulheres, escavando fossos e erigindo muralhas, transportando materiais e artilharia em carros de bois, pelas encostas mais íngremes, deram tudo o que tinham para edificar as defesas. Um trabalho prolongado, esforçado, organizado, eficiente. E feito com total discrição.

É considerado, por muitos especialistas, um dos segredos mais bem guardados da história militar. É notável, de facto, que se tenha podido confiar no silêncio de tantos milhares de pessoas. E que o invasor não tenha conseguido comprar um único traidor que lhe vendesse a informação crucial. Assim se tornou possível a vitória.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Na cidade que deu nome a esta obra maior de um povo em armas, aproveito para trazer à memória a figura de um grande português. Recordo um cartógrafo militar de primeira água, que foi vítima de muitas injustiças, e, porventura, da maior de todas – a do esquecimento.

José Maria das Neves Costa foi o oficial do Real Corpo de Engenheiros que procedeu ao levantamento cartográfico em que assentou a decisão, há precisamente 200 anos, de edificar em tão curto espaço de tempo uma fortificação com aspecto tão imponente e dissuasor. Honremos a sua memória.

Incapaz de vencer o obstáculo, sendo-lhe impossível contorná-lo, não conseguindo forçar os aliados ao combate, vencido pelo tempo e pela usura das tropas, restou ao invasor a retirada.

Aqui se inverteu o sentido da Guerra Peninsular. Foi o princípio do fim da aventura napoleónica que pôs a Europa a ferro e fogo. A retirada terminaria em Waterloo, cinco anos depois.

O maior erro de Napoleão, no entanto, não teve a ver com tácticas ou com estratégias, mas com a verdadeira natureza do adversário que se lhe opunha. Em Portugal, o grande general subestimou a força anímica de um povo. Decorria já a invasão e ainda ele proclamava que «(...) os ingleses são o único perigo». De tal modo que não contabilizava as unidades portuguesas e, por isso, assinalava uma clara desproporção a seu favor nas forças em presença e exigia uma vitória fácil.

Um simples soldado do exército francês, veterano de muitas batalhas e de todas as campanhas, deixou testemunho, nas suas memórias, do modo como os cálculos dos invasores foram reduzidos a nada na Península Ibérica por algo com que nunca tinham contado:

«Nas guerras que até então tínhamos feito acostumámo-nos a ver numa nação apenas as suas forças militares e a desprezar o espírito que anima os seus cidadãos.»

Foi o ânimo dos nossos antepassados que fez toda a diferença. O carácter e a vontade de todos os que se aprestaram a combater, uns guarneecendo as trincheiras, outros fustigando a retaguarda do invasor. Incluindo todos aqueles que, oriundos das Beiras, do Ribatejo, da Alta Estremadura, abandonaram casas e terras, perdendo os haveres que não puderam transportar. Acolhidos atrás das Linhas, sofreram os horrores da fome, animados unicamente pela esperança de manter a liberdade.

Em homenagem a estes Portugueses, temos o dever de cuidar da preservação deste património e de tudo fazer para guardar a memória de um povo que se levantou contra o invasor.

Saúdo a população de Torres Vedras e todos aqueles que se têm empenhado na tarefa de preservação das Linhas de Torres, desde a Administração Central e o Exército português, às Autarquias envolvidas e às entidades da sociedade civil.

Felicito, em particular, a Câmara Municipal de Torres Vedras e, na pessoa do seu Comissário, Senhor D. Manuel Clemente, a Comissão Municipal para as Comemorações do Bicentenário das Linhas de Torres Vedras.

A vitória dos aliados neste terreno que pisamos veio inspirar aqueles europeus que não tinham resistido quando invadidos por uma força que lhes parecera avassaladora. Com o nosso exemplo, renascia, para cada povo da Europa, a esperança de ser capaz de decidir o seu destino.

Julgam-se fortes aqueles que querem impor a sua vontade pela força dos números. Fortes são aqueles que conseguem enfrentar a vontade dos outros com a força da sua razão.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Aqui se derramou o suor e o sangue de muitos portugueses. Aqui se garantiu a independência de Portugal. Aqui se defendeu, com unhas e dentes, a nossa identidade e o nosso modo de ser contra aqueles que queriam forçar a nossa liberdade.

Muito mudou desde então. Mas, dando sentido ao suor e ao sangue derramados, os Portugueses tiveram sempre uma palavra a dizer no traçado do seu próprio caminho.

Portugal na Europa e no Mundo **V**

Estas comemorações bicentenárias cumprem um dever nacional de reconhecimento para com os heróis das Linhas de Torres Vedras. Aquilo que somos deve-se também a eles.

Celebremo-los como merecem.

Muito obrigado.





Banquete Oficial em Honra do Presidente da República de Angola

Palácio da Ajuda, 10 de Março de 2009

É, para mim e para minha Mulher, uma grande honra recebê-lo, Senhor Presidente, e à Senhora Dr^a Ana Paula dos Santos, bem como à ilustre delegação que os acompanha nesta Visita a Portugal.

É sempre motivo de especial satisfação acolher entre nós aqueles que nos são mais próximos e que connosco partilham tantos e tão profundos laços de fraternal amizade.

Permito-me uma nota pessoal para recordar a primeira Visita de Estado de Vossa Excelência a Portugal, em 1987, sendo eu, então, Primeiro-Ministro. Angola vivia o flagelo da guerra civil e no topo da nossa agenda estava a preocupação com os caminhos para a paz. Foi uma Visita histórica, que possibilitou um salto qualitativo no relacionamento entre Angola e Portugal.

Vossa Excelência é testemunha de que Portugal esteve sempre com o povo angolano no apoio à reconciliação nacional e aos esforços para a obtenção de uma paz duradoura. Muito nos satisfaz verificar que a paz, a estabilidade e a democracia são hoje valores decisivos, de que os Angolanos não estão dispostos a abrir mão e que consideram imprescindíveis para a realização dos sonhos de progresso e desenvolvimento.

Isso mesmo confirmou a forma bem-sucedida e amplamente participada como decorreram, há apenas alguns meses, as eleições legislativas, um sinal da confiança do Povo angolano no futuro da sua Pátria.

Apraz-nos, igualmente, sublinhar a crescente afirmação de Angola na cena internacional, de que o seu papel na promoção da paz e da resolução de conflitos é clara ilustração. Angola é hoje um actor regional e internacional considerado e respeitado.

Certamente que existem ainda grandes desafios pela frente. Os problemas da reconstrução num país com a dimensão territorial de Angola, do combate à pobreza, ou a garantia de condições de saúde e de ensino para toda a população,

são tarefas ambiciosas que exigem não apenas avultados recursos, mas também tempo para a sua consolidação.

De uma coisa poderão Vossa Excelência e o Povo angolano estar seguros: não lhes faltará a amizade, a solidariedade e o apoio de Portugal e dos Portugueses para vencer esses desafios, no limite das nossas possibilidades e no respeito pelas opções democráticas de uma Angola livre e soberana.

Senhor Presidente

O relacionamento entre os nossos países e povos assenta em alicerces feitos de uma longa História comum, bem como da partilha, com os nossos parceiros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), de um vasto património cultural e linguístico.

A nossa pertença a um universo linguístico de mais de 240 milhões de pessoas, nos cinco continentes, é um activo estratégico de primordial importância, de que devemos tirar partido para defender as nossas posições e objectivos num Mundo global e de forte concorrência.

Posições e objectivos cuja defesa muito ganha com a concertação político-diplomática entre os nossos Estados e com a sua participação activa em diferentes espaços de integração regional, como a União Europeia, a União Africana, o Mercosul, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, ou em organizações globais, como as Nações Unidas.

Por essa razão, assumimos a promoção da língua portuguesa como o tema prioritário do programa da Presidência Portuguesa da CPLP. Os nossos interesses comuns impõem um trabalho conjunto com vista à crescente afirmação internacional da língua portuguesa, em particular no quadro das Nações Unidas, onde ela de há muito justifica o estatuto de língua oficial.

Caberá a Angola suceder-nos na Presidência da CPLP, a partir de Julho do próximo ano. Esta feliz circunstância recomenda uma estreita articulação e coordenação de posições, de modo a que a Presidência cessante possa contribuir para o sucesso da que se segue e a que a próxima Presidência possa dar o devido seguimento ao trabalho que tiver sido feito.

A importância do papel da CPLP é bem visível em situações como aquela que vive a Guiné-Bissau. Portugal e Angola estão ao lado da Guiné-Bissau nesta

hora difícil. Partilhamos a firme convicção de que é necessário preservar a ordem constitucional. Só assim os dirigentes políticos e militares se mostrarão à altura das esperanças que os guineenses manifestaram, nas recentes e exemplares eleições legislativas. É tempo de substituir os conflitos pelo desenvolvimento económico e social a que os Guineenses, de há muito, têm direito.

Senhor Presidente

A presente visita acontece num momento em que o relacionamento entre Portugal e Angola atravessa um período de forte dinamismo e em que se intensificam os contactos, a mobilidade de empreendedores, os projectos e as parcerias entre os nossos países e empresas. A esta realidade não será alheia a situação que actualmente atravessam os dois países.

Angola tem registado nos últimos anos um ritmo de crescimento económico sem precedentes, que permitiu já lançar um abrangente programa de reconstrução nacional e direccionar recursos crescentes para o desenvolvimento social e humano.

Quero saudar vivamente as autoridades angolanas pela aposta que vem sendo feita na formação e valorização do capital humano do país, na criação de emprego e na melhoria das condições de vida das populações. Aposta que nunca seria possível concretizar sem os alicerces da paz, da estabilidade e da democracia.

A melhoria das infra-estruturas, o estímulo à actividade empresarial e o fortalecimento das instituições têm igualmente contribuído para reforçar a imagem internacional de Angola como um destino atractivo de investimentos.

Muitos poderão ficar surpreendidos com a capacidade empreendedora e a ambição de desenvolvimento económico e social de Angola. Portugal e os Portugueses não se surpreendem, porque conhecem bem a realidade angolana. As nossas empresas estão profundamente enraizadas em Angola e têm sido uma parte activa e relevante no desenvolvimento do país.

Angola é, desde há vários anos, um dos mais importantes parceiros económicos de Portugal e um dos principais destinatários do investimento directo português no exterior. Temos igualmente assistido a um cruzamento de participações empresariais e de investimentos nos dois sentidos.

Senhor Presidente

Vivemos um tempo de grandes desafios.

Uma das lições da actual crise mundial é a de que nenhum país ou economia estão imunes às suas consequências, um reflexo da interdependência que caracteriza a era da globalização em que vivemos. A cooperação e a concertação internacional são, por isso, indispensáveis, para recuperar a confiança, reactivar o tecido produtivo, criar emprego, atender às necessidades das camadas mais desfavorecidas e, ao mesmo tempo, contrariar as tentações nefastas do protecționismo.

Impõe-se, assim, que saibamos tirar partido do sólido relacionamento histórico, cultural e humano que nos une, das nossas sinergias e complementaridades, para superar as dificuldades que o actual contexto internacional nos coloca.

Senhor Presidente

Os contactos entre Portugal e Angola ultrapassam largamente a esfera institucional. Os nossos cidadãos, estudantes, professores, escritores, músicos, trabalhadores, empresários mantêm, quotidianamente, uma intensa e dinâmica rede de laços humanos, culturais, políticos e económicos, que promove cumplicidades e afinidades de que cabe aos Estados favorecer.

A dinâmica desses contactos, a riqueza de tudo quanto nos une e a realidade objectiva do nosso interesse exigem de nós vontade política e visão estratégica, e impõe que olhemos para o futuro do nosso relacionamento com ambição.

Gostaria, Senhor Presidente, que, assim como a sua primeira Visita de Estado a Portugal, em 1987, abriu as portas a um novo tempo nas relações entre os nossos dois países, esta sua segunda Visita ficasse para a história do nosso relacionamento como o momento em que duas nações adultas e confiantes, em paz com a sua História, constatando tudo quanto as aproxima e as vantagens que daí podem advir perante os desafios que nos coloca o Mundo de hoje, decidem apostar num novo patamar de relacionamento, numa verdadeira Parceria Estratégica.

Uma Parceria assente num diálogo regular, que implique as estruturas do Estado e que se alargue, igualmente, à sociedade civil. Uma Parceria que abranja todos os domínios em que as nossas relações se afirmam. Uma Parceria que permita

encarar e resolver, com visão de futuro, os desafios que decorrem da intensidade de um relacionamento que queremos todos os dias mais forte e fraternal.

Estou certo de que será essa a melhor resposta que poderemos dar ao que de nós esperam os nossos cidadãos.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde do Presidente José Eduardo dos Santos, à prosperidade crescente do Povo irmão angolano e ao fortalecimento das relações de fraterna amizade e parceria entre Portugal e Angola.

Cerimónia de Atribuição do Prémio Norte-Sul 2009 do Conselho da Europa

Assembleia da República, 16 de Março de 2009

É sempre com uma especial satisfação que participo na cerimónia de entrega dos Prémios Norte-Sul do Conselho da Europa.

Muito nos honra podermos contar, este ano, com a presença de Sua Majestade o Rei da Jordânia. A dedicação do Rei Abdullah II à causa da paz no Médio Oriente e o exemplo de tolerância, inclusão e moderação que a sociedade jordana representa traduzem, de forma eloquente, os valores que integram a matriz fundadora do Centro Norte-Sul. A Sua presença aqui, hoje, é, por essa razão, uma fonte de inspiração e um gesto que muito prestigia este Prémio, o Centro Norte-Sul e o Conselho da Europa.

A presente cerimónia tem lugar num momento de particular simbolismo. Celebramos, este ano, o 60º aniversário do Conselho da Europa, a mais antiga organização política do Continente Europeu, bem como o 50º aniversário do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Estamos perante duas instituições que se reforçam mutuamente e que se tornaram, ao longo dos anos, pilares da defesa dos Direitos Humanos.

O trabalho levado a cabo por organizações como o Conselho da Europa ou o Centro Norte-Sul permitiram progressos assinaláveis nas última décadas, no respeito pela dignidade da pessoa humana, na promoção dos direitos das crianças, na tolerância e no diálogo intercultural, ou nos problemas da igualdade do género. São progressos com que nos congratulamos, mas que não nos devem fazer esquecer o muito que ainda nos falta fazer.

Minhas Senhoras e meus Senhores

A conjugação, em 2009, de celebrações de tão grande simbolismo em matéria de Direitos Humanos confere à presente cerimónia de entrega do Prémio Norte-Sul um significado muito particular. Um significado que se vê sublinhado pelo humanismo, pela dedicação à causa do serviço público e à promoção do diálogo intercultural de que os dois laureados deste ano são exemplo.

Sua Majestade a Rainha Rania vem trabalhando incansavelmente na defesa dos direitos e liberdades da mulher, na promoção do seu papel na família e na comunidade, não apenas na Jordânia, mas a nível mundial. Os projectos e causas que tem abraçado ensinam-nos que a igualdade de direitos e de oportunidades, bem como a plena partilha de responsabilidades entre homens e mulheres, para além de corresponderem a um imperativo ético e humanista, contribuem decisivamente para o combate à pobreza, à fome e à doença, assim como para um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

A Rainha Rania tem-se igualmente notabilizado pela sua determinação no combate à iliteracia e na promoção das condições de acesso à educação e ao desenvolvimento integral da personalidade humana, em particular dos mais jovens. Por todas estas razões, Sua Majestade a Rainha Rania é bem o exemplo vivo dos objectivos que o Prémio Norte-Sul pretende servir.

A outra personalidade que, hoje, aqui distinguimos é alguém que o Conselho da Europa e todos os presentes conhecem bem. O percurso de vida do Dr. Jorge Sampaio está marcado por uma permanente dedicação à causa dos Direitos Humanos e da democracia.

Desde o seu tempo de estudante da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, que o Dr. Jorge Sampaio demonstrou uma especial preocupação com a defesa dos direitos e liberdades fundamentais, preocupação que se tem reflectido no exercício dos altos cargos públicos que tem sido chamado a exercer.

A acção do Dr. Jorge Sampaio como Presidente da República Portuguesa, ou como membro da Comissão Europeia dos Direitos do Homem, Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Tuberculose ou Alto Representante das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações tem sido sempre caracterizada pela firme defesa dos mais desprotegidos, pela promoção do diálogo intercultural e inter-religioso, no respeito pela diferença e na tolerância perante o outro.

Num tempo em que emergem novas fontes de instabilidade, a missão que o Dr. Jorge Sampaio protagoniza, no quadro da Aliança das Civilizações, é mais relevante do que nunca. A dedicação, apurada sensibilidade e o sentido de justiça com que vem desempenhando as suas funções são uma mais-valia sem preço no combate à intolerância e à ignorância de que se alimentam o extremismo e

o fundamentalismo – não importa a sua cor política ou religiosa – , impedindo, assim, que se transformem em instrumentos de conflito e de violência.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Ao atribuírmos o Prémio Norte-Sul a Sua Majestade a Rainha Rania e ao Dr. Jorge Sampaio, estamos a honrar o contributo de duas personalidades que se têm distinguido pelo seu profundo envolvimento na defesa dos Direitos Humanos e no reforço da parceria e da solidariedade entre o Norte e o Sul. Mas estamos, também, a dizer-lhes que continuamos a contar com a sua experiência e dedicação. Porque elas são necessárias à construção de um Mundo mais justo, e, também, porque precisamos de exemplos como os deles para acreditar que esse Mundo é possível.

Muito obrigado.

Banquete Oficial em Honra de Suas Majestades os Reis da Jordânia

Palácio da Ajuda, 16 de Março de 2009

É com grande prazer que acolhemos Vossas Majestades, bem como à ilustre delegação que os acompanha, nesta primeira visita oficial a Portugal.

Minha Mulher e eu guardamos as mais gratas recordações daquela que foi a primeira deslocação oficial de um Chefe de Estado Português à Jordânia. Para lá dos resultados, recordamos a extraordinária hospitalidade com que fomos recebidos. Esperamos, sinceramente, que Vossas Majestades se sintam tão bem em Portugal como nós nos sentimos na Jordânia.

Desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a Jordânia, em 1972, os nossos países construíram uma relação sólida baseada na amizade, no respeito mútuo, na partilha dos valores da paz, da tolerância, dos direitos humanos. Pela sua história, cultura e geografia, Portugal mantém uma relação muito próxima com os países da orla sul do Mediterrâneo e com o mundo árabe. Os traços da influência portuguesa em muitos países árabes e da influência árabe em Portugal são ainda hoje bem visíveis na língua, na literatura, na arte, na arquitectura, na música e na gastronomia, constituindo uma parte da nossa identidade de que muito nos orgulhamos.

Os especiais laços que nos aproximam do mundo árabe e os interesses que partilhamos com o Mediterrâneo fazem desta região uma vertente prioritária da nossa política externa e uma área de confluência dos interesses de Portugal e da Jordânia.

Os nossos países são promotores activos do reforço continuado da parceria Euromediterrânica. Partilhamos com a Jordânia a convicção de que a resolução do conflito israelo-palestiniano constitui uma prioridade de importância estratégica, não apenas para a promoção da paz e estabilidade regional, mas também para a segurança internacional. Como preconizado pela Iniciativa de Paz Árabe, a cooperação entre todas as partes, incluindo, em primeiro lugar, as partes no conflito, é de vital importância para que o cessar-fogo possa dar lugar

a um processo de reconciliação que garanta, a Israelitas e Palestinos, o futuro de paz e de desenvolvimento económico e social a que têm direito.

Neste contexto, quero saudar, muito em particular, os esforços que a Jordânia vem desenvolvendo em diferentes frentes do processo de paz e, em especial, na promoção da unidade e da reconciliação do mundo árabe.

Pelo exemplo de tolerância, liberdade e convivência pacífica que constitui a sua própria sociedade, pelo seu conhecimento das realidades em presença e pela sua excepcional capacidade de interlocução, a Jordânia desempenha um papel fundamental na criação das condições para um diálogo construtivo entre as partes.

A moderação, abertura ao diálogo e a dedicação à causa da paz de Vossa Majestade e do Povo jordano são uma fonte de esperança particularmente importante e inspiradora no período difícil que o processo de paz actualmente atravessa.

Permitam-me que destaque, nesta oportunidade, o particular contributo de Sua Majestade, a Rainha Rania, que o Centro Norte-Sul do Conselho da Europa, esta tarde, muito justamente, reconheceu.

Para Portugal, a Jordânia é um parceiro essencial para a melhor compreensão e avaliação de uma situação cuja importância para nós está bem reflectida na presença, entre as forças da UNIFIL, de um contingente português.

Majestades

Tivemos hoje, uma vez mais, oportunidade de constatar a excelência do nosso relacionamento bilateral e a firme determinação que ambos os países colocam no aprofundamento da sua cooperação em todos os domínios.

A qualidade do nosso relacionamento político, os valores e interesses que partilhamos permitem que olhemos com ambição para o futuro da nossa cooperação.

Portugal é hoje um país moderno e competitivo, inserido no contexto mais vasto da União Europeia, apostado em responder aos desafios da globalização através de um crescente investimento na investigação, educação e inovação. Por seu lado, a Jordânia é um país em franco desenvolvimento, com uma classe empresarial dinâmica e empreendedora, e com uma economia aberta que tem na União Europeia o seu principal parceiro comercial. Possui, além disso, recursos humanos altamente qualificados, boas infra-estruturas e uma

posição estratégica que lhe permite funcionar como plataforma de expansão regional.

Estou certo de que os empreendedores portugueses poderão desempenhar um papel activo no processo de modernização e crescimento económico da Jordânia, aproveitando, também, as oportunidades que o país oferece para a constituição de parcerias sólidas que reforcem a sua presença na região.

Os contactos empresariais no decurso desta Visita surgem na sequência dos promissores resultados que se vêm registando, nesta área, desde o ano passado e permitirão, agora com o enquadramento do Acordo de Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos, conferir novo impulso aos projectos, parcerias, investimentos e oportunidades de negócio entre os nossos países.

Majestades

Vivemos um tempo de grandes desafios à escala global. Só uma resposta concertada da comunidade internacional permitirá combater o terrorismo e a pobreza, assegurar a paz e a segurança, e recuperar a confiança indispensável ao relançamento económico e a um desenvolvimento equitativo e sustentável. Só através de instituições multilaterais fortes e representativas poderemos encontrar soluções eficazes para os problemas globais do nosso tempo, que sejam aceites por todos. Foi, por essa razão, em nome de um multilateralismo mais efectivo, dos princípios e valores fundamentais das Nações Unidas, mas também em nome da representação equitativa de todos os Estados no Conselho de Segurança, que Portugal apresentou a sua candidatura a membro não permanente do Conselho de Segurança para o biénio 2011-2012. Muito me apraz assinalar e agradecer o apoio que a candidatura portuguesa recebeu, desde o primeiro momento, da parte da Jordânia, o que constitui um sinal inequívoco do excelente relacionamento político entre os nossos países.

Estou seguro de que saberemos tirar partido dos laços históricos, humanos e culturais que aproximam os nossos povos, da nossa pertença ao espaço Euro-mediterrânico, bem como da nossa convergência de interesses, para consolidar uma relação cada vez mais estreita, em benefício dos nossos cidadãos.

Termino reafirmando a minha especial satisfação e de minha Mulher por receber Suas Majestades o Rei Abdullah II e a Rainha Rania em visita oficial a

Portugal e garantindo que a Jordânia pode contar com a minha determinação e com a do Povo português para construir a relação de futuro que ambos os países ambicionam.

Muito obrigado.

Banquete Oficial em Honra do Emir do Qatar

Palácio da Ajuda, 20 de Abril de 2009

É para mim e para a minha Mulher uma grande honra acolher Vossas Altezas, bem como a ilustre delegação que os acompanha nesta primeira Visita de Estado que realizam a Portugal.

Os contactos entre Portugal e as civilizações do Golfo Pérsico remontam ao século XVI. O Estreito de Ormuz e o acesso marítimo ao Golfo Pérsico eram descritos como a *terceira chave* da presença portuguesa no Oriente, juntamente com Goa e Malaca. Desse fértil intercâmbio resultaram progressos que marcaram a história da Humanidade, bem como registos que persistem, até hoje, na nossa arquitectura, na nossa língua e na nossa maneira de ser.

Portugal orgulha-se da herança universalista que a História lhe legou e que faz de nós um povo que facilmente se adapta e integra, fazendo amigos nas mais variadas paragens e desempenhando, frequentemente, o papel de intermediário entre culturas e interesses.

Fruto da sua história, cultura e geografia, também o Qatar se tem afirmado como nação particularmente vocacionada para a promoção dos laços entre povos e culturas. Não admira, pois, que o entendimento entre nós seja fácil e natural.

Desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre os nossos dois países, em 1982, temos construído uma relação de sólida amizade, assente no respeito mútuo e numa cooperação que tem vindo a alargar-se a novos domínios. São muitos os interesses e objectivos que partilhamos, desde logo, em relação a vários temas que integram a agenda regional e global.

O Qatar é hoje um actor importante e influente, na sua região e a nível internacional. O papel moderado e activo que desempenha no mundo árabe e no quadro do Processo de Paz no Médio Oriente, bem como o seu exemplo de sociedade multicultural e multiétnica, representam um inestimável contributo para a pacificação de uma área que é fundamental para a segurança internacional.

O Médio Oriente e as relações com o mundo árabe sempre ocuparam um lugar de destaque na política externa portuguesa. A continuidade geográfica entre a

Europa, o Mediterrâneo e o Médio Oriente e a sua interdependência política, económica e cultural fazem com que o que se passe numa das regiões afecte, inevitavelmente, a outra.

Entendemos que a paz e a segurança no Médio Oriente são fulcrais para o desenvolvimento económico e social a que têm direito os povos e países da região. Apoiamos, por isso, os esforços que têm por objectivo a estabilidade, o diálogo e a aproximação de posições entre as partes. Um apoio que se reflecte, de forma particularmente evidente, na presença de um contingente português entre as forças da UNIFIL.

É imperativo criar condições para que o cessar-fogo se consolide e possibilite um processo de reconciliação profundo, abrangente e duradouro, que garanta, a Israelitas e Palestinianos, um futuro de paz e de desenvolvimento económico e social. Consideramos que a Iniciativa de Paz Árabe e o Roteiro para a Paz do Quarteto proporcionam oportunidades que não podem ser desperdiçadas.

A visita de Vossas Altezas ilustra bem a qualidade do relacionamento político entre Portugal e o Qatar e a nossa comum determinação de reforçar a nossa cooperação, designadamente nos domínios económico e empresarial.

Portugal é, hoje, um país moderno, estável, com uma economia aberta, membro da área do euro, inserido no espaço de oportunidades que representa o mercado único europeu. O nosso País dispõe, hoje, de importantes capacidades tecnológicas em domínios como o das energias alternativas e das telecomunicações, áreas que revestem um grande potencial, na perspectiva do desenvolvimento da nossa cooperação com o Qatar.

Portugal reúne, ainda, condições invejáveis para actuar como fonte de armazenamento e distribuição de recursos energéticos fósseis, no espaço europeu. E dispõe de condições climáticas e paisagísticas que fazem dele um dos mais procurados destinos turísticos mundiais.

Possuímos, ainda, um ambiente favorável aos investidores estrangeiros, bem como uma classe empresarial apostada na internacionalização e na diversificação das suas parcerias, com um conhecimento privilegiado de mercados em franco desenvolvimento, como é o caso de países de língua portuguesa, em África e na América Latina.

Por seu lado, o Qatar, fruto de um ambicioso plano de diversificação económica que envolve, para além do sector petroquímico e do gás natural, o desenvolvimento do sector financeiro, do turismo e dos serviços, vem registando um dos mais elevados crescimentos do rendimento *per capita* a nível mundial. A aposta na sustentabilidade do seu modelo de desenvolvimento económico, através do investimento na saúde, na educação e infra-estruturas, bem como no fomento de parcerias internacionais em sectores estratégicos, tornam o Qatar um mercado atractivo para os empreendedores portugueses.

Pela sua localização geográfica, estabilidade e abertura ao exterior, o Qatar está bem colocado para funcionar como ponte para a expansão regional das empresas portuguesas.

Os Acordos que serão assinados no decurso desta Visita, os contactos empresariais previstos, bem como a próxima abertura de Embaixadas em ambos os países conferirão, estou certo, um impulso acrescido à consolidação e expansão das nossas relações políticas, culturais, comerciais e económicas.

Altezas

Portugal e o Qatar são dois países apostados em construir um relacionamento sólido, ambicioso e mutuamente vantajoso, que tire partido das complementaridades que nos caracterizam.

Termino, por isso, reafirmando a minha especial satisfação por receber Vossa Alteza e sua Mulher em Portugal, na certeza de que esta Visita constituirá um marco histórico no caminho de cooperação reforçada que ambos pretendemos trilhar.

Muito obrigado.

Sessão Solene da Grande Assembleia Nacional Turca

Ankara, 12 de Maio de 2009

As minhas primeiras palavras são de sentido agradecimento pelo honroso convite que me foi endereçado para ser o primeiro Chefe de Estado do meu país a dirigir-se a esta ilustre Assembleia. Vejo neste gesto um sinal de estima e consideração por Portugal e pelos Portugueses, que muito me sensibiliza. É, assim, em meu nome, mas também em nome dos Portugueses, que agradeço e saúdo esta Assembleia, emanação da vontade soberana da nação turca.

O Povo turco está entre aqueles, poucos, cuja acção determinou, muitas vezes, o curso da História. Impressionam os múltiplos feitos que protagonizou, a imensa riqueza do seu legado, a notável dimensão de tantas das suas figuras. Mas a História do Povo turco é mais do que a soma de tudo isto. É uma fonte de exemplos do carácter e da determinação sem os quais não se conquistam vitórias, nem se superam adversidades.

Este é o Povo que se reergueu numa hora difícil e fez da Turquia moderna um actor central na cena internacional, ouvido, respeitado e, em vários domínios, exemplar. O povo de que se orgulhava Atatürk, que lembrava que nele residia a única fonte de toda a soberania, como reza a divisa desta Casa.

Senhores Deputados

Aos grandes povos, às grandes nações cabem, também, grandes responsabilidades na construção do Mundo que desejamos.

E que Mundo é esse?

Um Mundo em que prevaleça a paz, a estabilidade, a segurança e o respeito pela dignidade humana de que os povos necessitam para o seu progresso económico e social e de que cada indivíduo carece para a sua plena afirmação.

Alexandre Herculano foi uma figura grande da História portuguesa do século XIX, romancista, historiador, guerreiro e político. Dizia ele que «*o desejo mede os obstáculos e a vontade vence-os*».

Não será preciso ir muito longe para identificar os obstáculos que se colocam à concretização do Mundo que ambicionamos. Basta olhar à nossa volta, basta recordar os acontecimentos que marcaram a nossa História recente. As lições sobre os desafios que temos e teremos pela frente estão aí, evidentes, no que vemos e no que vivemos.

Os conflitos entre povos e nações, a violência terrorista, a insegurança, as crises alimentar, energética, a crise financeira e económica, as catástrofes relacionadas com a degradação ambiental e com as alterações climáticas, as doenças, que rapidamente se transformam em pandemias globais. De tudo isto somos chamados a retirar ensinamentos, se queremos um Mundo melhor para nós e para os nossos filhos.

A cada um caberá retirar as suas conclusões.

As minhas dizem-me que a fome, a pobreza, a injustiça, a impunidade perante comportamentos claramente reprováveis, a ausência de esperança e a intolerância alimentam os sentimentos de exclusão e de humilhação e favorecem a eclosão de conflitos. As forças do terror encontram aí o campo propício para espalhar a sua lógica inaceitável e inegociável de morte e de destruição.

Recordemos o preço que atingiram as energias fósseis e os alimentos, quando os primeiros alertas para uma crise financeira e económica pareciam, ainda, aos ouvidos de muitos, um discurso de cépticos incorrigíveis. Pensemos no que poderá suceder quando esta crise passar, se se confirmar que rareiam os recursos de que necessitamos para viver de acordo com os nossos parâmetros actuais. Somemos a esta realidade, já suficientemente preocupante, a mais que previsível crise da água, um recurso vital, que não é inesgotável, mas que vimos tratando como se fosse.

Diz-me, ainda, a leitura que faço dos acontecimentos recentes que a economia de mercado é a melhor via para somar a liberdade ao progresso económico e social. Mas, também, que é essencial, para que tal se confirme, que o Estado e as instituições competentes assumam as suas responsabilidades em matéria de regulação e de supervisão e que os valores e os princípios éticos estejam bem presentes no funcionamento dos mercados financeiros.

Diz-me, também, aquilo que me é dado testemunhar que de nada valerão todos os esforços em favor desse Mundo que desejamos se nada fizermos para com-

bater os efeitos das alterações climáticas. A ideia de que possa haver quem saia beneficiado, caso se concretizem os cenários para que os cientistas nos vêm alertando, é perigosamente ilusória.

Finalmente, em tudo o que acabo de referir me parece implícita a mais importante das conclusões: a de que os principais desafios com que nos confrontamos ou são globais pela sua própria natureza, ou passaram a sê-lo, fruto da interdependência entre os Estados. O proteccionismo não é possível, quando os desafios são incontornavelmente globais – de nada adianta encerrar as fronteiras às alterações climáticas, por exemplo. O proteccionismo apenas conduziria a uma crise maior, quando estamos perante o resultado da interdependência entre Estados. Nunca, como agora, foi mais evidente a necessidade de mecanismos de coordenação internacional.

Coordenação internacional que permita melhor prevenir conflitos entre nações e combater as suas causas e efeitos; que garanta uma defesa mais eficaz contra o terrorismo; que promova o desarmamento e impeça a proliferação das armas de destruição maciça; que torne mais fácil antecipar crises energéticas, de alimentos, financeiras e económicas e possibilite uma intervenção mais rápida e eficaz, quando ocorram.

A eficácia da coordenação internacional passa por uma representatividade nas estruturas e mecanismos de decisão que reflecta a realidade dos nossos dias, tornando mais fácil a aceitação universal das decisões. Que reconheça a diversidade geográfica, histórica e cultural que caracteriza os Estados e a multiplicidade de interesses que essa diversidade multifacetada implica. Que não ignore o papel de crescente importância que vêm assumindo as organizações regionais.

Por isso Portugal se candidatou a membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o biénio 2011-2012, com o apoio da Turquia, que quero, mais uma vez, agradecer. Também por isso, Portugal entende que a composição do G20 não pode ignorar as organizações regionais.

Uma coordenação internacional que, para ser credível, tem que assentar em princípios e valores. No caso do sistema das Nações Unidas, estes estão vertidos em documentos de valor universal. Há que aplicá-los. No que diz respeito à arquitectura financeira, é a meu ver essencial que resulte claro para as nossas opiniões públicas que as decisões se pautam por regras éticas. Que a afectação

de recursos não ignora as necessidades dos mais fracos, dos países em vias de desenvolvimento.

Uma coordenação internacional, enfim, que valorize as estruturas que favorecem a criação de pontes entre povos e culturas, como é o caso da Aliança das Civilizações, de cuja paternidade a Turquia foi um dos responsáveis.

Trata-se de tirar as devidas ilações da realidade a que Atatürk se referia, nas suas palavras visionárias, quando nos dizia que «*a Humanidade é como um corpo único, de que cada nação é parte*», acrescentando que «*não devemos dizer nunca: o que me interessa que parte do mundo sofra? Se existe esse sofrimento, devemos sentir-nos atingidos por ele, como se fosse nosso*».

Trata-se, em suma, de assumirmos as implicações políticas de uma cidadania global.

É neste quadro que sobressaem, com particular vigor, para nós, Europeus, as vantagens da União Europeia. De uma União Europeia forte, credível e afirmativa na cena internacional, capaz de falar, de forma coesa, em nome de todos os seus povos, e de garantir e projectar a paz, a segurança e o progresso social e económico.

A integração europeia, em particular através dos seus valores e do modelo económico e social que representa, deve influenciar e inspirar as respostas aos grandes desafios do nosso tempo, sejam eles a segurança, as alterações climáticas ou a crise económica e financeira. Para travar esses combates, a Europa precisa da Turquia.

Com a adesão da Turquia, para lá do enriquecimento que representa a integração de uma grande nação, que é exemplo de uma realidade cultural multifacetada, a União Europeia ganha uma acrescida importância estratégica, que lhe permitirá actuar com um peso muito superior em sectores fundamentais para o seu destino colectivo. Dois exemplos, apenas: a energia e a política externa.

A União Europeia precisa de uma política energética comum. Uma política que garanta, no exterior, a diversidade das fontes de abastecimento e dos circuitos de distribuição, e, no interior, a interligação de redes. A Turquia pode ter, neste domínio, um contributo decisivo.

Por outro lado, a Turquia garante à política externa da União Europeia uma projecção acrescida: pelos meios de defesa de que dispõe; pela influência de que goza na vizinhança imediata da União e em espaços com uma importância

estratégica fundamental para a União; pelo contributo que a integração de uma grande nação muçulmana e democrática constitui para a defesa dos valores e princípios em que se funda o projecto europeu.

Mas permitam-me que sublinhe: se a União Europeia que desejamos precisa da Turquia, a Turquia precisa, também ela, da Europa.

Pela experiência do meu próprio país, posso dizer, com convicção, que a integração plena na União Europeia permitirá à Turquia consolidar o seu processo de desenvolvimento e modernização e garantir-lhe-á uma projecção internacional ainda maior. Sei bem que é muito diferente para os nossos interlocutores internacionais falarem connosco como Estados individualmente considerados, ou como membros de uma organização como a União Europeia, capazes de influenciar os seus processos de decisão.

Fruto de uma História que nos levou aos quatro cantos do mundo, Portugal mantém relações muito próximas com os países lusófonos. Com eles fundou, aliás, uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa, que se vem afirmando crescentemente a nível internacional. No entanto, não temos qualquer dúvida de que, mesmo no diálogo com esses países que nos estão tão próximos, o nosso peso é muito maior por pertencermos à União Europeia.

Senhores Deputados

Falar da adesão da Turquia à União Europeia traz-me à memória a adesão do meu próprio País.

A adesão de Portugal foi um processo longo e complexo, que enfrentou múltiplas resistências. As vezes que se lhe opunham alertavam para os custos que representava o nosso diferencial de desenvolvimento, a ameaça que constituíam os fluxos migratórios com que confrontaríamos os Estados-membros mais ricos, a nossa própria idiossincrasia, que nos condenaria a colocar as nossas lealdades mais próximo dos interesses atlânticos e das relações com as nossas antigas colónias do que da Europa. E por aí adiante.

Mas, voltando a citar Alexandre Herculano, «*o desejo mede os obstáculos e a vontade vence-os*». Não nos faltava o desejo, nem nos faltou a vontade. Sabíamos que o nosso lugar era na Europa, que aí estava o nosso interesse nacional, que não podíamos ficar à margem do processo de integração europeia.

Tivemos de cumprir com critérios de adesão exigentes. Em nome deles, foi necessário adaptar estruturas, muitas vezes de forma radical, transpor um volume impressionante de legislação comunitária, introduzir reformas profundíssimas, que nos obrigaram a alterações constitucionais e legislativas de grande alcance. Tivemos de reequacionar a forma como víamos o nosso lugar no Mundo.

Hoje, não tenho qualquer dúvida em dizer que valeu a pena.

Cada país é uma realidade. A Turquia não é Portugal e Portugal não é a Turquia. Peço-vos, por isso, que tomem o que aqui digo sobre a nossa própria experiência não como lições, que não teriam cabimento, mas como palavras de um amigo, que gostaria de vos ter à mesa das decisões europeias.

Senhores Deputados

Esta minha visita tem por objectivo central contribuir para o reforço das relações entre os nossos dois países, aliados, de há muito, na NATO, e parceiros, no Conselho da Europa.

São relações excelentes, a nível político, mas muito longe do seu potencial, noutras domínios. É tempo de alterar esse estado de coisas.

Trago comigo uma significativa delegação empresarial, representativa de alguns dos sectores mais dinâmicos da nossa economia. Uma economia que é, hoje, criadora e exportadora de alta tecnologia, que alcançou um patamar de relevo, a nível mundial, em domínios que tanto interessam à Turquia, como o das energias renováveis, a construção de infra-estruturas, o turismo, as telecomunicações. Que se internacionalizou e está, hoje, presente em mercados que conhece particularmente bem, como a África de expressão portuguesa e o Brasil. Que quer chegar a mercados onde a Turquia é uma presença de referência.

O programa desta visita foi organizado de forma a fomentar os contactos entre estes empresários e os seus colegas turcos. Quero acreditar que saberão encontrar novas oportunidades de negócio e de parcerias.

Mas é importante que a cooperação entre nós se intensifique, também, a outros níveis. Nos sectores científico, cultural, académico, turístico. Espero que as várias vertentes do programa que estabeleci com o apoio inestimável das autoridades turcas contribuam para o reforço dos contactos e da cooperação nestas áreas.

Em última instância, é preciso que os nossos povos se conheçam melhor.

Nas minhas visitas à Turquia, incluindo as que fiz a título privado, fiquei frequentemente maravilhado com a riqueza do seu património histórico, impressionei-me com a determinação do seu Povo e com as realizações da Turquia moderna.

Mas houve algo mais que sempre me tocou particularmente: as semelhanças que encontrei entre nós, e que fazem com que, algumas vezes, me pergunte se saí realmente do meu país. Na Turquia, como europeu e como português, sinto-me em casa.

É o que acontece, hoje, aqui, perante vós, nesta ilustre Casa da democracia turca.

Muito obrigado.

Banquete Oferecido pelo Presidente da República da Turquia

Ancara, 12 de Maio de 2009

Quero agradecer, muito sensibilizado, o honroso convite que Vossa Excelência, Senhor Presidente, me dirigiu para visitar a Turquia, e o caloroso acolhimento que me tem sido dispensado, bem como à minha Mulher e à delegação que nos acompanha.

As relações entre Portugal e a Turquia têm raízes seculares. Os seus primórdios foram marcados pelos encontros e desencontros que caracterizaram a afirmação dos nossos Impérios. Aprendemos a respeitar-nos mutuamente. Desse respeito se fez uma amizade sólida, assente numa partilha de valores e princípios de que é reflexo a comum pertença a organizações como a Aliança Atlântica e o Conselho da Europa, bem como, num futuro que esperamos seja tão breve quanto possível, a participação conjunta no seio da União Europeia.

A Turquia conhece bem o apoio inequívoco de Portugal à sua adesão à União Europeia. A Europa de hoje é fruto de uma História – passada e recente – de que a Turquia tem sido um actor central.

A Europa de amanhã, a Europa de que precisamos para melhor fazer face aos desafios do presente e do futuro – mais forte, credível e afirmativa na cena internacional, mais capaz de garantir e projectar a paz, a segurança e o progresso social e económico –, essa Europa precisa do contributo da Turquia. Como a Turquia muito tem a ganhar com a adesão à União Europeia. Uma adesão que lhe permitirá consolidar o seu projecto de modernização e desenvolvimento e que lhe garantirá uma influência regional e internacional acrescida.

Não ignoramos que o processo é complexo e exigente. Mas não deixemos que as dificuldades nos façam perder de vista o objectivo. Isso obriga a que, perante os obstáculos, prevaleça a visão estratégica que define os construtores do futuro.

Estou certo do empenho de Vossa Excelência, bem como do Governo e do Povo turcos, na continuação do processo de reformas e de adaptação à legislação

comunitária. E espero, sinceramente, que seja possível ultrapassar rapidamente as dificuldades que impedem uma maior celeridade nas negociações.

Senhor Presidente

Quero prestar a minha homenagem à acção que a Turquia vem desenvolvendo em favor da paz, da estabilidade e da segurança. Uma acção que a leva a países a que Portugal se sente particularmente ligado, como Timor-Leste. Uma acção que se afirma na busca de uma solução para os problemas que afectam o Médio Oriente, no apoio à construção de um Iraque estável e democrático, no empenho no Afeganistão e nos esforços de diálogo entre este país e o Paquistão, na promoção da estabilidade no Cáucaso, ou nas corajosas iniciativas de aproximação à Arménia. Uma acção que inclui, ainda, a paternidade da Aliança das Civilizações, uma iniciativa de elevado valor estratégico, cujo Alto Representante é o ex-Presidente português Jorge Sampaio.

Senhor Presidente

Há que colocar o nosso relacionamento económico e empresarial ao nível da excelência que caracteriza as nossas relações políticas. São várias as áreas onde se justifica uma maior cooperação entre nós, quer a nível oficial, quer por via de parcerias empresariais. Por outro lado, os níveis de investimento e de trocas comerciais estão, ainda, muito longe do que as circunstâncias justificariam.

É certo que vivemos dias difíceis. Mas não nos podemos resignar às adversidades do momento. Este é o tempo de preparar o futuro. Foi para isso que pretendi contribuir, fazendo-me acompanhar por uma delegação empresarial representativa de alguns dos sectores mais dinâmicos da economia portuguesa, cujo programa visa favorecer a identificação de novas oportunidades de negócio e de parceria com empresários turcos.

A Turquia, pelas suas características e pela sua situação geográfica, encerra enormes oportunidades para as empresas portuguesas e é um parceiro natural para aquelas que pretendem um maior acesso a esta região. A CIMPOR, com o maior investimento industrial realizado neste país, é bem uma ilustração do que digo. Portugal, por seu lado, é um país moderno e estável, cuja experiência de adesão lhe legou capacidades em domínios que o programa de desenvolvimento

da Turquia privilegia. Dotado de uma classe empreendedora e crescentemente internacionalizada, com laços privilegiados em regiões onde a Turquia pretende ganhar margem de mercado, como África, incluindo Angola e Moçambique, Portugal oferece a possibilidade da constituição de parcerias vantajosas para os dois países.

Senhor Presidente

A aproximação entre povos passa, também, pelo melhor conhecimento mútuo das suas culturas e do seu património. É esse o objectivo da exposição que Vossa Excelência e eu próprio teremos a oportunidade de inaugurar, em Istambul, e do concerto de fado que terei a satisfação de oferecer em sua honra e de sua Mulher. A Turquia é, já, um dos destinos turísticos de eleição dos Portugueses. Espero que estas iniciativas estimulem a curiosidade do Povo turco pelo meu país.

Senhor Presidente

Referindo-se à melhor fórmula para estreitar os laços entre os povos, Atatürk dizia que havia que reforçar as «*pontes que os unem*». Espero, sinceramente, que esta minha Visita de Estado contribua para reforçar as pontes de amizade que unem Portugal e a Turquia, os dois extremos onde a Europa começa, abrindo caminho a um futuro de maior cooperação entre os nossos dois povos e países.

Inauguração da Exposição «Lisboa, Memórias de Outra Cidade»

Istambul, 13 de Maio de 2009

Quero começar por agradecer a presença do Presidente Gül, que aceitou a inaugurar, comigo, esta Exposição, num gesto que muito nos honra.

Em 2007, a Fundação Calouste Gulbenkian recebeu, no seu Museu, uma exposição que reunia um conjunto de obras de finais do século XIX e início do século XX, com vistas do Bósforo e cenas da vida quotidiana de Istambul. E foi surpreendente confirmar, nessa exposição, a forma como Lisboa e Istambul, duas cidades nos extremos ocidental e oriental do continente europeu, partilham paisagens e ambientes.

A luz, a água, o cosmopolitismo, a cidade enquanto porto (e ponto) de cruzamento de culturas, civilizações, religiões e continentes, tudo isto Lisboa tem em comum com Istambul.

Não espantará, assim, que tenha decidido incluir no programa da minha Visita de Estado à Turquia uma exposição que pudesse mostrar o ambiente que se vivia, em Lisboa, no mesmo período.

Dirigi o convite à Fundação Gulbenkian para que organizasse esta exposição e é na sequência desse convite que surge «Lisboa, Memórias de Outra Cidade» – numa alusão ao livro do prémio Nobel turco Orhan Pamuk *Istambul, Memórias de Uma Cidade*.

Através do olhar de alguns dos mais representativos pintores portugueses de finais do século XIX e início do século XX, está aqui patente a memória de uma Lisboa pela qual Calouste Gulbenkian, essa figura a quem Portugal tanto deve, se apaixonou.

Quero agradecer à Fundação Sabanci, na pessoa da sua Presidente, a extraordinária hospitalidade com que nos recebeu e o entusiasmo com que ela própria e os seus colaboradores receberam este projecto e contribuíram para a sua concretização.

O meu agradecimento, também, à Fundação Calouste Gulbenkian, ao seu Presidente, Dr. Emílio Rui Vilar, à sua Administradora, Dr^a Teresa Patrício Gou-

veia, ao Director do Museu Gulbenkian, Dr. João Castel-Branco, à Dr^a Helena de Freitas e a todos aqueles que se empenharam na realização desta exposição aqui em Istambul.

Lisboa é uma cidade com uma história rica e milenar, musa de poetas e cantada por fadistas, mas é, hoje, também, uma cidade de futuro, de desenvolvimento e empreendedorismo, de tecnologia e de ciência. À semelhança de Istambul.

Faço votos para que esta Exposição, que hoje inauguramos, desperte nos seus visitantes o desejo de conhecer melhor o meu país e a sua capital e que nela descubram o tanto que as duas cidades, Lisboa e Istambul, e também as suas gentes, portuguesas e turcos, têm em comum.

Renovo o meu agradecimento ao Presidente Gül pela sua presença, que muito valoriza esta cerimónia.

Seminário Económico e Encontros Empresariais Portugal-Turquia

Istambul, 14 de Maio de 2009

Quero começar por saudar a presença de todos vós e dirigir um especial agradecimento à DEIK e à AICEP pela organização desta reunião de trabalho e dos encontros empresariais bilaterais que se lhe seguirão.

Tenho sublinhado, durante esta minha visita, o excelente relacionamento político entre os nossos dois países e a manifesta complementaridade das nossas economias, factores que potenciam oportunidades de cooperação empresarial e favorecem o desenvolvimento de novos negócios e investimentos.

Nos seis anos que se seguiram à crise de 2001, a economia turca cresceu, em média a uma taxa anual próxima de sete por cento. Esses resultados, notáveis em qualquer parte do Mundo, assentaram numa eficaz gestão das políticas macroeconómicas, numa aposta clara na modernização da administração pública e do sistema bancário, e num programa de privatizações e de liberalização dos mercados.

O actual contexto de crise económica e financeira internacional, que a todos afecta, veio, inevitavelmente, travar este caminho. Apesar de os resultados de 2008 e as estimativas para 2009 não serem muito favoráveis, a economia turca tem mostrado uma boa dose de resistência.

Ponte política e económica entre dois continentes, interface entre os mercados do mundo árabe e dos países da Europa Central e Oriental, incontornável plataforma comercial de saída, transporte e distribuição de mercadorias e hidrocarbonetos, a Turquia é um país de enorme importância geoestratégica.

Ao acomodar diversas realidades culturais e religiosas, a Turquia é, também, uma *ponte entre culturas*, projectando a tolerância, a estabilidade e a segurança para lá das suas fronteiras, através do valor do seu exemplo, a que se soma uma política externa particularmente activa e prestigiada. Ora, como sabemos, a paz e a estabilidade são condições vitais para a edificação de sociedades abertas e criativas, e de economias saudáveis.

A União Europeia, pelo seu lado, é um caso único de integração económica e política. Tem agora 27 Estados-membros e cerca de 500 milhões de consumidores. Embora contabilizando, apenas, cerca de sete por cento da população do nosso planeta, a União Europeia é responsável por um quinto do total das exportações e importações mundiais e mais de metade dos fluxos turísticos internacionais. O euro, a moeda única europeia lançada em 1999, tornou-se uma importante divisa internacional e Portugal, com uma economia moderna e plenamente integrada na União Europeia, partilha a sua moeda com outros 15 países europeus.

A economia portuguesa desenvolve, actualmente, um vasto leque de actividades industriais e de serviços. Muitas das nossas principais empresas, algumas aqui presentes, operam em diversos sectores no mercado global e vêem com interesse a possibilidade de se expandir para a Turquia e, em cooperação com congéneres locais, para os países limítrofes.

Os nossos produtos tradicionais, como os têxteis e o vestuário, o calçado e a cerâmica mantêm uma posição forte nos mercados internacionais, mas a nossa economia tem vindo a apresentar um maior grau de diversificação, assente sobretudo em produtos com crescente coeficiente tecnológico.

Temos uma nova geração de empresas, com capacidade empreendedora, inovadora e tecnológica. Muitas estão a desenvolver produtos e serviços para novos segmentos do mercado mundial: na electrónica, nas tecnologias de informação, na área das energias renováveis, na indústria farmacêutica, no desenvolvimento de aplicações de *software*. E, ainda, na estruturação da oferta de novos produtos turísticos.

As relações comerciais entre a Turquia e Portugal, apesar de alguma evolução positiva nos últimos anos, estão, ainda, muito aquém das suas possibilidades (em 2008, 224 milhões de euros de exportações para a Turquia e 366 milhões de euros de importações).

No turismo, sector em que os nossos dois países são muito fortes como receptores, deparamos com níveis reduzidos nos fluxos bilaterais, na interdependência operacional e no investimento. A alteração deste cenário aconselha, no meu entender, uma troca de experiências e um diálogo aprofundado entre os agentes do sector.

Na cooperação empresarial e no investimento, há exemplos de diversas empresas portuguesas com significativos projectos na Turquia. Não posso deixar de referir, neste contexto, a recente aposta da CIMPOR, com um dos maiores investimentos de raiz não financeira jamais executado na Turquia (710 milhões de euros).

A constituição de plataformas de cooperação e dinamização económica voltadas para a penetração em mercados terceiros deve merecer especial ponderação aos empresários de ambos os países.

Portugal mantém relações históricas e privilegiadas nos vários cantos do mundo, designadamente em África – onde países como Angola e Moçambique falam português e mantêm ligações políticas, económicas e culturais fortes com Portugal – e na América do Sul, onde são particularmente relevantes as nossas ligações económicas e culturais com a maior nação de língua portuguesa, o Brasil. Por seu lado, a Turquia é uma nação com um excelente acesso à maioria dos países da região em que se insere e que dispõe de contactos privilegiados com os países do Golfo e do Cáucaso.

A Delegação Empresarial que me acompanha é representativa das melhores e mais modernas empresas portuguesas. Todas elas manifestaram um forte empenho em encontrar parceiros e trabalhar com a Turquia. São empresas que actuam em áreas-chave para o crescimento equilibrado e sustentável das nossas economias: energias renováveis, tecnologias de informação e gestão de processos, obras públicas e produção de cimento, novos materiais para acabamentos, indústria farmacêutica, equipamentos e turismo.

Desafio e encorajo as empresas turcas aqui presentes a trabalhar com as suas congéneres portuguesas na identificação e desenvolvimento de projectos comuns.

Estou particularmente impressionado com o espírito empreendedor e com a motivação que vim encontrar na classe empresarial da Turquia.

Acredito, firmemente, que estão reunidas as condições para que estas iniciativas produzam os resultados positivos que todos desejamos. Resultados que permitam conduzir o nosso relacionamento económico e empresarial a um novo patamar, mais consentâneo com a excelência do nosso relacionamento político e mais próximo do potencial existente.

Muito obrigado.

Conferência «Portugal e a Integração Europeia: Uma Experiência de Sucesso»

Universidade do Bósforo, 14 de Maio de 2009

Quero agradecer o amável convite que me foi feito para me dirigir a esta distinta audiência. É para mim uma grande honra visitar a Universidade do Bósforo, prestigiada pela sua longa história, pela excelência do seu corpo docente e pelo grande número de estudantes que se têm distinguido na economia, na ciência, nas artes e na política.

Ao preparar esta visita, julguei que seria adequado aproveitar esta oportunidade para vos falar sobre a experiência portuguesa na integração europeia, porque entendo que faz o maior sentido referir-vos a experiência portuguesa numa altura em que a Turquia se mobiliza para avançar as negociações de adesão à União Europeia (UE). Um objectivo que, quero reafirmá-lo sem ambiguidades, considero não só legítimo, como também desejável, para a Turquia e para a Europa.

Vou concentrar-me em três questões. Em primeiro lugar, abordarei a lógica que esteve na origem da adesão de Portugal e as negociações então conduzidas. Em segundo lugar, darei conta da minha apreciação destes quase vinte e cinco anos de integração plena do meu país na UE. Finalmente, referir-me-ei aos principais desafios actuais da integração europeia.

Portugal é membro fundador da NATO e participou na constituição da Associação Europeia do Comércio Livre – EFTA.

Contudo, só após a instauração da democracia, em 1974, foi possível perspectivar com realismo a nossa adesão às Comunidades Europeias.

O pedido de adesão foi apresentado em 1977 e mereceu o apoio generalizado dos Portugueses, com excepção de alguns segmentos minoritários situados nos extremos do espectro político. Todavia, muitos portugueses consideravam então a adesão como um sonho longínquo, se não, mesmo, inatingível.

A motivação principal para o pedido de adesão foi política. Por um lado, o objectivo era o de ancorar Portugal ao seu espaço geopolítico natural que é a Europa

e aos valores que são o traço dominante da identidade europeia. Por outro lado, visava-se consolidar o regime democrático então nascente e a opção pela economia de mercado e pelo modelo social europeu.

No nosso espírito pesava também o facto de haver uma vasta comunidade portuguesa nos países europeus, em particular na França e na Alemanha.

Houve também uma motivação de ordem económica e social, pois sabíamos que a Adesão poderia ser, como foi, um factor decisivo para promover o desenvolvimento económico e a qualidade de vida dos Portugueses.

E como é que a Europa olhava para Portugal em meados da década de 70? Por um lado, expressava solidariedade a um país que lutava, então, para enraizar o regime democrático e as liberdades fundamentais. Por outro, a Europa tinha consciência do valor geoestratégico de Portugal, que é uma espécie de rosto da Europa voltado para o Atlântico, com uma plataforma oceânica que é o arquipélago dos Açores. A Europa reconhecia, também, a vocação externa de Portugal, em particular os fortes laços com a África e a América Latina.

Assim, era do interesse vital da Europa ancorar Portugal ao movimento de construção europeia.

As negociações de adesão de Portugal iniciaram-se em 1978 e apenas se concluíram em 1985, ou seja, mais de sete anos depois. Não vou recordar os detalhes dessa negociação complexa e exigente, cheia de momentos de entusiasmo, mas também de desânimo, de avanços, mas também de recuos. Recordo apenas que a agricultura, as pescas e a livre circulação de trabalhadores foram os capítulos de maior dificuldade.

Fechadas as negociações, Portugal tornou-se o 11º Estado-membro das Comunidades Europeias em 1 de Janeiro de 1986.

Parece-me oportuno lembrar a importância da persistência e da coerência dos negociadores portugueses, a sua firmeza quanto ao objectivo estratégico e a continuidade na orientação política, mau grado as frequentes mudanças de Governo. Políticos, diplomatas e técnicos convergiram nos esforços, persistindo no objectivo de levar Portugal ao clube da integração europeia.

Portugal aderiu às Comunidades Europeias com a convicção de que tinha pela frente um desafio exigente e uma oportunidade que não podia falhar. Todavia, antes da Adesão, havia muitos receios, mesmo entre os europeístas. Receio,

mesmo, da parte daqueles que achavam que a nossa identidade nacional, forjada em oito séculos de história, poderia diluir-se na integração europeia. Receios daqueles que julgavam haver o risco de perder os laços históricos com outras regiões do Mundo. E alguns chegaram mesmo a prever que Portugal viesse a ser um contribuinte financeiro líquido das Comunidades Europeias.

Esses receios não se confirmaram.

Em 1986, eu era Primeiro-Ministro e foi nessa qualidade que vivi os primeiros dez anos de adesão. O meu testemunho é, pois, de uma experiência vivida directamente na liderança do Governo português e enquanto membro do Conselho Europeu. Precisamente a década em que a integração europeia conheceu uma aceleração intensa, sem precedentes.

A integração de Portugal foi sem dúvida um caso de sucesso, como tal reconhecida pelas instituições da UE e diversas organizações internacionais independentes.

No plano político, a adesão de Portugal foi um marco para a nossa democracia e para a consolidação da economia de mercado.

Portugal usou a integração europeia como uma alavanca de reformas: abertura da economia ao sector privado, liberalização do comércio, reforma fiscal e reforma da legislação laboral. Recorremos aos Fundos Estruturais Europeus como instrumento para modernizar as infra-estruturas, na altura muito em atraso em relação às da Europa, e também para promover a formação profissional e apoiar o ajustamento do sector industrial.

Portugal provou, assim, quão erradas eram as opiniões daqueles economistas que consideravam que o País não teria capacidade para absorver os fundos comunitários após a Adesão. Para isso muito contribuiu a constituição de equipas competentes no domínio do planeamento, da programação e da execução de projectos elegíveis aos fundos comunitários.

Portugal aderiu à UE com um PIB *per capita* da ordem de 53 por cento da média comunitária. Rapidamente superámos a Grécia, num contexto de convergência real que nos levou até 73 por cento da média comunitária.

Os apoios financeiros da UE contribuíram com cerca de 0,5 por cento para o crescimento anual da economia portuguesa nos primeiros 15 anos após a Adesão. Reduzimos a taxa de inflação até à média da UE. O desemprego foi

reduzido até níveis historicamente baixos e conseguimos um *up-grading* da nossa estrutura de exportação.

Um factor relevante para esses resultados foi o crescimento exponencial do investimento directo estrangeiro nos anos que se seguiram à integração europeia. Teria isso sido possível sem a adesão à UE? É óbvio que não!

Devo acrescentar que a projecção externa de Portugal de facto aumentou com a integração europeia. A UE foi um verdadeiro amplificador da nossa histórica vocação externa.

Isto tornou-se ainda mais evidente quando exercemos as presidências do Conselho da UE. Por exemplo, quando presidi ao Conselho da UE, promovi a primeira Cimeira UE-Mercosul e foram firmados os acordos UE-Brasil e UE-Macau. Nas duas outras presidências portuguesas, tiveram particular relevo as reuniões realizadas e foram subscritos acordos da UE com a Índia, a China, o Brasil e o Continente Africano.

Portugal tem, assim, assumido uma participação plena na construção europeia, contribuindo para a definição dos interesses comuns, partilhando as iniciativas, e ajudando a encontrar novos caminhos de aprofundamento da integração europeia.

Com esta atitude não só conquistámos a credibilidade junto das instituições europeias e dos nossos parceiros, como também pudemos estar sempre na linha da frente da integração europeia. Assim aconteceu com a realização do mercado interno, com a livre circulação de pessoas decidida em Schengen (de que Portugal foi um dos sete países fundadores), e também com o euro, a moeda única, de cujo núcleo fundador Portugal fez parte.

O mercado interno proporcionou às empresas portuguesas o acesso pleno ao maior mercado do Mundo. A sua realização foi acompanhada de uma política de coesão económica e social que permitiu apoiar as regiões estruturalmente menos preparadas para esse confronto competitivo. A política da coesão é, hoje, um pilar fundamental da integração europeia.

A livre circulação de pessoas favoreceu, desde logo, a comunidade de emigrantes portugueses na Europa, pois passaram a beneficiar de um estatuto de cidadania europeia que complementou a sua cidadania nacional.

A União Económica e Monetária é uma etapa histórica da integração europeia. Em 1992, sob presidência portuguesa, foi assinado o Tratado de Maastricht, que

consagrou a criação da moeda única. Um grande salto na história da Europa, com um profundo significado político e económico.

Após um período de transição, um núcleo de onze países, entre os quais Portugal, lançou em 1999 a moeda única europeia, o euro.

A presença de Portugal no euro permitiu o financiamento da economia portuguesa em melhores condições, favoreceu a atracção de investimentos e facilitou a livre circulação de pessoas e de mercadorias e a livre prestação de serviços. É claro que, ao integrar o euro, Portugal passou a participar numa zona económica mais exigente. Mais exigente no que se refere ao equilíbrio das finanças públicas; mais exigente também, quanto ao marco competitivo, dado que as desvalorizações monetárias deixaram de ser um recurso para suprir os défices de competitividade.

A experiência portuguesa demonstra que os modelos proteccionistas geram atrasos, favorecem o imobilismo, desincentivam a inovação.

Em resumo, sublinho os pontos mais importantes na experiência de integração europeia de Portugal:

- A conquista da credibilidade, através de uma orientação europeia coerente e estável e de um bom desempenho interno, tanto em termos da democracia como quanto ao funcionamento da economia.
- A capacidade política e técnica para articular o interesse nacional no interesse comum europeu e assim conseguir soluções europeias para os problemas nacionais.
- A atitude reformista no plano interno, para poder adaptar a legislação e a Administração aos padrões da UE.
- A absorção extensa e rápida dos fundos comunitários.
- A cooperação intensa e franca com a Comissão Europeia, o que permitiu alcançar respostas para os problemas específicos da economia portuguesa. A Comissão Europeia, hoje presidida por um compatriota meu, José Manuel Barroso, que foi Ministro nos meus Governos durante muitos anos, é uma instituição-chave para assegurar uma adesão com sucesso.
- A coordenação rigorosa e sistemática das questões europeias, a nível do Governo e da Administração. Foi um aspecto a que dei particular importância enquanto liderei o Governo português.

- A mobilização dos diplomatas e dos técnicos para as questões europeias. Para alcançar bons resultados, é fundamental assegurar, a todos os níveis, uma elevada qualificação na representação nacional.
- A permanente defesa de uma Europa aberta ao Mundo, estreitando laços cada vez mais profundos com as áreas que lhe são próximas em termos de geografia e de identidade, como é o caso do Mediterrâneo, da América Latina e do Continente Africano.

Minhas Senhoras e meus Senhores

A integração europeia não é só um passado. É, acima de tudo, a construção de um futuro. Portugal empenha-se em contribuir para esse futuro, como o demonstrou quando, sob sua presidência, se fixou um compromisso sobre o Tratado de Lisboa. Terminei, pois, com algumas notas sobre o futuro da integração europeia. Em primeiro lugar, considero que a construção europeia não se esgota na integração económica. Há uma dimensão política que deve aprofundar-se progressivamente. É o caso da política externa comum, indispensável para dar à Europa um papel influente no Mundo multilateral e multipolar que está a emergir. A crise financeira que enfrentamos exige ainda mais da integração europeia. A experiência da UE pode e deve inspirar o sistema regulador internacional. Também no domínio da segurança e da defesa a UE deve reforçar a sua capacidade de agir em conjunto, de modo a poder defender os seus interesses fundamentais. Maastricht apontou esse rumo em 1992. É preciso aprofundá-lo. Em segundo lugar, considero que o alargamento faz parte do ADN da integração europeia. A UE é o principal garante da paz e da estabilidade no continente europeu.

O sucesso da Europa no novo Mundo global passa também pelo alargamento da UE. E, por isso, tem a obrigação de acolher os Estados europeus que têm vontade e reúnem as condições para aderir.

Em terceiro lugar, há alguns princípios que o meu País considera vitais para o futuro da integração europeia. A igualdade dos Estados-membros é um deles. A construção europeia estaria em risco se este princípio fosse posto em causa. Outro é a solidariedade. A solidariedade é, na realidade, o princípio fundador da integração europeia, tal como consta na Declaração Schuman de 1950.

Em quarto lugar, Portugal defende, em coerência com a sua geografia e a sua história, o euro-atlantismo, no sentido de uma permanente busca de convergência estratégica entre a Europa e os EUA. Isto é de grande importância para a Europa, para os EUA e para o Mundo. A convergência transatlântica face aos grandes desafios mundiais, sejam eles a paz, a segurança, as mudanças climáticas ou a regulação económica e financeira, é hoje mais necessária do que nunca.

Finalmente, para que o alargamento e o aprofundamento da integração europeia decorram em paralelo, de maneira gradual, consistente e equilibrada, importa dar estabilidade às instituições europeias, dotando-as de um modelo mais democrático, eficaz e transparente. É esse o propósito do Tratado de Lisboa, que espero possa entrar em vigor a breve prazo.

A integração europeia é o mais importante bem de que a Europa dispõe para enfrentar os desafios e as mudanças que o século XXI vai trazer. Os líderes europeus têm a obrigação de retirar desse bem o máximo aproveitamento.

Agradeço, de novo, o vosso convite e desejo à Universidade do Bósforo, aos seus professores e aos seus alunos, o melhor sucesso.

Muito obrigado.

Cerimónia de Agradecimento do Prémio da Fundação Mediterrâneo «*Istituzione 2009*»

Nápoles, 12 de Junho de 2009

Quero agradecer a distinção com que a Fundação Mediterrâneo entendeu honrar-me, ao atribuir-me o *Premio Mediterraneo Istituzione 2009*, bem como as amáveis palavras que me foram dirigidas.

Permitam-me que comece por prestar uma justa homenagem à Fundação Mediterrâneo. A Fundação Mediterrâneo tem, ao longo dos últimos anos, desempenhado um papel fundamental no diálogo e na cooperação entre as duas margens do Mediterrâneo e isso mesmo tem sido reconhecido pela União Europeia. Ao promover a aproximação entre pessoas e realidades culturais diversas, a acção da Fundação constitui um importantíssimo contributo para a paz, a estabilidade e o desenvolvimento económico e social que todos desejamos para esta região. Esta atitude é aquela com que me identifico e que tenho procurado imprimir à minha acção política.

Portugal, fruto da sua história e da sua situação geográfica, tem frequentemente desempenhado o papel de ponte entre povos e culturas. Entendo que essa vocação deve estar particularmente presente na nossa vizinhança mais imediata, como é o caso do Mediterrâneo. É essencial promover esta noção de pertença a um mesmo espaço, cuja riqueza muito deve à diversidade cultural que o caracteriza.

Não falta suporte institucional ao diálogo mediterrânico. A União para o Mediterrâneo é o exemplo mais recente. Portugal está firmemente empenhado no sucesso da União para o Mediterrâneo e espera, sinceramente, que seja possível ultrapassar as dificuldades que vêm impedindo que o seu funcionamento se processe de forma mais fluida.

Mas que fique claro: de nada valerão as construções políticas e institucionais, se o diálogo não chegar aos nossos cidadãos, se estes não se sentirem verdadeiros actores do diálogo. É por isso que o papel de organizações com os objectivos da

Fundação Mediterrâneo é fundamental e é por isso que a sua acção deve ser constantemente apoiada e acompanhada pelas lideranças políticas.

Vejo este Prémio como um sinal do reconhecimento, que muito me honra, mas também como um estímulo. Pode a Fundação Mediterrâneo contar com o meu empenho numa política de aproximação e de diálogo entre as duas margens deste Mar que devemos ver como traço de união. Porque acredito firmemente que é essa a única via capaz de garantir o futuro de bem-estar e de desenvolvimento a que têm direito as próximas gerações, independentemente da margem do Mediterrâneo que ocupem.

Muito obrigado.

Cerimónia de Boas-Vindas por Ocasão da Visita Oficial à Áustria

Câmara Municipal de Viena, 24 de Julho de 2009

Agradeço, muito sensibilizado, as palavras que Vossa Excelência me dirigiu, bem como o acolhimento que nos tem sido proporcionado nesta cidade, Património Cultural da Humanidade.

Viena é, simultaneamente, símbolo da riquíssima cultura europeia e um exemplo para todos os que promovem o desenvolvimento harmonioso das nossas cidades.

Senhor Burgomestre

Este tempo de dificuldades é, também, tempo de preparar o futuro. Alargar os horizontes de cooperação entre povos e nações é uma das formas de preparar esse futuro.

Parceiros na União Europeia, Portugal e a Áustria podem e devem reforçar o seu relacionamento, incluindo ao nível regional e municipal. A cooperação e a partilha de experiências neste domínio permitirão aproveitar as oportunidades que o projecto europeu nos oferece, em favor do desenvolvimento sustentável das nossas cidades e das nossas regiões.

Viena, para lá de capital política, é o maior centro económico da Áustria e uma importante porta de acesso a zonas que interessam, cada vez mais, às empresas portuguesas. É, ainda, enquanto grande capital cultural europeia, um palco e um interlocutor privilegiado na perspectiva do reforço do nosso relacionamento bilateral.

O turismo é outra área onde podemos fazer mais e melhor. Para os Portugueses, é tempo de olharem para Viena, não só pela sua riquíssima vida cultural e pelo seu património histórico único, mas, também, como uma etapa fundamental para melhor conhecerem e compreenderem uma região mais vasta.

Por seu lado, Portugal, para os Austríacos, incluindo os Vienenses, é frequentemente associado a imagens de sol e de praia. Mas somos, também, um património

que reflecte uma História riquíssima, a beleza paisagística multifacetada do nosso interior continental e das nossas ilhas atlânticas e uma sociedade aberta à modernidade.

Espero que cada vez mais Vienenses se sintam estimulados a melhor conhecer este Portugal, e que ali se sintam tão bem como nos sentimos nós nesta magnífica Viena, que tão bem nos tem acolhido.

Muito obrigado.

Banquete Oferecido pelo Presidente da República da Áustria

Salisburgo, 24 de Julho de 2009

Quero agradecer, muito sensibilizado, as amigáveis palavras de Vossa Excelência, Senhor Presidente, bem como o caloroso acolhimento que nos tem sido dispensado, a mim, à minha Mulher e à delegação que nos acompanha.

Esta visita, Senhor Presidente, permite-nos celebrar uma relação de amizade com profundas raízes históricas. Ao longo dos séculos, Princesas de Portugal reinaram na Áustria e Princesas austríacas foram Rainhas de Portugal. Assim se forjaram, então, fortes laços políticos entre duas potências imperiais que marcaram de forma profunda a evolução histórica do nosso continente.

Esta cumplicidade viu-se reforçada, já no século passado, após a Segunda Guerra Mundial, quando, numa iniciativa da Caritas, milhares de crianças austríacas foram acolhidas por famílias portuguesas. Algumas delas permaneceram em Portugal e os seus descendentes são, hoje, cidadãos portugueses. Outras regressaram ao seu país de origem. Em qualquer caso, criaram-se laços de profundo afecto que perduram até hoje. Minha Mulher e eu tivemos a oportunidade de o confirmar, mais uma vez, num encontro, ontem, em Viena, com um grupo que incluía alguns desses cidadãos austríacos.

Esta proximidade entre os nossos países ficou igualmente patente no apoio da Áustria ao processo de consolidação democrática no meu país. Um apoio que não esquecemos e que quero, mais uma vez, agradecer.

Sem essa consolidação democrática e sem tudo aquilo que ela permitiu, não seria possível estarmos aqui, hoje, como parceiros de um destino comum, no quadro da União Europeia.

Uma União que queremos capaz de responder aos desafios da presente crise económica, financeira e social, do desemprego e da exclusão social, da insegurança, dos problemas energéticos e das alterações climáticas, da competitividade económica, científica e tecnológica.

Uma União que saiba preservar e desenvolver o mercado único, recusando as pressões proteccionistas e reforçando a coesão económica e social.

Uma União que se afirme, cada vez mais, como um actor credível na cena internacional, capaz de fazer valer o seu peso na promoção da paz, da estabilidade e do desenvolvimento económico e social, bem como na luta contra o terrorismo e contra a proliferação de armas de destruição maciça.

Para que assim seja, é fundamental que o Tratado de Lisboa entre em vigor tão cedo quanto possível, de modo a dotar a União Europeia dos mecanismos de decisão de que necessita para responder eficazmente aos desafios que se lhe colocam.

Senhor Presidente

Vivemos tempos difíceis. Mas não nos podemos resignar. Este é o tempo de preparar o futuro.

No campo económico, a confluência de interesses existente entre os nossos países justifica a nossa ambição comum de um relacionamento mais estreito. É o caso, em particular, das áreas da inovação, das energias renováveis, da investigação científica e tecnológica e das indústrias de alta tecnologia.

A Áustria conhece bem os mercados da Europa Central e de Leste. Portugal, por seu lado, mantém laços privilegiados com a África e América Latina. Existe, pois, uma extensa margem para o estabelecimento de parcerias empresariais tendo em vista estes mercados.

O reforço dos laços entre os povos exige, também, o conhecimento recíproco das suas culturas, do seu património e dos seus idiomas. Espero que, cada vez mais, os cidadãos austríacos se sintam estimulados a visitar o meu País, a conhecer a cultura portuguesa e a aprender português, idioma de 250 milhões de pessoas e a terceira língua europeia mais falada no Mundo.

Portugal conhece e aprecia as belezas naturais e o esplendor artístico de que a Áustria nos dá tantos exemplos. A harmonia e riqueza do património histórico de Salisburgo, a que regresso com enorme prazer, e a extraordinária qualidade do seu Festival são uma clara ilustração do que acabo de dizer. Será, pois, com muita honra e também com enorme prazer que assistiremos, amanhã, como convidados de Vossa Excelência e de sua Mulher, à inauguração do Festival de Salisburgo.

Senhor Presidente

Comecei por dizer que esta minha visita constituía uma oportunidade para celebrar uma relação de amizade com raízes históricas profundas. Inspirado por essa afinidade histórica e convicto de que saberemos fazer dela uma garantia para o futuro, peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde do Presidente Heinz Fischer e de sua Mulher, ao Povo amigo da Áustria e à prosperidade das relações entre os nossos dois países.

Jantar Oferecido aos Membros do Comité Militar da Aliança Atlântica

Lisboa, 18 de Setembro de 2009

Bem-vindos a Portugal.

É com o maior gosto que recebo os mais altos representantes militares da Aliança e respectivas Senhoras, por ocasião da Conferência anual do seu Comité Militar.

Dou as boas-vindas aos representantes da Albânia e da Croácia que participam na Conferência, este ano, já como países-membros e saúdo o pleno regresso da França à estrutura militar da Aliança.

Caros convidados

A NATO, tendo surgido num período altamente conturbado, conseguiu, através da sua acção e do seu exemplo, consagrar-se como um caso de sucesso ímpar entre as organizações de segurança e defesa, permitindo a reconstrução em segurança de uma Europa devastada pela guerra e promovendo a coesão, a estabilidade e a confiança entre os países-membros.

Após o final da Guerra Fria, a Aliança continuou a ser um instrumento de particular relevância na afirmação dos valores de liberdade, de democracia, do primado da lei e do respeito pelos Direitos do Homem.

A reconfiguração do contexto estratégico europeu e mundial produziu, contudo, inevitáveis transformações. A NATO passou a ser um parceiro privilegiado da Organização das Nações Unidas no âmbito das operações de paz e, após os atentados de 11 de Setembro de 2001, reorientou a sua atenção para desafios e ameaças globais mais difusos, mas nem por isso menos perigosos.

Presto a minha sentida homenagem àqueles que tudo deram, inclusive a vida, para que se cumprissem os objectivos da Aliança.

Senhores Generais

O papel da NATO está longe de se encontrar diminuído nos tempos que correm.

Nunca, como agora, foram tão complexos e diversificados os perigos e as ameaças que se colocam à nossa civilização e à Humanidade.

A Aliança terá, mais uma vez, de fazer uso da sua elevada capacidade de adaptação, de regeneração e de transformação para dar boa resposta aos novos desafios com que está confrontada.

Um dos principais desafios da Aliança é o de explorar novas dimensões de aproximação, de cooperação e de estabelecimento de laços de confiança com outros países e com outras organizações.

O reforço do elo transatlântico e o progresso no relacionamento com a União Europeia devem merecer todo o nosso esforço e determinação, porque essenciais para a construção de um instrumento mais completo e eficaz para a prevenção e gestão de crises. O desafio do Afeganistão é, neste domínio, um teste significativo.

Novamente é colocada à prova a capacidade de transformação da Aliança, exigindo-se que mantenha uma forte capacidade militar defensiva e, simultaneamente, que seja capaz de enfrentar com eficácia as novas ameaças, com destaque para o combate à proliferação nuclear, ao terrorismo e ao crime organizado, e acompanhando as novas questões relacionadas com a segurança energética e com as consequências das alterações climáticas e da disputa de recursos.

Estou certo de que os nossos países, na definição de um novo Conceito Estratégico, saberão, uma vez mais, encontrar o justo equilíbrio para as futuras missões da Aliança, de modo a preservar um ambiente estável e seguro, no qual as nossas sociedades possam continuar a trilhar o seu caminho de paz, de progresso e de bem-estar.

Quero, nesta ocasião, reiterar o nosso firme empenho em contribuir para o debate sobre o novo Conceito Estratégico que seremos todos chamados a aprovar na próxima Cimeira da NATO, a ter lugar em Portugal.

Senhoras e Senhores

Portugal orgulha-se de ser um dos membros fundadores da NATO, preza-se de estar solidariamente integrado nas suas missões e estrutura e de ser um parceiro que não descarta a cooperação com os restantes membros da Aliança.

Saliento o reforço que Portugal disponibilizou recentemente para a missão da Aliança no Afeganistão, bem como a nossa participação noutras missões da NATO, designadamente no Kosovo.

Por outro lado, continuaremos a apoiar com determinação e empenho a afirmação crescente do *Joint Force Command Lisbon*, de que somos anfitriões, missão que assumimos com satisfação e sentido de responsabilidade.

Espero que a vossa estada em Lisboa esteja a ser tão produtiva como agradável e vos dê motivos para regressarem brevemente a Portugal.

Ciente de que esta é, e será, uma Organização primordial para a construção de um Mundo melhor e mais seguro, convido-vos a brindar comigo ao futuro da NATO.

Acto Inaugural da XIX Cimeira Ibero-Americana

Lisboa, 29 de Novembro de 2009

A todos vós, caros amigos, quero dar as mais calorosas boas-vindas, em nome de Portugal e dos Portugueses. É com uma especial satisfação que Portugal acolhe esta XIX Cimeira Ibero-Americana. Esperamos, sinceramente, que se sintam, entre nós, como em vossa própria casa, e que daqui levem as melhores recordações.

Dezoito anos volvidos, tenho bem presente a histórica Cimeira de Guadalajara, no México, em que participei na qualidade de Primeiro-Ministro do meu país. Foi aí que tomámos a decisão de criar a Conferência Ibero-Americana, definida como «um instrumento de união e de promoção do desenvolvimento, baseado no diálogo, na cooperação e na solidariedade entre Povos».

No momento em que damos início à nossa XIX Cimeira, há que valorizar o longo caminho que percorremos desde então e o muito que temos sabido alcançar. A Conferência Ibero-Americana é, hoje, uma realidade viva, que se afirma em múltiplas estruturas de diálogo e de cooperação aos mais diversos níveis das nossas Administrações, que envolve os Parlamentos e que mobiliza a sociedade civil.

Portugal tem, desde o início, contribuído de forma empenhada para a promoção e consolidação do diálogo ibero-americano, por sempre lhe ter reconhecido um valor estratégico. Um valor estratégico que se torna, a cada dia, mais evidente.

É hoje unânime o reconhecimento de que o Mundo está confrontado com desafios de natureza eminentemente global. Como é inquestionável que as respostas a esses desafios, para serem eficazes, terão que ser, também elas, globais. E não teremos respostas globais, por certo, sem diálogo e coordenação entre os Estados.

Uma estrutura como a Conferência Ibero-Americana representa, neste contexto, uma clara mais-valia para todos os seus membros. É nosso dever, em nome do futuro que ambicionamos para os nossos povos, tirar pleno partido do seu enorme potencial.

Minhas Senhoras e meus Senhores

O nosso objectivo comum é claro: através do diálogo, da troca de experiências,

da coordenação de esforços, da articulação de posições, e, sempre que se justifique e seja possível, de acções concertadas na cena internacional, promover o bem-estar e o desenvolvimento económico, social e cultural dos nossos povos. A Conferência Ibero-Americana não teria nascido se não tivesse sido evidente, desde o início, que existe uma herança histórica e cultural e um conjunto de valores em que todos nos reconhecemos. Mas jamais teria sobrevivido se não tivéssemos sabido assumir, com naturalidade, que essa matriz comum convive com a diversidade que resulta das circunstâncias próprias de cada um dos nossos países.

Sabemos que as afinidades, por reais e profundas que sejam, nem sempre conduzem a uma uniformidade de posições, assim como a partilha de ideais não é necessariamente sinónimo de adesão incondicional a políticas semelhantes. A Comunidade Ibero-Americana respeita a diferença, aprende e enriquece-se com ela.

Mas sabemos, também, que é do nosso comum interesse valorizar e tirar partido de tudo aquilo que nos une, e que é muito.

Ao longo das várias Cimeiras em que participei, foi sempre esta unidade na diversidade que mais me impressionou. Ela permitiu-me conhecer melhor cada um dos países que, com Portugal, partilham este espaço, e retirar ensinamentos que marcaram a minha forma de olhar as questões e de entender os problemas com que nos confrontamos.

A nossa Comunidade é um espaço de todos, um espaço que reconhece na participação plural dos agentes políticos e sociais, do meio académico e da classe empresarial, a sua grande riqueza.

Disso foram exemplo os Fóruns Parlamentar, Cívico, Autárquico e Empresarial, bem como todos os grupos e iniciativas que, ao longo deste ano, debateram temas que marcam o nosso tempo e, em particular, aquele que a Presidência portuguesa elegeu para o seu mandato – a Inovação e o Conhecimento.

A escolha da Inovação e do Conhecimento como tema da nossa Presidência reflecte a importância que detêm na definição de qualquer política de desenvolvimento e o peso incontornável que assumem num Mundo crescentemente inter-relacionado e concorrencial.

Um Mundo que vem enfrentando uma crise económica e financeira com gravíssimas consequências sociais, e que só poderá ser verdadeiramente ultrapassada

se dela soubermos extrair todos os ensinamentos. O que implica sermos capazes de encontrar um modelo de desenvolvimento que concilie a liberdade, a democracia e a economia de mercado, com uma eficaz defesa dos valores éticos e uma firme presença de preocupações sociais. Um modelo de desenvolvimento que, além disso, olhe para o Planeta com o respeito que nos impõe a responsabilidade que todos temos perante as gerações que hão-de vir.

Minhas Senhoras e meus Senhores

É com plena confiança no futuro da nossa Comunidade e neste espaço privilegiado da cooperação e diálogo entre Nações que declaro aberta a XIX Cimeira de Chefes de Estado e de Governo Ibero-Americanos.

Sessão de Abertura da XIX Cimeira Ibero-Americana

Estoril, 30 de Novembro de 2009

Como tive a oportunidade de referir, ontem, no Acto Inaugural da nossa Cimeira, é com a maior satisfação e orgulho que Portugal vos acolhe, tendo como pano de fundo o Oceano que une os dois Continentes em que se afirma a nossa Comunidade.

É firme propósito da Presidência portuguesa tudo fazer para que este nosso encontro constitua mais um contributo para o reforço dos laços que nos unem. Nos tempos que vão correndo, nenhum de nós se pode permitir prescindir da mais-valia que constitui uma estrutura de diálogo e de coordenação de posições como é a nossa Comunidade. Estou certo de contar com o apoio de todos vós para que assim seja.

Quero saudar de um modo especial o Presidente de El Salvador, o Presidente do Panamá e o Primeiro-Ministro de Andorra que, tendo tomado posse este ano, participam, pela primeira vez, numa Cimeira Ibero-Americana. Sejam bem-vindos!

Senhores Presidentes, Senhores Chefes de Governo

Estamos aqui, como iguais, no respeito pela soberania de cada um, para nos ouvirmos uns aos outros, para aprendermos uns com os outros e para procurarmos, de boa-fé, que da nossa reflexão possam resultar ideias e iniciativas que permitam melhorar a vida dos nossos cidadãos.

Esta atitude nada tem de passiva. Pelo contrário, é exigente. Exigente porque implica saber ouvir, estar aberto para aprender e para compreender. Exigente porque implica vontade de ir além das palavras, vontade de agir. Exigente porque, embora reconhecendo o muito que foi possível construir desde Guadalajara, queremos mais e melhor, queremos chegar mais longe.

É tempo de o nosso diálogo ser acompanhado de uma mais efectiva cooperação entre todos, de um maior empenho em acções concretas que respondam aos nossos interesses partilhados e que dêem corpo aos nossos objectivos comuns.

Este esforço deve ser o mais inclusivo e abrangente possível. Queremos os nossos cidadãos mobilizados, contribuindo com a sua reflexão e as suas iniciativas para um projecto que só fará sentido se for entendido como património de todos. Muitos estão já a fazê-lo e, enquanto líderes políticos, é nosso dever apoiá-los, estimulá-los, desde logo dando provas de que os acompanhamos, pelas nossas palavras e acções, nesse seu entusiasmo.

Seremos chamados a tomar conhecimento das conclusões dos diversos Fóruns e Encontros que acompanham esta nossa Cimeira e que têm dado um importantíssimo contributo para o aprofundamento da nossa Comunidade. Quisemos que, pela primeira vez, estas conclusões nos fossem apresentadas directamente por alguns dos seus representantes, num sinal da importância que atribuímos ao seu envolvimento na edificação de uma Comunidade que é deles.

O tema escolhido pela Presidência portuguesa foi o da Inovação e Conhecimento. Todos reconhecemos a sua importância. As sociedades com maior desenvolvimento económico e social foram as que apostaram na qualificação dos cidadãos, na competitividade da economia, na investigação científica e na inovação tecnológica.

Mas esta é uma aposta cujo sucesso muito depende da cooperação entre Estados e instituições. Será, por isso, muito importante que as conclusões da nossa Cimeira incluam medidas e iniciativas que favoreçam esta cooperação.

A nossa Cimeira decorre num momento em que o Mundo enfrenta os efeitos de uma brutal crise financeira e económica e se confronta com os efeitos das alterações climáticas. Estes serão assuntos de que teremos oportunidade de tratar no decurso dos nossos trabalhos.

Aguardo, com expectativa, as vossas intervenções e o vosso contributo para o sucesso deste nosso encontro.

Muito obrigado.

Celebração da Entrada em Vigor do Tratado de Lisboa

Torre de Belém, 1 de Dezembro de 2009

Permitam-me uma palavra de saudação inicial à Presidente da República do Chile, em Visita de Estado a Portugal, que nos deu a honra de aceitar o meu convite para se associar a esta cerimónia. Uma cerimónia que tem lugar no país que Pablo Neruda definiu como *«a proa da Europa»*.

Hoje é um dia de esperança para os Europeus. Um dia para a História da construção europeia.

A entrada em vigor do Tratado de Lisboa põe termo ao impasse institucional que se prolongou por uma década. Reflexo dessa nova realidade é a presença, nesta cerimónia, do Presidente do Conselho Europeu, recentemente designado. Saúdo-o de forma muito particular, e desejo-lhe o maior sucesso nas importantes funções que é chamado a desempenhar.

Com o Tratado de Lisboa, a União Europeia dispõe, agora, de renovadas condições para enfrentar os desafios do nosso tempo, tirar partido das oportunidades que ele nos oferece e ir ao encontro dos anseios e preocupações dos cidadãos.

Hoje a Europa fica mais apta, mas, simultaneamente mais responsável, para dar resposta aos grandes desafios que tem pela frente. Desde logo, mais bem preparada para enfrentar a crise económica e financeira, e as suas consequências sociais, em particular o desemprego; mais apta para liderar o combate às causas e efeitos das alterações climáticas; mais apetrechada para apoiar um efectivo modelo de desenvolvimento sustentável; mais capaz para defender a segurança energética e alimentar.

A União Europeia poderá, a partir de agora, concentrar a sua energia em questões tão prementes como o objectivo da competitividade, promovendo eficazmente a qualificação dos cidadãos, a investigação científica e a inovação tecnológica e apoiando as pequenas e médias empresas.

Com o Tratado de Lisboa, a União Europeia pode e deve reforçar a sua voz, como actor coerente e credível, na cena internacional, assumindo as responsabilidades que decorrem da sua dimensão económica e do seu peso geopolítico.

No novo Mundo multilateral que está a emergir, a Europa tem um papel central e insubstituível.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Deste local partiram algumas das grandes expedições marítimas portuguesas, que levaram a Europa ao Mundo e realizaram a primeira globalização da História.

O que os Portugueses de então fizeram teve por base uma ambição, tomou a forma de um projecto mobilizador e ficou a dever o seu sucesso à aliança entre a vontade corajosa dos homens e os prodígios da inovação tecnológica.

É esta a Europa que queremos: aberta ao Mundo, ambiciosa, capaz de mobilizar vontades políticas e o entusiasmo dos seus cidadãos, que promove e tira partido do conhecimento.

É este projecto que nos convoca a todos, dirigentes políticos e cidadãos. Porque a Europa que queremos jamais se fará sem a vontade política dos decisores e o empenho dos cidadãos.

Está nas mãos dos líderes europeus fazer do Tratado, que leva o nome da cidade de Lisboa, um instrumento de esperança para o futuro da Europa.

Muito obrigado.

Banquete Oficial em Honra da Presidente da República do Chile

Palácio de Queluz, 1 de Dezembro de 2009

É com uma satisfação muito particular que a acolhemos, Senhora Presidente, nesta Visita de Estado a Portugal. Recebemos, na sua pessoa, a Chefe de Estado de um país muito amigo e uma personalidade cujo percurso pessoal e político é um exemplo.

Nem eu nem minha Mulher esqueceremos a hospitalidade com que Vossa Excelência e o Povo chileno nos receberam, em Novembro de 2007, e os múltiplos sinais de amizade de que nos deram testemunho.

Portugal e o Chile têm muito em comum.

Recordo, a esse propósito, o encontro, em Isla Negra, na casa de Pablo Neruda, com um grupo de jovens chilenos que estudam a língua portuguesa, em que invocámos, através da obra de grandes poetas chilenos e portugueses, a nossa comum ligação ao Mar.

A história do nosso relacionamento é secular. Portugal foi o primeiro país a reconhecer a independência do Estado chileno. E é com muita honra que estará presente, em resposta ao convite que Vossa Excelência nos dirigiu, na Regata que assinalará as Comemorações do Bicentenário da Independência do Chile, através da participação do navio-escola *Sagres*, da Marinha Portuguesa.

Durante os muitos anos do nosso relacionamento, soubemos reconhecer as afinidades que nos unem e construir uma sólida relação de amizade. O Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, que será assinado amanhã, e o apoio do Chile à candidatura portuguesa ao Conselho de Segurança das Nações Unidas – que quero, mais uma vez, agradecer – são exemplos eloquentes do excelente nível do nosso relacionamento político.

Uma excelência que queremos ver alargada a outros domínios.

Desde logo, ao domínio económico. Reconheço os progressos verificados desde a minha Visita ao Chile, acompanhado por uma missão empresarial que dali trouxe as melhores referências. Aumentou a presença de empresas e de

investimentos portugueses, no Chile, e inauguraram-se novas vias de cooperação, como reflecte a assinatura, amanhã, de um Memorando de Entendimento sobre energias renováveis.

Há, no entanto, condições para sermos mais ambiciosos. As trocas comerciais ainda estão longe do seu potencial e são evidentes as vantagens de uma cooperação e de parcerias mais estreitas em áreas como o turismo, a inovação tecnológica, a construção e gestão de infra-estruturas ou a vinicultura. Estou certo de que o Seminário Económico, que terá lugar amanhã, constituirá um importante contributo nesse sentido.

Mas há, também, muito ainda a fazer no que toca ao intercâmbio cultural e à cooperação entre instituições académicas e de investigação. É aqui que se tecem, muitas vezes, os laços de cumplicidade em que assenta a cooperação noutros domínios.

Senhora Presidente

Vossa Excelência acaba de nos honrar com a sua presença na cerimónia que assinalou, há instantes, a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Como tive a oportunidade de referir nessa ocasião, queremos que este Tratado sirva o projecto de uma Europa aberta ao Mundo. Nem outra coisa seria de esperar de um país a que Pablo Neruda chamou a «*proa da Europa*».

Portugal tem defendido um relacionamento mais profundo da União Europeia com a América Latina e com os países que dela fazem parte. No que diz respeito às relações entre a União Europeia e o Chile, entendemos que os resultados alcançados ao abrigo do Acordo de Associação justificam um novo patamar de relacionamento. Nessa linha, quero reiterar-lhe, Senhora Presidente, o nosso firme apoio às negociações com vista à criação de uma Associação para o Desenvolvimento e Inovação, entre a União Europeia e o Chile.

Senhora Presidente

O Chile é uma fonte de exemplos que merecem a nossa reflexão e justificam a nossa admiração.

Exemplo de um país que ultrapassou uma fase traumática da sua história e soube consolidar um regime democrático, assente numa economia aberta, gerida de

forma rigorosa, que lhe tem garantido notáveis progressos de desenvolvimento. Um país que não ignora as preocupações sociais – e quero, aqui, prestar homenagem à acção de Vossa Excelência neste domínio. Um país que construiu uma teia de relacionamentos bilaterais que fazem dele uma plataforma para outras nações e continentes. Um país que se soube preparar para tirar partido das oportunidades do Mundo globalizado em que vivemos e que olha o futuro com confiança.

Um país ao qual Portugal se sente ligado de forma muito especial e com o qual queremos que a nossa relação seja cada vez mais estreita. Sei que teremos sempre em Vossa Excelência, Senhora Presidente, um aliado empenhado neste desígnio. Sou testemunha privilegiada, desde o primeiro dia em que nos conhecemos, do carinho muito especial que lhe merecem Portugal e os Portugueses. Peço a todos que se juntem a mim, num brinde à saúde e felicidade pessoal da Presidente Michele Bachelet, à prosperidade do Povo amigo do Chile e ao futuro das relações entre os nossos dois países.

Muito obrigado.

Sessão Solene Evocativa do X Aniversário da Transferência da Administração Portuguesa de Macau

Lisboa, 19 de Dezembro de 2009

Agradeço à Fundação Jorge Álvares, ao Instituto do Oriente, da Universidade Técnica de Lisboa, e à Sociedade de Geografia, entidades a quem ficamos a dever a organização das cerimónias com que se assinalam, hoje, os dez anos da transferência da Administração Portuguesa de Macau para a República Popular da China.

Felicito, ainda, todas as outras personalidades e instituições que quiseram juntar-se no apoio a esta importante iniciativa. Uma iniciativa a que entendi conferir o Alto Patrocínio da Presidência da República, num gesto de reconhecimento perante a dimensão histórica de um processo de transição cujo sucesso engrandeceu o nome do nosso País.

No dia 20 de Dezembro de 1999, Portugal punha termo, de forma digna, em paz consigo e com a sua história, ao ciclo imperial que perdurara por mais de metade da sua vida de Nação multissecular. Todos sabemos como era importante que assim fosse, até para que melhor pudéssemos reconciliar-nos com um período que tantos traumas nos deixara.

A Administração Portuguesa deixava o Território justificadamente orgulhosa de um legado notável, assente numa organização administrativa capaz e respeitada e num corpo legislativo sólido e abrangente, em harmonia com as garantias que haviam sido dadas aos habitantes de Macau e com as expectativas que lhes haviam sido criadas. Um legado que incluía, ainda, um conjunto de infra-estruturas que permitiam ao Território olhar o futuro com confiança.

A tudo presidira uma visão estratégica que soube reconhecer o potencial de Macau como plataforma privilegiada no quadro da política de abertura ao Mundo que a China havia iniciado e como factor de aproximação entre Portugal e a China.

A concretização deste último objectivo – fazer de Macau um factor de aproximação entre Portugal e a China – ficou a dever-se não apenas ao modo como se afirmou a presença portuguesa em Macau, mas também ao clima de respeito e amizade que caracterizou o processo negocial, fruto de uma preocupação, partilhada pelos dois Estados, em garantir as soluções que assegurassem o melhor futuro para o Território e para as suas gentes.

E assim, caso raríssimo e exemplar, dois países, Portugal e a China, chamados a resolver uma questão bilateral complexa e delicada, de grande sensibilidade para ambos, concluíram-na muito mais próximos um do outro do que quando lhe haviam dado início.

Uma proximidade que se reflectiu num relacionamento cada vez mais aprofundado, como bem atesta o estabelecimento, em 2005, de uma Parceria Estratégica entre os dois países.

Quero, a esse propósito, saudar, de forma muito especial, a presença entre nós do Embaixador Gao Kexiang e as palavras amigas que nos dirigiu, pedindo-lhe que transmita às suas Autoridades e ao Presidente Hu Jintao, em particular, o meu empenho pessoal no reforço continuado das relações entre os nossos dois povos e países.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Quiseram as circunstâncias que tivesse cabido a um Governo a que presidi dar início às negociações que culminaram na Declaração Conjunta sobre Macau. Tal como me coube subscrevê-la, em nome do meu País, em 13 de Abril de 1987, em Pequim, por ocasião daquela que foi a primeira Visita Oficial de um Chefe de Governo de Portugal à República Popular da China.

Foram tempos que não esqueço. Recordo-me bem de ter sublinhado, no discurso que pronunciei nessa ocasião, que há momentos em que temos a consciência de estar a ser escrita uma página da História. Foi precisamente isso que sucedeu.

Continuo a pensar, no entanto, que a melhor forma de estarmos à altura do que soubemos construir no passado é projectando-o no futuro.

Na Comunicação que fiz ao País, em Março de 1987, quis chamar a atenção dos Portugueses para o facto de o Acordo a que havíamos chegado representar «um

grande capital de esperança», pelo que abria de perspectivas «no nosso relacionamento com o Oriente e, em particular, com a China».

As características próprias do território de Macau, que o distinguem do resto da imensa China a que pertence, resultam da marca que ali deixou a secular presença portuguesa. Essas características conferem-lhe uma vocação natural para funcionar como plataforma no relacionamento da China com os países de língua oficial portuguesa.

A China está bem ciente desta mais-valia de Macau e tem apostado, decisiva e inteligentemente, na sua valorização, como instrumento do reforço dos seus laços com os Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Ainda recentemente me chegava a informação, que a muitos poderá surpreender, de que, dentre os cursos de línguas estrangeiras ministrados na China, o de língua portuguesa é o único a garantir colocação imediata a quem o conclui.

Por outro lado, como tive a oportunidade de lembrar, numa intervenção, em 1987, na Associação Comercial de Macau, «Portugal tem tudo a lucrar no aproveitamento de Macau e do seu grande dinamismo económico e comercial para intensificar o relançamento da presença portuguesa no Oriente». Um relançamento cuja necessidade se torna cada dia mais premente, perante a evidência do papel que a Ásia, em geral, e a China, em particular, são e serão crescentemente chamadas a desempenhar na cena internacional. Um papel que a crise financeira e económica que abalou o Mundo, e cujos efeitos ainda sofremos, se encarregou de bem sublinhar.

Não me parece que haja dúvidas de que ainda temos muito a fazer para que possamos falar de um relançamento da presença portuguesa no Oriente, tirando partido das vantagens que Macau oferece.

Apostar nessa via implica investir no reforço da nossa presença económica na Região, incluindo a localização, no seu território, de empresas que dela façam uma alavanca para a sua projecção noutros mercados, nomeadamente na China.

Implica investir, igualmente, numa revigorada presença cultural, desde logo por via de um apoio determinado às instituições que promovem o ensino da nossa língua e a divulgação da nossa cultura. Mas também na promoção do

intercâmbio entre instituições académicas, culturais, desportivas e de investigação. E, ainda, no estímulo dos fluxos turísticos e no incentivo à constituição de redes de contactos entre os cidadãos.

Em 2010, terá lugar a Exposição Universal de Xangai, em que Portugal estará presente, e, no ano seguinte, assinalar-se-á o Ano de Portugal na China. São duas excelentes oportunidades para afirmar o relançamento da nossa presença no Oriente, que os nossos interesses estratégicos tão vivamente recomendam.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Em Abril de 1994, perante a Assembleia Legislativa de Macau, recordei que a solução que havíamos encontrado para Macau comportara um duplo alcance: por um lado, tínhamos pretendido garantir a estabilidade de Macau, o seu progresso económico e social e a confiança no futuro por parte da sua população; por outro lado, tínhamos querido encarar numa nova perspectiva o desenvolvimento das relações entre Portugal e a República Popular da China.

Transcorridos dez anos desde o dia 20 de Dezembro de 1999, julgo que as circunstâncias vêm demonstrando o acerto destas linhas de orientação. O dinamismo económico e o progresso social de Macau são evidências que todos reconhecem, fruto de um clima de confiança no futuro que muito deve às condições que o processo de transição permitiu criar.

E o nosso relacionamento com a China apresenta, nos dias de hoje, uma proximidade muito superior à que se registava antes da transição.

Temos, seguramente, razões para celebrar.

Muitos guardarão, tal como eu, a memória ainda viva daquele dia de sol e frio em que, num gesto comovente, o Governador Vasco Rocha Vieira apertou ao peito o símbolo maior de uma Nação reconciliada com a sua História e orgulhosa da sua obra. Naquele dia, naquele momento, ele foi um pouco de todos nós, irmanados na dignidade do seu gesto.

Ficámos a dever esse momento a Macau. Jamais o esqueceremos.

Muito obrigado.

Cerimónia de Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático

Palácio de Queluz, 12 de Janeiro de 2010

Quero começar por agradecer a vossa presença e desejar a todos vós, às vossas famílias e aos vossos países, um feliz e próspero 2010.

Quero, ainda, agradecer as amáveis palavras de Sua Excelência Reverendíssima o Núncio Apostólico, na qualidade de Decano do Corpo Diplomático, e reiterar-lhe que Portugal aguarda, com entusiasmo, a Visita Oficial de Sua Santidade o Papa Bento XVI, em Maio próximo.

Minhas Senhoras e meus Senhores

O ano que passou, a despeito de alguns sinais positivos mais recentes, foi muito marcado pelos efeitos da crise financeira e económica internacional, designadamente no domínio do emprego.

A crise evidenciou os perigos da falta de transparência, que torna possível alimentar expectativas sem correspondência com a realidade e que permite ocultar comportamentos eticamente reprováveis.

Reconheço os esforços que têm sido feitos, nomeadamente no quadro da União Europeia e do G20, no sentido da adopção de regras que visam assegurar uma melhor regulação e supervisão dos mercados e do alargamento da cooperação financeira internacional.

Precisamos, agora, que a retoma que se anuncia se consolide e seja gerida de forma sustentável. A forma como sairemos da crise será determinante para que não nos voltemos a encontrar em situação semelhante à que vivemos e com custos ainda mais elevados.

Para tanto, é importante que os primeiros sinais de crescimento não façam esquecer a necessidade de dar continuidade à reforma das instituições e dos procedimentos. Por outro lado, há que evitar o recurso a medidas proteccionistas ou a adopção de políticas voltadas exclusivamente para um suposto interesse nacional imediato. Umas alimentam as outras e apenas contribuem para

agravar os problemas, comprometer o crescimento e para semear cenários de confrontação.

Precisamos, ao invés, de reforçar os nossos mecanismos de coordenação e de cooperação. É altura de consagrar em Acordos internacionais vinculativos matérias até agora dependentes, em larga medida, da boa vontade dos Estados. É essa a melhor forma de evitar os erros do passado e de aumentar a confiança dos cidadãos e dos agentes económicos.

Este princípio aplica-se em matéria económica e financeira, mas também, em relação aos outros grandes desafios com que nos confrontamos. É o caso, desde logo, das alterações climáticas.

Partilho o sentimento de frustração de muitos outros quanto à timidez dos resultados alcançados na Cimeira de Copenhaga. A incerteza neste domínio, para lá das interrogações que lança sobre o futuro do nosso Planeta, tem, ainda, por consequência comprometer o ambiente de confiança de que necessitam as decisões de investimento em favor de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis. É obrigatório dar provas da determinação necessária para que a Cimeira da Cidade do México, no final deste ano, seja um marco e um legado de que nos possamos orgulhar perante as gerações vindouras.

Vivemos um tempo marcado por desafios de natureza crescentemente global e por um cada vez maior grau de interdependência entre os Estados. Assistimos aos primórdios da afirmação de uma cidadania global, em torno de preocupações que todos reconhecemos só poderem ser enfrentadas de forma colectiva. Esta realidade coincide com a emergência, na cena mundial, de actores cujo peso vem pôr em causa as estruturas e o formato em que assenta o processo de decisão a nível internacional.

Necessitamos de instituições internacionais que reflectam estes novos paradigmas, em cujas decisões os nossos países se possam rever e cuja legitimidade seja por todos reconhecida. É, por isso, urgente, concluir a reforma das Nações Unidas.

Minhas Senhoras e meus Senhores

A identidade de Portugal é ditada por uma história quase milenar de contactos com outros povos e culturas. Contactos que definiram uma postura nas relações

internacionais que valoriza a tolerância, o respeito e a procura de consensos entre as Nações, todas iguais na sua dignidade.

Entendemos que é esta a atitude mais consentânea com a realidade multipolar do Mundo em que vivemos e com o âmbito planetário das questões que se nos colocam.

Entendemos, também, que não é possível garantir a paz, a segurança e a estabilidade ignorando as questões sociais. Queremos, por isso, um Mundo comprometido com os Objectivos do Milénio, com políticas de apoio ao desenvolvimento económico e social, e à erradicação da fome, da pobreza, das doenças e da iliteracia.

Constatamos ser hoje mais claro do que nunca que os custos das ameaças ignoram fronteiras geográficas e políticas. Queremos, por isso, um Mundo capaz de lhes responder de forma coordenada.

Combatendo as causas das alterações climáticas, mas também os seus efeitos, através do apoio aos países onde elas mais se fazem e farão sentir.

Respondendo, ainda, aos surtos de pandemias, para que contribuam a rapidez e facilidade de deslocação que caracterizam os nossos dias.

Prevenindo as ocorrências de novas crises económicas e financeiras, mas também energéticas e alimentares. É urgente recordar, a quem o possa ter esquecido, como, ainda em tempos recentes, fomos confrontados com brutais aumentos de custos relacionados com a escassez de recursos energéticos e alimentares.

Sabemos que a paz, a segurança e a estabilidade exigem a concertação de esforços no combate à proliferação das armas de destruição maciça e ao terrorismo, ou, ainda, em prol do desarmamento e na luta contra o tráfico de armas.

É exactamente porque acreditamos que a segurança e a estabilidade são factores determinantes do desenvolvimento que Portugal integrou, só na última década, mais de quarenta missões de manutenção da paz, de estabilização e de apoio humanitário, nos cinco continentes.

Reconhecemos, por fim, que tudo se reconduz à dignidade humana, ao respeito pelos direitos e liberdades que a definem, tal como consagrados nos documentos relevantes das Nações Unidas.

São estas as convicções e é este o espírito que presidem à nossa candidatura a membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o

biénio 2011-2012. Não nos candidatamos contra ninguém, mas em favor do papel reforçado das Nações Unidas. A decisão sobre esta candidatura, que competirá aos vossos países, terá lugar este ano. Aguardamo-la com a confiança e a ambição de quem quer continuar a contribuir, de forma empenhada, para a edificação do Mundo melhor porque todos almejamos.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, estão criadas as condições para que a União Europeia possa concentrar as suas atenções na resposta aos problemas que preocupam os seus cidadãos.

Portugal está firmemente disposto a dar o seu contributo para o bom funcionamento das novas estruturas que decorrem do Tratado de Lisboa, designadamente o novo Serviço Europeu de Acção Externa. Fá-lo-emos em coerência com a nossa postura de sempre, em favor de uma União Europeia aberta ao Mundo.

Uma União Europeia atenta às relações com a sua vizinhança mais imediata, a Leste e na margem sul do Mediterrâneo, mas que sabe, também, levar a sua voz e participação activa a todos os palcos internacionais onde estão em causa os seus interesses. Uma União Europeia que saiba preservar o capital de esperança que o seu projecto de integração representa para tantos povos e países.

Este ano dará continuidade a um ciclo de comemorações que se iniciou em 2009 e se prolongará durante o ano de 2011, assinalando os 500 anos da presença portuguesa na Ásia e importantes aniversários do estabelecimento das nossas relações diplomáticas com alguns dos países da região. É o caso da China, do Japão, da Coreia do Sul, da Tailândia, do Bangladesh, das Filipinas, da Indonésia, da Malásia, de Singapura e do Vietname. Queremos que os eventos associados a estas efemérides sejam o sinal do nosso renovado empenho numa relação de futuro com os países da Ásia e do Pacífico.

Em Julho, em Luanda, terá lugar a Cimeira da CPLP, com a transferência para Angola da Presidência que Portugal vem exercendo desde 2008. Estou certo de que Angola saberá conduzir a CPLP a novos patamares de coordenação entre os seus membros e de afirmação a nível internacional.

A CPLP é, actualmente, uma organização dinâmica, onde a cooperação abrange um número crescente de domínios. Uma cooperação assente numa língua

comum, cuja expressão global se acentua e cuja importância pretendemos ver reconhecida nas organizações de que fazemos parte, desde logo nas no seio das Nações Unidas.

Quero saudar os actos eleitorais que tiveram lugar, em 2009, em Moçambique e na Guiné-Bissau, um contributo de grande significado para o processo de reconstrução e consolidação democrática nestes países que nos são tão próximos.

É com particular satisfação que Portugal constata o crescente reconhecimento internacional do papel incontornável do Brasil na procura das soluções para os problemas do nosso tempo, um reconhecimento que torna ainda mais evidente a legitimidade da sua pretensão a um lugar de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A CPLP inclui cinco Estados africanos e é bem conhecida a nossa relação de proximidade com o continente africano. Portugal sempre se tem batido pelo reforço das relações entre a Europa e a África. A Estratégia UE-África, aprovada na Cimeira da Lisboa, permanece um marco no relacionamento entre os dois continentes. No momento em que se equaciona a possibilidade de lhe introduzir ajustamentos, importa lembrar que estamos perante uma Estratégia conjunta, pelo que quaisquer alterações deverão ser fruto de uma avaliação partilhada e consensual.

A América Latina é um continente ao qual nos ligam laços históricos e culturais. Quero saudar o início, este ano, das comemorações dos bicentenários da independência de muitos dos seus Estados, independência que Portugal foi, em muitos casos, o primeiro país a reconhecer.

Em Novembro de 2009 concluiu-se a Presidência Portuguesa da Conferência Ibero-Americana, com resultados que constituem um salto qualitativo na cooperação entre os Estados que dela fazem parte. Continuamos empenhados no reforço do nosso relacionamento com cada um dos países latino-americanos e, no âmbito da União Europeia, continuaremos a dar o nosso melhor contributo para o reforço das relações com a América Latina.

Em Novembro, Portugal será o anfitrião da Cimeira da NATO, onde se espera possa ser aprovado o novo Conceito Estratégico desta Organização, pilar de uma relação transatlântica que reputamos essencial para a paz e para a estabilidade internacionais.

Portugal, membro fundador da Aliança Atlântica, tem sido, desde sempre, um Aliado fiel e empenhado. O recente e significativo reforço da contribuição militar portuguesa no Afeganistão é sinal do sentido de responsabilidade com que assumimos esse esforço colectivo, em favor da paz e da estabilidade, na consciência de que caberá, em última instância, aos afegãos garantirem a sua própria segurança e de que não haverá uma real solução se não for levada em conta o contexto regional em que o Afeganistão se insere.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Temos pela frente um ano exigente, mas também um ano de grandes oportunidades para que se afirme o valor da cooperação internacional na edificação de um Mundo melhor. É isso que desejo, ardentemente, que suceda.

Muito obrigado.

Banquete Oficial em Honra do Presidente da República da Guiné-Bissau

Palácio da Ajuda, 17 de Fevereiro de 2010

É com grande satisfação que o acolhemos, Senhor Presidente, bem como à Senhora D. Mariama Mané Sanhá, nesta Visita oficial a Portugal.

Recebemos Vossa Excelência com o afecto que reservamos aos que nos são mais próximos. Uma proximidade assente em laços históricos, humanos, culturais e linguísticos, que queremos ver reforçados.

Laços que muito devem à presença, em Portugal, de uma significativa comunidade guineense, a qual, através do seu esforço e do seu trabalho, vem prestando um valioso contributo para o desenvolvimento da nossa sociedade.

Senhor Presidente

Portugal sempre tem estado e continuará a estar ao lado do Povo guineense, no apoio à paz, à reconciliação e à reconstrução nacional.

É, por isso, com grande satisfação que constatamos os sinais positivos que nos chegam sobre a evolução do processo político e das condições de segurança na Guiné-Bissau. São desenvolvimentos encorajadores, que permitem alimentar as mais gratas expectativas quanto à capacidade da Guiné-Bissau e das suas lideranças políticas para fazer face aos muitos desafios que impõe o difícil processo de consolidação de um Estado de direito.

Estado de direito que, como Vossa Excelência vem sublinhando, implica condições de estabilidade política e institucional, indispensáveis ao clima de confiança de que necessita o desenvolvimento económico e social a que têm direito os cidadãos da Guiné-Bissau.

Estado de direito que se não compadece com o flagelo do narcotráfico e da corrupção, que minam a confiança dos cidadãos e dos agentes económicos nas instituições e comprometem irremediavelmente o futuro das sociedades.

Estado de direito que permita dar resposta aos anseios e preocupações da população, em domínios tão prementes como a saúde, ou a educação.

Senhor Presidente

Estes são desafios para os quais Vossa Excelência tem sido o primeiro a chamar a atenção. Desafios que exigem grande determinação e coragem. A mesma determinação e coragem, afinal, de que o Povo da Guiné-Bissau deu exemplo na forma como exerceu o seu direito de voto, elegendo Vossa Excelência, em nome da esperança num futuro melhor.

Saiba, Senhor Presidente, que poderá sempre contar com o apoio de Portugal na prossecução destes objectivos, através da cooperação bilateral, e na mobilização da comunidade internacional.

As relações entre Portugal e a Guiné-Bissau assentam, hoje, numa extensa e diversificada rede de contactos e num intercâmbio que abrange praticamente todas os sectores de actividade.

A cooperação portuguesa na Guiné-Bissau constitui a expressão prática dessa realidade. Uma cooperação que tem sido canalizada para os sectores que a Guiné-Bissau definiu como prioritários para o seu desenvolvimento: a redução da pobreza, o progresso económico e social, a consolidação da paz e da democracia, a melhoria do acesso à educação e à saúde, a capacitação institucional e a reforma do sector da defesa e segurança.

Mas há que olhar para lá dos horizontes estritos da política de cooperação. Acreditamos no futuro da Guiné-Bissau como destino de investimentos. Os empresários portugueses, pela sua experiência internacional e conhecimento da realidade da Guiné-Bissau, poderão desempenhar, estou certo, um papel relevante na dinamização da economia, na criação de emprego e na melhoria das condições de vida das populações.

Estou seguro que a Visita de Vossa Excelência contribuirá para reforçar o clima de confiança de que os agentes económicos e os investidores necessitam para intensificarem a sua aposta na Guiné-Bissau.

Senhor Presidente

Portugal e a Guiné-Bissau partilham uma identidade linguística e cultural com o conjunto de Estados que integram a Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Num Mundo global e interdependente, mas também com elevadas disparidades em termos de desenvolvimento, como é o nosso, a pertença a uma Comunidade

composta por mais de 250 milhões de pessoas é um activo de primordial importância para enfrentarmos com sucesso os desafios que temos pela frente.

A língua portuguesa assume, nesta perspectiva, um valor estratégico, enquanto veículo de afirmação cultural e de defesa e promoção dos nossos valores e interesses. Daí o compromisso assumido por todos os Estados-membros da CPLP, no sentido de trabalharem em conjunto com vista a uma maior afirmação e projecção internacional da nossa língua comum.

Esta projecção começa nos nossos próprios países, na batalha pela educação dos nossos cidadãos. E prolonga-se na utilização que dermos à língua portuguesa nos nossos contactos internacionais, incluindo nas organizações multilaterais de que fazemos parte.

A Guiné-Bissau conta com o apoio dos restantes Estados-membros da CPLP no exigente desafio de levar a educação, em português, a todos os seus cidadãos.

Senhor Presidente

Nenhum processo de reforma política, consolidação democrática e modernização económica está isento de dificuldades e obstáculos, como Portugal e os Portugueses são os primeiros a saber. Mas nada há de mais compensador do que verificar o efeito, na vida dos cidadãos, das medidas que lhes levam o progresso a que têm direito.

A Guiné-Bissau e Vossa Excelência sabem que podem contar, como sempre tem acontecido, com o apoio firme e inequívoco de Portugal.

Fazemo-lo porque não poderia ser de outra forma entre países e povos irmãos. Mas fazemo-lo, também, porque acreditamos no futuro da Guiné-Bissau.

Minhas Senhoras e meus Senhores

É em nome desse futuro que peço a todos que se juntem a mim nos votos que formulo pela saúde do Presidente Malam Bacai Sanhá e de sua Mulher, pela crescente prosperidade do Povo guineense e pelo fortalecimento das relações de fraterna amizade entre Portugal e a Guiné-Bissau.

Muito obrigado.

Jantar Oferecido pelo Presidente da *Generalitat* da Catalunha

Barcelona, 4 de Março de 2010

Quero agradecer, muito sensibilizado, as palavras de Vossa Excelência, Senhor Presidente da *Generalitat*, bem como expressar o enorme gosto que temos, minha Mulher e eu, em estar na Catalunha, nesta terra que é, simultaneamente, repositório de uma História e de uma Cultura riquíssimas e um notável exemplo de dinamismo e de modernidade.

O relacionamento entre Portugal e a Catalunha assume uma importância particularmente viva no quadro das nossas relações com Espanha. A Catalunha é, de entre todas as Comunidades Autónomas, o nosso principal parceiro comercial e o maior investidor. São inúmeras as empresas catalãs presentes em Portugal, assim como é significativa a presença empresarial portuguesa na Catalunha.

É na Catalunha, ainda, que reside uma das maiores comunidades portuguesas de Espanha. Acabo, aliás, de me encontrar com estudantes e jovens quadros portugueses aqui residentes, e posso dizer que foram muitas as palavras de apreço que ouvi, pela forma como foram acolhidos e pelas oportunidades de realização pessoal e profissional que a Catalunha lhes oferece.

É minha firme convicção de que dispomos de todas as condições para sermos ambiciosos quanto ao futuro do nosso relacionamento.

Senhor Presidente da *Generalitat*

No domínio económico e empresarial, temos que saber ver o que se anuncia para lá da crise económica e financeira e identificar novas oportunidades de negócio, de investimento e de parceria. Para tanto, é fundamental estimular os contactos entre os nossos empresários.

Todos sabemos, no entanto, que a competitividade das nossas economias depende, em larga medida, da sua capacidade inovadora, a qual, por seu turno, requer uma aposta determinada na investigação científica. Este é outro dos capítulos onde a nossa cooperação se pode e deve intensificar.

Será esse propósito, justamente, que pretendo sublinhar com a visita que farei, amanhã, ao Parque de Investigação Biomédica de Barcelona, um exemplo da qualidade da investigação científica realizada na Catalunha, que conta com o contributo de investigadores portugueses.

Não esqueçamos, todavia, que a aproximação entre os povos assenta, antes de tudo, no conhecimento das realidades culturais e linguísticas de cada um. Todos concordaremos que há muito a fazer no que diz respeito a uma maior cooperação e intercâmbio de experiências entre os nossos artistas, os nossos escritores, instituições culturais e académicas.

No domínio da língua, quero agradecer a abertura que pude constatar no que diz respeito à integração da língua portuguesa no sistema de ensino da Catalunha. Terceiro idioma europeu no Mundo, a língua portuguesa é falada por mais de 250 milhões de pessoas, espalhadas pelos cinco continentes. A sua crescente projecção internacional e o protagonismo que vêm assumindo alguns dos países onde é língua oficial fazem dela um importante atributo de valorização profissional, no Mundo em que vivemos.

Senhor Presidente da *Generalitat*

Procurei deixar claro nas minhas palavras que a ambição que nos move para o futuro, e que o presente do nosso relacionamento amplamente justifica, exige mais diálogo, mais concertação, mais intercâmbio e um melhor conhecimento mútuo, a todos os níveis.

São esses os propósitos que estão na base da criação do Fórum Ibérico de Barcelona. Foi por reconhecer esse seu valor estratégico que entendi responder positivamente ao convite que me foi dirigido para estar presente na sua sessão inaugural.

É em nome da ambição para o futuro do nosso relacionamento que peço que se juntem a mim num brinde à saúde do Presidente da *Generalitat* da Catalunha, ao Povo da Catalunha e à prosperidade das relações entre Portugal e a Comunidade Autónoma da Catalunha.

Moltes gràcies, President.

Moltes gràcies, Catalunya.

Sessão Inaugural do Fórum Ibérico de Barcelona

Barcelona, 5 de Março de 2010

Foi com muito interesse e expectativa que tomei conhecimento do Convénio que criou o Fórum Ibérico de Barcelona, celebrado entre a Câmara Oficial de Comércio, Indústria e Navegação de Barcelona e o Consulado-Geral de Portugal nesta cidade. Um dos seus objectivos é promover o debate e o relacionamento económico entre Portugal e Espanha, contribuindo, de forma continuada, para uma cooperação mais efectiva entre os agentes económicos e empresariais dos dois países.

Trata-se de uma importante iniciativa, que quero, vivamente, saudar, certo de que o futuro lhe reserva o maior sucesso.

Nos últimos anos, as quotas-partes de Portugal e de Espanha nas relações comerciais e na actividade económica de ambos os países aumentaram substancialmente. Portugal é o terceiro mercado das exportações espanholas, enquanto Espanha é o principal destino das exportações portuguesas, absorvendo cerca de 30 por cento das exportações nacionais de mercadorias.

A região da Catalunha, em particular, constitui hoje o principal parceiro comercial de Portugal no âmbito do Estado espanhol, justificando, ainda mais, a criação deste Fórum Ibérico.

Estes dados não significam, em todo o caso, que estejamos perante um aproveitamento pleno do mercado ibérico e uma cooperação económica entre Portugal e Espanha suficientemente desenvolvida e consolidada. Note-se, em particular, que as estatísticas de comércio internacional entre Portugal e Espanha podem estar a sobrestimar a real interacção económica entre os dois países, uma vez que parte destas estatísticas apenas reflecte o papel de ambos como plataformas de passagem de bens, rumo a outros mercados.

É minha convicção que existem, ainda, ganhos importantes a obter no domínio da relação entre os agentes económicos dos dois países, nomeadamente a nível da cooperação entre empresas e da própria integração económica.

As questões energéticas e ambientais constituem hoje um desafio de primeira

linha, não apenas para Portugal e Espanha, mas também a nível global. É, por isso, com satisfação que constato a escolha do tema para esta primeira edição do Fórum Ibérico de Barcelona.

Minhas Senhoras e meus Senhores

A adesão de Portugal e de Espanha à União Europeia e à União Económica e Monetária, em particular, trouxe benefícios importantes às economias de ambos os países: um enquadramento macroeconómico genericamente mais estável, maior facilidade de acesso ao mercado de bens e serviços europeu, e menores custos de financiamento dos agentes económicos – que, aliás, estiveram na base da enorme expansão da procura interna registada, nos últimos anos, em Portugal e em Espanha.

Não obstante a actual instabilidade económica e financeira internacional, estas são, claramente, vantagens relevantes numa perspectiva de médio e longo prazo, que importa ver devidamente aproveitadas.

É sabido que a adesão à moeda única implicou também a perda de instrumentos importantes de ajustamento, nomeadamente no domínio da política económica. A resposta a choques internos e externos passou a exigir mecanismos diferentes dos habituais, porventura mais complexos do ponto de vista estrutural e das suas consequências para os agentes económicos.

No caso de Portugal, o ajustamento a esta nova realidade não tem sido fácil.

O desempenho económico de Espanha ao longo da última década revelou-se mais favorável. A situação mais recente sugere, no entanto, que a economia espanhola também enfrenta opções difíceis.

O desafio principal que se coloca, agora, aos dois países, é o de preparar a recuperação económica, adoptando um caminho de crescimento sustentável, que tire partido das lições aprendidas com a actual crise e que potencie devidamente os seus recursos, no âmbito do novo quadro competitivo global.

É certo que na actual situação se exigem respostas rápidas e de curto prazo no sentido de mitigar o impacto da crise sobre os mais desfavorecidos, de preservar o equilíbrio económico e social, e de combater problemas como o desemprego ou a pobreza.

Mas as recessões, muito embora penosas, podem funcionar também como fenómenos potenciadores da capacidade de reinvenção das economias. É essencial,

por isso, olhar para além da actual crise. Evitando a repetição dos erros cometidos no passado, mobilizando vontades e preparando, desde já, o aproveitamento cabal das oportunidades que irão surgindo no período pós-recessivo.

Nesta perspectiva, considero que o principal objectivo das empresas portuguesas e espanholas deve ser o de apostar fortemente na inovação, no reforço da competitividade e na conquista de novos mercados. É nestas vertentes que reside o futuro económico dos nossos países.

A concretização deste objectivo é uma responsabilidade particular das empresas, mas exige, também, o empenho de toda a sociedade, incluindo dos agentes políticos.

Creio que, no domínio político, é essencial prosseguir e aprofundar as reformas estruturais necessárias à criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento da iniciativa privada. Trata-se, por exemplo, de modernizar o Estado, de investir no conhecimento e na investigação, de requalificar empresas e capital humano, e de mobilizar os agentes económicos.

Mas é, sobretudo, na iniciativa empresarial que reside a esperança de uma resposta positiva aos desafios que as economias de Portugal e de Espanha enfrentam.

Neste contexto, e no âmbito deste Fórum, parece-me importante realçar três aspectos: maior integração, cooperação e responsabilidade social.

Como antes referi, existem ainda ganhos muito relevantes a obter da integração mais efectiva do mercado ibérico. Para isso, é necessário pôr de lado quaisquer tendências proteccionistas que ainda afectem as relações entre Portugal e Espanha, e criar condições propícias para um mais amplo e recíproco acesso das empresas portuguesas e espanholas aos mercados dos dois países.

Num ambiente global cada vez mais competitivo, a resposta fácil do proteccionismo não é sustentável, nem desejável para o bem-estar dos nossos cidadãos. Pelo contrário, devemos continuar a pugnar por uma integração económica cada vez maior, não apenas no plano ibérico mas também no plano europeu, marcada por princípios como a transparência, a acessibilidade e a concorrência justa.

É crucial tirar partido das oportunidades que a integração económica oferece. A abertura à inovação e ao Mundo, a capacidade de integrar conhecimento e de o converter em novas oportunidades de negócio, em novos produtos e em novos métodos de trabalho são a chave do sucesso.

É justamente neste quadro que valorizo a atitude de cooperação que este Fórum preconiza e visa consolidar.

De facto, num Mundo fortemente concorrencial, mas também de crescidas complementaridades e interdependências, é imperativo promover uma cultura de cooperação e de partilha entre as empresas: aumentando o nosso capital de conhecimento e desenvolvendo parcerias, redes de contacto, métodos comuns de trabalho e estratégias coordenadas de internacionalização. O reforço da competitividade passa também pela cooperação entre as empresas, a troca de experiências e a promoção efectiva de interesses comuns.

Gostaria, por último, de aproveitar este Fórum para sublinhar, mais uma vez, a importância que questões como a responsabilidade social e a ética devem assumir na estratégia de desenvolvimento das empresas.

Na origem da actual crise financeira e económica global, pesaram muito a violação de normas éticas e a adopção de comportamentos de risco que não tiveram em devida conta o seu possível impacto negativo sobre o bem-estar das populações. Foram muitos milhões de pessoas que perderam o seu emprego e as suas poupanças devido à irresponsabilidade e ao egoísmo de alguns. Não se trata, apenas, de fazer uma crítica moral a estes comportamentos; trata-se de constatar os enormes custos económicos e sociais provocados por essa violação de normas éticas, com prejuízos que irão perdurar por bastante tempo.

A ausência de valores éticos nos mercados, nas políticas e nas práticas empresariais terá sido um dos principais factores responsáveis pela actual crise. A responsabilidade social das empresas, por sua vez, pode ser um poderoso catalisador da recuperação económica – aproveitando devidamente as oportunidades existentes, utilizando e partilhando de forma justa os recursos disponíveis, gerando condições favoráveis à criação e à manutenção de empregos, e credibilizando a imagem das empresas perante os cidadãos.

Estes são elementos essenciais à coesão social e à confiança dos agentes económicos, e sem os quais não será possível uma retoma sustentada.

Minhas Senhoras e meus Senhores

É indiscutível o progresso que se tem verificado em Portugal e em Espanha, seja a nível económico e social seja em áreas determinantes para o potencial de cres-

cimento futuro, como a criação de conhecimento, a inovação, a modernização das instituições e as energias renováveis.

Apesar de tudo, temos ainda muito a fazer e a conquistar nestes domínios. Há todo um caminho a percorrer.

A coordenação de esforços, a partilha de saber e de ideias, e a troca de experiências são essenciais neste caminho. Estou certo de que foi também esta a convicção que motivou a criação deste Fórum Ibérico de Barcelona, e é com isso em mente que desejo que os objectivos que se propôs alcançar sejam plenamente atingidos.

Muito obrigado.

Visita à Câmara Municipal de Andorra la Vella

Andorra la Vella, 6 de Março de 2010

Quero agradecer as amáveis palavras que Vossa Excelência, Senhora Presidente, me dirigiu. Interpreto-as como um sinal de reconhecimento pelo Povo português e, muito em especial, de apreço pela grande comunidade portuguesa que reside neste Principado.

É para mim um motivo de especial satisfação poder visitar esta cidade, capital do Principado de Andorra desde que, em 1278, os Co-Príncipes decidiram a atribuição de soberania conjunta a este território. Capital de um povo que, vencendo as adversidades, fez deste bonito vale a sua Pátria.

Ferreira de Castro, um célebre escritor português, constatava no seu romance *Emigrantes*, que «*Os homens transitam do Norte para o Sul, de Leste para Oeste, de País para País, em busca de pão e de um futuro melhor*».

Precursores da globalização, os Portugueses percorreram o Mundo, procurando, noutros países, noutras regiões, noutras terras e cidades, construir um futuro melhor. São disso exemplo os mais de 13 mil portugueses que formam a comunidade residente em Andorra.

Quero aproveitar esta oportunidade para agradecer às Autoridades de Andorra la Vella a forma como receberam e acolheram os meus compatriotas que aqui fixaram a sua residência.

É sempre com satisfação e orgulho que ouço as palavras de respeito e consideração que a comunidade portuguesa merece às Autoridades de Andorra. Trata-se de uma comunidade bem integrada, que, com o seu trabalho e a sua acção, concorre de forma determinante para o desenvolvimento económico e social de Andorra e para o bem-estar e a prosperidade desta cidade. Uma comunidade que soube conciliar essa integração com a manutenção da cultura e das tradições portuguesas.

Senhora Presidente

A dinâmica das relações entre as Nações alimenta-se, em larga medida, dos contactos entre os seus povos. A presença de uma significativa e bem integrada

comunidade portuguesa nesta cidade constitui uma oportunidade única para o reforço do relacionamento entre os nossos dois povos e países. É tempo de aproveitar as potencialidades que este relacionamento encerra, incluindo ao nível do poder local, através da partilha de experiências e de projectos entre as nossas estruturas municipais.

Estou certo de que o Município de Andorra la Vella saberá abraçar este desafio, contribuindo, assim, para o reforço do relacionamento entre os nossos dois países.

Muito obrigado.

Encontro com a Comunidade Portuguesa Residente em Andorra

Andorra la Vella, 6 de Março de 2010

Permitam-me que comece por assinalar, muito sensibilizado, a honrosa presença entre nós dos representantes dos Co-Príncipes de Andorra, dos ilustres membros do Governo e demais autoridades do Principado, a quem gostaria de agradecer a magnífica hospitalidade com que temos sido recebidos. Uma hospitalidade que vejo como uma expressão de apreço por Portugal e pelos Portugueses que aqui residem e trabalham.

Tenho querido assinalar os aniversários da minha tomada de posse como Presidente da República na companhia dos Portugueses residentes no estrangeiro. Foi assim, em anos anteriores, no Luxemburgo, no Brasil e na Alemanha.

Este ano, quis estar com os Portugueses do Principado de Andorra, em sinal de solidariedade para com todos vós, começando pelas famílias dos que nos deixaram na sequência dos trágicos acontecimentos que marcaram a vida da Comunidade, em Novembro passado.

Sinal de solidariedade, mas também de profundo reconhecimento pelo apoio prestado pelas autoridades de Andorra, que quero, aqui, expressamente agradecer, em nome de Portugal.

A forma como a comunidade portuguesa de Andorra soube enfrentar essas horas de luto e de aflição constituiu um exemplo para todos os Portugueses. Ao evocá-lo, quero prestar homenagem ao espírito de abnegação e de solidariedade de que dão prova, todos os dias, tantos dos nossos compatriotas, na luta contra as adversidades com que a vida os confronta, neste país, por esse mundo fora e, mesmo, em Portugal, como foi o caso, ainda há dias, na Ilha da Madeira.

Saber enfrentar as dificuldades com grandeza de sentimentos e com a determinação de fazer, das fraquezas, forças é honrar tudo aquilo que ao longo dos séculos fez de nós uma grande Nação e um grande Povo.

Caros Concidadãos

É com grande satisfação e orgulho que oiço as palavras de apreço com que as autoridades de Andorra sempre se referem à comunidade portuguesa e o reconhecimento que lhes merece o vosso contributo para o progresso e desenvolvimento deste país.

A integração na vida de Andorra é a melhor forma de defender os vossos interesses e de projectar a imagem de Portugal. Sei bem que o sucesso dessa integração não é possível sem o envolvimento das autoridades portuguesas, em diálogo com os nossos amigos de Andorra, na procura de respostas que vão ao encontro das vossas necessidades.

Pelo meu lado, quero assegurar-vos que tudo farei para garantir que os vossos desejos e ambições sejam ouvidos e tomados em consideração.

Uma das vias de afirmação da comunidade portuguesa é a sua actividade empreendedora, que representa uma fatia significativa do tecido empresarial de Andorra, garantindo emprego a um número considerável de residentes neste país. É uma via que temos de promover. Nesse sentido, quis que o programa da minha visita incluísse um encontro que permitisse aos empresários portugueses de Andorra dar conta dos seus pontos de vista, dos seus anseios e ambições.

Uma outra área que considero da maior relevância para o sucesso da integração é a do ensino. É fundamental que as nossas comunidades no estrangeiro apostem na educação e na formação, investimentos cada vez mais decisivos no Mundo competitivo em que vivemos.

Nesse quadro, quis chamar a atenção, muito em particular, para a importância do ensino do português. Fi-lo nos encontros políticos que mantive, mas também naquele, que tão boas recordações me deixou, com os estudantes e professores de português.

A língua é um importantíssimo factor de identificação com a nossa terra e com as nossas origens. É dever de todos nós garantir que as novas gerações tenham as condições de que necessitam para a aprenderem e praticarem. Um dever que é das entidades oficiais, mas que continua nas vossas casas e na vossa vida.

O meu apelo é, pois, para que falem português com os vossos filhos. Falem-lhes da nossa terra, das nossas tradições, da nossa História de grande Nação quase milenar. Lembrem-lhes, ainda, que o português é o terceiro idioma europeu

mais falado no Mundo; língua oficial de oito Estados e de um Território chinês, partilhada por mais de 250 milhões de pessoas nos cinco continentes. São cada vez mais os estrangeiros a querer aprender a nossa língua, porque conhecer o português é um trunfo importantíssimo no Mundo de hoje.

O meu programa incluirá, no dia de amanhã, um encontro com as vossas estruturas associativas. Será mais uma oportunidade para tomar conhecimento dos vossos projectos, ambições e necessidades.

Seguir-se-á, por fim, uma homenagem aos nossos compatriotas falecidos em Novembro passado, homenagem que as autoridades de Andorra, num gesto que muito me sensibilizou, quiseram que coincidissem com esta minha visita.

Caros Concidadãos

Vivemos momentos particularmente difíceis devido à grave crise económica e financeira que se abateu sobre o Mundo. Portugal não é excepção. Tenho procurado manter-me ao corrente dos efeitos da crise na vida das nossas comunidades e sei que também em Andorra eles se fizeram sentir.

Quero trazer-vos uma palavra de esperança, de confiança e de incentivo.

Mas também vos deixo um apelo. As nossas comunidades no estrangeiro são fundamentais para projectar a imagem do nosso País. A vossa colaboração é imprescindível para dar a conhecer os produtos e os serviços portugueses, para dinamizar o investimento e para promover a nossa terra como um destino turístico de excelência.

Todos sabemos que o contributo dos nossos emigrantes sempre foi muito importante para a vida económica portuguesa. O futuro de Portugal a todos nós diz respeito e sei que Portugal poderá sempre contar convosco.

Por último, quero reiterar o meu firme compromisso de continuar a fazer o que estiver ao meu alcance para que os Portugueses residentes no estrangeiro e os luso-descendentes possam aumentar a sua participação cívica e política e reforçar os laços que os unem a Portugal.

A todos vós peço que não esqueçam nunca Portugal, a nossa terra, a vossa terra, essa terra onde tudo começou.

Muito obrigado.

Anexos



Mensagem por ocasião da Canonização de Nuno Álvares Pereira

Palácio de Belém, 26 de Abril de 2009

Hoje é um dia de alegria para todos os Portugueses.

A canonização de Nuno Álvares Pereira constitui um gesto que honra uma das figuras mais marcantes da nossa História, uma figura em que os Portugueses se revêem como símbolo de amor ao seu país, de defesa corajosa da independência nacional, de vontade de triunfar mesmo nas horas mais difíceis.

Orgulhamo-nos com a canonização de Nuno Álvares Pereira, pelo que ela representa de reconhecimento do valor exemplar de um português heróico e ilustre. Um português que soube também ser humilde, o que o levou a retirar-se do gozo das grandezas mundanas em nome da fé que possuía.

Recordo o seu epitáfio: *«As suas honras terrenas foram incontáveis, mas voltou-lhes as costas. Foi um grande Príncipe, mas fez-se humilde monge»*. De facto, Nuno Álvares Pereira soube voltar as costas às honras terrenas que conquistara através de feitos heróicos. Mas não voltou as costas ao seu amor por Portugal, pois foi em nome desse amor que o Condestável comandou tropas em defesa da independência de uma nação ameaçada.

O *«forte Dom Nuno»*, como lhe chamou Camões, é um exemplo para todos nós e, muito em particular, para as nossas Forças Armadas.

Congratulo-me pela canonização de Nuno Álvares Pereira e estou certo de que este gesto ficará inscrito na nossa memória colectiva e será motivo de orgulho e de alegria para todos os que amam o nosso país e a sua História.

Mensagem à Assembleia da República a propósito da não promulgação do diploma que aprova a Lei do pluralismo e da não concentração dos meios de comunicação social

Tendo recebido, para ser promulgado como lei, o Decreto nº 280/X da Assembleia da República, que aprova a Lei do pluralismo e da não concentração dos meios de comunicação social, decidi, nos termos do artigo 136º da Constituição, não promulgar aquele diploma, com os fundamentos seguintes:

1. Na mensagem que enviei à Assembleia da República relativa à não promulgação do Decreto nº 265/X referi-me à importância da liberdade de imprensa, bem como da liberdade de expressão e de informação, consagradas no artigo 37º da Constituição, enquanto valores fundamentais do Estado de direito democrático. Mencionei ainda o papel atribuído ao Estado de assegurar a liberdade e a independência dos órgãos de comunicação social e de impedir a sua concentração, nos termos do nº 4 do artigo 38º da Constituição. Não questioneei, assim, «a aprovação de medidas tendentes a garantir o pluralismo dos meios de comunicação social e a impedir que a sua concentração possa, no limite, representar uma ameaça para as liberdades de imprensa e de informação».

2. No entanto, tendo-me sido enviado novamente pela Assembleia da República um decreto referente a esta matéria, na sequência da reapreciação do Decreto da Assembleia da República nº 265/X, constata-se que quer a substância do diploma quer as condições políticas de aprovação do mesmo se mantêm, no essencial, inalteradas.

3. Tive ocasião de sublinhar a importância que atribuo a uma prática política e legislativa que procure amplos consensos parlamentares nas matérias que dizem respeito à liberdade de informação. O tratamento constitucional desta matéria, expresso, designadamente, na exigência de maiorias qualificadas em diplomas como a lei respeitante à entidade de regulação da comunicação social, é bem demonstrativo da especificidade do tema.

4. Uma tal prática política e legislativa encontra justificação na consciência de que ao legislar-se sobre a regulação da comunicação social se está, em larga medida, a definir as «regras do jogo». Ora, é da natureza fundadora das democracias plurais o estabelecimento de compromissos na definição das regras que assegurem o seu funcionamento, como é o caso da liberdade de informação e da regulação da comunicação social. Aliás, no debate parlamentar na generalidade sobre a Proposta de Lei que criaria a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) várias vezes foi sublinhada a importância de um amplo consenso interpartidário em matéria de regulação da comunicação social. Foi por este motivo que, na mensagem enviada à Assembleia da República em 2 de Março de 2009, entendi que se justificava um «esforço adicional» com vista à obtenção de um «consenso interpartidário e plural». Tal, mais uma vez, não se verificou, apesar de nos encontrarmos a escassos meses do fim da presente legislatura, o que aconselha uma atenção especial relativamente a matérias de particular relevância para a qualidade da nossa democracia plural e para a salvaguarda do Estado de direito.

5. Constata-se ainda que, embora tenham sido aprovadas alterações, umas de forma, outras de pormenor, se mantêm os fundamentos que justificaram as reservas em relação a algumas normas do Decreto n.º 265/X.

6. A mera substituição da expressão «instrumentos de aferição reconhecidos no meio» pela frase «instrumentos de medição utilizados no meio» não resolve os problemas suscitados pela articulação dos artigos 20.º e 21.º, relativos às condições de início de um procedimento administrativo de averiguação de poderes de influência sobre a opinião pública. Mantendo-se, no essencial, os critérios relativos aos limites de audiências, a partir dos quais deverá ser iniciado um procedimento administrativo de averiguação, e sem uma maior densificação dos conceitos expressos nestes artigos, manter-se-ão igualmente quer as objecções relativas à fidedignidade da aferição quer as respeitantes à avaliação e escrutínio público do poder decisório conferido à ERC.

7. De igual modo, a alteração introduzida ao artigo 13.º da lei não reflecte a necessária ponderação do efeito de restrição ao acesso a actividades de comunicação social por parte de entidades públicas. Aliás, esta norma foi formalmente reformulada, mas não teve qualquer alteração quanto ao seu conteúdo e alcance.

Como sublinhei na mensagem relativa ao Decreto n.º 265/X, «sempre sustentei, que as empresas desse sector devem, em regra, ser da titularidade de entidades privadas». Contudo, importa notar que a restrição de acesso, prevista no artigo 13.º, ao desenvolvimento de actividades pelo Estado e demais entidades públicas no domínio da comunicação social pode constituir um limite ao sector público, não se sabendo se, em determinadas circunstâncias, não poderá «pôr em causa a prossecução de interesses públicos de relevo, incluindo o próprio pluralismo e a independência dos meios de comunicação social», como referi na mensagem relativa ao Decreto n.º 265/X.

Por estes motivos, decidi, nos termos do artigo 136.º da Constituição, não promulgar o Decreto n.º 280/X da Assembleia da República.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

20 de Maio de 2009

Mensagem ao País por ocasião das Eleições para o Parlamento Europeu

Palácio de Belém, 6 de Junho de 2009

Amanhã irão realizar-se as eleições para a escolha dos deputados ao Parlamento Europeu. De acordo com os calendários fixados pelas instituições comunitárias, estas eleições irão ter lugar, em simultâneo, em vários países da União Europeia.

Os Portugueses são chamados a votar nos candidatos propostos pelos diferentes partidos políticos para representarem Portugal no Parlamento Europeu.

Apelo a todos para que não deixem de votar.

São eleições importantes para o futuro da Europa e para Portugal.

Para a afirmação de Portugal no seio da União Europeia, é fundamental que os Portugueses revelem interesse por um projecto que tem sido essencial para o nosso desenvolvimento e que tem trazido benefícios indiscutíveis para Portugal.

O Parlamento Europeu, enquanto voz dos povos da Europa, tem um papel cada vez mais importante nas decisões comunitárias. Decisões que influenciam o dia-a-dia dos Europeus e o seu futuro.

Estão enganados aqueles que pensam que a eleição dos deputados europeus é uma realidade secundária e longínqua, uma questão menor, que o Parlamento Europeu é um órgão sem relevância e que só remotamente poderá afectar a vida dos cidadãos.

Pelo contrário, o Parlamento Europeu, como representante da vontade e dos interesses dos cidadãos europeus, tem vindo a assumir uma importância política crescente. Com o Tratado de Lisboa, as suas competências serão, mesmo, reforçadas, passando a abranger quase todas as áreas de acção da União Europeia.

É errado pensar que as eleições de amanhã pouco interessam para as condições de vida dos Portugueses e para a modernização e desenvolvimento do nosso País. Muito depende das políticas e das medidas decididas na União Europeia.

Não esqueçamos que muitas das leis que vigoram entre nós, que regem as nossas vidas e as nossas actividades, são fruto do trabalho da União Europeia, em que o Parlamento Europeu exerce um papel central.

Portugueses

A abstenção não é solução. Não deixemos que sejam outros a decidir o nosso futuro.

O Parlamento Europeu irá tomar decisões que vão ter uma implicação directa na vida de todos nós, seja no orçamento, seja nos fundos comunitários.

Vivemos numa Europa alargada, em que a voz de Portugal tem de se fazer ouvir nos mais diversos domínios: na agricultura, nas pescas, nos transportes, na indústria, no comércio, mas também no plano da segurança energética e das alterações climáticas ou no plano das relações externas, incluindo nas relações com os países de expressão portuguesa.

É tudo isto que amanhã vai estar em jogo.

No tempo de crise económica e financeira internacional em que vivemos, as políticas europeias vão ter uma influência directa na recuperação da nossa economia e no combate ao desemprego e às situações de pobreza.

Será muito fácil, será muito cómodo, não comparecer nos locais de voto. Mas não vivemos tempos de facilidades. Vivemos tempos de responsabilidades.

E pergunto: com que direito nos poderemos queixar, depois, das políticas europeias, se, na hora em que fomos chamados a decidir, no momento em que pudemos escolher, optámos por não comparecer?

Aos deputados ao Parlamento Europeu cabe a grande responsabilidade de defender os legítimos interesses de Portugal.

Aos Portugueses cabe, amanhã, a grande responsabilidade de escolher, através do voto, aqueles que melhor nos podem defender no seio da União Europeia.

Repito: é a defesa do interesse nacional na Europa que está em causa nas eleições de amanhã.

Portugueses

Concluída a campanha eleitoral, em que os Portugueses tiveram oportunidade de conhecer os vários candidatos e em que estes apresentaram as suas propostas,

é minha obrigação, como Presidente da República, neste dia de reflexão que antecede o acto eleitoral, apelar a todos para que exerçam o direito de voto.

Em nome de Portugal, em nome de um futuro melhor, quero dizer a todos: esta é uma altura de responsabilidades, não um tempo de facilidades.

Votar é um direito, mas também um dever.

Um dever cívico que todos temos para com o futuro de Portugal.

Mensagem à Assembleia da República a propósito da não promulgação do diploma que altera a Lei do financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais

Tendo recebido, para ser promulgado como lei, o Decreto n.º 285/X da Assembleia da República, que altera a Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho, que regula o regime aplicável ao financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, decidi, nos termos do artigo 136.º da Constituição, não promulgar aquele diploma, com os seguintes fundamentos:

1. Nos regimes democráticos, é essencial assegurar que todas as forças partidárias disponham dos meios suficientes para exercerem a sua acção, uma vez que esta se afigura de importância fulcral para a estruturação da vontade política dos cidadãos. Por outro lado, é imprescindível garantir a transparência das fontes de financiamento partidário, de modo a que os partidos exerçam a sua actividade de forma independente e livre de quaisquer constrangimentos, públicos ou privados, e de modo a que as entidades de controlo e os cidadãos em geral possam conhecer os recursos de que cada força política dispõe e através de que meios os obtém.
2. Não por acaso, o financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais constitui um problema central das democracias contemporâneas, tendo-se suscitado, em todo o Mundo, um amplo debate em torno do modelo mais adequado para alcançar aquele duplo desiderato: garantir que os partidos disponham dos meios necessários para exercer a sua actividade e, em simultâneo, salvaguardar que a obtenção desses recursos se faça de acordo com critérios de independência e de transparência. Ainda que não existindo um modelo único, verifica-se a tendência, nas democracias consolidadas, para um aumento do controlo das origens do financiamento privado como forma de garantir a mencionada transparência.
3. Em Portugal, após terem sido ensaiadas diversas soluções – que tiveram expressão em sucessivos diplomas legais, a saber: Decreto-Lei n.º 595/74, de

7 de Novembro, Lei nº 72/93, de 30 de Novembro e Lei nº 56/98, de 18 de Agosto – o legislador adoptou, pela Lei nº 19/2003, de 20 de Junho, um modelo de financiamento tendencialmente público. Este modelo, revelando-se naturalmente oneroso para o Orçamento do Estado, tem sido justificado pelo argumento dos «custos da democracia», que o Estado e os contribuintes devem suportar com vista a diminuir a possibilidade de ocorrência de situações menos claras, as quais podem envolver mesmo práticas de corrupção ou clientelismo.

4. Deste modo, a adopção de um modelo de financiamento tendencialmente público, até pelos encargos que lhe estão associados, só é compreensível se o mesmo obedecer a dois critérios: (1) desde logo, os montantes que o Estado depende com os partidos e as campanhas eleitorais devem obedecer a padrões de razoabilidade e adequação, nomeadamente tendo em conta que essa afectação de recursos não pode deixar de atender à situação económica do País em geral e das contas públicas em particular; (2) em segundo lugar, os custos inerentes a um modelo de financiamento tendencialmente público implicam a existência de limites substanciais a formas alternativas de financiamento ou, pelo menos, que estas se encontrem sujeitas a um especial controlo, sob pena de, no final, existir um sistema que padeceria, em simultâneo, dos problemas característicos do modelo de financiamento público – i.e., os encargos que dele decorrem para o Orçamento do Estado – e do modelo de financiamento privado – os riscos de criação de situações de menor transparência.

5. Neste contexto, as alterações que agora se pretendem introduzir através do Decreto nº 285/X revelam-se incoerentes em face dos objectivos enunciados no momento da aprovação da Lei nº 19/2003. Com efeito, sem aliviar o esforço dos contribuintes no financiamento dos partidos – que, pelo contrário, até será acrescido – são reduzidas as exigências que visavam a transparência e o controlo do financiamento privado dos partidos.

6. Desde logo, constata-se, no nº 3 do artigo 3º, que o limite imposto ao valor de receitas pecuniárias dos partidos políticos não tituladas por cheque ou outro meio bancário que permita a identificação do montante e da sua origem é aumentado cerca de 60 vezes, passando de, aproximadamente, 20.961,00 euros (50 IAS) para 1.257.660,00 euros (3.000 IAS). Estas receitas podem ter como origem as quotas e outras contribuições dos filiados dos partidos políticos,

bem como o produto de actividades de angariação de fundos por eles desenvolvidas.

7. Reconhece-se que não se deve excluir liminarmente a possibilidade de alterações legislativas que contemplem uma melhor adequação à realidade, para que não se criem entraves à participação cívica e ao contributo pecuniário por parte dos cidadãos. Todavia, nesta ponderação, não deve ser ignorada a necessidade de garantir a transparência no limite ao financiamento pecuniário não titulado, agora substancialmente aumentado, assim como na clara delimitação da natureza das receitas previstas. Por outro lado, importa garantir instrumentos de controlo contabilístico adequados, para que do exercício de uma actividade de participação cívica e de militância política não resultem situações menos claras de financiamento partidário. Além do mais, importa ter presente que as modernas tecnologias oferecem hoje novas possibilidades de identificação da origem das receitas.

8. Constata-se, igualmente, que, com a alteração agora aprovada, o limite do valor de receitas provenientes de iniciativas de angariação de fundos previsto no artigo 6º duplica, passando de cerca de 628.830,00 euros (1.500 IAS) para 1.257.660,00 euros (3.000 IAS). Esta modificação assume maior relevância por via da alteração do próprio conceito que define o objecto do limite no artigo 6º. Enquanto na lei em vigor o limite se refere às «receitas de angariação de fundos», no diploma agora aprovado o limite é referente ao «produto das iniciativas de angariação de fundos», sendo este definido como «o montante que resulta da diferença entre receitas e despesas em cada actividade de angariação».

9. Ora, sem uma maior densificação do que se entende por «iniciativas de angariação de fundos» e dos instrumentos de controlo contabilístico das mesmas e, sobretudo, sem qualquer limite para além do estabelecido para a diferença entre receitas e despesas, é difícil antecipar os efeitos futuros sobre a natureza e a dimensão das referidas iniciativas. Na verdade, no diploma agora em apreço, o limite da angariação de fundos passa a ter por referencial, não as receitas, mas a diferença entre receitas e despesas, o que cria uma incerteza quanto ao alcance da alteração agora operada. Seria possível, por exemplo, uma força partidária realizar uma acção propagandística de grandes dimensões e tratá-la, para efeitos contabilísticos, como «actividade de angariação», imputando-lhe todas as

despesas dela decorrentes e, por essa via, manipulando os limites do valor das receitas previstas no artigo 6º.

10. Verifica-se, ainda, que, no que diz respeito às campanhas eleitorais, se estende, na alínea c) do nº 1 do artigo 16º, a permissão de donativos de pessoas singulares, até ao limite de cerca de 25.153,20 euros (60 IAS) por doador, aos partidos políticos. Ora, a possibilidade de acumular esta receita com o «produto de actividades de angariação de fundos para a campanha eleitoral», já anteriormente prevista na alínea d) do nº 1 do artigo 16º, conjugada com as alterações efectuadas ao artigo 18º, vem suscitar diversos problemas.

11. De facto, a lei actualmente em vigor estabelece, no nº 4 do artigo 18º, que a «subvenção não pode, em qualquer caso, ultrapassar o valor das despesas orçamentadas e efectivamente realizadas, deduzido do montante contabilizado como proveniente de acções de angariação de fundos». Já a alteração agora aprovada estabelece simplesmente que «a subvenção não pode, em qualquer caso, ultrapassar o valor das despesas realizadas». Assim, esta modificação vem permitir que, através da acumulação de financiamento privado, proveniente de donativos de pessoas singulares e de acções de angariação de fundos, com a subvenção estatal, os partidos políticos possam obter lucro numa determinada campanha eleitoral.

12. Trata-se de uma possibilidade até aqui inexistente, que merece adequada ponderação. A simples ideia de lucro resultante da campanha eleitoral, agora potenciado pelos donativos de pessoas singulares aos partidos, pode subverter toda a lógica de funcionamento partidário, assente no seu carácter não lucrativo. Não é de excluir a hipótese de um partido procurar acumular excedente numa determinada campanha para poder, no período subsequente, retirar dividendos desse excedente, uma vez que o mesmo estará colocado numa conta bancária à sua ordem.

13. De facto, o nº 5 do artigo 18º estabelece que o eventual excedente deve ser «depositado em conta própria do respectivo partido, para tal destinada, a fim de ser afectado à campanha eleitoral subsequente e nela devidamente contabilizado», carecendo contudo de uma maior clarificação quanto à natureza e aos efeitos da referida contabilização. Não é líquido se o excedente acresce ao financiamento público da campanha subsequente ou, caso contrário, deste

financiamento será deduzido aquele excedente. Nesta última hipótese, pode verificar-se um incentivo ao aumento dos gastos com as campanhas, uma vez que a eventual contabilização, a efectuar-se, só sucederá no final da campanha eleitoral seguinte, no «encontro de contas» com a subvenção pública, evitando-se, nesse momento, que a obtenção de excedentes seja «penalizada» pela diminuição da subvenção estatal. Ao invés, na hipótese de os partidos poderem ir acumulando lucros com as campanhas, verifica-se que, porventura, haverá que repensar os montantes do apoio estatal, possivelmente excessivos e desajustados.

14. No que se refere ao financiamento das campanhas eleitorais, assinale-se ainda que carece de justificação o aumento agora aprovado ao limite das despesas de campanha eleitoral fixado para a segunda volta da eleição para Presidente da República, de cerca de 1.048.050,00 euros (2.500 IAS) para 2.096.100,00 euros (5.000 IAS).

15. Acresce que para além das objecções de mérito atrás referidas, as alterações feitas em sede de redacção final, já após a aprovação deste diploma em Plenário, suscitam as maiores dúvidas de um ponto de vista jurídico-formal.

Dos trabalhos preparatórios resulta que a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República modificou, no texto do Decreto nº 258/X, as normas dos artigos 4º, nº 5, e 18º, nº 5 da Lei nº 19/2003, de 20 de Junho. Ora, cumprida a votação final global de um diploma legal pelo Plenário, a actividade de redacção final do texto em comissão não pode, de acordo com o nº 2 do artigo 156º do Regimento da Assembleia da República «(...) modificar o pensamento legislativo, devendo limitar-se a aperfeiçoar a sistematização do texto e o seu estilo».

Sucedo, porém, que a nova redacção que a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias conferiu às normas do nº 4 do artigo 5º e do nº 5 do artigo 18º do diploma, não constituiu um aperfeiçoamento estilístico ou sistemático do seu texto, mas sim, respectivamente, uma modificação substancial de uma norma do decreto aprovado em Plenário e uma alteração directa da própria Lei nº 19/2003.

16. Em suma, o diploma agora aprovado introduz uma muito significativa alteração ao regime até agora vigente de financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais, aumentando os limites dos montantes provenientes de fontes

privadas de reduzido controlo, com prejuízo da transparência e ao invés das melhores práticas internacionais nesta matéria. Tal redução de controlo e de transparência ocorre sem que diminua o esforço de financiamento público dos partidos, atingindo-se, deste modo, um perverso sistema que acumula as dificuldades associadas ao défice de controlo do financiamento privado com os pesados custos de um sistema de financiamento público. Esta alteração afigura-se tanto mais inoportuna se tivermos em consideração a proximidade de vários actos eleitorais e a actual conjuntura económica e financeira do País.

Assim, nos termos do artigo 136º da Constituição, decidi devolver à Assembleia da República sem promulgação o Decreto nº 285/X da Assembleia da República, que altera a Lei nº 19/2003, de 20 de Junho, que regula o regime aplicável ao financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

9 de Junho de 2009

Cerimónia de Doutoramento *Honoris Causa* pela Universidade Heriot-Watt

Edimburgo, 23 de Junho de 2009

Quero começar por agradecer ao Professor Andrew Walker as suas palavras tão simpáticas e generosas. Quero agradecer, também, à Universidade Heriot-Watt a sua calorosa hospitalidade.

É uma grande honra para mim receber o *Honorary Degree of Doctor of Letters* pela Universidade de Heriot-Watt, uma das mais prestigiadas do Reino Unido. E é com muito prazer que regresso a Edimburgo, uma das mais belas cidades europeias.

Durante o tempo em que permanecemos em York, no âmbito do programa de doutoramento em Economia, a minha mulher e eu fomos atraídos pela paisagem e pela riqueza histórica e cultural da Escócia. Acompanhados pelos nossos dois filhos, aproveitámos para conhecer cidades, vilas e aldeias, montanhas, lagos e florestas, castelos, igrejas e mosteiros. A Escócia e Edimburgo fazem parte das boas recordações que acumulámos durante a nossa estada em York.

Mas Edimburgo faz parte, também, das minhas memórias políticas.

No primeiro semestre de 1992, como Primeiro-Ministro de Portugal, exerci as funções de Presidente do Conselho Europeu. Coube-me presidir à assinatura do Tratado de Maastricht, mas também lidar com o choque provocado pela vitória do «*Não*» no referendo dinamarquês. Mais fácil foi conseguir que os – então – 12 Estados-membros aprovassem a abertura das negociações de adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia.

À Presidência portuguesa da União Europeia seguiu-se a Presidência britânica. John Major era o Primeiro-Ministro. E foi aqui, em Edimburgo, no *Palace of Holyroodhouse*, que teve lugar uma das mais difíceis das 29 cimeiras europeias em que participei. O Conselho prolongou-se dez horas para além do previsto. Mas, como nos contos de fadas, acabou com um final feliz.

Foi aprovado o quadro orçamental para o período 1993-1999 e foram criadas as condições para que a Dinamarca realizasse um novo referendo, desta vez com a vitória do «*Sim*».

Recordo que o jantar oficial se realizou a bordo do iate real *Britannia*, a convite de Sua Majestade a Rainha. Os Príncipes de Gales, igualmente presentes, tinham visitado Portugal em 1987, no quadro das celebrações dos 600 anos do Tratado de Windsor entre Portugal e a Inglaterra, a mais velha Aliança vigente até hoje. Relembro muitas vezes esses tempos, para mostrar aos mais pessimistas que as dificuldades não são só de hoje e que os líderes europeus sempre as têm sabido ultrapassar.

Vice-Chanceler

Senhoras e Senhores

Se, depois de alcançar o lugar de Professor nas Universidades portuguesas, fui Ministro das Finanças e, depois, durante dez anos, Primeiro-Ministro do meu país, e se estou hoje, aqui, como Presidente da República de Portugal, para receber este *Honorary Degree*, tal deve-se ao investimento que a minha família e eu próprio fizemos na minha educação.

Na minha caminhada pelo aprofundamento dos conhecimentos no domínio da ciência económica e, em particular, na preparação da minha dissertação de doutoramento, na Universidade de York, tive o privilégio de beneficiar da orientação de um homem notável e magnífico Professor, também ligado a esta Universidade – Sir Alan Peacock, aqui presente.

Estou particularmente satisfeito por receber este *Honorary Degree* diante de centenas de graduandos de MBA. O meu percurso é exemplo da rentabilidade do investimento em capital humano. Um dia, quem sabe, será a vez de um de vós falar deste lugar. Estou certo de que, como eu, recordará a sua caminhada e reconhecerá que valeu a pena o esforço.

Quero desejar a todos vós os maiores sucessos pessoais e profissionais e agradecer, mais uma vez, a distinção que o Senado da Universidade decidiu conceder-me.

Declaração relativa à data das Eleições para a Assembleia da República

Palácio de Belém, 27 de Junho de 2009

Decidi marcar a data de realização das eleições dos deputados à Assembleia da República para o próximo dia 27 de Setembro.

Esta decisão foi tomada após ter ouvido os partidos políticos representados na Assembleia da República. Das diferentes forças partidárias, cinco pronunciaram-se categoricamente contra a realização em simultâneo das eleições autárquicas e das eleições legislativas. Apenas um partido sustentou que essas eleições deveriam ter lugar no mesmo dia.

Por outro lado, todos os partidos me informaram que, caso as eleições não fossem simultâneas, eram favoráveis a que as eleições legislativas se realizassem no dia 27 de Setembro.

Entendo que, em matéria de marcação de eleições, a opinião dos partidos políticos deve ser especialmente considerada pelo Presidente da República. Não posso deixar de atender aos argumentos apresentados pelos partidos, pois são eles que irão disputar as eleições.

Aproximam-se, portanto, dois actos eleitorais – as eleições legislativas, que terão lugar no dia 27 de Setembro; e as eleições autárquicas, que o Governo decidiu marcar para o dia 11 de Outubro.

Entendo ser meu dever voltar a apelar a que as campanhas eleitorais decorram com serenidade e com elevação, e que sejam discutidos os problemas reais que preocupam os Portugueses.

A todos os cidadãos, apelo a que participem nas duas eleições que irão realizar-se depois do Verão, pois está em causa o seu futuro e o futuro de Portugal. Votar é um dever cívico e um acto de responsabilidade.

Mensagem à Assembleia da República a propósito da não promulgação do diploma que altera a Lei do segredo de Estado

Tendo recebido, para ser promulgado como lei orgânica, o Decreto n.º 292/X da Assembleia da República, que procede à primeira alteração à Lei n.º 6/94, de 7 de Abril (Segredo de Estado), e regula o acesso da Assembleia da República a documentos e informações com classificação de segredo de Estado, decidi, nos termos do artigo 136.º da Constituição, não promulgar aquele diploma, com os seguintes fundamentos:

1. No nosso ordenamento jurídico, o segredo de Estado abrange os documentos e informações essenciais à preservação da independência nacional, da unidade e integridade do Estado e à sua segurança interna e externa.

O segredo de Estado compreende, designadamente, as estratégias a adoptar pelo País no seu relacionamento com outros Estados ou organizações internacionais, a operacionalidade das Forças Armadas e dos serviços e forças de segurança ou as matérias de natureza comercial, industrial, científica, técnica ou financeira que interessem à preparação da defesa militar do Estado.

Trata-se, por conseguinte, do conjunto das informações que integram o núcleo essencial de salvaguarda dos valores e interesses fundamentais do Estado.

2. Nestes termos, atenta a natureza da matéria em causa, a definição do regime jurídico do segredo de Estado exige, da parte do legislador, um especial cuidado e um elevado sentido de responsabilidade, com devida ponderação de todas as consequências que a sua intervenção pode suscitar.

A intervenção do legislador não pode deixar de ter presente, de uma forma muito clara, a arquitectura institucional do Estado, tal como se encontra definida na Constituição da República Portuguesa, de modo a evitar conflitos ou tensões entre órgãos de soberania ou entre estes e o conjunto muito restrito de outras entidades que, nos termos da lei, dispõem de competência para determinar a classificação de segurança.

3. Sem prejuízo do mérito de algumas alterações agora adoptadas, o diploma em apreço contém soluções normativas que se afiguram graves para uma salutar articulação entre órgãos de soberania e para a interdependência dos poderes do Estado, bem como para a própria salvaguarda dos interesses que o segredo de Estado visa proteger, contemplando mesmo formas não admissíveis de condicionamento ou de constricção do exercício dos poderes dos vários órgãos de soberania.

4. O regime em vigor atribui a competência para a desclassificação dos documentos à entidade que tenha procedido à classificação definitiva. Esta atribuição de competência visa garantir a solidez substantiva da decisão de classificação e o equilíbrio de poderes entre órgãos de soberania numa matéria muito sensível. De facto, a classificação de um documento ou informação como segredo de Estado decorre da avaliação que cada titular de um órgão de soberania faz quanto à sua relevância para a protecção de valores e interesses nacionais: uma avaliação de conteúdo político que tem em conta diversos elementos, desde a oportunidade temporal do sigilo à conexão das informações reservadas com outras matérias. Daí que o juízo sobre a desclassificação de um documento não possa deixar de possuir uma estreita conexão com o juízo que presidiu à sua classificação.

A nova redacção introduzida pelo decreto no nº 2 do artigo 4º da Lei do segredo de Estado, embora mantenha a regra segundo a qual é competente para desclassificar a entidade que tenha classificado em definitivo, vem abrir uma excepção quando determina que tal competência se exerce, «(...) sem prejuízo do disposto na alínea b) do nº 4 do artigo 13º».

Sucede que esta norma confere ao novo órgão parlamentar – embora mantendo a designação anterior (Comissão para a Fiscalização do Segredo de Estado) – o poder de determinar a desclassificação de quaisquer informações ou documentos sujeitos ao segredo de Estado, verificada a omissão da entidade em princípio competente, nas seguintes situações:

- i) Decurso do prazo para a manutenção da classificação ou para a sua revisão;
- ii) Por cessação das razões que fundamentam a classificação do mesmo acto como passível de ser abrangido pelo segredo de Estado.

Atribuir a uma entidade alheia ao acto de classificação a faculdade de determinar a desclassificação, devendo ter-se presente que tal entidade desconhece e não

ponderou todos os motivos que determinaram a submissão a reserva, é algo que se afigura pernicioso para a própria salvaguarda do segredo de Estado, ou seja, para os superiores interesses nacionais.

Para mais – e este ponto reveste-se de crucial importância –, como a classificação de documentos é feita em conexão com o exercício das funções próprias de cada órgão de soberania, esse exercício passa a ficar condicionado de uma forma muito profunda, pondo-se em causa, já não apenas o relacionamento interinstitucional dos órgãos do Estado, mas o próprio modo como, no desempenho das suas competências próprias, cada órgão de soberania actua.

Na verdade, se, por exemplo, o Governo decidir classificar como segredo as informações relativas a negociações com um determinado Estado estrangeiro, sabendo de antemão que a todo o tempo o sigilo poderá ser postergado, a sua margem de actuação em matéria de política externa ficará seriamente comprometida, seja na relação com esse Estado em concreto, seja com outros Estados ou organizações internacionais. Em domínios especialmente sensíveis, como as políticas externa, de defesa ou de segurança, a necessária liberdade de acção dos órgãos superiores do Estado poderia ser afectada de modo desproporcionado, assim como poderia ser afectada a cooperação internacional em matéria de combate a novas ameaças à escala global, tal como a criminalidade organizada ou o terrorismo transnacional, podendo até pôr-se em causa compromissos já assumidos pelo Estado português nesse plano.

5. No que respeita ao Presidente da República compete-lhe também, nos termos das normas do nº 1 do artigo 3º, nº 2 do artigo 4º e nº 1 do artigo 2º da Lei nº 6/94, a função de determinar a classificação e a desclassificação de informações e documentos, respeitantes ao exercício dos seus poderes, cujo conhecimento por pessoas não autorizadas seja susceptível de pôr em risco ou causar dano à independência nacional, unidade, integridade e segurança do Estado.

Essa função deriva, nomeadamente, do seu estatuto de Comandante Supremo das Forças Armadas e de órgão titular da competência para presidir a outros órgãos constitucionais como o Conselho de Estado e o Conselho Superior de Defesa Nacional.

Ora, a nova redacção conferida à parte final da alínea b) do nº 4 do artigo 13º da Lei nº 6/94 permite que um juízo livre sobre o mérito da decisão, proferido por

aquela comissão da Assembleia da República e que seja favorável à desclassificação de informações e documentos, se sobreponha ao juízo do Presidente da República que considere que certas informações e documentos por ele classificados devem continuar sujeitos ao segredo de Estado.

Por outro lado, já no que respeita ao regime de acesso pela Assembleia da República aos documentos classificados, previsto no agora aditado artigo 9º-A, o Parlamento passa a dispor da competência de acesso a documentos classificados pelo Presidente da República, o que agrava aquela sobreposição.

Tal sobreposição, presente nas normas enunciadas, é tanto mais grave quanto é clara a concentração de poderes relativos ao segredo de Estado na Assembleia da República, não respondendo o Presidente da República politicamente perante aquela.

6. Acresce que o presente diploma introduz uma significativa modificação quanto à natureza da Comissão para a Fiscalização do Segredo de Estado, órgão competente para zelar pelo cumprimento deste regime jurídico.

Assim, a nova redacção dada ao artigo 13º da Lei nº 6/94 pelo artigo 1º do Decreto nº 292/X determina a transformação da natureza da Comissão, a qual perde o seu estatuto de entidade independente, sendo agora convertida num «órgão da Assembleia da República».

Recorde-se, a este propósito, que o Tribunal Constitucional, no Acórdão nº 458/93, deixou bem clara a importância da independência da entidade fiscalizadora para a preservação de um saudável relacionamento interinstitucional, dizendo: «dada a sua posição de órgão independente a funcionar junto da Assembleia da República, os pareceres que vier a dar não poderão pôr em causa as relações constitucionais entre os órgãos de soberania».

Ora, tendo a Assembleia da República relevantes funções em matéria de segredo de Estado –, reforçadas, de resto, por esta alteração, quer no que respeita ao seu regime de acesso aos documentos classificados, quer nos poderes do seu Presidente –, não pode deixar de se assinalar a perturbação orgânica que resultaria da acumulação, na Assembleia da República, simultaneamente, das funções de entidade fiscalizadora e entidade fiscalizada.

7. Exemplo claro desta concentração resulta, designadamente, da vinculação imposta às entidades competentes para a classificação de fornecer à comissão

fiscalizadora os elementos a que se refere a alínea a) do nº 4 do artigo 13º, com vista à organização de «um registo de todas as informações e documentos classificados como segredo de Estado, com base nos elementos fornecidos pelas entidades com poder para tal classificação, nos quais se incluam as referências identificativas de cada um deles, indicação genérica do tema respectivo e data e fundamentos da sua classificação».

Daí resultaria, por exemplo, que, sempre que o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro ou um Ministro, no exercício das suas funções, decidissem atribuir a classificação de segurança a uma informação ou a um documento, estariam obrigados a comunicar tal facto, com indicações extremamente precisas e detalhadas, à Comissão para a Fiscalização do Segredo de Estado, para que esta organizasse um «registo dos segredos». Isto no contexto de um sistema em que não existe qualquer obrigação de o autor de uma classificação de segurança comunicar tal facto às demais entidades com competência para o efeito. Isto é, o Ministro da Defesa Nacional não possui a obrigação de informar os seus pares, nem tão-pouco o Comandante Supremo das Forças Armadas, sempre que classifica um documento como segredo de Estado. Contudo, à luz do Decreto nº 292/X, teria a obrigação de informar a comissão fiscalizadora, para que esta organizasse e actualizasse o registo a que se refere o artigo 13º, nº 4, alínea a).

Conclui-se, pois, que, em matéria de segredo de Estado, um órgão parlamentar de três membros, ao centralizar os elementos a ele enviados, poderia estar mais e melhor informado do que qualquer órgão de soberania sobre matérias essenciais para a independência nacional ou para a segurança interna e externa da República.

8. Este regime é tanto mais incompreensível quanto resultam agora muito alargados os poderes da Assembleia da República no que respeita ao acesso aos documentos classificados, nos termos do novo artigo 9º-A, que permitem ao Parlamento a livre decisão não só quanto ao acesso a todos os documentos e informações classificados, como também quanto à oportunidade do seu envio. A abertura deste novo regime de acesso, associado à transformação da natureza da comissão fiscalizadora, que perde, como se assinalou, o seu carácter de independência, aponta para uma clara concentração no Parlamento de funções

de classificação, de acesso à informação, de resolução, sem recurso, das queixas apresentadas e de fiscalização do segredo de Estado.

Sem estar em causa o acesso da Assembleia da República aos documentos classificados – no quadro das restrições constitucionalmente impostas nesta matéria –, importa que da concentração mencionada não resultem diminuídos os poderes dos outros órgãos de soberania e, por essa via, afectado o princípio da separação e da interdependência dos poderes.

Assim, nos termos do artigo 136º da Constituição, decidi devolver à Assembleia da República, sem promulgação, o Decreto nº 292/X da Assembleia da República, que procede à primeira alteração à Lei nº 6/94, de 7 de Abril (Segredo de Estado) e regula o acesso da Assembleia da República a documentos e informações com classificação de segredo de Estado.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

5 de Julho de 2009

Mensagem à Assembleia da República a propósito da não promulgação do diploma que altera a Lei sobre as uniões de facto

Tendo recebido, para ser promulgado como lei, o Decreto nº 349/X da Assembleia da República, que procede à primeira alteração à Lei nº 7/2001, de 11 de Maio, decidi, nos termos do artigo 136º da Constituição, não promulgar aquele diploma, com os seguintes fundamentos:

1. Na sociedade portuguesa, a opção pela vida em comum em união de facto tem vindo a assumir uma dimensão crescente, como o revelam as estatísticas que evidenciam um aumento do número daqueles que procedem àquela opção.

Trata-se da escolha pessoal de um modo de vida em comum que, numa sociedade livre, aberta e plural, o Estado deve respeitar, não colocando quaisquer entraves à sua constituição, nem impondo aos cidadãos um outro modelo de comunhão de vida.

2. A dimensão que este fenómeno adquiriu, até em termos puramente quantitativos, tem suscitado múltiplas questões aos mais diversos níveis, quer em termos pessoais, quer em termos patrimoniais.

Simplesmente, a definição global do regime jurídico das uniões de facto impõe, por parte do legislador, uma opção entre dois modelos claramente diferenciados: um, assenta numa tendencial aproximação do regime das uniões de facto ao regime jurídico do casamento; outro, distingue de forma nítida, seja quanto aos pressupostos, seja quanto ao respectivo conteúdo, o regime do casamento do regime da união de facto, configurando a união de facto como uma opção de liberdade a que correspondem efeitos jurídicos menos densos e mais flexíveis do que os do casamento, sem prejuízo da extensão pontual de direitos e deveres imposta pelo princípio constitucional da igualdade.

3. Trata-se de uma opção de fundo, que se impõe ao legislador, entre dois modelos jurídicos claramente diferenciados, a que corresponderão soluções norma-

tivas também claramente distintas, com consequências práticas muito diversas na esfera pessoal dos cidadãos.

Abre-se, pois, a este respeito, um amplo espaço de debate na sociedade portuguesa, que deve ser aprofundado e amadurecido de forma muito ponderada, uma vez que está em causa o respeito por uma decisão livre e voluntária de muitos milhares de pessoas, as quais optaram por um tipo de vida em comum que não desejaram fosse enquadrado no regime jurídico do casamento.

4. Na verdade, a equiparação do regime jurídico das uniões de facto ao regime do casamento pode redundar, afinal, na compressão de um espaço de liberdade de escolha. Ao que acresce o risco de uma tendencial equiparação entre duas realidades distintas – e que os cidadãos pretendem que assim o sejam – se converter, no fim de contas, na criação de dois tipos de casamento ou, melhor dizendo, de transformar a união de facto num «para-casamento», num «proto-casamento» ou num «casamento de segunda ordem».

5. Suscitam-se, a este propósito, diversas interrogações. Assim, é possível questionar, desde logo: deve o regime jurídico das uniões de facto evoluir no sentido da equiparação ao do casamento? Ou, ao invés, deve subsistir um regime de união de facto, razoável e claramente distinto do regime do casamento, menos denso e mais flexível, que os indivíduos possam livremente escolher? Se o legislador optar por um modelo de equiparação, não se deveria conceder aos cidadãos a possibilidade de, no mínimo, continuarem a viver fora desse enquadramento, agora mais rígido? Será possível conceber um modelo que assegure, de forma equilibrada, uma protecção jurídica mais consistente aos que decidam viver em união de facto mas sem que daí resulte uma indesejada equiparação ao regime do casamento?

6. O diploma em apreço contém soluções normativas complexas que claramente indiciam que o legislador optou por aproximar o regime das uniões de facto ao regime do casamento – estabelecendo, por exemplo, no artigo 5º-A, uma presunção da compropriedade de bens e uma regra de responsabilidade solidária por dívidas ou prevendo a possibilidade de compensação de danos em caso de dissolução da união de facto –, sem que tal opção tenha sido precedida do necessário debate na sociedade portuguesa, envolvendo especialistas em diversas áreas relevantes para o assunto em questão e, bem assim, todos os cidadãos.

7. A ausência de um debate aprofundado sobre uma matéria que é naturalmente geradora de controvérsia revela, além disso, a inoportunidade de se proceder a uma alteração de fundo deste alcance no actual momento de final da legislatura, em que a atenção dos agentes políticos e dos cidadãos se encontra concentrada noutras prioridades. Para mais, num domínio como este, em que se encontram em causa múltiplos aspectos práticos da vida das pessoas, impõe-se um princípio de estabilidade e previsibilidade do Direito, pelo que qualquer solução que se venha a acolher deve merecer uma adequada ponderação e um aprofundado debate.

8. Assim, sem contestar a eventual necessidade de se proceder a um aperfeiçoamento do regime jurídico das uniões de facto – um juízo que deve caber, em primeira linha, ao novo legislador – considera-se que, na actual conjuntura, essa alteração não só é inoportuna como não foi objecto de uma discussão com a profundidade que a importância do tema necessariamente exige, até pelas consequências que dele decorrem para a vida de milhares de portugueses.

Assim, nos termos do artigo 136º da Constituição, decidi devolver à Assembleia da República, sem promulgação, o Decreto nº 349/X da Assembleia da República, que procede à primeira alteração à Lei nº 7/2001, de 11 de Maio.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

24 de Agosto de 2009

Mensagem ao País por ocasião das Eleições para a Assembleia da República

Palácio de Belém, 26 de Setembro de 2009

Amanhã, os Portugueses vão ser chamados a exercer o seu direito de voto para escolherem os Deputados à Assembleia da República. Os resultados desta eleição irão determinar a formação de um novo Governo para Portugal.

Esta eleição, como todos sabem, tem lugar num tempo de grandes dificuldades. A situação do País é motivo de sérias preocupações. Os tempos de dificuldade, como aqueles que vivemos, impõem a todos um grande sentido de responsabilidade.

Uma responsabilidade que começa, desde logo, pelos cidadãos eleitores, que devem participar neste acto eleitoral, não devem ficar em casa. Cabe-lhes escolher, em consciência, o caminho que querem para Portugal.

Mas também uma responsabilidade que se estende às diversas forças partidárias. Ao longo da campanha eleitoral, os partidos tiveram oportunidade para apresentar os seus programas e para discutir as soluções que propõem para os problemas que o País enfrenta.

Terminada a campanha eleitoral, é chegada a altura de escolher, de cada um de vós dizer, através do voto, o que quer para o futuro de Portugal. Depois, em função dos resultados eleitorais, será formado um novo Governo, o qual deverá apresentar o seu programa perante a nova Assembleia da República.

Em todo este processo, todos temos de assumir as nossas responsabilidades.

Pela minha parte, mantive escrupulosamente e com o maior rigor o compromisso de total isenção e imparcialidade em face dos diversos partidos.

Ao Presidente da República não compete interferir na vida político-partidária ou condicionar a livre escolha dos eleitores. Do primeiro ao último dia do meu mandato, serei sempre Presidente de todos os Portugueses.

Os partidos, por seu turno, têm a responsabilidade de ouvir e esclarecer os cidadãos, de apresentar as suas propostas e discuti-las, pois são os partidos que

têm de apresentar soluções de governo para os desafios com que Portugal se confronta.

Portugueses

Apelo a todos que não deixem de votar na eleição que irá ter lugar amanhã.

Esta eleição reveste-se de particular importância. Pela complexidade da situação económica internacional, pela difícil situação em que o País se encontra e porque está em causa a escolha do caminho que iremos trilhar nos próximos anos.

Como Presidente da República, posso garantir-vos: o que está em jogo é demasiado importante para que nos possamos dar ao luxo de ficar em casa, deixando aos outros a responsabilidade de tomarem decisões que são de todos.

O dia de reflexão que os Portugueses viveram hoje, deve contribuir para que cada um reconheça a importância do seu empenhamento cívico na eleição da nova Assembleia da República e para que cada um, em plena consciência, escolha o caminho que considera melhor para o País.

Em nome de Portugal e confiante no seu futuro, renovo o meu apelo a todos os cidadãos para que amanhã exerçam o seu direito de voto.

Declaração à Comunicação Social

Palácio de Belém, 29 de Setembro de 2009

Durante a campanha eleitoral, foram produzidas dezenas de declarações e notícias sobre escutas, ligando-as ao nome do Presidente da República. E, no entanto, não existe em nenhuma declaração ou escrito do Presidente qualquer referência a escutas ou a algo com significado semelhante. Desafio qualquer um a verificar o que acabo de dizer.

Tudo isto, sendo sabido que a Presidência da República é um órgão unipessoal e que só o Presidente da República fala em nome dele ou, então, os seus chefes da Casa Civil ou da Casa Militar.

Porquê toda aquela manipulação?

Transmito-vos, a título excepcional, e porque as circunstâncias o exigem, a minha interpretação dos factos. Outros poderão pensar de forma diferente. Mas os Portugueses têm o direito de saber o que pensou e continua a pensar o Presidente da República.

Durante o mês de Agosto, na minha casa no Algarve, quando dedicava boa parte do meu tempo à análise dos diplomas que tinha levado comigo para efeitos de promulgação, fui surpreendido com declarações de destacadas personalidades do partido do Governo exigindo ao Presidente da República que interrompesse as férias e viesse falar sobre a participação de membros da sua Casa Civil na elaboração do programa do PSD (o que, de acordo com a informação que me foi prestada, era mentira).

Não tenho conhecimento de que, no tempo dos Presidentes que me antecederam no cargo, os membros das respectivas casas civis tenham sido limitados na sua liberdade cívica, incluindo contactos com os partidos a que pertenciam. Considerarei graves aquelas declarações, um tipo de ultimato dirigido ao Presidente da República.

A leitura pessoal que fiz dessas declarações foi a seguinte (normalmente, não revelo a leitura pessoal que faço de declarações de políticos, mas, nas presentes

circunstâncias, sou forçado a abrir uma excepção) – pretendia-se, quanto a mim, alcançar dois objectivos:

- primeiro, puxar o Presidente para a luta político-partidária, encostando-o ao PSD, apesar de todos saberem que eu, pela minha maneira de ser, sou particularmente rigoroso na isenção em relação a todas as forças partidárias;
- segundo, desviar as atenções do debate eleitoral das questões que realmente preocupavam os cidadãos.

Foi esta a minha leitura e, nesse sentido, produzi uma declaração durante uma visita à aldeia de Querença, no concelho de Loulé, no dia 28 de Agosto.

Muito do que, depois, foi dito ou escrito envolvendo o meu nome, interpretei-o como visando consolidar aqueles dois objectivos. Incluindo as interrogações, que qualquer cidadão pode fazer, sobre como é que aqueles políticos sabiam dos passos dados por membros da Casa Civil da Presidência da República. Incluindo, mesmo, as interrogações atribuídas a um membro da minha Casa Civil, de que não tive conhecimento prévio e que tenho algumas dúvidas quanto aos termos exactos em que possam ter sido produzidas. Mas onde está o crime de alguém, a título pessoal, se interrogar sobre a razão das declarações políticas de outrem?

Repito: para mim, pessoalmente, tudo não passava de tentativas de consolidar os dois objectivos já referidos – colar o Presidente ao PSD e desviar as atenções.

E a mesma leitura fiz da publicação, num jornal diário, de um *e-mail*, velho de 17 meses, trocado entre jornalistas de um outro diário, sobre um assessor do gabinete do Primeiro-Ministro que esteve presente durante a visita que efectuei à Madeira, em Abril de 2008.

Desconhecia totalmente a existência e o conteúdo do referido *e-mail* e, pessoalmente, tenho sérias dúvidas quanto à veracidade das afirmações nele contidas.

Não conheço o assessor do Primeiro-Ministro nele referido, não sei com quem falou, não sei o que viu ou ouviu durante a minha visita à Madeira e se disso fez ou não relatos a alguém. Sobre mim próprio, teria pouco a relatar que não fosse de todos conhecido. Por isso não atribuí qualquer importância à sua presença, quando soube que tinha acompanhado a minha visita à Madeira.

A primeira interrogação que fiz a mim próprio, quando tive conhecimento da publicação do *e-mail*, foi a seguinte: «Porque é que é publicado agora, a uma semana do acto eleitoral, quando já passaram 17 meses?»

Liguei imediatamente a publicação do *e-mail* aos objectivos visados pelas declarações produzidas em meados de Agosto. Pessoalmente, confesso que não consigo ver bem onde está o crime de um cidadão, mesmo que seja membro do *staff* da Casa Civil do Presidente, ter sentimentos de desconfiança ou de outra natureza em relação a atitudes de outras pessoas.

Mas o *e-mail* publicado deixava a dúvida na opinião pública sobre se teria sido violada uma regra básica que vigora na Presidência da República: ninguém está autorizado a falar em nome do Presidente da República, a não ser os seus chefes da Casa Civil e da Casa Militar. E, embora me tenha sido garantido que tal não aconteceu, eu não podia deixar que a dúvida permanecesse. Foi por isso, e só por isso, que procedi a alterações na minha Casa Civil.

A segunda interrogação que a publicação do referido *e-mail* me suscitou foi a seguinte: «Será possível alguém do exterior entrar no meu computador e conhecer os meus *e-mails*? Estará a informação confidencial contida nos computadores da Presidência da República suficientemente protegida?»

Foi para esclarecer esta questão que hoje ouvi várias entidades com responsabilidades na área da segurança. Fiquei a saber que existem vulnerabilidades e pedi que se estudasse a forma de as reduzir.

Um Presidente da República tem, às vezes, de enfrentar problemas bem difíceis, assistir a graves manipulações, mas tem de ser capaz de resistir, em nome do que considera ser o superior interesse nacional. Mesmo que isso lhe possa causar custos pessoais. Para mim, Portugal está primeiro.

O Presidente da República não cede a pressões nem se deixa condicionar, seja por quem for. Foi por isso que entendi dever manter-me em silêncio durante a campanha eleitoral.

Agora, passada a disputa eleitoral, e porque considero que foram ultrapassados os limites do tolerável e da decência, espero que os Portugueses compreendam que fui forçado a fazer algo que não costumo fazer: partilhar convosco, em público, a interpretação que fiz sobre um assunto que inundou a comunicação social durante vários dias sem que alguma vez a ele eu me tenha referido,

directa ou indirectamente. Isso, sabendo todos que a Presidência da República é um órgão unipessoal e que, sobre as suas posições, só o Presidente se pronuncia.

Uma última palavra quero dirigir aos Portugueses: podem estar certos de que, por maiores que sejam as dificuldades, estarei aqui para defender os superiores interesses de Portugal.

Mensagem ao País por ocasião das Eleições Autárquicas

Palácio de Belém, 10 de Outubro de 2009

Tenho dito, por diversas vezes, que o poder autárquico é uma das mais conseguidas realizações do Portugal democrático.

A possibilidade que temos de eleger aqueles que irão governar os nossos municípios e as nossas freguesias constitui um elemento essencial de uma democracia de qualidade.

O poder local é um poder de proximidade. São os autarcas que conhecem de perto os problemas concretos dos cidadãos, os seus anseios, as suas carências, as suas dificuldades.

As eleições de amanhã são diferentes das outras eleições mas, nem por isso, menos importantes. Está em jogo a defesa dos interesses das populações a nível local. Ninguém tem o direito de alhear-se dos problemas da sua terra, das suas perspectivas de desenvolvimento, do rigor e da transparência como é governado o seu município e a sua freguesia.

Os cidadãos devem ter presente que o poder local se encontra numa fase de profunda transformação. Na generalidade dos casos, as infra-estruturas essenciais e os grandes equipamentos indispensáveis ao desenvolvimento estão concluídos.

Agora, os autarcas são chamados a desempenhar tarefas de outra natureza. Desde logo, no âmbito do combate a velhas e novas situações de pobreza e na promoção da inclusão social. Em tempos de crise e de desemprego, as autarquias têm aqui um papel essencial a desempenhar.

Por outro lado, as autarquias têm vindo a fazer um esforço significativo na acção educativa, bem como no lançamento de projectos culturais.

É também imprescindível que haja uma aposta cada vez mais intensa na qualidade ambiental, na captação de investimento, na criação de emprego, no apoio às pequenas e médias empresas, no turismo de qualidade, na reabilitação urbana e na salvaguarda do património.

São estes alguns dos desafios que os autarcas que irão ser eleitos têm de enfrentar nos anos que se avizinham.

Renovo a minha confiança no sentido de responsabilidade dos cidadãos. Ser responsável é participar. Numa democracia, o primeiro gesto de participação política é votar.

Votar livremente e em consciência é uma obrigação que todos temos. Uma obrigação que temos para com aqueles que construíram o Portugal democrático. Uma obrigação que temos para com o presente, para com a resolução dos problemas do dia-a-dia.

Acima de tudo, votar é uma obrigação que temos para com o futuro. Se votarmos, os nossos filhos e os nossos netos nunca poderão dizer que não actuámos quando devíamos.

Votar é uma oportunidade de fazermos ouvir a nossa voz.

Amanhã devemos todos ir votar, em nome de Portugal e do nosso futuro.

Mensagem por ocasião da Semana Global do Empreendedorismo 2009

Palácio de Belém, 16 de Novembro de 2009

É com o maior gosto que, também este ano, me associo à Semana Global do Empreendedorismo.

Vejo com grande interesse o envolvimento de Portugal nesta iniciativa. Uma iniciativa em rede, de expressão mundial, que visa despertar, estimular e mobilizar, sobretudo junto das gerações mais jovens, o espírito empreendedor, a criatividade e a capacidade de inovar.

Vivemos num tempo em que o conceito de emprego para a vida se torna cada vez mais obsoleto. Num tempo marcado por profundas alterações nos mercados e nas próprias relações de trabalho. O empreendedorismo ganha, em contrapartida, novas razões para ser assumido como peça-chave do progresso económico e social dos países.

Assistimos, em Portugal, a uma vontade crescente de assumir riscos e encetar projectos empresariais próprios, até como forma de autonomia e realização pessoal. Mas estamos ainda longe de ter uma cultura empreendedora plenamente enraizada.

Há, por isso, que despertar essa atitude nos mais jovens, e, mais ainda, dar-lhes formação para que desenvolvam, desde cedo e ao longo da vida, as necessárias competências. Temos que combater o conformismo e estimular a ousadia e a ambição, desenvolvendo, ao mesmo tempo, as capacidades de avaliação e controlo dos riscos.

Esta Semana Global do Empreendedorismo que agora se inicia mobiliza milhões de jovens, em todas as partes do Mundo, para o poder transformador das ideias e da sua aplicação em modelos de negócio.

É uma excelente oportunidade para enaltecer valores tão importantes como a autoconfiança, a perseverança e a vontade de construir e de vencer, valores esses que, também pela minha parte, tenho procurado promover junto dos jovens portugueses.

Felicito as entidades organizadoras pelo conjunto das actividades do programa que terá lugar entre nós e saúdo todos os participantes. Desejo que tenham o maior sucesso. Estou certo de que contribuirão para um Portugal mais confiante e mais empreendedor.
Muito obrigado.

Mensagem por ocasião do Encontro «Planet Earth Lisbon Event 2009»

Palácio de Belém, 20 de Novembro de 2009

Saúdo, muito calorosamente, os participantes neste Encontro «Planet Earth Lisbon Event 2009» e dou as boas-vindas a todos os que vieram a Lisboa para debater uma das questões mais centrais do nosso tempo: o compromisso, que é um compromisso de ética global e de justiça entre povos e entre gerações, que temos perante o Planeta.

Este Encontro assinala de forma muito feliz o culminar de um triénio dedicado à preservação do Planeta. As actividades desenvolvidas nestes três anos fizeram emergir dinâmicas virtuosas, cuja continuidade se perspectiva, aliás, para a próxima década. Nelas se depositam as maiores expectativas.

A responsabilidade que temos para com o futuro exige que façamos uma reflexão muito profunda sobre o modo como a Humanidade se tem relacionado com o Planeta onde vive. Não somos donos da Terra, mas apenas seus hóspedes transitórios. Aquilo que de bom ou de mau fizermos ao nosso Planeta será aquilo que acabaremos por fazer a nós próprios e aos nossos descendentes.

Vivemos num só mundo. Terra, há só uma. E nada existe de mais insubstituível do que os frágeis equilíbrios em que assenta a vida neste planeta azul.

Quando olhamos para o que a Terra é, vista do espaço, apercebemo-nos da nossa pequenez. Quando olhamos para o tempo em que surgiram os seres humanos, comparando com a idade do Planeta, compreendemos que estamos aqui há breves instantes.

Vista no espaço e no tempo, a Terra é toda uma lição de humildade para o Homem.

Para defendermos a Terra, temos de a conhecer. É essencial, por isso, o aprofundamento da investigação sobre os fascinantes mistérios do Planeta que nos dá a vida.

As Ciências da Terra cobrem um vasto campo do conhecimento. Um conhecimento que a sociedade deverá, cada vez mais, querer e saber valorizar, mas que

exige dos investigadores uma cultura interdisciplinar e uma actuação à escala global.

Existe hoje, felizmente, a consciência da importância de uma ética global que defenda o Planeta e proteja os seus equilíbrios. Este Encontro de Lisboa é a prova de que estamos conscientes dos nossos deveres colectivos.

Daí a minha satisfação por a capital de Portugal ter sido escolhida como cidade anfitriã de uma reunião desta importância.

A todos os participantes, renovo as minhas boas-vindas a um Encontro que será, certamente, muito frutuoso. Desejo-vos um óptimo trabalho e uma excelente estada em Lisboa.

Muito obrigado.

Mensagem à Assembleia da República a propósito da não promulgação do diploma que revoga normas relativas às taxas moderadoras

Tendo recebido, para ser promulgado como lei, o Decreto nº 1/XI, da Assembleia da República, que revoga o artigo 148º da Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, «Orçamento do Estado para 2007», que cria as taxas moderadoras para o acesso ao internamento e ao acto cirúrgico em ambulatório, e revoga o artigo 160º da Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro, «Orçamento do Estado para 2009», que altera o valor da taxa moderadora para acesso ao acto cirúrgico em ambulatório, decidi, nos termos do artigo 136º da Constituição da República, não promulgar aquele diploma, com os seguintes fundamentos:

1. No dia 20 de Novembro do corrente ano, deu entrada na Presidência da República, a fim de ser promulgado como decreto-lei, o decreto registado na Presidência do Conselho de Ministros sob o nº DL 8/09 – MS, o qual fora aprovado pelo Conselho de Ministros em reunião do dia 19 de Novembro.
2. Tal diploma, que procede à revogação de duas normas relativas à introdução de taxas moderadoras para acesso às prestações de saúde de internamento e de acto cirúrgico realizado em ambulatório, foi objecto de promulgação pelo Presidente da República no dia 4 de Dezembro.
3. Entretanto, a Assembleia da República aprovou, na generalidade, em sessão plenária do dia 20 de Novembro, três projectos de lei apresentados por três grupos parlamentares, os quais baixaram à Comissão de Saúde para efeito de votação e discussão na especialidade.
4. Na reunião da Comissão de Saúde da Assembleia da República, realizada no dia 25 de Novembro, foi apreciado e aprovado um texto de substituição subscrito pelos Deputados dos três grupos parlamentares que haviam apresentado os projectos de lei anteriormente referidos. E, no dia 27 de Novembro, procedeu-se à votação final do diploma, o qual foi aprovado por maioria.

5. Na sequência dessa aprovação, deu entrada na Presidência da República, no dia 17 de Dezembro, o Decreto nº 1/XI da Assembleia da República, o qual revoga as taxas moderadoras no internamento e em cirurgias em ambulatório, isto é, com um objecto absolutamente idêntico ao do diploma do Governo que havia sido promulgado pelo Presidente da República treze dias antes.

6. Verifica-se que o diploma do Governo foi aprovado no dia 19 de Novembro, ou seja, em momento anterior ao debate na Assembleia da República, em plenário, dos projectos de lei apresentados pelos grupos parlamentares.

7. Ao analisar o conteúdo dos diplomas em apreço – por um lado, o decreto-lei do Governo e, por outro, a lei da Assembleia da República – verifica-se que ambos só diferem quanto à data da sua entrada em vigor.

O diploma do Governo não deixa qualquer dúvida de que, a partir de 1 de Janeiro de 2010, os utentes do Serviço Nacional de Saúde serão desobrigados de pagar taxas moderadoras nos casos de internamento e de acto cirúrgico realizado em ambulatório.

Já o diploma da Assembleia da República, ao estabelecer como data da sua entrada em vigor a «aprovação da Lei do Orçamento do Estado ou de lei de alteração orçamental subsequente à sua publicação», acaba por remeter para um momento indefinido – ou que, por ora, não é possível precisar – a data a partir da qual os utentes do Serviço Nacional de Saúde deixarão de estar obrigados ao pagamento de taxas moderadoras.

8. Deste modo, se acaso ambos os diplomas fossem promulgados, passariam a coexistir, sobre a mesma matéria e exactamente com idêntico alcance, dois normativos de conteúdo em tudo semelhante mas com diferentes datas de entrada em vigor, o que introduziria no nosso ordenamento um factor de incerteza e de insegurança jurídica, com claro prejuízo para os utentes do Serviço Nacional de Saúde.

9. Além disso, verifica-se, com estranheza, que o diploma da Assembleia da República faz depender a sua entrada em vigor da aprovação de leis orçamentais, como se o momento da aprovação de um diploma fosse o termo definitivo do procedimento legislativo, ou seja, como se nesse procedimento não tivessem de intervir ainda outras entidades para que um acto normativo entre em vigor no nosso ordenamento jurídico.

10. Neste sentido, decidi não promulgar o decreto da Assembleia da República nº 1/XI.

11. Esta decisão fundamenta-se, desde logo, em motivos de certeza do Direito e de respeito pelos cidadãos destinatários das normas jurídicas, os quais não podem ver as suas expectativas sujeitas a esta insegurança nem tornar-se, em última linha, nas únicas e derradeiras vítimas de dois procedimentos legislativos que, por puras razões de concorrência política, correram em paralelo, sendo certo que ambos os órgãos de soberania, Governo e Assembleia da República, tinham conhecimento recíproco das iniciativas em curso na matéria em causa.

12. Além do mais, considero que não é salutar para a qualidade da nossa democracia e para o prestígio das instituições que, a pretexto de motivações de natureza puramente política, acabem por ser lesados o ordenamento jurídico português na sua coerência e harmonia internas e, sobretudo, os cidadãos que têm de recorrer aos cuidados médicos do Serviço Nacional de Saúde.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

23 de Dezembro de 2009

Passos da Agenda



10 de Março de 2009. Visita de Estado do Presidente da República de Angola.



10 de Março de 2009. Visita de Estado do Presidente da República de Angola.

MARÇO 2009

Dia 09 • 5ª Jornada do Roteiro para a Inclusão, dedicada ao tema «Desemprego e novos riscos de pobreza».

Dia 10 • Visita de Estado a Portugal do Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos.

Dia 16 • Visita Oficial a Portugal de Suas Majestades os Reis da Jordânia.
• O Presidente da República participa na XIV Cerimónia de Entrega do Prémio Norte-Sul do Conselho da



9 de Março de 2009. Roteiro para a Inclusão. Bairro da Pasteleira, Porto.

Europa à Rainha da Jordânia e ao Dr. Jorge Sampaio.

Dia 18 • O Presidente da República recebe, em audiência, as delegações do Partido Socialista, do CDS-Partido Popular, do Partido Ecologista «Os Verdes», do Partido Comunista Português, do Partido Social Democrata e do Bloco de Esquerda, com vista à marcação da data das eleições para o Parlamento Europeu.

Dia 19 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Vice-Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde e Presidente do Movimento para a Democracia, Engº Jorge Santos.

Dia 20 • Visita do Presidente da República ao Concelho de Constância.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o *Chairman* do Comité Militar da NATO, Almirante Giampaolo Di Paola.

Dias 24 e 25 • Visita do Presidente da República aos Concelhos de Penafiel, Vila Pouca de Aguiar e Chaves.



20 de Março de 2009. Centro de Ciência Viva de Constância.



16 de Março de 2009. Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa.



Dia 26 • O Presidente da República recebe, em audiência, os membros da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos.

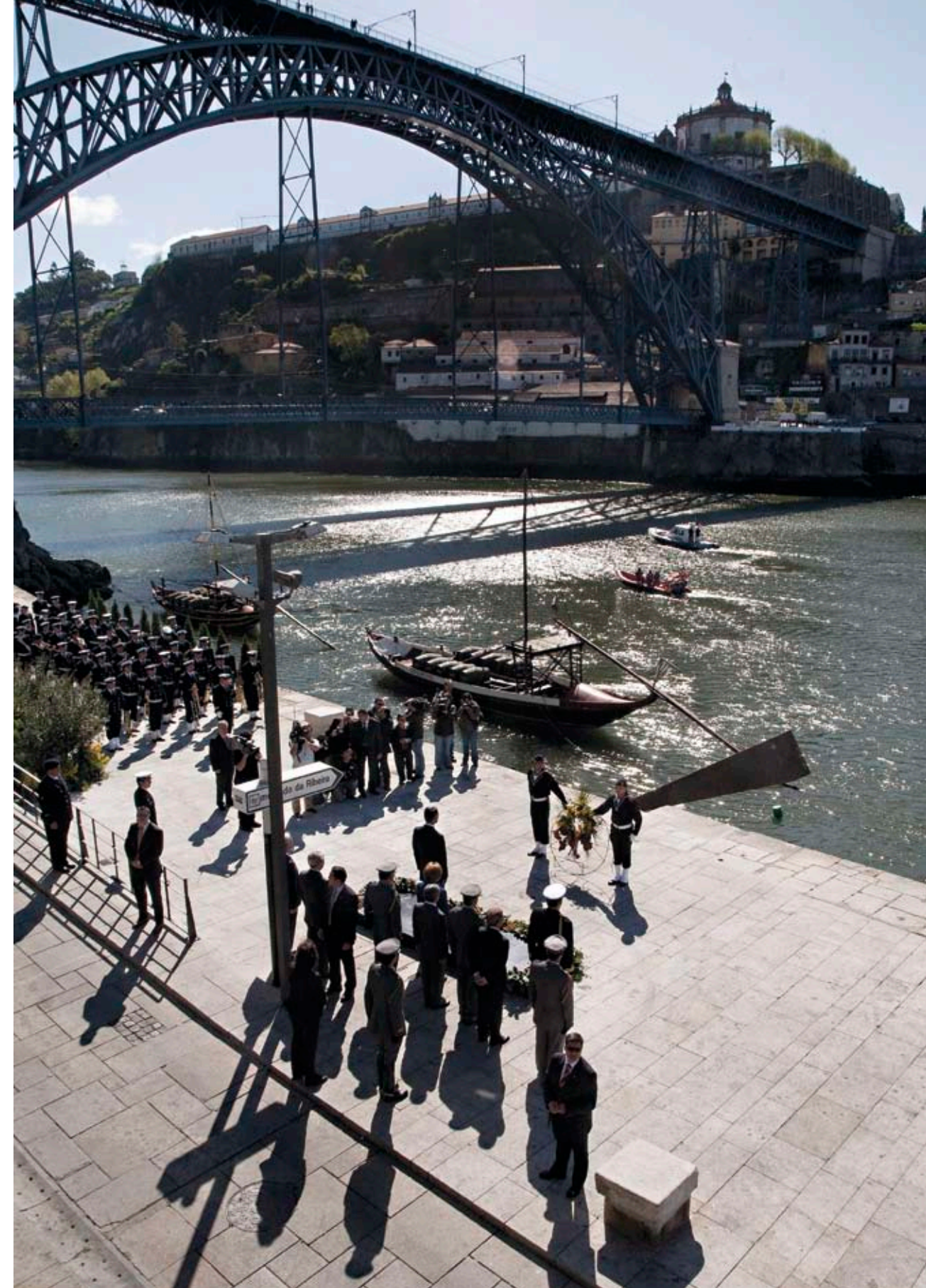
• O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Neves.

Dia 27 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente e

os vogais da Comissão Organizadora do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Dia 29 • O Presidente da República inaugura o monumento evocativo da Ponte das Barcas, da autoria do Arquitecto Souto de Moura, e assiste, na Sé do Porto, à Missa de *Requiem* que assinala o Bicentenário do desastre.

À direita: 29 de Março de 2009. Bicentenário do desastre da Ponte das Barcas, Porto.





6 de Abril de 2009. Prémio Leya 2008.



16 de Abril de 2009. Roteiro para a Ciência. Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde, Coimbra.



17 de Abril de 2009. IV Congresso da Associação Cristã de Empresários e Gestores, UCP, Lisboa.

29 de Abril de 2009. Prémio Pessoa 2008.



ABRIL 2009

Dia 06 • O Presidente da República Preside à cerimónia de entrega do Prémio Leya 2008.

Dia 14 • O Presidente da República recebe, em audiência, os membros da Academia Brasileira de Letras.

Dias 15 e 16 • 5ª Jornada do Roteiro para a Ciência, dedicada à Matemática.

Dia 17 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação da União Geral dos Trabalhadores – UGT.

• O Presidente da República preside à Sessão de Abertura do 4º Congresso Nacional da Associação Cristã de Empresários e Gestores.

Dia 20 • Visita de Estado a Portugal do Emir do Estado do Qatar, Sheikh Hamad Bin Khalifa Al Thani.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Procurador-Geral da República, Conselheiro Fernando Pinto Monteiro.

Dia 22 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente em exercício da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Manuel Serifo Nhamajo.

Dia 25 • O Presidente da República participa, na Assembleia da República, na Cerimónia Comemorativa do XXXV Aniversário do 25 de Abril.



20 de Abril de 2009. Visita de Estado do Emir do Qatar.



Dia 28 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Comité para as comemorações dos 150 anos das relações diplomáticas Portugal-Japão.

• O Presidente da República inaugura, no Palácio de Belém, a exposição «Nós na

Arte – Tapeçaria de Portalegre e Arte Contemporânea».

Dia 29 • O Presidente da República participa na cerimónia de entrega do Prémio Pessoa 2008 ao Arquitecto João Luís Carrilho da Graça.

25 de Abril de 2009. XXXV Aniversário da Revolução.



6 de Maio de 2009.
Instituto de Medicina Molecular da Faculdade de Medicina de Lisboa.



8 de Maio de 2009. Conferência Internacional do OEDT, Lisboa.



MAIO 2009

Dia 05 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente de Castilla y León, D. Juan Vicente Herrera Campo.

Dia 06 • O Presidente da República participa na cerimónia de entrega dos Prémios Bial 2008 e visita o Instituto de Medicina Molecular da Faculdade de Medicina de Lisboa.



19 de Maio de 2009. Base Aérea Nº 1, Sintra.

Dia 07 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente interino da República da Guiné-Bissau, Dr. Raimundo Pereira.

Dia 08 • O Presidente da República preside à Sessão de Encerramento da Conferência Internacional do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodpendência.

Dias 11 a 15 • O Presidente da República e a Dr^a Maria Cavaco Silva realizam uma Visita de Estado à Turquia.

Dia 17 • O Presidente da República participa na Cerimónia Comemorativa do Cinquentenário do Cristo Rei, em Almada.

Dia 19 • O Presidente da República visita a Base Aérea Nº 1, em Sintra.

Dia 21 • O Presidente da República visita o Instituto Gulbenkian de Ciência, condecorando com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique o Presidente do respectivo Conselho Científico, Prof. Sydney Brenner.

À direita: 11 a 15 de Maio de 2009. Visita de Estado à Turquia.



Imagens à esquerda: 12 de Maio de 2009. Visita de Estado à Turquia.

14 de Maio de 2009. Conferência na Universidade do Bósforo, Istambul.



12 de Maio de 2009. Palácio Presidencial, Ancara.



Dia 25 • Visita do Presidente da República à Academia Portuguesa da História.

Dia 27 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação da Direcção Nacional da Associação Sindical dos Juizes Portugueses.

- O Presidente da República preside à cerimónia de entrega dos Prémios SECIL 2008.

- O Presidente da República visita o Jardim Zoológico de Lisboa, por ocasião do 125º aniversário da instituição.

Dia 29 • O Presidente da República desloca-se a Aveiro, no âmbito das comemorações do 250º aniversário da elevação a cidade.

- O Presidente inaugura, no Porto, o novo edifício do Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial.

- O Presidente inaugura a exposição «Serralves 2009 – A Colecção», evocativa dos 20 anos da Fundação de Serralves.

Dia 31 • O Presidente da República assiste à Final da Taça de Portugal em Futebol, no Estádio Nacional.



27 de Maio de 2009. Prémios SECIL 2008.



27 de Maio de 2009. Aniversário do Jardim Zoológico de Lisboa.



29 de Maio de 2009. Câmara Municipal de Aveiro.



JUNHO 2009

Dia 02 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Provedor de Justiça, Dr. Henrique Nascimento Rodrigues.

Dia 03 • O Presidente da República preside à Sessão de Encerramento do 6º Encontro Nacional de Inovação e à Assembleia Geral da COTEC Portugal.

Dia 06 • O Presidente da República dirige uma mensagem ao País a propósito da realização de eleições para o Parlamento Europeu no dia 7 de Junho.

Dia 08 • O Presidente da República recebe, em audiência, o antigo Primeiro-Ministro do Japão, Junichiro Koizumi.

- O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Dr. Francisco Coelho Lopes Cabral.

- O Presidente da República preside à Cerimónia de Entrega do Prémio COTEC para Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa.



3 de Junho de 2009. 6º Encontro Nacional de Inovação COTEC.



8 de Junho de 2009. Chegada a Santarém para as Comemorações do Dia de Portugal.

9 de Junho de 2009. Feira Nacional da Agricultura, Santarém.





10 de Junho de 2009. Sessão Solene do Dia de Portugal, Santarém.

Dias 09 e 10 • Cerimónias Comemorativas do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, em Santarém, presididas pelo Presidente da República.

Dias 12 e 13 • O Presidente da República participa, em Itália, no Encontro Informal de Chefes de Estado, tendo recebido, em Nápoles, o Prémio *Istituzione 2009*, atribuído pela Fundação Mediterrâneo.

Dia 15 • O Presidente da República confere posse aos Conselheiros de Estado Dr. António d'Orey Capucho, Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho e Dr^a Maria Leonor Couceiro Pizarro Beza de Mendonça Tavares.

• O Presidente da República preside à reunião do Conselho de Estado.

Dias 16 e 17 • Visita do Presidente da República aos Concelhos de Ourém, Vila Nova de Poiares, Trancoso e Bragança.

Dia 22 • Encontro do Presidente da República com o Primeiro-Ministro do Reino Unido, em Londres.

Dia 23 • O Presidente da República



16 de Junho de 2009. Centro Cultural de Vila Nova de Poiares.

recebe, na Escócia, o grau de Doutor *Honoris Causa* atribuído pela Universidade Heriot-Watt.

Dia 24 • O Presidente da República recebe, em audiência, os representantes dos partidos políticos com assento parlamentar, com vista à marcação da data das eleições para a Assembleia da República.

• O Presidente da República preside, em Guimarães, à Sessão Solene Comemorativa dos 900 Anos do Nascimento de D. Afonso Henriques.

Dia 25 • Visita do Presidente da República aos Concelhos de Guimarães, Braga e Coimbra.

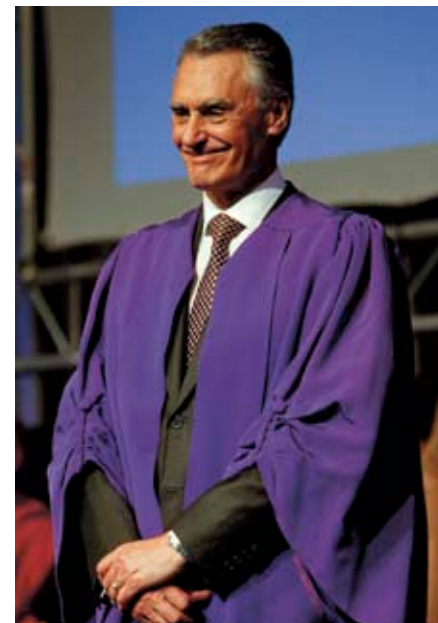
Dia 27 • O Presidente da República faz declaração relativa à marcação



17 de Junho de 2009. Biblioteca Municipal Adriano Moreira, Bragança.



22 de Junho de 2009. Encontro com o Primeiro-Ministro Gordon Brown, Londres.



23 de Junho de 2009. Universidade Heriot-Watt, Edimburgo.



24 de Junho de 2009. Comemoração dos 900 anos do nascimento de D. Afonso Henriques, Guimarães.

da data das eleições para a Assembleia da República.

Dia 29 • O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção do Conselho Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

• O Presidente da República recebe, em audiência, os participantes na Conferência Comemorativa dos 30 Anos da Câmara de Comércio e Indústria Árabe-Portuguesa.

Dia 30 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Presidente do Conselho Nacional de Educação, Dr^a Ana Bettencourt.



3 de Julho de 2009. Castelo de Silves.



3 de Julho de 2009. Visita à Marinha, Pinheiro da Cruz.



17 de Julho de 2009. Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, Braga.

22 de Julho de 2009. Casal Presidencial da Estónia na inauguração do Jardim da Cascata, Palácio de Belém.



JULHO 2009

Dia 02 • O Presidente da República preside à cerimónia comemorativa do Dia da Polícia de Segurança Pública.

• O Presidente da República assiste, em Lisboa, ao IV Concerto da Associação Portuguesa Contra a Leucemia.

Dia 03 • O Presidente da República visita a Marinha, presenciando uma demonstração de capacidades levada a cabo durante a realização de um exercício conjunto, no âmbito da segurança energética, e de um treino da componente de projecção de forças da Marinha.

• O Presidente da República preside à inauguração das obras de requalificação do Castelo de Silves.

Dia 06 • O Presidente da República confere posse ao Ministro da Economia e da Inovação, Prof. Doutor Fernando Teixeira dos Santos, ao Secretário de Estado Adjunto da Indústria e da Inovação, Prof. Doutor António José de Castro Guerra, ao Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, Dr. Fernando Pereira Serrasqueiro e ao Secretário de Estado do Turismo, Dr. Bernardo Luís Amador Trindade.

• O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação do CDS-Partido Popular.

Dia 07 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação da Comissão Nacional de Protecção de Dados.

Dia 08 • O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Dia 09 • O Presidente da República recebe o Presidente e os Vice-Presidentes da Assembleia da República, bem como os líderes dos Grupos Parlamentares, por ocasião do final da Sessão Legislativa.

• O Presidente da República participa na reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional, à qual preside.

Dia 11 • O Presidente da República preside à Cerimónia de Abertura dos II Jogos da Lusofonia.



24, 25 e 26 de Julho de 2009. Visita Oficial à Áustria.





30 de Julho a 1 de Agosto de 2009. Visita Oficial dos Reis de Espanha à Região Autónoma da Madeira.

Dia 13 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Polónia, Radoslaw Sikorski.

• O Presidente da República participa na Sessão Solene Comemorativa do 160º Aniversário do Tribunal de Contas.

Dia 15 • O Presidente da República inaugura a exposição «Encompassing the Globe – Portugal e o Mundo nos Séculos XVI e XVII», no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa.

Dia 17 • O Presidente da República participa, juntamente com o Rei de Espanha e os Chefes de Governo dos dois países, na cerimónia de inauguração do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, em Braga.

Dia 20 • Visita de Trabalho a Portugal do Presidente da Estónia.

Dia 22 • Inauguração da reabilitação do Jardim da Cascata e dos antigos viveiros de pássaros do Palácio de Belém.

Dias 23 a 26 • Visita Oficial à Áustria do Presidente da República e Dr^a Maria Cavaco Silva.

Dia 28 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Provedor de Justiça, Juiz Conselheiro Alfredo José de Sousa.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Dr^a Manuela Eanes e a direcção do Instituto de Apoio à Criança.

Dias 30 e 31 • Visita de Suas Majestades os Reis de Espanha à Região Autónoma da Madeira.

AGOSTO 2009

Dia 01 • Visita de Suas Majestades os Reis de Espanha à Região Autónoma da Madeira.

Dia 02 • O Presidente da República visita o Concelho do Redondo.

Dia 14 • Visita do Presidente da República aos Concelhos de Sátão e Viseu.

Dia 28 • O Presidente da República inaugura a Fundação Manuel Viegas Guerreiro, em Querença.



2 de Agosto de 2009. Visita ao Redondo.

SETEMBRO 2009

Dia 04 • O Presidente da República preside à cerimónia de entrega do Prémio António Champalimaud de Visão 2009.

Dia 08 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, Francisco Silva.

Dia 09 • O Presidente da República oferece um almoço aos deputados do Parlamento Europeu que cessaram o mandato com as últimas eleições europeias.

Dia 11 • O Presidente da República desloca-se ao Concelho do Sabugal



28 de Agosto de 2009. Fundação Manuel Viegas Guerreiro, Querença.



para se inteirar das consequências dos grandes incêndios aí ocorridos.

Dia 15 • Cerimónia de Entrega dos Prémios Gazeta 2008 do Clube dos Jornalistas.

Dia 18 • O Presidente da República inaugura, em Cascais, a «Casa das Histórias Paula Rego».

• O Presidente da República oferece um jantar, no Museu dos Coches, aos membros do Comité Militar da Aliança Atlântica, reunido em Lisboa.

Dia 21 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Comandante Supremo das Forças Aliadas (SACEUR), Almirante James Stavridis.

Dia 26 • O Presidente da República dirige uma mensagem ao País a propósito da realização de eleições para a Assembleia da República no dia 27 de Setembro.

Dia 29 • O Presidente da República faz uma declaração à comunicação social.



18 de Setembro de 2009. «Casa das Histórias Paula Rego», Cascais.

OUTUBRO 2009

Dia 01 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral do Partido Socialista, Eng^o José Sócrates.

• O Presidente da República inaugura, no Palácio de Belém, o programa de Comemorações do 5^o Aniversário do Museu da Presidência da República.

Dia 02 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Dr^a Manuela Ferreira Leite, Presidente do Partido Social Democrata.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Dr. Paulo Portas, Presidente do CDS-Partido Popular

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Dr. Francisco Louçã,

Coordenador da Comissão Política do Bloco de Esquerda.

• O Presidente da República recebe, em audiência, Jerónimo de Sousa, Secretário-Geral do Partido Comunista Português.

Dia 05 • Abertura do Palácio de Belém à população, assinalando os 99 anos da implantação da República.

Dia 08 • O Presidente da República recebe, em audiência, os seguintes partidos políticos com representação parlamentar: Partido Ecologista «Os Verdes», Partido Comunista Português, Bloco de Esquerda e CDS-Partido Popular.

Dia 09 • O Presidente da República recebe, em audiência, os seguintes partidos políticos com representação



1 de Outubro de 2009. Comemorações do 5^o aniversário do Museu da Presidência da República, Palácio de Belém.



5 de Outubro de 2009. Render Solene da Guarda de Honra ao Palácio de Belém.

5 de Outubro de 2009. Celebração dos 99 anos da Proclamação da República, Belém.



parlamentar: Partido Social Democrata e Partido Socialista.

Dia 10 • O Presidente da República dirige uma mensagem ao País a propósito da realização de eleições autárquicas no dia 11 de Outubro.

Dia 12 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral do Partido Socialista, Eng^o José Sócrates.

Dia 16 • O Presidente da República participa na Sessão Solene Comemorativa do Centenário do Liceu Camões.

Dia 22 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Conselheiro Manuel Fernando dos Santos Serra.

Dia 26 • O Presidente da República

confere posse ao Primeiro-Ministro, aos Ministros e ao Secretário de Estado da Presidência de Conselho de Ministros do XVIII Governo Constitucional.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama.

Dias 27 e 28 • Visita do Presidente da República e Dr^a Maria Cavaco Silva a Madrid, por ocasião do V Encontro da COTEC Europa.

Dia 29 • O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção do Conselho Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

Dia 31 • O Presidente da República confere posse aos Secretários de Estado do XVIII Governo Constitucional.



27 de Outubro de 2009. Jantar na Embaixada de Portugal em Madrid.



28 de Outubro de 2009. V Encontro da COTEC Europa, Madrid.

NOVEMBRO 2009

Dia 02 • O Presidente da República recebe, em audiência, o antigo Primeiro-Ministro da Coreia do Sul, Han Seung-Soo.

Dia 03 • O Presidente da República efectua uma visita à Força Aérea, com uma deslocação à Base Aérea Nº 6, no Montijo, por ocasião do regresso do destacamento da Força Aérea no Afeganistão.

Dia 06 • O Presidente da República inaugura, em Setúbal, a nova fábrica de papel do Grupo Portucel.

Dia 09 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação da Comissão Organizadora do *Global China Meeting*.

Dia 10 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral da Conferência Ibero-Americana, Enrique Iglesias.

Dia 11 • O Presidente da República participa, em Torres Vedras, nas cerimónias comemorativas do Bicentenário das Linhas de Torres.

Dia 17 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral da União Latina, Embaixador José Luis Dicenta.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Juiz Conselheiro



3 de Novembro de 2009. Visita à Base Aérea Nº 6, Montijo.



11 de Novembro de 2009. Comemoração do Bicentenário das Linhas de Torres Vedras.



19 de Novembro de 2009. Exposição «A Aventura na Terra», Lisboa.



29 de Novembro de 2009. Acto Inaugural da XIX Cimeira Ibero-Americana, Lisboa.



30 de Novembro de 2009. Sessão de Abertura da XIX Cimeira Ibero-Americana, Estoril.

Luís António Noronha do Nascimento.

• O Presidente da República recebe, em audiência, os representantes da Associação *Aprender a Empreender* e os professores e alunos da Escola Salesiana de Manique, vencedores do Prémio «A Empresa» 2008-2009.

Dia 18 • O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Tribunal de Contas, Juiz Conselheiro Guilherme d'Oliveira Martins.

Dia 19 • O Presidente da República inaugura a exposição «A Aventura da Terra», no Museu Nacional de História Natural.

Dias 20 e 21 • 1ª Jornada do Roteiro das Comunidades Locais Inovadoras, com deslocações a Ovar, Santa Maria da Feira, Espinho, São João da Madeira, Murtosa e Estarreja.

Dia 23 • O Presidente da República oferece um almoço no Museu Nacional dos Coches em honra dos Presidentes dos Parlamentos Ibero-Americanos.

• O Presidente da República oferece um

jantar em honra do Presidente do Grupo de Reflexão sobre o Futuro da União Europeia, Felipe González.

Dia 26 • O Presidente da República preside, na Fundação Bissaya Barreto, à cerimónia de entrega do Prémio Viegas Nascimento.

• O Presidente da República confere posse ao Presidente do Tribunal de Contas, Juiz Conselheiro Guilherme d'Oliveira Martins.

Dia 27 • O Presidente da República participa na Abertura do V Encontro Cívico Ibero-Americano.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Comité Olímpico Internacional, Dr. Jacques Rogge.

Dia 29 • O Presidente da República participa no Encerramento do V Encontro Empresarial Ibero-Americano.

• O Presidente da República preside ao Acto Inaugural da XIX Cimeira de Chefes de Estado e de Governo Ibero-Americanos, na Torre de Belém.

Dia 30 • Abertura da XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, no Estoril.



1 de Dezembro de 2009. Celebração da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, Torre de Belém.



1 de Dezembro de 2009. Visita de Estado da Presidente da República do Chile.



DEZEMBRO 2009

Dia 01 • Sessão Plenária e Cerimónias de Encerramento da XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

- Visita de Estado a Portugal da Presidente da República do Chile, Dr^a Michelle Bachelet.

- Cerimónia de celebração da entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

Dia 02 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Luís Vasco Valença Pinto.

Dia 03 • O Presidente da República e a Dr^a Maria Cavaco Silva inauguram a Árvore de Natal do Palácio de Belém, com a presença de bombeiros e suas famílias, provenientes de todo o País.

- O Presidente da República inaugura, no Palácio de Belém, a Exposição de Arte Sacra e Iluminuras «Alegrem-se os Céus e a Terra».

Dia 09 • O Presidente da República preside à Sessão de Encerramento do 3º Encontro da Rede PME Inovação da COTEC Portugal.

Dia 10 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho.

- O Presidente da República recebe, em audiência, o Chefe do Estado-Maior da



9 de Dezembro de 2009. 3º Encontro da Rede PME Inovação da COTEC, Estoril.

Força Aérea, General Luís Evangelista Esteves de Araújo.

Dias 11 e 12 • 3ª Jornada do Roteiro para a Juventude, dedicada ao tema «A Iniciativa nos Jovens».

Dia 15 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Bastonário da Ordem dos Advogados.

- O Presidente da República confere posse ao Vogal da Comissão para o Centenário da República, Prof. Doutor Rui Vieira Nery.

Dia 16 • O Presidente da República confere posse aos Conselheiros de Estado Juiz Conselheiro Alfredo José de Sousa, Dr. Vítor Augusto Bento, Dr. António de Almeida Santos,



11 de Dezembro de 2009. Roteiro para a Juventude, Braga.

Dr. Francisco Pinto Balsemão, Manuel Alegre Duarte e Dr. António d'Orey Capucho.

Dia 17 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Procurador-Geral da República, Conselheiro Fernando José Matos Pinto Monteiro.

Dia 18 • Visita do Presidente da República a Arruda dos Vinhos e ao Centro de Formação Profissional da APECI, em Runa, Torres Vedras.

Dia 19 • O Presidente da República visita a Associação de Pais e Amigos das Crianças do Hospital de São Francisco Xavier.

• O Presidente da República preside à Sessão Solene Evocativa do 10º Aniversário da Transferência da Administração Portuguesa de Macau e inaugura, na Fundação Calouste Gulbenkian, a exposição «Macau: Encontro de Culturas».

Dia 21 • O Presidente da República recebe o Presidente, os Vice-Presidentes e os Líderes dos Grupos Parlamentares



12 de Dezembro de 2009. Roteiro para a Juventude, Leça do Balio.

da Assembleia da República, que lhe apresentam cumprimentos de Boas Festas.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Conselheiro Lúcio Alberto Assunção Barbosa.

Dia 22 • O Presidente da República recebe o Ministro da Justiça para apreciação anual dos processos de indulto.

Dia 23 • O Presidente da República recebe o Primeiro-Ministro e os membros do Governo, que lhe apresentam cumprimentos de Boas Festas.

Dia 24 • O Presidente da República visita o Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos.



19 de Dezembro de 2009. Exposição «Macau: Encontro de Culturas», Lisboa.

JANEIRO 2010

Dia 04 • O Presidente da República oferece uma recepção ao Corpo Diplomático Português, por ocasião do Seminário Diplomático.

Dia 05 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente das I Jornadas Nacionais Ético-Jurídicas sobre Infecção VIH/SIDA, Prof. Doutor Joaquim Machado Caetano.

Dia 11 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Câmara dos Deputados do Grão-Ducado do Luxemburgo, Laurent Mosar.

Dia 12 • O Presidente da República recebe os cumprimentos de Ano Novo do Corpo Diplomático acreditado em Portugal.

Dia 13 • O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção do Secretariado Nacional da União das Misericórdias.

Dia 14 • O Presidente da República visita o Instituto de Odiveiras, por ocasião do 110º aniversário da sua fundação.

• O Presidente da República participa na reunião do Conselho Superior da Defesa Nacional, à qual preside.

Dia 15 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Conselho Económico e Social, Dr. José da Silva Peneda.

Dia 18 • O Presidente da República desloca-se à Lourinhã e a Torres Vedras, visitando uma mostra de produtos



14 de Janeiro de 2010. Visita ao Instituto de Odiveiras.



18 de Janeiro de 2010. Deslocação aos Concelhos da Lourinhã e Torres Vedras.

27 de Janeiro de 2010. Abertura do Ano Judicial, Supremo Tribunal de Justiça.



biológicos e reunindo-se com os dirigentes das Associações de Agricultores da região, afectada por forte temporal.

Dia 19 • O Presidente da República condecora personalidades que exerceram funções públicas de alto relevo:

Dr. Pedro Miguel de Santana Lopes, antigo Primeiro-Ministro, Conselheiro Manuel Fernando dos Santos Serra, antigo Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Alberto Romão Madruga da Costa e Dr. Fernando Manuel Machado Menezes, antigos Presidentes da Assembleia Legislativa dos Açores.

Dia 22 • O Presidente da República preside à Sessão de Abertura do XII Congresso da Associação Nacional de Freguesias.

Dia 23 • O Presidente da República assiste, em Vale do Lobo, ao início do 4º Torneio de Golfe «Portugal Solidário», em benefício da Associação Humanitária de Doentes de Parkinson e Alzheimer.

Dia 27 • O Presidente da República preside à Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial, no Supremo Tribunal de Justiça.

Dia 28 • O Presidente da República recebe os membros do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas.

Dia 29 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Junta da Galiza, Alberto Núñez Feijóo.

Dia 31 • Abertura das Comemorações do Centenário da República, no Porto.



31 de Janeiro de 2010. Abertura das Comemorações do Centenário da República, Porto.

FEVEREIRO 2010

Dia 02 • O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção da Confederação Nacional da Agricultura.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Engº Domingos Simões Pereira.

Dia 03 • O Presidente da República confere posse ao Conselheiro de Estado Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho.

• O Presidente da República preside à reunião do Conselho de Estado.

Dia 04 • O Presidente da República confere posse à Juíza do Tribunal Constitucional, Mestre Catarina Sarmento e Castro.

• O Presidente da República realiza uma visita ao Concelho de Penamacor.

Dia 05 e 06 • 2ª Jornada do Roteiro das Comunidades Locais Inovadoras.

Dia 09 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Presidente da Academia Portuguesa da História, Prof.ª Doutora Manuela Mendonça.

Dia 10 • O Presidente da República realiza uma visita de trabalho à Guarda Nacional Republicana.

Dia 12 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Associação Empresarial de Portugal – AEP, Engº José António Barros.

Dia 17 • Visita Oficial a Portugal do Presidente da República da Guiné-Bissau, Malam Bacai Sanhá.



5 de Fevereiro de 2010. Roteiro das Comunidades Locais Inovadoras, Belmonte.



17 de Fevereiro de 2010. Visita Oficial do Presidente da República da Guiné-Bissau.

Dia 19 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste, Dr. Zacarias da Costa.

Dia 22 • O Presidente da República recebe, em audiência seguida de almoço, os Bastonários das Ordens dos Médicos, dos Farmacêuticos, dos Médicos Dentistas e dos Enfermeiros.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da República interino e Presidente do Parlamento da Moldávia, Mihai Ghimpu.

Dia 23 • O Presidente da República inaugura, no Antigo Picadeiro do Colégio dos Nobres, a exposição «Portugal nas Trincheiras – A I Guerra da República».

Dia 24 • O Presidente da República realiza uma visita de trabalho à Polícia de Segurança Pública.

• O Presidente da República efectua uma deslocação à Região Autónoma da Madeira, na sequência dos graves temporais ali registados.

Dia 25 • O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

• O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação da União Geral dos Trabalhadores – UGT.

Dia 28 • O Presidente da República assiste, no Coliseu dos Recreios, ao espectáculo de solidariedade «Uma Flor para a Madeira».



24 de Fevereiro de 2010. Deslocação à Região Autónoma da Madeira.



28 de Fevereiro de 2010. Espectáculo de solidariedade «Uma Flor para a Madeira», Coliseu dos Recreios.



5 de Março de 2010. Visita ao Parque de Investigação Biomédica de Barcelona.

MARÇO 2010

Dia 01 • O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção da Confederação da Indústria Portuguesa – CIP.

• O Presidente da República recebe, em audiência, os coordenadores do Projecto «Limpar Portugal».

Dias 04 a 07 • Visita do Presidente da República e Dr^a Maria Cavaco Silva à Comunidade Autónoma da Catalunha e à comunidade portuguesa residente no Principado de Andorra.

Dia 09 • O Presidente da República oferece um almoço aos Presidentes dos Parlamentos dos Estados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, por ocasião da II Assembleia Parlamentar da CPLP, que se realiza em Lisboa.



5 de Março de 2010. Sessão Inaugural do Fórum Ibérico de Barcelona.



6 de Março de 2010. Encontro com a Comunidade Portuguesa de Andorra.



6 de Março de 2010. Encontro com professores e alunos de língua portuguesa, Prat del Roure-Andorra.



Coordenação
Casa Civil da Presidência da República

Fotografias
Luís Filipe Catarino
e Mário Proença (fotografia da página 338, em cima)

Design Gráfico
Teresa Olazabal Cabral
Tipo de Letra: MayeurText e Flama de Mário Feliciano

Acompanhamento de edição
am edições / antónio alves martins

*Da presente edição
fez-se uma tiragem de 3.000 exemplares
em papel Munken Lynx certificado pelo
"Forest Stewardship Council",
(papel produzido por métodos
respeitadores do ambiente)*

*Acabou de imprimir-se em Abril de 2010
nas Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional-Casa da Moeda*

ISBN
978-972-27-1858-5

Depósito Legal
257726/07